

- FRANCISCO FOOT HARDMAN -

A ESTRATÉGIA

DO DESTERRO

➤ (SITUAÇÃO OPERÁRIA E CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA CULTURAL ANARQUÍSTA/BRASIL, 1889 - 1922)

TESE DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA
ORIENTADOR: PROF. PAULO SÉRGIO PINHEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
IFCH // UNICAMP

SÃO PAULO
MARÇO / 1980

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO -(I-XXVI)
- PARTE I: SITUAÇÃO DO PROLETARIADO INDUSTRIAL NO BRASIL (das origens a 1930)
- Capítulo 1: "O Morto Agarra-se ao Vivo" -(1-9)
- Capítulo 2: Regime de Fábrica e Operários Urbanos -(10-37)
- Capítulo 3: Condições de Vida da Classe Operária -(38-53)
- Capítulo 4: Associações Patronais e Repressão nas Fábricas -(54-64)
- Capítulo 5: Internacionalismo e Imigração -(65-78)
- NOTAS DA PARTE I -(79-87)
- PARTE II: A QUESTÃO CULTURAL NO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO (1889- 1922)
- Capítulo 6: Aspectos Culturais do Movimento da Classe -(88-103)
- Capítulo 7: Anarquistas e Anarco-Sindicalismo no Brasil -(104-129)
- Capítulo 8: Instituições da Classe e Cultura -(130-152)
- Capítulo 9: A Estratégia do Desterro -(153-194)
- Capítulo 10: Epílogo - Sinais do Vulcão Extinto -(195-222)
- NOTAS DA PARTE II -(223-239)
- BIBLIOGRAFIA -(240-249)

I N T R O D U C Ã O

"Os vulcões arrojam pedras, as revoluções, homens. Espalham-se famílias a grandes distâncias, deslocam-se os destinos, separam-se os grupos dispersos às migalhas; cai gente das nuvens, uns na Alemanha, outros na Inglaterra, outros na América. Pasmam os naturais/dos países. Donde vêm estes desconhecidos? Foi aquele Vesúvio, que fumega além, que os expeliu de si. Dão-se nomes a esses aerólitos, a esses indivíduos expulsos e perdidos, a esses eliminados da sorte: chamam-nos emigrados, refugiados, aventureiros." (Victor HUGO, Os Trabalhadores do Mar).

"Assim como as eras da história natural se tornam legíveis através dos estratos geológicos, assim certos/periodos(...) se cristalizaram em sua memória em função de determinados lugares: um café, um trecho de calçada, a grade de um jardim, uma fachada fortemente iluminada pelo sol de três horas da tarde. Mais para frente lhe ocorreu (...) ver como se despertava em você essa mesma sensação de contato direto, quase físico, doloroso talvez, com algum elemento material do universo: uma superfície rugosa, compacta, lisa ou marcada pelo tempo ou pelo trabalho ou pelo simples uso, como se nessa limitada paisagem material, inexpressiva por si só, houvessem sido incrustados sentimentos, projetos humanos, como se tivessem reconstruído naquelas superfícies arenosas uma memória, como se essa matéria inerte tivesse sido humanizada por uma possível memória." (Jorge SEMPRÚN, Autobiografia de Federico Sanchez)

Começo pelo fim. Isto, em dois sentidos. Uma Introdução é sempre escrita ao fim de um trabalho, última tentativa de dar / conta das questões não respondidas (não respondíveis?), der - radeiro trajeto do discurso do pesquisador, que tenta ainda o risco de alinhar os processos históricos por ele construí - dos. Além de se iniciar no momento final de um trabalho, essa introdução será marcada definitivamente pelo discurso pessoal, pela primeira pessoa do singular, eu. Foge das minhas preten - sões e da minha alçada, tentar aqui reproduzir a representa - ção de um certo "proceder científico", tão tradicional quanto i - lusionista, cujo ritual consiste em estabelecer "hipóteses de trabalho" que serão checadas no transcurso de uma prática cien - tífica, para se averiguar ou não a sua "verdade", capaz de transformá-las, nas páginas finais, em tese (legitimada pelas premissas do seu próprio discurso), enfim canonizável pela comunidade acadêmica, para sempre depositada no acervo de cré - ditos, crenças e certezas da burocracia universitária, para sempre afastada da história e da vida dos homens.

Mas falei de dois sentidos do "começo pelo fim". Resta manifes - tar o segundo. Para contar um pouco da minha trajetória afeti - vo-intelectual em torno do tema desse trabalho, gostaria de ilustrar o tipo de acontecimento que moveu meu interesse nes - ses cinco anos, com dois exemplos extraídos de notícias des - tes últimos dias, elementos "finais" de uma longa história que teve início com os primórdios da constituição do proletariado como classe no Brasil. Diante de minha mesa, um volante, que me deixa um tanto perplexo:

"VIVA O P.T."

FESTA-COMÍCIO DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES
OSASCO - 9 MARÇO

Presença de Lula - Jacó Bittar - Manê da Conceição
José Ibrahim - Henos Amorina - Senador Santilo
Deputados do P.T.

Barracas com Comidas e Bebidas
 Círculo e Brincadeiras Infantis
 Shows - Teatro - Exposições

Artistas:

Antonio Marcos - Regina Duarte
 Bruna Lombardi - Eva Vilma
 Beth Mendes - Xênia
 Débora Duarte (e outros a confirmar)

FINAL COM BAILE-FORRÓ

No Ginásio Prof. Liberatti
 Presidente Altino - Osasco
 Domingo - 9 de Março - 9 às 19 hs.

- VÁ E LEVE A FAMÍLIA -

Ao olhar para este anúncio, na semana passada, me vieram à cabeça, inevitáveis, imagens de um passado muito mais remoto: os belos e vistosos anúncios de Festivais Operários, aparecidos com grande frequência na imprensa proletária anarquista, especialmente por volta de 1920 (cf. Parte II, cap. 8). Claro, as semelhanças são névoas passageiras, firmando-se com mais vigor uma série de diferenças significativas, elementos esclarecedores e integrados à dramática história do proletariado / no Brasil. Imaginemos, por um instante, o que os anarquistas / criticariam neste anúncio. Inicialmente, abominariam o próprio emissor do discurso, o Partido dos Trabalhadores; e, nessa vertente, olhariam com demasiada suspeita a presença de senador e deputados numa festa operária. Quanto aos líderes sindicais, tudo bem, desde que fossem dirigentes de sindicatos / livres e independentes, o que não seria bem o caso. Nossos amigos anarquistas poderiam aceitar, não com muito bons olhos, a presença de uma penca de artistas pertencentes ao elenco da indústria cultural. Poderiam, talvez, após longa discussão, aceitar o fato, desde que fosse eficaz aos desígnios da propaganda. Como a atitude "tolerante" que tiveram, no passado, em relação a bailes, futebol e a presença de clubes esportivos / da "sociedade" em alguns dos festivais operários: essa populização só se justificaria se estivesse subordinada à eficácia da doutrinação libertária. De qualquer modo, os anarquistas

tas não trocariam seus próprios artistas amadores, membros / dos grupos de "teatro social", operários-atores das próprias / associações sindicais, pelos astros profissionais "televisa - dos": eles prefeririam, certamente, os produtos de suas pró - prias agências culturais. Felizmente, para os anarquistas, em seu tempo, não havia a concorrência desigual da televisão.

Finalmente, nosso bom anarquista, orgulhoso de suas bandas e orquestras compenetradas, de fina e rica tradição na musicalidade italiana, nos olharia intrigado e com ar de espanto / reclamaria explicações:

- Mas o que quer dizer "Baile-Forró"?!

Esse discurso imaginário seria endereçado, certamente, aos emissores do anúncio, aos porta-vozes do PT, aos organizadores da "Festa-Comício". Festa-Comício? Está aí uma composição de termos que sintetiza uma preocupação comum a várias / gerações de dirigentes do movimento operário, ciosos de penetrar no solo fértil da classe, de deitar raízes e possibilitar a integração do discurso revolucionário ao discurso cotidiano e elementar da classe. Não é à toa que os anarquistas/tornaram-se versáteis na produção de "festas de propaganda", que tentavam aliar o prazer do entretenimento às tarefas de convencer o público da necessidade de "emancipação social". No cap. 8, analiso, em pormenor, a tensão permanente entre / esses dois aspectos; expressão, num certo nível, da própria/ relação contraditória entre massas e direções. De qualquer / modo, o anúncio que reproduzi, aqui, também está construído / sobre a simultaneidade de planos e eventos (a qual aparece, inclusive, na variedade tipográfica que compõe a folha do convite). Isso não é casual: por trás dessa múltipla forma do espetáculo, anuncia-se - pelo menos como previsão ou convite - a presença da classe operária, marcada no apelo à família trabalhadora, marcada no espaço de uma cidade-operária, no único momento oficializado pelo Estado e abençoado pela Igreja como "tempo livre", curto intervalo em que o operário/sai do laboratório de extração da mais-valia e se localiza / no território da cidade: o domingo. Barracas, comidas e bebidas, circo, brincadeiras infantis, shows, teatro, exposições,

discursos políticos, comício: festa-comício: classe-direção.

Sem dúvida, entender as diferenças^{se}, ao mesmo tempo, as identidades entre as dimensões da classe, do movimento e da direção foi uma das preocupações centrais deste trabalho (1). Não imputar à classe o que é mero produto das concepções de uma direção: eis aí um desafio essencial com que se defronta não só o pesquisador mas também o militante do movimento operário. Num interessante artigo sobre a revolução espanhola, ao criticar as ambiguidades do POUM, Trotsky lembrava que, costumeiramente, as direções políticas tem atribuído à "natureza" da classe operária as suas próprias insuficiências e incapacidade teórica e prática para compreendê-la e, com efeito, expressar sua energia represada, em movimento revolucionário (2). Os trabalhos de Thompson, Hobsbawm, Michelle / Perrot, Annie Kriegel, entre outros, tem expressado, na historiografia mais recente do movimento operário, a preocupação em não se deixar levar pelas representações que as lideranças construíram sobre a classe que pretenderam dirigir. O peso que os fracassos da social-democracia e do stalinismo - para só ficar em dois exemplos cabais - imprimiram às novas/gerações de historiadores e militantes explica, em parte, o cuidado, as dúvidas, mais do que certezas, e a atitude de desconfiança com que nos debruçamos a examinar discursos auto-proclamados "operários", "revolucionários" e outros paradigmas da "verdade histórica".

No Brasil, como já assinalou Paulo Sérgio Pinheiro, o fluxo/ de pesquisas universitárias sobre os trabalhadores acompanhou de perto o refluxo do movimento operário, ao longo dos anos 70 (3). Minhas pesquisas começaram exatamente aí, em 1973, com um primeiro levantamento bibliográfico sobre o trabalho urbano no Brasil (4). Felizmente, o último momento

(1): Cf. Hobsbawm, E.J.: "Labor History and Ideology". Journal of Social History, 7 (4), summer 1974: 371-381.

(2): Cf. Trotsky, L.: "Classe - Partido - Direção" (1940) in A Questão do Partido, S. Paulo, Kairós, 1978: 111-124.

(3): Cf. Pinheiro, P.S.: "Trabalho Industrial no Brasil: uma revisão". Estudos Cebrap (14), out.-dez. 1975: 119-131.

(4): Cf. Hardman, F.F.: "O trabalhador urbano no Brasil (1889-1974): um levantamento bibliográfico". UNICAMP/FAPESP, 1973-1975, Relatório de Pesquisa (Proc. nº: 72/1366).

desse sinuoso e desequilibrado percurso, com seus atrasos inevitáveis, acabou se reencontrando, nos dois últimos anos, com um novo e vital ascenso do movimento operário, indício mais claro de que o "tempo de tese" estava se esgotando, ou pelo menos alterando drasticamente suas características. Junto com aquela década, era necessário dar um fim a essa etapa: e cá estou. O leitor talvez já se tenha esquecido, mas eu lembro: dissera, três folhas atrás, que começaria pelo fim, isto é, provocado pela sugestão de duas notícias recentes. Resta tratar da segunda. Abrindo o jornal destes dias, as manchetes concentram-se na primeira greve geral do porto de Santos, após 16 anos. E, lá, nos meandros do movimento, o repórter teve a sensibilidade afinada para captar o seguinte fragmento, significativo de uma certa época e de um certo espaço (especialmente pelos que, como eu, são cativados pela atmosfera agitada e esfumaçada do trabalho no cais de Santos):

"No sindicato dos operários portuários, localizado na zona de me retrício da cidade, uma multidão de pelo menos dois mil homens se comprimiu num enorme salão de reunião, discutindo os rumos da greve ou fazendo algazarra com copos plásticos de água. Na rua, grupos se divertiam com as prostitutas, de rostos bizarros/ e roupas extravagantes." (5)

Liberados da rotina do trabalho, na greve se concentra uma energia e um imaginário incontrolláveis por qualquer discurso / linear. Rosa Luxemburgo captou exatamente esse problema, ao selecionar imagens trazidas dos relatos jornalísticos sobre a Revolução Russa de 1905 e o poderoso ascenso grevista que a precedeu (6). Michelle Perrot, analisando o movimento operário, na França pós-Comuna de Paris, desenvolveu também o tema da greve como eclosão de festa, de liberação das fantasias, de carnavalização do cotidiano, de exercício soberano (enquanto/ espontâneo e transitório) do direito à preguiça (7).

(5): Folha de S. Paulo, 18-3-1980, p.20.

(6): Cf. Luxemburgo, R.: Greve de Massas, Partido e Sindicatos. S. Paulo, Kairós, 1979.

(7): Cf. Perrot, M.: Les Ouvriers en Grève (France, 1871-1890). Paris, Mouton, 1974, 2 vol.

Sobre o "direito à preguiça", apoio-me no genial e clássico opúsculo de Paul Lafargue, para cuja edição brasileira acabo de escrever um prefácio, intimamente ligado às preocupações deste trabalho: cf. ... "Trabalho e Lazer no Movimento Operário" in Lafargue, P.: O Direito à Preguiça (S. Paulo, Kairós, 1980).

M. Dommanget pesquisou os rituais coletivos e a simbologia viva presente nas comemorações do Primeiro de Maio. Boris Fausto retomou essa temática na sua análise da greve geral de 1917. A greve, nesse sentido, surge como ponto nevrálgico do entrelaçamento entre os planos da política (universal) e da cultura (particular). Na história do movimento operário, desde o anarquismo, até o marxismo, as direções sempre viveram a dificuldade da passagem do particular para o universal, em se tratando das lutas concretas travadas pelo proletariado frente a seus inimigos históricos. Era preciso estabelecer uma / ponte dialética entre esses dois termos. De que maneira? Na resposta a esta questão, divergiram tendências, estratégias e métodos.

Na situação de encantamento produzida pelo espetáculo vertiginoso e alucinante do acontecimento revolucionário, Bakunin, a propósito da Revolução de 1848, confessava:

"Era uma festa sem princípio nem fim(...) via todo mundo e não via ninguém, pois cada indivíduo perdia-se na própria multidão inumerável e errante; falava com todo mundo sem recordar nem minhas palavras, nem as dos outros, pois a atenção era absorvida a cada passo por acontecimentos e objetos novos, por notícias inesperadas. (...) Parecia que o universo inteiro estava invertido; o incrível havia se convertido em habitual, o impossível em possível, e o possível e o habitual em insensato!" (8)

Parece que o pensamento anarquista, sempre encarou o seguinte dilema: ou submergir no desconhecido absoluto, representado / pela espontaneidade anárquica e intraduzível das massas revoltas, ou, então, construir um ideal que captasse essa vontade / ancestral e essa energia liberadora. Num dos pólos, o risco / de se dissolver na espontaneidade explosiva da matéria bruta, ainda não articulada em linguagem, ainda pré-discursiva, por isso mesmo irrecuperável para a história, situação intransponível de si mesma. No segundo caminho, a representação mítica de um universo comunitário, de um "espaço operário" perdido / nos confins da lembrança, nas diatribes triunfalistas e sectárias, depositadas na prateleira de um arquivo tão pretérito / quanto a reiteração profética do "avvenire": passado heróico e anunciação do porvir igualam-se no seu distanciamento do

(8): Bakunin, M.: Confissão cit. in Reszler, A.: La Estética Anarquista. México, Fondo Cultura Económica, 1974, p. 40.

presente. Este é um certo percurso do desterro que procuro indicar no cap. 9. Quero adiantar, aqui, à guisa de advertência, que a estratégia do desterro não foi um privilégio dos anarquistas, na história do movimento operário. Iremos reencontrá-la em outras correntes políticas, de origem marxista, especialmente entre aquelas marcadas pela experiência da derrota / histórica.

Porém, a tragédia desse itinerário é muito mais complicada, se olharmos para o outro lado da trincheira, o lado dos "vencedores" e, ali, nos deparamos com novas figuras, lado a lado com as classes dominantes, figuras de proa, neste século XX, no sustentáculo dos Estados burgueses e burocráticos. A história da transformação dos partidos tradicionais da classe operária, os PS e os PCs, em aparelhos ossificados da ordem dominante, / recoloca o dilema anarquista numa perspectiva histórica ampliada pela experiência contemporânea da luta de classes: em outras palavras, trata-se de viabilizar uma estratégia revolucionária que, assegurando e ampliando a independência de classe do proletariado, evite, ao mesmo tempo, auto-condenar-se / ao desterro (repondo, nesse caso, a própria exclusão e isolamento imposto ao operariado, em determinado momento, pelas / classes dominantes) e integrar-se efetivamente à ordem burguesa (subordinando-se e legitimando o poder de Estado, através / da colaboração de classes e da desmobilização das massas). Como realizar essa passagem, sem perder a cabeça, nem o corpo?

Nesse quadro de discussão, quero ressaltar a importância histórica (tanto atual quanto no contexto particular em que foi produzida) da obra de Trotsky escrita em 1923 e intitulada , na edição francesa, Les Questions du Mode de Vie, com sugestivo sub-título: a época do "militantismo cultural" e de suas / tarefas (9). Trotsky acompanha a transição revolucionária na Rússia e estabelece a diferença entre o "*tempo político*" da época imediatamente anterior e posterior a Outubro e o "*tempo cultural*", num sentido amplo de construção de uma nova sociedade e de um novo "*modo de vida*", momento contemporâneo a seu escrito. Na verdade, em 1923, época do surgimento da Oposição de Esquerda, Trotsky já vislumbrava os sinais de burocratização do

(9): Cf. Trotsky, L.: Les Questions du Mode de Vie. Paris, Union Générale d'Éditions, 1976.

Partido e de degenerescência do Estado soviético. Volta-se / contra o "*dirigismo inoportuno*" em relação ao plano cultural, reafirmando a necessidade primeira de se conhecer o modo de vida operário; para tanto, realiza minucioso inquérito junto às bases de massa do Partido bolchevique, nas fábricas e bairros proletários de Moscou, espécie de inventário das condições de vida, dos hábitos, valores e concepções de mundo do operariado russo pós-Revolução. Trotsky confessa a ignorância reinante nos quadros de Partido com respeito a esse tema: e isso / não é apenas um deslize cultural, mas expressa um problema político da maior gravidade. Desconhecer a dialética entre a unidade social e a diversidade de formas no interior dessa / mesma unidade de classe do proletariado é desconhecer o ponto de partida.

Sempre quando as direções resolveram meter o bedelho no plano da criação artística e da produção cultural, em nome dos nobres desígnios da "*revolução ideológica ou cultural*" e da propaganda socialista, o tiro saiu pela culatra, pelo menos do ponto / de vista da liberdade de expressão e manifestação, do ponto / de vista básico de uma democracia operária. Gramsci, em outro contexto, desmontou com maestria crítica as propostas "*ideológicas*" no campo da arte, mostrando como seus resultados tem / sido duplamente insatisfatórios, seja no domínio estético, seja no domínio político (10). Com efeito, igualmente Trotsky, em Literatura e Revolução, crítica com veemência as propostas de "Proletkult", mostrando que por trás da "*cultura operária*" alojava-se um indisfarçável populismo cultural, tão a gosto da pequena burguesia arrivista, petulante em sua mania de "*levar a arte às massas*", arrogante em seu didatismo, elitista e demagógica em seu discurso, que infalivelmente subestima a própria capacidade crítica e espírito criador das massas. E, nos anos 30, as apreensões de Trotsky converteram-se em dura realidade, diante do realismo socialista erigido em estética oficial, cristalizada e monótona reiteração do realismo burguês, agora com os sinais trocados, agonizante simbologia de culto à personalidade e deificação do Estado.

(10): Cf. Gramsci, A.: Literatura e Vida Nacional. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

O realismo socialista levou às últimas conseqüências a ideologia de uma cultura proletária "autêntica". Paradoxalmente, tornou-se retrôgado e passadista, rejeitando como "decadentes" várias obras e criações estéticas que a humanidade conheceu/neste século, malgrado a era imperialista e o definhamento / da civilização burguesa. O Estado "socialista", ao invés de incorporar esse acervo e transformá-lo dentro de novas condições que dessem plena vazão à liberdade criadora, bloqueou / por completo o livre desenvolvimento cultural das massas: por trás dos totens da cultura oficial, imposta como manifestação de uma estética "popular-revolucionária", esconde-se a monolítica ideologia de auto-idolatria do Partido único e da propaganda estatal.

Trotsky, após a derrota e o desterro, 15 anos depois das / "Questões do Modo de Vida", manteve uma série de encontros / com outro dissidente do stalinismo; André Breton, não famoso por isso, mas pelo "decadente e pernicioso" surrealismo. Dessa / confluência entre duas vanguardas, uma política e outra estética, nasceriam uma série de textos e documentos, de 1938, onde a trágica experiência com o stalinismo não poderia mais permitir quaisquer tolerâncias em relação ao intervencionismo estatal e partidário no domínio artístico-cultural. A radicalidade do pensamento de Trotsky-Breton leva às últimas / conseqüências o binômio liberdade/revolução. Nenhuma concessão ao dirigismo pedagógico e doutrinário, liberdade total / às manifestações da classe operária e de cada artista considerado individualmente. Assim, o discurso poético e o gênero lírico são tomados como mais "verdadeiros", esteticamente e, portanto, dessa ótica, como mais revolucionários do que a epopéia grandiloquente e impessoal da retórica do realismo / socialista (11). Vejamos dois trechos dessa discussão, o primeiro do manifesto "Por uma Arte Revolucionária Independente", escrito por Breton e subscrito por Trotsky e o segundo de uma carta assinada pelo último:

"Se, para o desenvolvimento das forças produtivas materiais, a

(11): A propósito dessa questão, ver também: Adorno, T.W.: "Discurso sobre Lírica y Sociedad" in Notas de Literatura. Barcelona, Ariel, 1962: 53-72.

revolução deve erigir um regime socialista com um plano centralizado, para a criação intelectual ela deve, desde o início, estabelecer e assegurar um regime anarquista de liberdade individual. Nenhuma autoridade, nenhuma coação, nenhum traço de dirigismo!"

"A luta pelas idéias da revolução na arte deve começar uma vez mais pela luta em defesa da VERDADE artística, não no sentido / de tal ou qual escola, mas no sentido da fidelidade inabalável do artista a seu EU INTERIOR. Sem isso, não existe arte. (...) A criação verdadeiramente independente em nossa época de reação / convulsiva, de declínio cultural e de retorno à barbárie, já é necessariamente revolucionária por seu próprio espírito." (12)

Essa perspectiva, sem dúvida, levou às últimas consequências a radicalidade de uma crítica que, após as trágicas experiências do socialismo no século XX, não poderia ser mais conveniente, no plano cultural, com nenhuma vontade ou razão que não fosse a própria materialidade do desejo mais primordial / de cada indivíduo: era a única forma, naquelas alturas, de replantar a verdade fundante da linguagem subterrânea das / massas, de rearticular discursos e sonhos de um inconsciente coletivo, que estivera aprisionado e emudecido pela desfiguração da história.

Nesse sentido, vários pares de termos contraditórios articulam-se e movimentam-se neste trabalho: classe/direção; tradição oral/linguagem escrita; discurso "popular"/discurso "erudito"; cultura/política; discurso da classe/discurso anarquista/discurso oficial dominante; vontade "espontânea"/projetos "dirigidos"; tempo de trabalho/tempo "livre"; "vida real dos homens"/representações ideológicas. Ao longo do texto e da exposição dos temas, a tentativa foi de evitar, duplamente, tanto a identificação absoluta e separada desses / termos, quanto sua mútua exclusão, pois ambos seriam procedimentos que acabam por esconder a própria natureza contraditória dessas relações. Procurei, pelo contrário, não sei se sempre de maneira feliz, indicar, ao mesmo tempo (dentro dos limites cronológicos de toda enunciação, de um discurso que se constrói na sequência do tempo e espaço de sua escritura), a unidade e a negação em que estão determinadas as relações entre aqueles processos.

(12): Cf. Schwarz, A. (org. e introd.): Breton/Trotsky. Paris, Union Générale d'Éditions, 1977, p. 126 e p. 146 (os grifos estão no original).

Falo, agora, do modo de organização das partes que compõem este trabalho. Na Parte I, tentei apresentar, de forma sintética e tematizada, alguns aspectos da situação da classe operária brasileira, no contexto histórico de sua formação. Desde/já, vale uma advertência: não pretendi realizar, ali, uma exposição histórica exaustiva dos processos analisados. Tratava-se, apenas, de montar, aproximativamente, um painel em torno de alguns temas que me pareceram básicos e prioritários, devendo servir de ponto de partida (por isso mesmo, constituindo uma primeira parte) para a discussão mais específica / sobre a questão cultural no movimento operário, que ocupará a Parte II do ensaio. Este "pano de fundo" da formação do proletariado, longe de querer esgotar os temas que propõe e desenvolve, pretende ser um referencial concreto, de onde pudéssemos pensar as questões discutidas na segunda parte. Evitei, assim, talvez até correndo o vício de um certo historicismo (atitude até bem pouco exorcizada do convívio entre a comunidade de cientistas políticos, depois dos cortes althusserianos / e dos recortes poulantzasserianos), uma abordagem meramente / sincrônica ou estrutural dos problemas da "*cultura operária*". Tentei evitar, igualmente, um ponto de vista culturalista ou até mesmo de uma análise formal do discurso, tão a gosto de certas correntes da Antropologia ou da Teoria Literária com as quais não simpatizo.

Penso que a questão da cultura entre as classes trabalhadoras só pode ser equacionada historicamente, já que os aspectos / culturais não são apêndices ou complementos da história social das classes em luta, mas, ao contrário, elementos inerentes ao processo de sua formação e de seu próprio movimento. / Por outro lado, fugiu de minhas pretensões reconstruir de modo mais abrangente esse processo histórico, porque tal não era o objetivo do ensaio (aliás, esse seria um objetivo para vários ensaios): retornei à cena histórica, na Parte I, simplesmente para dar um conteúdo mais concreto e inteligível às questões desenvolvidas na Parte II.

Lembro, também, que não adotei nesta primeira parte e nem na sequência do trabalho, um discurso histórico tradicional (onde, aí sim, o historicismo poderia encobrir coisas mais importantes).

Chamo de discurso histórico tradicional àquela narrativa objetiva e impessoal, linear e cumulativa, que parece ser completa e onisciente em relação aos fatos passados, acumulados, assim, numa memória inesgotável e numa fala que poderia, como a das Mil e Uma Noites, ser tão interminável como a duração / eterna dos tempos. Com efeito, não é por acaso que esse discurso, apesar de parecer falar da história, aproxima-se da narrativa clássica das fábulas, contos de fada e romances de ficção (13). Para desvelar possíveis sombras, quero ressaltar a desigualdade de tempos e planos que informaram a escritura / dos capítulos e a revisão e montagem de sua unidade atual.

Assim, na Parte I, os capítulos 2 e 3, que considero como um verdadeiro ponto de partida, são uma versão revista e ampliada, de um trabalho escrito ainda no final de 1976 (14). Eles constituem, em certa medida, um núcleo básico de onde se multiplicaram os temas e as preocupações bem mais específicas e particulares, que acabaram dando ensejo à escritura dos demais capítulos dessa primeira parte (1, 4 e 5), todos elaborados no segundo semestre de 1979. Justifico, a seguir, a inclusão desses temas complementares provocados pelo núcleo inicial e a escolha da ordem de sua exposição. O cap. 1 foi resultado de uma ida à "pré-história" da indústria capitalista no Brasil, e dos primeiros sinais, esboços, de aparecimento do proletariado neste país. Isso, para sugerir, desde o início (do texto deste trabalho e também do período histórico analisado) a extrema fluidez e complexidade do processo de formação de uma classe como o proletariado, num país como o Brasil: um processo lento e contraditório, em grande parte inacabado, incompleto, embora isto não signifique uma "frouxidão" nas relações contraditórias entre as classes, uma diluição da luta de classes, que, como relembra Thompson com muita pertinência, pré-existe e determina a própria maneira de existir / das classes (15). Quando falamos em processo histórico de for

(13): Cf. Barthes, R.: "El Discurso de la Historia" in Estructuralismo y Literatura. Buenos Aires, Nueva Visión, 1970: 35-50.

(14): Cf. Hardman, F. Foot: "Trabalho Urbano e Vida Operária" (cap. LXXV) in Brasil História: texto e consulta, vol. 3 ("República Velha"), - S. Paulo, Brasiliense, 1979: 275-298.

(15): Cf. Thompson, E.P.: "Eighteenth-Century English Society: Class Struggle without Class". Journal of Social History, 3 (2), 1978: cf., em especial, pp. 146-150.

-mação, evitando cair numa concepção sociologizante estática/da estrutura de classes, ou mesmo numa visão heróica de um /proletariado onipresente, própria de uma certa historiografia "militante", estamos justamente adentrando este domínio contraditório do ainda não, mas já, em relação à forma específica /de exploração que define o proletariado (16).

Após ter montado um rápido panorama das condições de vida e /trabalho dos primeiros trabalhadores de fábrica no Brasil (cf. caps. 2 e 3), base necessária para qualquer evolução poste -rior do trabalho, considere importante dedicar algumas pági -nas especiais sobre as atitudes concretas da burguesia frente ao proletariado, não via Estado, mas através da sua própria /organização social privada de classe, a associação patronal , no espaço privilegiado da exploração: a fábrica. Este é o te -ma, intencionalmente bem documental e monográfico, do cap. 4. Não pretendo esconder os limites deste capítulo, dados inclu -sive pelo particular caráter da documentação ao meu alcance , incompleta para levantar elementos de um processo todavia fun -damental. Menos do que uma análise, este capítulo é um esboço de descrição que, malgrado seus limites, me pareceu dramati -camente ilustrativo da política burguesa de controle social /da força de trabalho. O período tratado no cap. 4, bem como o setor do empresariado em que se concentra o exame documental, não são tão arbitrários como poderiam parecer à primeira vis -ta: a década de 1920, após o grande ascenso do movimento ope -rário dos três anos anteriores, foi um momento privilegiado /da reação burguesa, paralela ao avanço da organização da bur -guesia industrial como classe. O Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo nasceu justamente como respos -ta organizada dos patrões à assustadora mobilização operária/ de 1917-1920. Isto também ocorreria no outro centro industri -al mais importante do país, Rio de Janeiro. O setor têxtil, on -de desde o final do século XIX já se alojava a grande indús -tria concentradora de enormes contingentes proletários e mo -dernizadora das forças produtivas, era, sem dúvida, a vanguar -da econômica e política da burguesia industrial da época.

(16): Sobre a questão das FORMAS e de seu desenvolvimento histórico, na teoria marxista, apoio-me em Carvalho Franco, M. Sylvia: "Organiza -ção Social do Trabalho no Período Colonial". Discurso (8), maio de 1978: 1-45.

Assim como a União dos Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo representa uma dimensão importante da organização do proletariado como classe, por sua independência no plano sindical e pela presença ainda decisiva do anarco-sindicalismo no movimento operário, o CIFTSP é um momento capital no processo de constituição do empresariado em classe burguesa, na superação da concorrência comercial entre capitalistas individuais pelos interesses maiores da propriedade.

O cap. 5 tenta levantar alguns tópicos de reflexão em relação ao problema da constituição da vanguarda política do proletariado no Brasil, vinculando esse processo ao caráter internacional de uma força de trabalho composta por massivos exércitos de imigrantes. Imaginei que esse texto pudesse ser colocado ao final da Parte I, justamente por considerá-lo uma espécie de ponte ou passagem entre as condições mais gerais da formação da classe operária e a prática político-cultural efetivada por certos núcleos de militantes, portanto, uma boa transição para a Parte II. Chamo a atenção ^{dos} leitores - especialmente, num primeiro momento, da Banca Examinadora, em função das críticas que levantou com respeito ao emprego da noção de "atraso" neste trabalho, durante o Exame de Qualificação realizado em fevereiro p.p. - para a discussão que tento/ esboçar, neste 5º capítulo, sobre o papel das direções políticas em sua relação com o movimento e a classe (cf. em particular, pp. 66-67). Claro está que a discussão não se esgota aí, ela apenas se inicia.

Confesso que, somente após ter redigido boa parte deste trabalho (inclusive o cap. 5) e após as observações e questionamentos em relação ao mito do "atraso", particularmente de Michael Hall, deparei-me com o estimulante ensaio de Marilena Chauí, no qual a Autora, a propósito do discurso integralista, realizou verdadeira desmontagem ideológica de certos padrões/ explicativos idealistas comuns na historiografia brasileira/ paradoxalmente mais radical e crítica (17). Estou convencido/ de que a noção de "atraso", por sua exterioridade e pressupostos, torna-se problemática quando utilizada para marcar a

(17): Cf. Chauí, M.: "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" in Ideologia e Mobilização Popular. S. Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978: 17-149

diferença entre formações sociais integradas e determinadas / em suas relações particulares pelo mesmo modo de produção. / "Atraso" dá idéia de mero descompasso cronológico, de alguma coisa que está atrás de outra, mas que, talvez, se "acertar / os ponteiros", possa chegar lá. Quando, na verdade, pela própria natureza da diferença, de qualidade muito mais profunda, ela já não pode. O "atraso" de que falamos, portanto, está mal nomeado, pois ele implica não meramente grandezas de tempo diversas, mas qualidades essenciais intransponíveis. Somente poderíamos conceber esse imaginário "atraso", se pensássemos em relógios que marcassem, aqui deste lado do Atlântico, não só uma hora atrasada, mas todo o tempo perdido, irremediavelmente perdido, por mais que o procure um Proust revitalizado de empréstimos externos. A burguesia brasileira chegou à era do capital não só tardiamente, mas tarde demais; este / "demais" resume não só uma grandeza mensurável e, quem sabe, recuperável: essa seria sua mera aparência, porque demais, neste caso, pode ser trocado por nunca mais. E, além disso, a / burguesia brasileira ingressará no mercado capitalista mundial, já constituído e preparando o terreno dos monopólios e do imperialismo, pela porta dos fundos, pela entrada de serviços (da dívida "externa" ou eterna?). Essa imagem não pode sugerir, apenas, a sua transparência literal, que é a de lugares / distintos, uma diferença de espaços. A diferença não reside / nem na duração temporal, nem na fixação espacial, mas na natureza profunda de um percurso povoado por relações determinadas.

É nesse percurso, talvez, que possamos encontrar o "*jeitinho / brasileiro*" de ser da nossa original, mas nem tanto, burguesia. O problema todo consiste em evitar a generalização abstrata que abandona o terreno do concreto (saber que o modo de produção, no Brasil, é capitalista já resolveria tudo, nessa visão, porque remeteria nossa história à história / já feita pelas sociedades nacionais européias) e, ao mesmo tempo, evitar o reino da "*originalidade absoluta*" de nossas cores (tão / a gosto do nacionalismo burguês latinoamericano e suas ideologias, que busca tanta especificidade, acabando por inventar / uma "*via chilena*", uma "*via nicaraguense*", uma "*via mexicana*" etc., etc., onde qualquer semelhança entre Vargas e Perón é meríssima coincidência, ¿como no?). Como entender a diferença, sem apagar os laços com a formação mundial que a determina?

Como entender essa determinação, sem eliminar o seu caráter/específico? Esse, sem dúvida, durante décadas, na história / da República, tem sido um sério dilema (consciente ou não) vivido pela experiência do historiador social e dos militantes de diversas e opostas correntes do movimento operário.

Não tenho uma solução teórica imediata a apresentar para um problema de algumas gerações, nas linhas introdutórias de um trabalho não definitivo como este (18). A própria Marilena / Chauí, na sua polêmica, tem a honestidade intelectual de não pretender apresentar, por ora, nenhum novo mito que substitua no museu dos fantasmas da revolução brasileira os que, / até aqui, tentou demolir. No estágio atual de uma reflexão / ainda latente, tendo a considerar de maneira desigual, com dois pesos e duas medidas, o problema da "incapacidade histórica" das classes sociais no Brasil, quer se trate da burguesia e do proletariado, respectivamente, e, a nível dos "vencidos", quer se trate da direção ou da classe, distintamente. Explico melhor: em se tratando dos "vencedores", da burguesia / brasileira e seus auxiliares, não seria legítimo ao historiador interrogar-se sobre o significado dos eventuais louros / da vitória? Em que medida, também, a vitória burguesa sobre / as classes populares não esconde seu papel subalterno em escala mundial, seu lado de "vencida"? Não para colocá-la ao lado dos vencidos, como fez uma certa estratégia de alianças de classe no Brasil, confiante de qualquer modo e apesar da história, na "missão progressista" de uma fração da burguesia nacional. Pelo contrário: recuperar o lado de "vencida" da burguesia é continuar a crítica do capital no Brasil, é revelar sua "capacidade" como classe dominante diante do proletariado, como fiel e arguta patrocinadora de ditaduras (aqui, assino/ embaixo do texto de Marilena Chauí, ao criticar a imagem do Estado-demiurgo no Brasil: o Estado não substituiu burguesia

(18): Advirto, portanto, o leitor de que encontrará, ao longo deste trabalho, várias referências ao "atraso" da sociedade brasileira, muito mais em relação à burguesia e ao capitalismo do que em relação ao proletariado e ao movimento operário, onde, pelo contrário, dessa ótica, aparecem sinais maiores de uma consciência de classe comparativamente "mais avançada" que a das classes dominantes. Reconheço, de antemão, o caráter problemático desse tipo de conceitualização e já estou disposto a rever algumas passagens, trabalho ainda impossível de ser feito com a precisão necessária, devido às minhas insuficiências teóricas, neste atual momento.

nenhuma, ele simplesmente preencheu as funções de um Estado / burguês capitalista, na era contemporânea de destruição das / forças produtivas em escala mundial, de decadência da civilização burguesa, de definhamento do conceito de cidadania, de esclerose das instituições democráticas tradicionais); e, dialeticamente, revelar sua "incapacidade genética" diante do imperialismo e do latifúndio, destruir o mito da "revolução / burguesa". E do lado dos "vencidos"? Parece-me que aí a medida deva ser outra: primeiramente, trilhar o percurso de sua derrota, apesar de quão amargo isso possa ser; reconstruir, em bora de modo necessariamente fragmentário, a economia interna de sua solidão. Devemos estar munidos de todo respeito histórico, quando adentramos este mundo: não o respeito imobilizador que não permite a crítica e transforma masoquistamente o fracasso, criando desse passado uma estranha galeria de heróis, feitos para não se tocar, tão peremptórios, retumbantes e veneráveis quanto suas faces macabras e mutiladas. Mas o respeito que recupera a experiência viva daqueles que, por alguns instantes, sonharam em vencer.

No mundo dos "vencidos", não podemos ignorar que também houve "vencedores", embora relativos como toda vitória. E, aqui, recuperamos novamente a tensão dialética entre classe e direção. Acho extremamente feliz a expressão encontrada por Kasumi Munakata em relação a esse tema, quando fala em "*vencedor entre os vencidos*", para designar a construção (e, com toda certeza, do meu ponto de vista, a deformação) de uma certa memória operária pelo discurso do PCB (19). Essa me parece uma passagem fundamental: relembro Trotsky, na sua denúncia da historiografia stalinista, ou mesmo no exemplo citado na nota 2 desta Introdução, quando adverte para as falsas imputações ao comportamento da classe (fragilidade, incapacidade, falta de consciência, etc.) que escondem, no fundo, os desmazelos e farsas / da própria direção (20).

(19): Citado por Chauí, M., *op.cit.*, p. 69, nota 44. É em torno dessa discussão que aparece um problema sério, na interessante e recente tese de De Decca, Edgar S.: Dimensões Históricas do Insucesso Político. S. Paulo, FFLCH/USP, 1979. O A. parece identificar, na análise / da conjuntura 1928-1930, o discurso do PC como expressão real do discurso do proletariado brasileiro, o que, a meu ver, é uma relação bastante discutível, em função do processo de formação do PC no Brasil, das características do movimento operário e sindical do período e dos problemas internacionais decorrentes do processo de burocratização do Comintern.

De qualquer modo, acredito que o risco maior do historiador que se volta para a memória dos vencidos, seja o de isolar a análise, parecendo tornar possível uma "*história operária*", tão pura quanto abstrata, porque afastada das determinações da luta de classes e fora de seu movimento real.

Na Parte II deste ensaio, tento apontar algumas características e problemas da prática cultural da classe operária em / formação, em sua dupla articulação com o discurso da vanguarda anarquista e com a ideologia dominante. Nesta parte, evitei igualmente isolar a questão cultural do contexto em que foi produzida, isto é, o movimento operário e a luta de / classes. Uma observação deve ser feita, neste ponto, sobre a dificuldade de se pensar globalmente, em termos nacionais da sua diversidade social, uma classe operária tão heterogênea e tão díspar nas suas expressões regionais. Este é um obstáculo não só para o historiador, mas igualmente para partidos e organizações que pretendam aglutinar um proletariado disperso por oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados. Claro, existe uma concentração considerável não só da força/ de trabalho, mas do próprio movimento operário e das questões por ele colocadas. Mesmo assim, procurei, em todo o trabalho, nunca perder de vista o caráter nacional/internacional do proletariado como classe, especialmente na parte I, e não cinscunscrevê-lo aos limites geográficos de uma região particular (mesmo que essa região seja decisiva do ponto de vista numérico ou do movimento da classe). Mas, ao mesmo tempo, certos processos específicos, como a atividade cultural/ ligada aos grupos anarquistas, foram analisados mais detidamente nas regiões em que se desenvolveram com maior nitidez/ (é o caso indubitável de São Paulo) e onde, por consequência, a documentação historiográfica é mais rica. Esta tendência, em "*regionalizar*" a análise, esteve mais presente, portanto, na parte II, apesar de que, também aí, sempre que possível, indiquei elementos de comparação com processos análogos ou diversos ocorridos simultaneamente em outras regiões/ do país, e mesmo internacionalmente.

(20): Cf. Trotsky, L.: *A Revolução Desfigurada*. Rio de Janeiro, Civ. Brasil., 1977; cf. também, do mesmo A., "*Classe-Partido-Direção*", op.cit.

Na parte II, também aparece uma desigualdade de tempos na escritura dos capítulos e nas preocupações que os moveram, que gostaria de sublinhar aqui. O cap. 6 é um desdobramento, revisado e modificado, de um trabalho inicial sobre o tema, contemporâneo dos caps. 2 e 3 (final de 1976). Trata-se, sem maiores pretensões, de uma primeira aproximação ao tema-objeto da pesquisa, inaugurando, por assim dizer, uma plataforma/histórica, de onde se desenvolveria a discussão nos capítulos subsequentes. É por isso que resolvi iniciar a segunda parte com ele. O cap. 7, teve uma primeira versão, depois corrigida e ampliada, no início de 1979 (21). Serviu para mim, neste trabalho, e espero que também para o leitor, como uma espécie de resenha crítica do anarquismo e anarco-sindicalismo: boa parte do material que cita não é inédito, com exceção, talvez, das referências primárias sobre o 3º COB e o Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, em 1920.

Porém, o objetivo não foi o de inovar, neste capítulo, e sim o de localizar, sinteticamente, a presença das correntes anarquistas no movimento operário brasileiro, pois é em torno de sua atividade político-cultural específica, que se situará a crítica desenvolvida nos três capítulos finais. O balanço da experiência anarquista, esboçado no último item do cap. 7, também não é uma criação minha, mas se baseia, em boa medida, nas análises de Boris Fausto (no caso do Brasil) e Julio Godio (no caso argentino, possibilitando uma ótica mais geral), pois ainda estou convencido, em que pesem nuances e ressalvas sempre positivas, de sua inteira pertinência.

Os três capítulos finais são de fabricação contemporânea a esta Introdução, neste início de nova década, marcados pelo calor da hora, pela emoção de um tema por si só contagiante, conforme adentramos a sua complexidade, pelo desejo motivante de colocar um ponto final (provisório como todos os pontos) numa matéria histórica ainda tão pouco trabalhada e inesgotável em questões para o pesquisador. No cap. 8, retrabalho e aprofundo alguns elementos apenas levantados no cap. 6. No cap. 9, cujo título resolvi adotar como nome geral do traba-

(21): Cf. Hardman, F. Foot: "Anarquistas e Anarco-Sindicalismo no Brasil", (cap. LXXVII) in Brasil História vol. 3, op. cit.: 311-321.

lho, desenvolvo o que pretende ser uma discussão crítica sobre as contradições e problemas da "política cultural" anarquista no Brasil. E, finalmente, tento evidenciar os efeitos/da presença cultural do proletariado e das correntes libertárias no intrincado panorama literário pré-modernista da sociedade brasileira, tema do cap.10, que não pretende ser uma / "conclusão final", mas simplesmente um epílogo transitório, como a própria vida dos trabalhadores e militantes que viveram/ o drama histórico de que pálida e fragmentariamente nos aproximamos neste ensaio .

Gostaria de terminar, incorporando alguns elementos da pequena história da produção deste trabalho, que se mistura, de forma irreversível, a alguns capítulos da biografia de seu autor. Sem dúvida, é uma trajetória, além de intelectual, marcadamente afetiva. Nela também se mistura um punhado de pessoas importantes, razão pela qual estas linhas finais representam, também, um tributo de gratidão.

Se eu estivesse começando um livro de memórias, poderia iniciar assim: *"tudo começou naquela manhã primaveril de 1970 , quando visitei o campus de Barão Geraldo e me ocorreu fortemente a certeza de adentrar uma fazenda"*. O sol forte, o mihharal, a Universidade vazia (era semana da pátria): essas / são algumas imagens da minha primeira ida à ainda então UEC, antes da sigla tipo brasil-70, UNICAMP. Quem me levou até lá foi o Décio Saes, amigo de um professor do colégio que terminava: entre assustado e curioso com a promessa de um alto saber - li, no catálogo do vertibular, a palavra comprida / e-pis-te-mo-lo-gia que o Fausto Castilho inventara para uma / das disciplinas do novíssimo IFCH - emigrei de São Paulo para Barão. Foi uma aventura, em variadíssimos sentidos, e uma longa viagem de difícil retorno.

Assim, devo ao Décio Saes aquela primeira carona, no mínimo , porque sem ela não estaria, aqui, agora, 10 anos depois, me recordando. Dos meus colegas de graduação, poderia enumerar / vários. Tem, entretanto, uma figura que se sobressai numa amizade duradoura e num debate político e intelectual permanente: Armando. Sua presença puxa um fio da memória que desencadeia/ todo um universo da nossa vida de "estrangeiros" em Campinas, passando pelas repúblicas da Av. Anchieta, Ferreira Penteado,

meu primeiro emprego registrado n' O CURSO, a rapaziada boa / d' A Toca, os pioneiros do IFCH, o grande Márcio, Rachid e - nossas equipes, a bela e doce Roseli, a chegada do endiabrado e pequeno Zé Luiz, toda a geração paulistana de minha adoles - cência que indiretamente carreguei para lá, e que se foram / bem antes de mim, com exceção da Malu, mãe da Júlia, única / sobrevivente - "*em certo sentido*", corrigirão os gramáticos - do naufrágio da década passada. Sem falar do Xô, pássaro elé - trico daquela cidade.

Em 1972, Paulo Sérgio, a quem devo o apoio moral e intelec - tual decisivo, de sua orientação e amizade, em momentos-cha - ves da minha vida, propôs-me um projeto de Iniciação Cientí - fica na FAPESP. Topei e, entre 1973-1974, realizei exaustivo levantamento bibliográfico sobre o trabalhador urbano no Bra - sil, que me foi muito útil na familiarização com o material / historiográfico de onde nasceria, depois, o projeto de mes - trado. Este também foi patrocinado pela FAPESP (1975-76), a quem agradeço formalmente aqui, pelos 4 anos de bolsa que / permitiram a conclusão do bacharelado e a realização dos crê - ditos do mestrado. Mas como é que despertou-se em mim o in - teresse pelo tema da cultura e do modo de vida operário?

Me bacharelei, junto com ciências sociais, em refluxo. No re - fluxo, a classe operária desaparece de cena política: sua / presença é subterrânea, invisível a olhos desatentos. Acho / que essa circunstância explica, em parte, meu interesse pe - lo plano da vida operária. Mas tem alguns elementos biográfi - cos que também foram decisivos. Sou nascido e criado num dos bairros operários e fabris mais antigos de São Paulo: a Lapa. Embora de origem pequeno-burguesa, convivi, na minha infân - cia com marcas irremovíveis do mundo operário: a paisagem / ferroviária; a fábrica de fósforos Fiat Lux na Vila Anastá - cio, velhíssima, fim da linha do bonde do bairro; os apitos / fabris que igualmente regulavam minha noção do transcurso do dia; o sotaque italianado nas ruas.

E, depois, em Campinas, os dois anos de Vila Industrial, a paisagem da FEPASA e minha caderneta quilométrica interminá - vel foram decisivos. Aqui neste espaço também se localiza mi

nha história com Misa, ligada a vários relatórios da Fapesp/ e à magia da própria Vila Industrial, que são gente como Moni quinha e Ermelindo Tadeu, nossos vizinhos, possa, quem sabe, avaliar. No começo de 74 escrevi um pequeno texto que falava de trens, operários, numa atmosfera estranha a um relatório/ de Fapesp, motivo de acirradíssima contenda com meu Orientador. O texto saiu na Sibila nº 6, ilustrado pelo Edgard e To ninho, que junto com a turca Célia, guardam este canto de folha. Acho que o Orientador tinha razão, por isso que o tex to acabou saindo na Sibila: "Amargo Obrero" era uma marca de vinho que vi no metrô de Buenos Aires, cidade maravilhosa / que aparece nesta ponta, que conheci a primeira vez em 72 / com Ana Lúcia, que assim também tem sua participação nesta / história. Buenos Aires, sem dúvida, também tem a ver com o "espaço operário". Esta noção, que apresentei num trabalho / para a seleção ao mestrado foi durante criticada. Com razão, hoje atesto. Meus delírios em torno do "espaço operário" ti nham suas razões objetivas, como estou tentando explicar. Mas eram, no fundo, uma retomada da utopia anárquica, algo seme lhante ao lugar do desterro, da "comunidade" operária isola da do social e da história.

Há poucos dias, quando Helena me apresentou o poema sobre a estrada de ferro Great Western, de Jorge de Lima ("G.W.B.R.") fiquei surpreso com a semelhança de imagens, em que pese a diferença de estilo, em relação aos meus textos citados aci ma, em especial, o da Sibila:

"seus carrinhos de caixa de fósforos marca olho";
 "o condutor, de bigodes parnasianos";
 "cartazes do Elixir";
 "(a estrada de ferro)minha primeira mestra de
 paisagem";
 "Foi o maquinista que chamou uma menina da margem
 Ela conhece o apito".

(do poema "G.W.B.R.")

Muitas discussões foram importantes na trajetória desta pes quisa, já na pós-graduação. Paulo Sérgio e Michael Hall me / exercitaram nas manias de arquivista, na ida às fontes docu mentais, combinando isso com uma vasta bibliografia de refe rência internacional, o que torna a visão dos processos mais integrada. Michel Debrun sempre me incentivou e provocou vã-

rias perguntas frutíferas. Boris Fausto me deu a certeza de que estava num rumo promissor, ainda na fase inicial do projeto. Dêcio Saes em muito ajudou, com o rigor da sua crítica. Antonio Cândido deu um curso muito proveitoso em 75, no tocante à análise ideológica dos textos literários. Alí fiquei conhecendo Arnoni, cuja amizade "cartográfica" cultivo, em reencontros surpreendentes, até hoje: trocamos impressões sobre nossas pesquisas que sempre vieram a calhar. Zé Miguel, bem, esse seria um capítulo à parte, imenso; fica aqui registrado apenas, por ora, o seguinte: nossas noites de delírio/são incríveis momentos de lucidez poética, fundamentais para qualquer tese, inclusive esta. Luiz Orlandi, com sua desconfiança permanente no discurso científico, tem algum dedinho/nisso tudo. Ricardo Maranhão, com quem ainda nesta última madrugada renovei velha amizade, tem o privilégio de ter sido meu professor de História do Brasil no cursinho Equipe, há 10 anos, cujos esquemas de aula plagiei integralmente num cursinho de Campinas, 2 anos depois. Além disso, o Maranhão/tem o privilégio de ter sido detido, carregando alguns dos meus grossos relatórios científicos da Fapesp, inexplicáveis nos porões da polícia política. E, além do mais, ele tem o privilégio da minha colaboração no vol. 3 da série / "Brasil História" (SP, Brasiliense), cujos capítulos foram uma primeira tentativa de sistematização, numa linguagem pública, de minhas pesquisas sobre o tema deste trabalho. Quanto ao Haquira, seria outro longo capítulo à parte: resumindo muito, digo que nossos discursos e nossas vidas tem tido bastante coisa em comum, principalmente depois do meu retorno a São Paulo. Sabemos compartilhar esta cidade de uma maneira / que só o tempo ensina: e isto é vital, inclusive para nossa encarnada amizade. E, com o Victor, eterno viajante deste século, tenho aprendido a compartilhar a simultaneidade de espaços, elemento básico numa tese como esta, que trata de uma classe internacional. Brasília, Campinas, Araras, Souza, S. Paulo, Santos, Maceió e, agora, João Pessoa. Victor é o companheiro leal de momentos difíceis, o incansável colaborador na pesquisa e na escrita, o interminável narrador de lorotas, todas altamente recuperáveis do ponto de vista histórico. Nossos últimos serões, em Santos, foram determinantes no rumo / das coisas; a ele devo, em particular, a discussão e colaboração que possibilitou a feitura dos caps. 1, 4 e 5, redigi-

dos numa primeira mão em Santos, em outubro passado.

O período 1978-79 esteve decididamente marcado pelo meu trabalho com Fábio Landa, nós sabemos muito bem porque e em que tão vasta medida. Aos "*companheiros de viagem*" daquele período, minha completa gratidão, em especial ao César, que ainda/me acompanha. As brincadeiras com Fábio Landa foram matéria-prima da minha vida recente: a ele, em particular, dedico este trabalho cujo impulso final deriva, em grande parte, de nossa riquíssima convivência.

Dedico a meus familiares (pai, avô, mãe e irmãs) o feliz acaso de ter nascido na Lapa. À Diva por tudo, em particular pelo lindo postal do Vulcão Poás que me enviou da Costa Rica há um mes, contribuição merecida para o capítulo final.

Castilho, cuja estima pessoal e respeito profissional ressaltado aqui, acompanhou-me em dois longos anos de gratificante / trabalho comum na Editora Kairós. Castilho sempre soube valorizar nosso trabalho e sua humildade esconde uma grande alma. Excelente figura, a desse editor, que sabe ler com sabedoria/ os meus prefácios.

Dos ex-professores e colegas do Colégio Palmares, onde trabalhei entre 1977-79, desejo citar a incrível figura de João Ribeiro, meu professor de Literatura há 12 anos atrás. Minha experiência neste período, no magistério secundário, foi a melhor saída para quem ficou trancado 6 anos nos muros da Universidade. A revitalização da linguagem foi o melhor aprendizado que tenho feito com meus alunos e João tem estado comigo neste barco.

Dos poucos amigos, lembro o velho e sempre presente Lelê, gente fina, junto da barriguda Uchi: sou padrinho deles.

Helena, se não bastasse todo amor e carinho, atravessou comigo esta reta final, dando uma mão indispensável nas anotações da leitura de microfichas. O que seria dos fabricantes de teses, sem as suas namoradas?

A adorável e bela Esther Tenzer batalhou horrores na datilografia e revisão de boa parte do texto, trabalho complementado pelas mãos de Sandra e da gentil Dna. Nerah. E a Edna, que lá da cozinha, impediu que me interrompessem nas horas de aperto, merece um cuzcuz.

Cidade de São Paulo, bairro de Pinheiros,
madrugada de 21 de Março de 1980 (início
do outono).

♦ FRANCISCO FOOT HARDMAN

PARTE I

SITUAÇÃO DO PROLETARIADO INDUSTRIAL NO BRASIL

(DAS ORIGENS A 1930)

Capítulo 1 - "O MORTO AGARRA-SE AO VIVO" *

O aparecimento do proletariado industrial, em pleno Brasil imperial e escravista, não nos deve conduzir a uma visão idealizadora sobre as reais condições e possibilidades de desenvolvimento do movimento operário, na sociedade brasileira do período estudado. Ou seja, como colocar na ordem do dia a questão da completa independência de classe do proletariado - o que implica a afirmação do socialismo não só como teoria, mas como prática revolucionária - quando as velhas classes proprietárias do Império dividiam seus privilégios políticos montados sobre o prolongamento do sistema de trabalho escravo e o monopólio da terra? Como falar em abolição do proletariado e, portanto, de todas as classes, antes mesmo de se concluir a luta pela abolição da escravatura e da monarquia?

A análise do pensamento e da prática dos primeiros porta-vozes do "socialismo" no Brasil do século XIX revela o caráter contraditório e eclético, fluido e confuso, que penetrava as primeiras formulações desse conceito. Isso era expressão, em última análise, do atraso sócio-econômico e cultural de uma nação semi-colonial. Na obra pioneira de José Inácio de Abreu Lima, publicada em Recife, em 1855, um misto de evolucionismo, positivismo e racionalidade iluminista se mesclavam com um indisfarçável cristianismo cônico da benignidade humana; o socialismo não passa de uma determinação da vontade divina:

"O socialismo não he uma sciencia, nem uma doutrina, nem uma religião, nem uma seita, nem um systema, nem uma idéa: he mais do que tudo isto, porque he um designio da Providência." (01)

O jornal O Socialista da Província do Rio de Janeiro, surgido em 1845, afirmava em seu primeiro número os objetivos a que se propunha:

"Assim pois o Socialista tratará de agronomia prática, economia social, didática jacotista, política preventiva e medicina doméstica, e sobretudo de Socialismo, ciência, novamente explorada, da qual basta dizer, que seu fim é ensinar aos homens a se amarem uns aos outros"(2)

* "Le mort saisit le vif" (K. Marx, O Capital).

A política "preventiva" deste periódico era levada às últimas consequências, a julgar pelos anúncios de escravos fugidos que publicava regularmente nas suas páginas!

Em outro contexto histórico, na Europa da revolução industrial e das revoluções políticas do século XIX, Marx e Engels, no Manifesto de 1848, ironizavam a extensa literatura de cunho "socialista e comunista" surgida até então, revelando uma amálgama de tendências que iam do "socialismo feudal" ao "socialismo pequeno-burguês". A crença no progresso universal e na obra regeneradora da educação dos pobres e bárbaros recebia a alcunha de "socialismo", espécie de panacéia para todos os males.

A análise das divergências e diferentes posições existentes no seio da Liga dos Comunistas, no esboço histórico escrito por Engels, serve para se ter uma noção aproximada das contradições, inconsistências e extrema fluidez desse primeiro partido operário da história. Práticas anacrônicas das antigas sociedades secretas, intelectuais e artesãos uniam-se como núcleo político organizado da classe operária: desde ali, entretanto, o processo molecular de afirmação política do proletariado já se esboçava. Temos que entender esses limites e contradições como aspectos inerentes à história do movimento operário e não como epifenômenos exteriores a ele. Nesse sentido, a referência à Liga vale apenas como advertência para a extrema fragilidade ideológica e política das primeiras organizações operárias. Fraqueza esta que decorria, em grande parte, da debilidade social do próprio proletariado, ainda pouco concentrado numa Europa continental que mal havia iniciado sua industrialização no período anterior a 1848. O exemplo da Liga dos Comunistas mostra como, apesar de serem corretas as propostas do Manifesto redigido por Marx e Engels e adotado como programa da Liga, a fraqueza social do proletariado, composto ainda em sua maior parte por semi-artesãos, condicionava e limitava sua atuação. Apesar de tudo, Marx e Engels combateram lado a lado desses visionários, lutando, evidentemente, pela primazia de suas posições (03).

Processo análogo repetiu-se no primeiro partido internacional do movimento operário, a AIT. Socialistas utópicos, bakunistas, falansterianos, proudhonianos, positivistas e marxistas reuniam-se em Londres, Genebra e Bruxelas para unificar seus pontos de vista, coisa quase impraticável. Entretanto, nenhuma ilusão Marx e Engels tiveram, sobre as viabilidades mais amplas desta precoce Internacional, da qual participavam sociedades de socorro mútuo e cooperativas. Eles combateram no interior desse organismo que ajudaram a construir, democraticamente, pela preponderância do socialismo científico sobre as mais diversificadas concepções. O sectarismo, entendido a partir de sua acepção primitiva (= "espírito de seita"), esteve muito mais presente, neste caso, do lado dos anarquistas, entre eles, os conspirativos partidários de Bakunin e Blanqui. (04)

Em sua polêmica com Proudhon, Marx se debate contra o sectarismo dogmático do seu adversário, face à realidade viva e complexa do movimento operário. Na conclusão de Miséria da Filosofia, Marx defende o ponto de vista de que todas as formas de luta, experiências embrionárias e particulares de organização sindical devem ser recuperadas - como as greves, ligas e uniões - precisamente pelo sentido geral de conteúdo político e revolucionário que elas apontam, não no futuro abstrato, mas no presente histórico de seu desenvolvimento como processo único, vivo e complexo. Contra "o medo real de uns e o desprezo transcendental de outros" pelo movimento real criado pelos operários, para além das vontades e intenções subjetivas dos seus escritores, Marx adverte: "Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Jamais haverá movimento político que não seja ao mesmo tempo social". (05)

Se na Europa industrializada, dos anos 1870, a desigualdade de tempos e a combinação de formas era uma característica marcante das peculiaridades nacionais do movimento operário, em certos países relativamente mais atrasados, como Itália, Portugal e Espanha (e mesmo em países mais avançados que os acima citados, embora de revoluções burgue -

sas tardias em relação à Inglaterra, como era o caso de França e Alemanha) (06), que dirá no Brasil do latifúndio, da monarquia escravista e do atraso semi-colonial? A condição da classe operária na nação brasileira enfrentava as duras contradições da transição ao capitalismo industrial, descritas por Marx num dos prefácios d'O Capital, cujo trecho abaixo Engels transcreveria, significativamente, num artigo sobre a situação política da Itália, já em 1894; dizia Marx que o movimento operário sofria tanto pela existência de um certo "desenvolvimento da produção capitalista, como pela ausência deste desenvolvimento" (....) "Além dos males da época atual, temos que supãrtar uma longa série de males hereditários provenientes do vegetar contínuo de modos de produção antigos e caducos, com as respectivas relações políticas e sociais anacrônicas que eles engendram. Temos que sofrer não somente por causa dos vivos, mas ainda por causa dos mortos. Le mort saisit le vif." (07)

Os fantasmas da casa-grande ainda estavam vivos, arrastando correntes não somente à noite, para atrelar os primeiros proletários brasileiros a um rígido sistema definido apropriadamente como de servidão burguesa (08). Casos limites do caráter ainda pré-capitalista do sistema fabril implantado no século XIX, podem ser avaliados pela violência institucionalizada, por exemplo, nos artigos de um Regulamento externo (vilas operárias) e interno (fábrica) para os operários da pioneira Fábrica do Cedro, fundada em 1872, no interior de Minas Gerais:

"É PROIBIDO (externo):

Art. 019 - Consentir ou dar em casa jogos, batuques ou reuniões imorais, consentir bebedeiras, desordens, espancamentos e tudo mais que perturbar o sossego público.

Art. 029 - Invadir quintais ou casas. Subtrair frutas, galinhas, roupas ou outro qualquer objeto. Inquietar ou faltar o respeito às famílias.

Pena para os Arts. 019 e 029 - Multa de Rs. 5\$000 - Rs. 10\$000 - na reincidência - Expulsão pela 3a. vez - além de usar dos direitos que a

lei concede nos casos de furtos, etc.

(...)

Art. 089 - Fazer algazarras pelas ruas, praças ou casas, perturbando o sossego público - principalmente depois das nove horas da noite.

(...)

Art. 109 - Criar porcos, cabritos ou carneiros soltos nas ruas, devendo ser peiadas as cabras que amamentarem as crianças.

Art. 119 - Engordar capados soltos nos quintais, conservar sevas imundas, que incomodem os vizinhos.

Art. 129 - Utilizar-se de imóveis, materiais, ferramentas, utensílios, lenhas ou quaisquer objetos pertencentes à fábrica."

"É PROIBIDO (na fábrica):

(...)

Art. 129 - Trabalhar assentado ou outra qualquer posição inconveniente ..." (09).

Dentro deste quadro, imagine-se a precária e tênue linha que ia demarcando, na trajetória do movimento operário brasileiro do final do século XIX, sua diferenciação política de classe. Quando os partidários de França e Silva, do minúsculo Partido Operário do Brasil, chamam a votar no vice-almirante Eduardo Wanderkolk para o Senado, nas eleições de 1890 para a Assembléia Constituinte, percebe-se muito bem os limites e contradições do terreno de classe dos interesses políticos próprios do proletariado, cuja linha demarcatória ainda estava muito longe de ser definitivamente estabelecida. Nas mesmas eleições, portanto, Roberto Benjamin e França e Silva se apresentaram como candidatos operários, representando não a burguesia ou os militares, mas o Partido que haviam acabado de formar: os 804 votos somados por ambos indicam a fragilidade político-eleitoral do operariado a que se propunham representar (10).

As contradições expressas por este exemplo tirado da política

eleitoral não eram tipicamente originais do Brasil. Na velha Inglaterra, berço prematuro do capital e modelo clássico da civilização industrial e da concentração proletária, somente em 1892, nas eleições legislativas, surgiria um esboço de "partido operário" distinto dos tradicionais agrupamentos burgueses (conservadores e liberais). Nas várias circunscrições onde se candidataram operários socialistas e independentes frente aos partidos oficiais, vitórias sem precedentes foram alcançadas; entretanto, em outros distritos, mantinha-se a tradição das trade-unions e do "socialismo doutrinário" em apoiar candidatos do partido liberal (11). Na Itália, na mesma época, os operários estavam na iminência de se aliarem aos setores republicanos e radicais de tradição mazziniana, vinculados a burguesia liberal e à pequena burguesia democrática, em consequência do atraso político do proletariado na sua própria organização como partido independente (12). Em geral, até o início da Primeira Guerra Mundial, as burguesias nacionais de certos países ainda estavam em relativo ascenso político contra os últimos escombros do antigo regime. Nesse momento, o capitalismo ainda desenvolvia as forças produtivas. Essa situação seria modificada, por completo, a partir da plena configuração da era imperialista, a partir de 1914; porém, não é este o período histórico que estamos analisando, ao abordarmos as origens do movimento operário no Brasil, no sec. XIX.

No Brasil, o fim da monarquia e da escravidão, o afluxo imigratório - que alterou quantitativa e qualitativamente as características da população operária - além do surto industrial, na última década do século passado, permitem vislumbrar um crescimento geral das forças produtivas, sob a égide da burguesia cafeeira e do novo regime republicano. É dentro destes parâmetros que se desenvolve o contraditório reformismo dos primeiros dirigentes operários socialistas. A fragmentação da consciência de classe e de sua organização material pode ser percebida, por exemplo, pelo exame da petição encaminhada ao Congresso Nacional em 25 de Agosto de 1891 por vários representantes das "coletividades operária e proletária da Capital Federal". O documento encami-

nha aos "ilustres cidadãos representantes da República" os seguintes projetos:

- a- decretação de um abatimento de 50% nos gêneros de 1.ª necessidade importados;
- b- aumento de todos os impostos sobre bens supérfluos, de fantasia e de luxo;
- c- nacionalização do comércio;
- d- controle e diminuição da taxa dos aluguéis de habitação;

A petição era assinada, após as saudações positivistas de "saúde e fraternidade", por: Antonio Joaquim Dias da Silva, presidente geral do Congresso Operário e representando a Liga Operária de Pelotas, RS; Francisco Ortiz, chefe do Partido Operário do Estado do Rio de Janeiro; Francisco Pereira, presidente do Partido Operário da Paróquia de S. Cristóvão; Augusto Theodoro, presidente do Partido Operário de Itabira do Mato de Dentro, MG; Antonio Tavares Bastos, presidente do Partido Proletário do Brasil (13). O teor das reivindicações constantes desse apelo e a extrema fragmentação organizativa e geográfica desses embrionários e frágeis "partidos operários" (da paróquia de S. Cristóvão ao Brasil) ilustra o momento transitório e difícil, de formação do proletariado, que se assistia ao ter início a República.

O proletariado nascente, duplamente oprimido por sua condição de assalariado e de estrangeiro estava, social e politicamente, isolado, inclusive em relação a outros setores que seriam, em potencial, seus aliados: por exemplo, a pequena burguesia. É claro que se tratava de um isolamento relativo, mas o testemunho de Everardo Dias revela as dificuldades reais que o operariado encontrava no processo de sua inserção na vida republicana:

"Os líderes sindicais eram considerados agitadores perigosos, indivíduos delirantes ou impostores que queriam viver à custa do proletariado (...) Quando um elemento da pequena burguesia se incorporava à falange dos teóricos e se propunha trabalhar pela elevação moral, cultural e social do trabalhador isso era considerado

um escândalo clamoroso, um fato horroroso. 'Vejam! Fulano metido com essa gente! ' Se era advogado, ficava sem clientes; médico, tinha que fechar o consultório; professor, ficava sem alunos; empregado de banco, cartório ou comércio, era advertido, censurado e posto no olho da rua; ninguém queria prosa com ele. A fome rondava seu lar, a polícia vigiava-o hostilmente." (14)

Engels, ao analisar a revolução e contra-revolução na Alemanha de 1848, faz um diagnóstico completo da situação das classes sociais naquele país e aborda de maneira concreta o caráter desigual e combinado do proletariado e do movimento operário emergente, em cujo interior várias condições de existência, formas de produção e, portanto, idéias e projetos políticos se confrontam (15). Em que pese todas as diferenças históricas entre o desenvolvimento do capitalismo prussiano e as características do surgimento e crescimento do sistema de produção capitalista no Brasil, aqui também, no final do século XIX, o movimento operário iria brotar em condições históricas que articulavam, no mesmo espaço e momento, elementos materiais e aspectos sociais pertencentes a camadas de temporalidade das mais diversas épocas. Formas desiguais combinavam-se num único processo e as várias faces do movimento real sedimentavam-se numa totalidade viva e contraditória; os novos projetos da vanguarda socialista integravam-se com algumas das utopias mais antigas provenientes do movimento operário europeu, num mesmo curso histórico.

As últimas conquistas do proletariado internacional, como a fundação da Segunda Internacional, em 1889, iriam se combinar aqui com a fluidez política de uma classe operária superexplorada, cujas portavozes não eram imunes ao atraso em que o sistema capitalista mundial e as classes dominantes locais haviam mergulhado a nação. "Tel maître, tel valet." (16). Porém, essa constatação, se deve servir para não idealizarmos um proletariado que gostaríamos de ver, não deve, por outro lado, permitir uma visão simplista e objetivista que poderia se resumir assim: "se a burguesia é atrasada e incapaz, o proletariado,

idem; portanto, torna-se inviável uma direção revolucionária para as lutas do movimento operário". A história das revoluções proletárias no século XX basta para refutar este tipo de concepção. Na Rússia atrasada o proletariado tomou o poder em 1917; na Alemanha avançada foi derrotado na revolução de 1918. O que mostra que partidos e programas não são meros apêndices da história do movimento operário, nem reflexos passivos das condições objetivas.

No Brasil, a luta pelo socialismo já aparecia de forma sintomática, nos primeiros anos da República. Em jornais socialistas como O Socialista (São Paulo), Democrata Social e Echo Operário (Rio Grande do Sul), da decisiva década de 1890, apesar de todas as confusões - arroubos colaboracionistas próprios do reformismo social-democrata - encontraremos análises de classe, do ponto de vista do proletariado e, certamente, as mais apuradas que se faziam na sociedade brasileira, sobre os limites da república burguesa e as questões não resolvidas. Mesmo em relação às expressões mais radicais da ação política da burguesia liberal e da pequena burguesia urbana - como o jacobinismo - esses porta-vozes da classe operária marcam claramente uma diferenciação. Na fronteira de classe que, em esboço, se descortinava, para o proletariado, " do jacobinismo ao socialismo há a mesma distância que do Pólo Norte ao Pólo Sul." (17)

Capítulo 2 - REGIME DE FÁBRICA E OPERÁRIOS URBANOS

Caminhando pelas ruas de um bairro industrial qualquer, os ruídos característicos das máquinas ou a arquitetura das fábricas trazem logo à tona o ritmo e aspecto próprios do mundo da produção. Para trás ficaram as ruas do centro comercial e urbano, dominadas pelo movimento ruidoso e apressado da circulação de mercadorias. É preciso ir além para desvendar as diferenças e relações entre essas paisagens típicas da cidade industrial: "Iremos, portanto, ao mesmo tempo que o possuidor de dinheiro e o possuidor de força de trabalho, abandonar esta esfera barulhenta onde tudo se passa à superfície e aos olhares de todos, para segui-los até o laboratório secreto da produção sobre cuja soleira está escrito: É proibida a entrada de estranhos ao serviço (inglês no original). Ali, iremos ver não só como o capital produz, mas ainda, como ele próprio é produzido. A fabricação da mais-valia, este grande segredo da sociedade moderna, irá enfim se revelar. A esfera da circulação de mercadorias onde se realizam a venda e a compra da força de trabalho, é em realidade um verdadeiro Éden dos direitos naturais do homem e do cidadão (...).

"No momento em que saímos desta esfera da circulação simples que fornece ao livre-cambista vulgar suas noções, suas idéias, sua maneira de ver e o critério de seu julgamento sobre o capital e o regime de salários, vemos, ao que parece, operar-se uma certa transformação na fisionomia dos personagens de nosso drama. Nosso velho homem das moedas toma a dianteira e, na qualidade de capitalista, caminha na frente; o possuidor da força de trabalho lhe segue atrás como seu trabalhador; o primeiro, com o olhar de escárnio, um ar importante e atarefado; o segundo, tímido, hesitante, teimoso, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado, e não pode esperar nada mais do que vê-la ser curtida." (18)

O proletariado industrial é a classe explorada que vive pela primeira vez na história tal contradição: produtores de mais-valia e su-

bordinados ao capital no interior da fábrica; cidadãos livres e "iguais" enquanto indivíduos membros da sociedade burguesa. Mas tal separação de fronteiras entre a "esfera barulhenta" da circulação e o "laboratório secreto" da produção é necessária à própria unidade da dominação do capital.

Esta parte apresenta alguns aspectos históricos dessa questão, no caso do Brasil, durante a Primeira República. Teremos, então, esboçado esse percurso do proletariado fabril nascente: percurso que acompanha sua jornada de trabalho dentro da fábrica, as condições concretas de sua atividade produtiva e, em seguida, seu comportamento social para além dos muros da fábrica, suas condições reais de vida.

Cidade e Indústria

Não se pode estabelecer uma relação causal mecânica entre urbanização e industrialização na história do Brasil. As cidades que iriam converter-se nos principais centros industriais do país possuíam um incipiente grau de urbanização, via de regra, e isto, anteriormente ao surgimento das primeiras fábricas. Claro está que as cidades brasileiras no século XIX, em meio às heranças do sistema colonial e à presença do escravismo, eram ainda pequenas, em sua maioria, e sua fisionomia urbana bastante restrita. São Paulo, por exemplo, iniciava um desenvolvimento urbano a partir de 1870, em grande parte ligado ao movimento do capital comercial e financeiro da economia cafeeira. Rio de Janeiro e Salvador deviam sua rede urbana em boa parte à situação específica de capitais administrativas, na colônia e no império. Recife surgira como centro urbano em estreita relação com a economia açucareira nordestina. Belém era um pólo administrativo da colônia que aglutinava as relações de norte com a metrópole. E Rio Grande, mais do que Porto Alegre, no século XIX, surgia como porto estratégico no comércio do sul com a região Rio - São Paulo.

De qualquer modo, o espaço urbano surge como uma das condições favoráveis à formação e desenvolvimento do capital industrial. Em que

sentido, basicamente, a cidade é condição para a indústria? Pode-se dizer que a cidade, ao concentrar certas atividades econômicas, acaba por criar uma base de serviços necessários à circulação e distribuição das mercadorias industriais, bem como do capital (dinheiro, matérias-primas e máquinas) a ser investido na produção fabril: assim, todo o sistema comercial e financeiro (armazéns, lojas, bancos, créditos, etc) e também o sistema viário e de transportes, os serviços de energia elétrica etc. formam um conjunto de atividades indispensável à indústria.

Por outro lado, a cidade, enquanto aglomerado populacional, possui uma dupla função essencial à produção de mais-valia na fábrica e sua realização como lucro do capitalista: a) a cidade configura-se como um mercado de consumo, amplo e organizado segundo as razões do capital industrial, absorvendo as mercadorias saídas da fábrica; b) a cidade propicia a formação de um mercado de trabalho livre assalariado, que é a condição principal, entre todas, para a instalação da fábrica moderna como produção capitalista de bens. Esse mercado de trabalho implica na existência de um contingente de proletários possuidores apenas de sua força de trabalho, que se torna mercadoria disponível para os capitalistas. Conforme a população cresce, aumenta a massa de desocupados às portas das fábricas, dando origem ao chamado "exército industrial de reserva."

Se, historicamente, as cidades preexistiram às indústrias, ocorreria que, a partir do momento em que o capital financeiro chegou a dominar todas as demais atividades econômicas, ele passou também a determinar toda a expansão urbana, desde os aspectos econômicos até sócio-políticos e culturais. Até a paisagem e a arquitetura, neste ponto, submeteram-se aos ditames do capital. No Brasil, esse processo ficaria de todo patente só após 1930. Entretanto, no período anterior, a capitalização das relações econômicas tendia a influenciar cada vez mais os rumos da urbanização. Por exemplo: a expansão acelerada da cidade de São Paulo esteve subordinada ao capital comercial cafeeiro, após 1870; porém, na última década do século passado, os condicionamentos que o

capital industrial nascente provocava sobre o crescimento e a fisionomia da cidade já podiam ser notados.

No último quartel do século XIX, a população da cidade de São Paulo cresceu de forma acelerada: 23.243 habitantes em 1872; 44.030 em 1886; 64.934 em 1890; 192.409 em 1893. (19) Nota-se que o crescimento no período de apenas 7 anos (1886-93) foi superior a 300%, ligado certamente ao impulso vertiginoso da imigração européia, à abolição da escravidão e ao desenvolvimento das forças produtivas, a partir da proclamação da República. Entre as melhorias urbanas já existentes em 1890, devem-se lembrar: iluminação pública a gás em substituição aos antigos lampiões de querosene (1872); instalação de serviço municipal de águas e esgotos (Cia. Cantareira, 1877); nova e ampla Penitenciária (1877); novo matadouro e novo mercado central (1887 e 1890); ampliação dos serviços da Santa Casa de Misericórdia e criação do Asilo de Mendicância (1885); serviço de bondes com tração animal (1872); primeiros sistemas de loteamento, arruamento e construções (código de 1886); sistema ferroviário (desde 1867); calçamento de paralelepípedo de granito (ligado à produção das primeiras pedreiras, 1873). (20)

Porém, dois fatores foram decisivos no tocante às condições para instalação de fábricas:

a) uma precoce concentração de casas bancárias em São Paulo, ligada à expansão cafeeira, constituindo um relevante mercado de capitais: "Em 1889 existiam em São Paulo 5 bancos, além de 2 sucursais de bancos estrangeiros (ingleses). Destes apenas um (Banco Mercantil de Santos) tem sede fora da capital." (21);

b) a concentração crescente de força de trabalho na capital paulista, a qual se organizou como verdadeiro mercado de trabalho assalariado, com a criação, em 1888, pelo Visconde de Parnaíba, na várzea do Tamanduateí (Brás), da Hospedaria dos Imigrantes.

Assim, 1888 surgiu como marco histórico duplamente importante: final do regime de trabalho escravista e organização racional de um mercado de trabalho assalariado, condições básicas para que as relações

capitalistas de produção pudessem dominar plenamente a economia brasileira. Antes disso, em 1882, a antiga Sociedade Propagadora da Instrução Popular (criada em 1874, sob a égide do positivismo) tornara-se o Liceu de Artes e Ofícios, oferecendo aprendizagem industrial, agrícola, manual e artística; o antigo Seminário de Meninos transformara-se em 1874 no Instituto de Educandos Artífices, dedicando-se ao ensino profissional para alfaiates, marceneiros, serralheiros e seleiros; também em 1874, por iniciativa do capitalista Souza Queiroz surgira o Instituto D. Ana Rosa, como escola profissional para meninos. (22) Portanto, além de organizar um mercado de trabalho, o capital desde cedo tentava esboçar um sistema de formação profissional, preparando o trabalho dos menores aos requisitos da produção artesanal e fabril.

Os Mercados Urbanos.

Na cidade do Rio de Janeiro, a condição de sede da Corte e, depois, Distrito Federal (possuindo, portanto, uma rede urbana de energia e serviços bastante superior à de outras cidades), bem como os recursos financeiros oriundos do comércio internacional e nacional através do porto, além dos excedentes de capital gerados na primeira fase de expansão cafeeira pelo vale do Paraíba, permitiram, no conjunto, a concentração maior do capital industrial naquele centro em relação ao resto do país. Essa supremacia inicial esteve ligada também ao excedente de ex-escravos que se acumularam em torno daquela cidade, criando um exército industrial de reserva bem menos dependente da imigração estrangeira do que São Paulo. A indústria paulista iria superar o predomínio do Rio somente na segunda década do século XX.

Outros centros urbanos precisam ser tratados, quando se pensa nas relações entre cidade e indústria no Brasil do início da República. Salvador, por exemplo, a segunda cidade brasileira em população, em 1890, devido a uma estrutura urbana mais ou menos sólida e originária do período colonial, bem como a condição especial no tocante a matéria-prima, capital e trabalho (existência de uma significativa população urba

na e de homens pobres livres), acabou sendo o centro pioneiro da produção capitalista de fábrica no Brasil. Com efeito, Salvador e arredores formaram "o primeiro núcleo das atividades do ramo (indústria têxtil de algodão), de 1844 até fins da década dos sessenta, reunindo cinco das nove fábricas existentes no país em 1866". (23)

O fato de que esse surgimento prematuro de uma produção têxtil fabril na Bahia acabasse sendo superado pela indústria carioca e, depois, paulista, deve ser explicado pelos próprios mecanismos de concentração do capital industrial e da força de trabalho característicos do capitalismo. Nesse particular, deve-se perguntar sobre qual a capacidade dessa burguesia industrial, ainda regionalizada e frágil, em dominar os mercados a nível nacional. Em outras palavras, a fragilidade inicial da burguesia no Brasil, (subordinada na origem aos capitais agrário-comercial e financeiro-internacional) tem entravado, até aos dias atuais, a plena formação de um mercado nacional sob seu estrito controle. A tendência à fragmentação de suas atividades e interesses pelo território nacional, mormente na época estudada, conferiu um caráter local ou regional aos mercados de produtos industriais no Brasil. Isto levou um economista a utilizar a expressão "industrialização descentralizada" (24) que expressa, afinal, a fragilidade e incapacidade da burguesia brasileira em unificar, sob seu domínio, toda a circulação de mercadorias em nosso país. A este respeito, W. Dean mostra que, na República Velha, a proliferação de impostos interestaduais para a circulação de mercadorias criava obstáculos reais à formação de um mercado nacional de manufaturados (25).

Apesar de ter sua supremacia abalada pela indústria do centro - sul, as fábricas na Bahia mantiveram uma característica importante: alto grau de concentração de operários por unidade de produção. "A Bahia é exemplo de estado que possui pequeno número de indústrias, com grande concentração operaria: em 1910 existem 7 fábricas de tecidos com 5.230 operários, o que dá a média de 744 (operários por fábrica); em 1920, em 9 fábricas temos 7.220 trabalhadores, com a média de 802 (ope

rários por fábrica). Na fábrica de charutos Costa trabalham 1.300 operários. Como na Bahia - poucas indústrias e grandes concentrações (de força de trabalho) - são as indústrias Lundgren, na Paraíba." (26)

Belém, por outro lado, pólo urbano isolado no norte, mas como quarta cidade brasileira, em 1890, à frente de São Paulo, (27) acabou dando ensejo à formação de um contingente não desprezível de trabalhadores assalariados, em especial, nos setores da construção civil, gráfico e serviços. Havia em Belém, ao final do século XIX e início do século XX, vários jornais de imprensa popular e operária, inclusive O Socialista, "órgão comemorativo da confraternização operária", editado no primeiro de maio de 1906 e 1907". (28)

Outro pólo urbano-industrial a ser considerado neste período é Recife. O crescimento industrial verificado ali no período de 1882- 1895 esteve ligado diretamente aos seguintes fatores: a) liberação de trabalho livre, com o êxodo rural provocado pelo início da transformação dos engenhos de açúcar em usinas modernas; b) facilidade de matéria - - prima, por exemplo, no caso do algodão produzido no nordeste; c) expansão de créditos e capitais no período do Encilhamento; d) existência de um mercado de consumo regional, de tamanho razoável (no início do século XX, já havia uma rede ferroviária que ligava quase todo o nordeste). Um exemplo desse processo foi o crescimento industrial alcançado pela Cia. de Fiação e Tecidos de Pernambuco: fundada no Recife (1875), em 1888 possuía um capital de 600 contos, fábrica a vapor, 47 teares, 110 operários (dos quais apenas 4 estrangeiros); em 1895, 7 anos depois, o capital subiu a 1.200 contos, com 2 fábricas (em Madalena, 110 operários e em Torre, 400 operários), estando em construção uma terceira, ainda, em Torre, que deveria ter 1.500 operários. Essa grande indústria têxtil teve um lucro de quase 35% sobre o capital realizado, em 1891. (29)

Posteriormente, seria ao nível das dificuldades de integração da indústria recifense ao mercado nacional que se daria a perda crescente do peso da produção de Pernambuco em relação ao Centro-sul. Em 1920, o

valor total da produção do estado representava apenas 6,8% da produção nacional: as indústrias de SP, DF, RS e RJ possuíam índices de produção superiores. (30) Assim, no processo de unificação dos mercados locais, com vistas ao controle do mercado nacional, os setores mais poderosos da burguesia passaram a assumir a primazia, em detrimento dos setores menos capitalizados, como no caso da indústria têxtil pernambucana. Talvez uma das poucas exceções tenha sido o exemplo do grupo Lundgren que montou uma fábrica de tecidos em Paulista, município satélite de Recife. Houve integração indústria-comércio, pois esses industriais passaram a investir no atacado e varejo de tecidos, fundando a rede das célebres Casas Pernambucanas. Em 1920, o grupo tinha 200 lojas pelo Nordeste, depois, estendendo-se por todo o Brasil, e passando a negociar com tecidos de outras indústrias. (31)

Um exemplo claro de descentralização da atividade industrial é o caso de Minas Gerais. Possuindo forte tradição artesanal e uma urbanização precoce, como resultado da mineração do século XVIII, a indústria mineira apresentaria esse caráter de dispersão espacial, com predomínio de oficinas e pequenas fábricas. Ao findar-se o século passado, "o grande contingente populacional mineiro permitia pelo menos a proliferação de pequenas e despretensiosas unidades manufatureiras, muitas vezes de caráter doméstico". (32) É em Sobradinho e Mundo Novo, aliás, que um autor, já em 1958, foi ver de perto as transformações das relações de trabalho em pequenas e velhas tecelagens mineiras, quase engolidas pelas pontas dinâmicas do grande capital. (33) No caso da indústria têxtil, essa descentralização era bem palpável: em 1908, havia 43 estabelecimentos espalhados em 22 cidades de Minas. (34) Entretanto, não se pode exagerar essa tendência: havia já nessa época expressiva concentração da atividade industrial, seja no antigo parque fabril representado por Juiz de Fora, seja na nova capital, Belo Horizonte, de construção planejada.

Juiz de Fora, antigo terminal da estrada de rodagem saída de Petrópolis e importante entreposto agro-pecuário do Vale do Paraíba, a

ele ligado pela E.F. Central do Brasil, tornou-se, na segunda metade do século passado, um centro urbano-industrial relevante. Tecidos, cervejas, e objetos de madeira foram algumas das atividades fabris da cidade. Uma grande fábrica têxtil foi ali instalada por Bernardo Mascarenhas, que já em 1898 modernizava seus equipamentos com a utilização de dínamo e alternadores da Westinghouse. Ainda em 1889, também por iniciativa de Mascarenhas, Juiz de Fora foi dotada de uma hidrelétrica e a iluminação de querosene foi substituída pela lâmpada incandescente (processo pioneiro que deu à cidade o aposto de "Manchester brasileira"). (35)

Ainda assim, predominavam naquele estado, os pequenos estabelecimentos fabris, o que levaria Minas Gerais a possuir o maior número de empresas, em relação ao resto do país, no caso de alguns ramos como o têxtil. Por outro lado, esse grande número de unidades de produção espalhadas pelo estado levava a um baixíssimo grau de concentração por fábrica, tanto de capital (máquinas) quanto de operários. Em 1910, o número de teares e de operários por estabelecimento na indústria têxtil mineira era inferior aos índices de PE, BA, RJ, SP e DF. Esta baixa concentração acarretava uma produtividade mais reduzida do que todos esses outros centros. (36) Além disso, a dispersão industrial contribuía também para não se conseguir superar o caráter local ou sub-regional do mercado. Um exemplo claro de fracasso da atividade industrial na tentativa de compor um mercado extra-regional, em Minas Gerais, foi o caso da produção siderúrgica e metalúrgica do final do século XIX e início deste. Com a ampliação do sistema de transporte e comunicação do interior mineiro com o litoral, as mercadorias importadas venceram a concorrência da incipiente siderurgia e metalurgia de Minas Gerais.

Ora, sabemos que o barateamento do custo dos transportes, assim como das mercadorias, é expressão, entre outros fatores, do aumento da produtividade do trabalho dos operários, portanto, da capacidade dos capitalistas em desenvolver as forças produtivas, integrando regiões econômicas antes isoladas. Para se ter uma idéia, em suma, do atraso

do capitalismo no Brasil, em comparação ao capitalismo britânico, torna-se ilustrativo um exemplo referido por A. Barros Castro: tratava-se do problema de transporte na antiga siderúrgica de Ipanema, próxima de Sorocaba, província de São Paulo. Segundo o próprio diretor desta fábrica, enquanto o transporte de uma tonelada de ferro batido de Ipanema ao porto de Santos custava 34\$000, o preço do transporte da mesma mercadoria e tonelagem no trajeto oceânico Liverpool - Santos era de apenas 11\$000. (37)

O Rio Grande do Sul é outra região importante quando tratamos dos primórdios das relações cidade-indústria. A colonização baseada na pequena propriedade agrária havia formado uma classe de camponeses que constituía mercado consumidor razoável. A tradição de uma agricultura comercial permitiria, ainda no século XIX, a monetarização de boa parte das trocas comerciais. Além disso, com a imigração européia, desde logo surgira importante produção artesanal que atendia os pequenos mercados urbanos locais (ferreiros, serralheiros, pedreiros, marceneiros, oleiros, tanceiros, tecelões, alfaiates, oficinas de charretes e barcos, moleiros, carvoeiros etc.). As primeiras fábricas de tipo moderno surgiram principalmente na cidade-porto de Rio Grande, pelo menos antes de 1890. Somente a partir daí o parque industrial de Porto Alegre começou a se destacar: antes disso, predominavam na capital inúmeras oficinas de tipo artesanal e pequenas manufaturas. A anterioridade da indústria moderna em Rio Grande e Pelotas, além de estar ligada a uma maior presença do capital comercial no sul do estado, antes de 1890, explica-se pela presença marcante do porto de Rio Grande na navegação de cabotagem, sendo um dos pólos estratégicos do comércio colonial, em especial com a região Rio - São Paulo. Assim, por exemplo, a grande empresa têxtil União Fabril (1874), fundada por Rheingantz, contava já em 1896 com 3 fábricas em Rio Grande (lanifício, cotonifício e aniação), num total de 900 operários: dois terços dessa produção eram exportados para o Rio. (38)

Porto Alegre, de sua parte, iria conhecer um primeiro impulso in-

dustrial na década de 1890, no período de Encilhamento. Um paralelo entre a estrutura industrial dessas duas cidades gaúchas naquela época revela novamente aspectos da questão do mercado nacional e das dificuldades da burguesia nascente em conquistá-lo de forma plenamente integrada. Na cidade de Rio Grande predominavam grandes indústrias (alta concentração de capital e de força de trabalho) e poucos ramos (tecelagem, charutos, conservas alimentícias, moinhos, curtumes); o mesmo se pode dizer da grande fábrica de chapéus de Rheingantz em Pelotas (1881). Em Porto Alegre, havia maior diversificação de ramos, embora predominando pequenos estabelecimentos. Enquanto estas primeiras fábricas de Rio Grande procuravam ganhar o mercado nacional, a indústria porto-alegrense iniciava, antes, a conquista do mercado local ao redor da zona de colonização. Desse modo, ao iniciar-se a República e já em princípios do século XX, verifica-se uma inversão de tendências: a indústria de Rio Grande passava a sofrer cada vez mais a concorrência de bens importados e de manufaturados paulistas e cariocas, vindo, pouco a pouco, a perder sua importância relativamente à produção industrial de Porto Alegre; esta, por sua vez, apoiada em um mercado regional de maneira mais sólida, iria conseguir supremacia estadual, além de limitada, porém significativa, penetração no mercado nacional (foi o caso das empresas Renner - têxtil e vestuário - pelo menos a partir da Primeira Guerra Mundial). (39) Assim mesmo a indústria gaúcha, como um todo, perderia de forma crescente seu peso na produção industrial brasileira, acompanhando a concentração de capital e força de trabalho no Estado de São Paulo: se em 1907 a indústria do Rio Grande do Sul representava 15% da produção industrial do país (em termos de valor do produto), essa taxa cairia para 11% em 1920, 10,7% em 1938 e apenas 8% em 1958 (40).

Um último núcleo urbano fabril típico dessa "industrialização descentralizada" foi a região de Blumenau, Santa Catarina. A partir da colonização da área, baseada na imigração européia, houve uma urbanização mais ou menos precoce, permitindo a formação de um mercado local

(população urbana e pequenos proprietários camponeses) para a indústria nascente. Assim, a divisão do trabalho entre cidade e campo possibilitou o surgimento de indústrias em Blumenau, entre 1880 e a I Guerra Mundial. O mais importante a observar é que este antigo núcleo urbano fabril constituiu uma exceção em termos de acesso ao mercado nacional: pois a indústria de Blumenau desde cedo veio participar da divisão inter-regional de trabalho que teve como centro dinâmico os capitais da região Rio - São Paulo. Tal participação, entretanto, ao invés de significar concorrência, como outras regiões que vimos, marcou uma especialização prematura das fábricas de Blumenau, cujas grandes indústrias passaram a produzir mercadorias pioneiras ou diversificadas em termos de qualidade (tecidos felpudos, malharias, gases medicinais, porcelana fina, gaitas e outros instrumentos musicais etc.). Um exemplo clássico foi o da indústria do imigrante alemão Hermann Hering: em 1879, comprou um tear circular e montou uma tecelagem em Blumenau; de empresa familiar passou a grande indústria já no começo deste século, aumentando o número de teares e operários, substituindo a roda d'água pelo vapor e, em seguida, pela energia elétrica; em 1914, era criada uma fiação integrando-se a produção têxtil de Hering; depois, ampliou-se e diversificou-se ao extremo a produção industrial do grupo, alcançando o mercado nacional (em 1900, a empresa superava o mercado catariense, passando a vender em Porto Alegre; por volta de 1910, o grupo já vendia na região São Paulo - Rio) (41).

O caráter atrasado e subordinado da burguesia industrial no Brasil teve como consequência sua incapacidade permanente em conquistar de maneira integrada e ampla o mercado nacional. Daí a tendência a um mercado fragmentado, de natureza local ou regional, especialmente nesta primeira fase. Mercado este que a burguesia brasileira não consegue defender para si, porque, inclusive, ela já está, desde a origem, subordinada às burguesias imperialistas, que são as que efetivamente controlam o acesso a ele.

O Espaço Industrial

A indústria, desse modo, passou a exercer uma influência decisiva sobre a estrutura urbana: em alguns casos, a cidade chegou a ser determinada principalmente pelo crescimento industrial. Dado, inclusive, o caráter frágil e subordinado da burguesia industrial nascente, a qual aparece, no Brasil, dentro dos quadros limitados de uma sociedade agrário-mercantil; ocorreria a tendência a um relativo isolamento da produção industrial, polarizando-se pequenos núcleos urbanos em torno de um grande estabelecimento fabril. Sobre este processo, comenta Francisco de Oliveira:

"O avanço da divisão social do trabalho nas cidades exigirá, pois, a simultaneidade da industrialização com a urbanização, cujos resultados serão, quando concretizados, uma autarcização da produção industrial elevando os coeficientes do capital constante a níveis insuportáveis para a frágil formação de capital industrial. A experiência de inúmeros empreendimentos industriais prova à sociedade essa afirmação: as cidades industriais nucleadas por uma grande fábrica, ou melhor, cidades dentro de fábricas, são a regra no Brasil da República Velha." (42)

Exemplos claros desta tendência ocorreriam em certas localidades do interior paulista: era o caso do núcleo urbano em torno da fábrica têxtil Carioba, na periferia de Americana; do núcleo da grande fábrica de tecidos Votorantim, a 7 km do centro de Sorocaba (posteriormente, o núcleo urbano-fábril daquela empresa se tornaria município independente); e a urbanização de Salto, no final do século XIX, totalmente dirigida e nucleada pelas fábricas de tecidos de França Pacheco Jr. (1875) e de Barros Jr. (1882), esta última como embrião das futuras Società per l'Exportazione e per l'Industria Italo-Americana (1904) e Brasital (1919) (43).

Esse processo de relativo isolamento da atividade fabril em determinados núcleos autônomos não era específico do capitalismo brasileiro: fatos semelhantes também se registraram na Europa, em especial nos

períodos de transição ao capitalismo industrial. Exemplos extremos desse fenômeno verificaram-se na Alemanha, em pleno final do século XIX, quando o capital já ingressava na era dos monopólios e do imperialismo: "Especialmente no continente europeu, as grandes empresas eram fortalezas inexpugnáveis. Os empresários empregavam uma série de métodos indiretos para encadear os trabalhadores a suas fábricas, como por exemplo a concessão de moradias em propriedades da fábrica, de carvão, de serviços especiais etc. No meio da sociedade industrial igualitária se mantinham deste modo ilhotas de domínio empresarial quase patriarcal, por exemplo no império industrial do magnata Stumm no Sarre" (44).

Aspecto concreto do desenvolvimento desigual da indústria, essa nucleação e isolamento de verdadeiros "castelas-industriais" revelava, no caso específico do Brasil, entre outras coisas, o caráter atrasado dessa burguesia industrial, incapaz de articular sua produção com outras regiões, ou de superar a fragmentação regional dos mercados e passar a controlá-los a nível nacional. Essa fragilidade se refletia, assim, nas reduzidas proporções da paisagem urbana determinada pelo capital industrial: o aspecto rural do espaço geográfico ainda surgia como dominante em toda a sociedade. Não se tratava de "resquícios feudais" ou "pré-capitalistas": eram, pelo contrário, formas concretas e específicas de formação e desenvolvimento do capitalismo.

De outra parte, quanto à localização desse verdadeiro mosaico de fábricas no Brasil da Primeira República, havia certas regularidades importantes, que apontavam na tendência à concentração das unidades produtivas dentro de cada cidade industrial da época: era a formação de bairros fabris e operários. Engels, em 1845, já demonstrara essa tendência para um padrão de desenvolvimento desigual do capitalismo industrial, ao analisar em detalhe a formação dos distritos industriais e bairros proletários na Inglaterra, indicando a forte concentração geográfica do capital e da força de trabalho (45).

Do ponto de vista da geografia industrial, podem-se destacar dois

elementos decisivos para a localização das fábricas: as ferrovias (transporte de matérias-primas, máquinas e trabalhadores imigrantes; transporte dos bens industriais produzidos) e os rios (além da função de transporte, surgiam como fontes de energia hidráulica e hidrelétrica, além de servir de depositários, desde cedo, dos detritos industriais, especialmente no caso dos curtumes, fábricas de papel e tecelagens). No Brasil, a função de transporte dos rios sempre foi muito secundária: além das dificuldades naturais de navegação, os rios daqui, como na Rússia, "correm na direção errada" (46). A experiência de navegação comercial desenvolvida pela Cia. Paulista no rio Mogi-Guaçu (SP) acabou por servir mais às fazendas de café. Assim, os rios apareciam, desde o início, como fontes de energia para várias das primeiras fábricas e como desembocadouros naturais da poluição fabril. As fábricas de tecidos e de papel da cidade de Salto (SP) instalaram-se nas duas margens do Rio Tietê; as fábricas têxteis antigas de Jundiaí (São Bento, Japy, Argos) concentraram-se na vila Arens, próximas da estrada de ferro; os exemplos são inúmeros.

O historiador Boris Fausto já mostrou como a arquitetura participava dos mecanismos de superexploração do trabalho no interior da fábrica, pois "o sistema de máquinas exige a observação, a continuidade da vigilância que o estilo das construções procura reforçar, com suas paredes elevadas e as janelas abertas no alto, impedindo a visão do exterior" (47).

Pode-se afirmar, em síntese, que dois padrões típicos de arquitetura industrial surgiram na época estudada:

a) colonial brasileira (em geral, para fábricas criadas no Império): neste modelo a fachada era similar à de uma casa grande de fazenda de açúcar ou café; não raro trabalhavam escravos e a fábrica têxtil possuía culturas de algodão em seu próprio terreno; a manufatura têxtil surgia, assim, ainda como uma espécie de prolongamento da atividade agrícola e o capital industrial era originário de fazendeiros (exemplos: Fábrica São Luiz em Itu (SP, 1869); Fábrica São Bento em Jun-

diaf, SP, apenas no período 1874-1908, antes das reformas e ampliação que corresponderam exatamente ao controle da empresa por banqueiros franceses (1908); Fábrica Votorantim, próxima de Sorocaba);

b) britânica manchesteriana (via de regra, para fábricas surgidas já no início deste século): neste padrão aparecia a fachada típica de tijolinhos vermelhos, estrutura sóbria e pesada, simetria de planos; o sistema moderno de fábricas estava implantado, revelando já, inclusive, sua subordinação ao capital internacional (exemplos: Società Per l'Esportazione e Per l'Industria Italo-Americana, Salto, SP, a partir da ampliação e transferência da razão social para esta firma, 1904; Fábrica São Bento, após associação com capitais financeiros internacionais, 1908; Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na Água Branca, em São Paulo; etc.). Uma variação dentro deste segundo modelo era o estilo alemão (construções altas e compactas, dois andares e janelas pequenas, paredes brancas ou amarelas), como foi o caso da cervejaria Antártica, na Moóca, em São Paulo, ligada a capitais germânicos; ou por exemplo, da fábrica de tecidos Carioba, em Americana (SP), fundada em 1901 como filial do grupo Rawlinson, Müller & Co., com sede em Berlim.

Condições de Trabalho

"... Cada fábrica tinha um aspecto fosco e hostil de presídio, com seus guardas de portão fardados e armados, operários e operárias submetidos a vexatórias revistas e humilhantes observações, quando não recebiam ameaças de toda sorte" (48).

A comparação entre fábrica e cárcere feita por um antigo militante operário não é casual, nem mera figura de retórica. No "laboratório secreto" de extração da mais-valia, representado pela grande indústria (têxtil, em sua maioria), combinavam-se de modo agudo a produção de mais-valia absoluta (via prolongamento máximo das jornadas de trabalho e aumento direto do valor excedente criado pelos operários) e de mais-valia relativa (via utilização generalizada de métodos de redução de tempo de trabalho necessário à produção do valor da força de trabalho

e conseqüente aumento proporcional do tempo de trabalho excedente). Tais processos, analisados exaustivamente por Marx n' O Capital, reproduziram-se, aqui, desde os primórdios da indústria brasileira. Apesar de o processo de transformação da mais-valia em capital, através dos mecanismos de reprodução ampliada, realizar-se, no caso dos países atrasados, na estreita subordinação ao movimento global dos capitais imperialistas, a produção e extração de mais-valia é um momento completo inteiramente dentro do aparelho produtivo nacional.

Assim, os relatos sobre as origens do sistema fabril em nosso país, feitas por cronistas locais, viajantes estrangeiros e primeiros militantes operários, não tem nada de original. Retomam as descrições clássicas de Marx e Engels sobre a evolução industrial européia. Trata-se do mesmo segredo deslindado por Marx n' O Capital: a criação pelo operário, no interior da fábrica, de um sobre valor, maior do que o valor de sua força de trabalho e não pago pelo capitalista, chave da acumulação de riquezas de toda a sociedade burguesa; o nascimento de uma nova forma de escravidão que submete os proletários como "apêndices vivos de um mecanismo morto que existe independente deles". A visão da fábrica como penitenciária já fora sugerida muito antes, por C. Fourier (49).

No Brasil, o aumento e a manutenção de jornadas de trabalho longas foi uma constante, mesmo após as vitórias parciais conseguidas pela classe operária, em particular com a greve geral pela jornada de 8 horas, em 1907. No setor têxtil, onde predominava a grande indústria, encontravam-se, normalmente, os casos limites de jornadas mais extensas: por exemplo, na fábrica de tecidos Santa Rosália, na periferia de Sorocaba, a jornada chegava a 15 horas diárias, das 5 da manhã às 8 da noite, indo de "estrelas a estrelas" (50). Porém, a isto agregava-se a utilização massiva e apropriação pelo capital da força de trabalho de menores e mulheres, submetendo por completo a família proletária às condições da produção fabril. Tal procedimento combinava-se com um alto grau de mecanização da fábrica (energia a vapor e teares), o que am

pliava a produtividade do trabalho. Esse processo combinado acarretava o crescimento do exército industrial de reserva e a desvalorização da força de trabalho, fazendo com que o setor têxtil apresentasse as taxas mais baixas de salário, com relação aos ramos do vestuário, metalurgia e calçados, estando, em 1919, acima apenas do setor de produtos alimentares (51). O aumento da produtividade do trabalho era também alcançado através da intensificação da cadência das máquinas e da coação extra-econômica e violenta (castigos corporais, ameaças, dispensas do emprego, multas, rígida disciplina do trabalho etc.) (52). Neste aspecto, no Brasil, a autocracia do capital e do sistema de máquinas ganhava contornos extremamente primitivos e bárbaros, próprios de uma burguesia atrasada, filha legítima do agrarismo escravagista, súdita menor da expansão imperialista dos monopólios.

Na grande indústria têxtil, violências sexuais contra meninas e mulheres por parte dos mestres e contramestres eram denunciadas rotineiramente na imprensa operária. As prepotências e agressões físicas dos chefes e mestres contra menores eram a norma também no caso da indústria de vidros, de pequeno e médio porte. Um retrato em detalhe das miseráveis condições de trabalho no setor de vidreiros foi feito por um antigo operário do ramo, o memorialista Jacob Penteado. Além da violência física contra os menores, eram comuns a pederastia, o alcoolismo e doenças como a tuberculose e a sífilis. Inexistia qualquer higiene nos locais de trabalho. As águas eram insalubres e a temperatura da fornalha chegava a um grau insuportável, dentro de um barracão de zinco sem janelas nem ventilação. O ar era totalmente poluído pela poeira de vidro, além dos cacos espalhados no chão. O autor comparou o interior de uma fábrica de vidro a um dos "círculos do inferno". Outro antigo operário, Rodolfo Felipe, ao falar da técnica do sopro humano na modelação do vidro, relacionou tal esforço com o alto índice de tuberculose entre os vidreiros (53).

Na grande indústria típica (representada, na época, em sua quase totalidade, pelo setor têxtil), já havia a plena separação entre capi-

tal e trabalho. Assim, nesse setor, os proletários já se achavam inteiramente submetidos à dinâmica própria da maquinaria instalada na fábrica. A grande indústria têxtil representava, assim, o lado mais avançado das relações capitalistas de produção no Brasil: era o setor que apresentava os maiores índices de concentração de capital, força de trabalho e força motriz por unidade de produção, além de alcançar as maiores taxas de valor da produção, seja por fábrica, seja por setor. Em contraste com a grande indústria, por outro lado, havia setores mais atrasados do capital industrial no Brasil.

A compreensão da dinâmica das relações capitalistas de produção depende da análise dessas diferentes formas de produção e da maneira específica em que se combinam num dado momento e lugar. No Brasil da época, havia um amplo e disperso setor de oficinas e pequenas empresas de base técnica artesanal. Se, por um lado, apresentava um baixo grau de concentração de capital e de operários, por outro era quantitativamente o setor mais representativo, no sentido de aglutinar o maior número de "estabelecimentos industriais", no conjunto do país. Nesse setor, encontravam-se ramos da construção civil (tipo de trabalho altamente qualificado e oposto à estrutura atual desse ramo), do mobiliário, gráfico, calçados etc. Ao invés da máquina, predominava aí o uso da ferramenta e da habilidade de um ofício especializado. Não havia inteira separação entre trabalhadores e instrumentos de trabalho; existia uma menor distância social entre patrão e operário; e o trabalhador identificava-se ainda com o produto, como resultado de certa habilidade artesanal (54).

Essas pequenas empresas e oficinas tendiam a se dispersar do ponto de vista de sua distribuição espacial, por vários estados e regiões do país, inclusive em áreas mais capitalizadas como o Estado de São Paulo. Em uma importante estatística industrial paulista de 1901, comentava-se: "É incalculável o número de tendas de sapatarias, marcenarias, fábricas de massas, graxas, óleos, de tintas de escrever, fundições, tinturarias, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e cha-

pêus, que funcionavam em estalagens, em fundos de armazéns, em resumo: em lugares que o público não vê". (55)

Como já vimos anteriormente, o estado de Minas Gerais constituía uma região privilegiada dessas pequenas empresas, destacando-se, entre outros, os ramos das manufaturas têxteis, siderurgia e metalurgia, além do setor de extração mineral, representando, às vezes, por grandes companhias mineradoras, apesar do baixíssimo grau tecnológico dessa atividade. Em 1907, por exemplo, um documento de operários protestava contra as condições desumanas de trabalho nas minas da Cia. Morro Velho, em Vila Nova de Lima (56).

As condições de trabalho nas pequenas empresas eram, em geral, péssimas (57). No setor gráfico, por exemplo, no ano de 1917, no Rio de Janeiro, o órgão da Associação Graphica exigia o cumprimento de dispositivos legais da Higiene Pública contra as condições ambientais das oficinas cariocas, pois o trabalho dos gráficos se dava em locais escuros, mal iluminados, "casebres velhos, cheios de buracos, onde alguma ratazana dá o último suspiro, entrando em estado de putrefação e exalando um cheiro pestilento, que reclama os serviços de prophylaxia" (58). Até mesmo na antiga Imprensa Nacional, empresa estatal e uma das maiores do setor, em 1907, o diretor do Instituto de Assistência à Infância constatou "que das quarenta e seis crianças ali empregadas de 12 a 14 anos, somente quinze não estavam tuberculosas" (59).

No período estudado, pode-se afirmar que uma verdadeira ordem privada dos interesses particulares da burguesia industrial determinava o regime interno de trabalho fabril. As poucas disposições legais e jurídicas do Estado, na matéria, tornavam-se, na prática, letras mortas: as leis sanitárias de 1911 e 1917, por exemplo, jamais chegaram a ser cumpridas pelos empresários; tampouco a antiga lei federal de 1891, que regulamentava o trabalho infantil nas fábricas (60).

Outro capítulo sombrio da história do proletariado, no período, era a questão da previdência social, inteiramente ausente na quase totalidade dos casos. Não havia, na época: aposentadoria, pensão para fa

miliares, férias ou descanso semanal remunerado, indenização por doenças ou acidentes de trabalho. Quanto a estes últimos, eram inúmeros os casos de contaminações, mutilações e mortes nas fábricas, em todos os ramos industriais, marcando assim uma tradição recordista de acidentes de trabalho que permanece, até hoje, no capitalismo brasileiro. No setor têxtil, por exemplo, as lançadeiras tornaram-se verdadeiro símbolo da violência do capital: "Esta peça, então, era uma constante ameaça para as tecelãs, pois, de quando em quando, escapava do tear e ia projetar-se, com incrível velocidade, para os lados. Como possuía uma ponta de ferro bastante aguda, em forma de pião constituía, realmente, um perigo" (61). Olhos vazados, dedos e braços amputados eram resultados comuns da ferocidade das lançadeiras. Além disso, as tecelãs "levavam à boca (a lançadeira) para "chupar" o fio da trama, responsável pelo contágio de moléstias, pela absorção de pó e anilinas. A reunião operária de 1913 pediu que se proibisse seu uso e se utilizassem os processos mecânicos vigentes na Europa". (62)

Dentro deste quadro, pode-se entender a importância histórica das associações mutualistas das ligas operárias e dos sindicatos, na formação da classe operária. Com efeito, na ausência de qualquer prática previdenciária por parte da burguesia e do Estado, as associações operárias realizaram um papel significativo, aglutinando a solidariedade de classe e auxiliando na sobrevivência mesma dos trabalhadores, nos primórdios de sua constituição como classe social no Brasil.

Dado o caráter frágil e atrasado da indústria nascente, no Brasil, a ameaça de desemprego ou a diminuição temporária do trabalho, acompanhada da diminuição proporcional dos salários, em períodos de crise (1897 - 1900, I Guerra Mundial, crise de 1929, entre outras) eram uma constante na vida dos operários. Inexistia qualquer sombra de estabilidade no emprego: com o aumento do exército industrial de reserva, nas grandes cidades, havia alta "rotatividade de mão de obra" (para utilizar expressão atualmente em voga) e os índices de desemprego aberto e disfarçado eram elevados, ocasionando baixas sensíveis nos salários,

que aumentavam as taxas de lucro dos capitalistas. A propósito da diminuição geral do trabalho nas fábricas, chegando algumas a funcionar apenas dois dias por semana, na crise de 1900, comentou certo operário: "Na verdade, as fábricas de tecidos, e as de vidro também, para citar apenas as principais indústrias da época, que conhecemos bem de perto, trabalhavam exclusivamente na base de encomendas, pois não se arriscavam a produzir para estocar. Além dessas diminuições de trabalho, que tanto prejudicavam os operários, havia as falências e os súbitos fechamentos de fábricas que os lançavam ao desemprego, de um momento para outro, sem qualquer garantia" (63).

Por outro lado, a classe operária brasileira que se formava então caracterizava-se por seu peso numérico reduzido no conjunto da sociedade global. Além disso, combinavam-se, neste processo, a dispersão da força de trabalho pelo território nacional, ao lado de significativa concentração operária e fabril em centros como Rio de Janeiro e São Paulo, principais núcleos do proletariado de fábrica, em especial os trabalhadores têxteis. Ao lado dessa desigual distribuição geográfica, devem-se considerar as diferenças já referidas quanto ao tamanho das empresas: pequenas oficinas artesanais com cerca de 5 operários ao lado de grandes indústrias modernas com centenas ou até mais de 1000 operários por unidade de produção. Estavam presentes, assim, nesse nível, aspectos quantitativos (concentração operária por fábrica) e aspectos qualitativos (formas de trabalho e relações técnicas de produção) do caráter desigual da formação da classe operária. A heterogeneidade da composição dessa força de trabalho revelava-se, ainda, nas diferenças de sexo, idade, nacionalidades, regiões e cidades do Brasil e categorias específicas de trabalhadores.

O trabalho feminino tinha um peso significativo na composição da força de trabalho da época, embora se concentrasse, em sua quase totalidade, nos setores têxtil, do vestuário e toucador. A presença de mulheres e meninas nas fábricas, bem como de menores em geral, favorecia certos mecanismos de superexploração, entre eles, o próprio rebaixamen

to de salários. Nos períodos de crise, o desemprego atingia, em geral, todos os membros da família operária. A entrada de mulheres e de menores, em massa, no mercado de trabalho, acrescia em muito os contingentes do exército industrial de reserva. Além disso, o trabalho feminino e infantil, em certos casos, aumentava ainda mais as dificuldades de organização, pela presença de elementos ideológicos patriarcais no meio operário (64). Apesar disso, as lideranças do proletariado percebiam muito bem a situação miserável dos setores femininos e infantis da classe operária. Um bom exemplo é esse soneto anarquista dedicado às meninas costureiras, feito em 1920 e que dizia:

"Costureirinha meiga e mansa
 tu, que tens de ouro o coração
 Trabalhadora e frágil criança
 Vida sem luz, boca sem pão (...)
 (...)"Será de dores tua estigma
 e o teu destino há de oscilar
 Nas duas pontas do dilema
 Tuberculose ou Lupanar!" (65)

Por outro lado, era enorme o peso de trabalhadores imigrantes na composição da classe operária nascente no Brasil (66). Aliás, esta tendência também tinha-se verificado na Europa e nos Estados Unidos, durante o século XIX, além da própria Argentina e outros países latino-americanos. As migrações inter-regionais e internacionais foram decisivas no processo de formação do proletariado. No Brasil, como em outros países, a heterogeneidade étnica marcada por diferenças linguísticas e culturais entre os trabalhadores levava a certas dificuldades organizatórias. O jornal O Amigo do Povo (S. Paulo, 1902-1904), por exemplo, da imprensa operária anarquista, referia-se várias vezes à necessidade de ampliar a propaganda libertária em língua portuguesa. Faltam dados para se precisar melhor o peso dos imigrantes na classe operária brasileira, como um todo: apesar do predomínio de estrangeiros no centro-sul, sabe-se que sua presença deve ter sido reduzida e pouco signi-

ficativa nas indústrias de Minas Gerais e nordeste em geral. No centro-sul, o peso dos trabalhadores estrangeiros era maior em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Nos Estados do sul, a presença de alemães e eslavos teve maior significado do que em São Paulo. Nesta última cidade, o grande predomínio foi dos italianos, seguidos de longe por portugueses e espanhóis. Havia, também, concentração de certas nacionalidades em alguns setores de trabalho: os italianos eram a grande maioria no setor têxtil e da construção civil, entre outros; os ibéricos dominavam nos serviços portuários. Os portugueses constituíam um setor muito típico e expressivo da força de trabalho no setor vidreiro (67).

A importância dessa imigração de trabalhadores europeus só pode ser devidamente avaliada quando inserida numa visão mais global da evolução demográfica do país na época. De fins do século XVIII até 1850, o aumento da população brasileira deu-se num ritmo bastante lento. O número de habitantes da Europa quase dobrou nesses cinquenta anos, e o dos Estados Unidos, quase igual ao do Brasil no início do século XIX, já era quatro vezes maior em 1872. Nesta época, inicia-se uma nova fase de imigrações que, durante cem anos, traria 5.500.000 pessoas para o Brasil, das quais 4.000.000 se fixariam definitivamente. Os italianos chegam em grande quantidade a partir da abolição da escravatura. Até essa época já haviam entrado 180.000, mas é na década de 1890 que essa imigração atinge grandes proporções: entre 1888 e 1898, entram 820.000 italianos, o que representa 61% da imigração total no mesmo período. A seguir o movimento decresce um pouco, mas continua importante até a guerra de 1914. 88% do total de imigrantes fixaram-se no estado de São Paulo e contribuíram decisivamente para a formação do proletariado paulista. Em 1912, segundo o Boletim Esdual do Trabalho, dos 10.184 operários têxteis existentes na capital do estado, 6044 eram italianos; 824, portugueses; 338, espanhóis; 210, sírios; 50, alemães; 13, japoneses; outros estrangeiros, 862, o que dava um total de imigrantes correspondente a 82% da categoria. Os brasileiros natos eram em número de 1843, ou seja, minoritários (18%). Três quartas partes

dos operários da construção civil eram italianos, nessa mesma época. Apesar desse intenso fluxo migratório, no país como um todo, o crescimento da população ocorreu, principalmente, em função de seu aumento natural (proporção entre nascimentos e óbitos) (68).

Dada essa importância excepcional da imigração, italiana em particular, na formação do proletariado das regiões mais industrializadas do Brasil, convém ressaltar a situação de desemprego e de miséria em que se encontravam muitos desses trabalhadores lá na Itália. Caporusso, delegado dos trabalhadores napolitanos, declarava, no 4º Congresso da Primeira Internacional, (69) que, dos 600.000 habitantes de Nápoles naquele ano de 1869, 150.000 eram "lazzaroni", isto é, extremamente pobres, marginalizados da economia. Os gêneros alimentícios estavam caros e o operário que conseguia trabalho, não ganhava mais do que duas libras por dia. Os aluguéis eram tão altos que a maior parte dos proletários morava nos arredores da cidade, indo a pé para o trabalho. Se à jornada de trabalho acrescentarmos o tempo necessário para esse percurso, veremos que "cada operário passava de 18 a 19 horas por dia fora de sua casa" (70). Isso acontecia em muitas regiões italianas e não só no sul do país. Porém, no sul, um estudioso das origens do movimento operário italiano descreve desta maneira a situação, nos anos que precederam o forte fluxo migratório para o Brasil: "a dissolução do exército dos Bourbon provocou a debandada de dezenas de milhares de soldados. Ao lado deles, enorme quantidade de errantes e vagabundos perambulava pelas estradas (...). O aumento vertiginoso dos preços e do custo de vida, as más colheitas, as requisições forçadas de alimentos provocaram este fenômeno que duraria quatro anos - os saques e pilhagens - uma espécie de Grande Peur" (71).

A decisão de emigrar fazia parte da luta para conseguir trabalho numa Itália onde o desemprego era grande. O imigrante, quando chegava ao Brasil, pelo menos nos primeiros anos, tinha tendência a agarrar-se a seu emprego, com medo do pesadelo do desemprego, para ele ainda muito vivo. Mesmo quando ele não era originário do sul da Itália. Embora

sabendo que nem todos os imigrantes eram tão desfavorecidos assim, parece-nos evidente que o medo de perder o emprego dificultava, mais do que a própria heterogeneidade étnica, o trabalho organizatório dos núcleos militantes anarquistas e socialistas. Essa reflexão já foi levantada, diga-se de passagem, entre outros, por M. Hall e P. S. Pinheiro. (72).

Apesar de essa heterogeneidade étnica ter contribuído para a fragmentação organizatória da classe operária brasileira, principalmente nos momentos de crise da indústria e de refluxo do movimento operário, não se deve exagerar essa tendência. Nos momentos de ascenso das lutas do proletariado brasileiro, a situação comum e objetiva de exploração e a solidariedade de classe, permeada pelo internacionalismo proletário dos primeiros núcleos de militantes, acabavam por apontar uma outra tendência: a da aglutinação e unificação dos interesses imediatos e históricos da classe operária.

Faltam estudos mais aprofundados sobre as diferenças regionais e locais na composição da classe operária brasileira e seu eventual significado ao nível do movimento operário. O isolamento de certos núcleos industriais facilitava, ao que parece, mecanismos de superexploração (baixos salários, pagamentos em vales dos armazéns da empresa, violência física etc.). Era o caso, por exemplo, da Mate Laranjeira, em Mato Grosso, e das indústrias Lundgren, no Nordeste (73). Em 1907, esses núcleos tão afastados do centro dinâmico do capitalismo brasileiro possuíam, respectivamente, 3000 e 1700 operários. Breves referências aos trabalhadores padeiros e ervateiros do Paraná (74) fazem supor a extrema penúria e dificuldade de mobilização destes assalariados de regiões predominantemente rurais. As grandes cidades, ao concentrar fortes contingentes de trabalhadores, facilitavam a unificação das mobilizações e das formas associativas, acentuando, assim, o sentimento proletário de classe e a organização política do operariado. Nas regiões isoladas e tipicamente rurais, as dificuldades econômicas e políticas enfrentadas pelos assalariados eram ainda maiores. Uma categoria impor

tante e que se distribuía por todo o território nacional era a dos ferroviários.

Se, por um lado, padeciam muitas vezes do isolamento já referido, a própria mobilidade do trabalho e seu papel estratégico na vida econômica do país acabavam por contribuir para ampliar os contatos dos ferroviários com outras categorias de trabalhadores e regiões. Os operários de construção civil e das ferrovias também surgiram desde o início por todo o Brasil. São conhecidos os martírios sofridos na construção da ferrovia Madeira-Mamoré (Norte) ou da Noroeste do Brasil (SP - MT). Há referências à exploração e lutas de ferroviários em centros afastados como Três Lagoas (MT) e Catalão (GO), por exemplo (75).

De outra parte, em certas cidades, desenvolveu-se uma tradição de lutas operárias, desde o final do século XIX. O caso de certos portos brasileiros que congregavam grandes levas de trabalhadores é exemplificador: além do Rio de Janeiro e da cidade-porto de Rio Grande, no sul, um importante e tradicional palco das mobilizações operárias foi a cidade de Santos (SP). As várias categorias de portuários e de marítimos, os cocheiros e carroceiros, os ensacadores de café, os ferroviários e operários da construção civil, entre outros, tiveram sempre uma presença ativa nas lutas sociais santistas (76).

São ainda escassos os estudos sobre categorias específicas de trabalhadores urbanos e industriais no Brasil. A análise das diferenças, em termos das formas de trabalho, das relações técnicas e sociais da produção é importante para se entender o caráter heterogêneo da classe operária e suas eventuais repercussões no movimento e na organização da classe (77).

De qualquer maneira, consideradas essas determinações sócio-econômicas e fatores objetivos do processo de formação da classe operária, não se deve perder de vista o outro lado da questão: a importância dos chamados fatores subjetivos e políticos, expressos através das associações de classe, formas de consciência, movimentos próprios, níveis de organização e papel histórico das direções políticas. Em outras pala -

vras, a heterogeneidade do proletariado, por si só, não determinou nem impossibilitou o desenvolvimento do movimento operário no Brasil, na sua luta contra a dominação de classe. Fatores objetivos e subjetivos combinavam-se de forma dialética; os períodos de ascenso e de refluxo das mobilizações operárias eram a comprovação histórica dessa relação, dentro do processo permanente de enfrentamento com o patronato e seu Estado.

Capítulo 3 - CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE OPERÁRIA

Os operários industriais no Brasil da Primeira República não eram iguais aos demais "cidadãos livres". Constituíam, ainda, parcela muito restrita da população brasileira, apesar do alto crescimento relativo verificado entre 1889 e 1920: de acordo com os recenseamentos oficiais, se em 1889 os "operários industriais" representavam cerca de 0,4% do total da população brasileira, em 1919 esta porcentagem já era aproximadamente de 1%, indicando um crescimento relativo superior a 100%; em termos absolutos, o operariado fabril passava de 54 mil para 275 mil, aumentando de contingente em mais de 400% (78).

Esta nova classe estava, em geral, excluída de uma participação civil ou política nas instituições da sociedade capitalista republicana, como, aliás, a grande maioria das massas populares. Sendo formada, em sua maior parte, de analfabetos e estrangeiros, o direito de votar e ser votado nas eleições oficiais praticamente inexistia. Partidos políticos da classe operária estavam virtualmente condenados à ilegalidade. Não havia tampouco liberdade de organização no plano sindical. Apesar de ser obrigado a tolerar a existência dos sindicatos operários, o Estado republicano não os reconhecia como legítimos organismos dos trabalhadores, nem o direito à livre associação e organização nos locais de trabalho. A liberdade sindical que chegou a existir limitadamente na Primeira República foi conquistada de fato pelo movimento operário, nas lutas concretas que travou contra o patronato e contra o Estado. A irrestrita liberdade de expressão, de manifestação e de organização foi objeto de numerosas reivindicações em vários congressos operários. Frente à pressão real do movimento de massas, o governo chegou a tolerar a atividade pública da imprensa operária e das organizações sindicais e partidárias, não havendo repressão policial direta a essas associações, a não ser em momentos cruciais de crise política ou em períodos de ascenso massivo e explosivo das greves e outras manifestações. Porém, a repressão seletiva e localizada, contra as lideranças,

era uma constante: prisões, processos forjados e deportações eram alguns dos métodos mais empregados. Além disso, a repressão cotidiana imposta por uma verdadeira ordem privada, no interior das fábricas, consumava de maneira férrea a ditadura do capital e a reação burguesa à organização do proletariado enquanto classe.

Dentro desse quadro, percebe-se que o proletariado estava ainda nos estágios embrionários de sua formação como classe social distinta. A vida operária era um misto de superexploração na fábrica, repressão policial nos momentos decisivos e controle social e ideológico nas ruas e na cidade. O proletário era concebido pelas classes dominantes e pelo Estado como pura força de trabalho. A exploração econômica e a opressão política de classe atingiam não só os proletários - como produtores diretos de mais-valia - mas, de modo mais amplo, o conjunto das massas pobres do campo e das cidades brasileiras. Colonos, parceiros, camponeses minifundiários, posseiros e tribos indígenas constituíam uma ampla massa de despojados nas zonas rurais vítimas diretas das contradições da questão agrária de uma país atrasado como este. E, nas cidades, operários imigrantes, desempregados, ex-camponeses marginais, artesãos, doentes, andarilhos, prostitutas, setores pauperizados da baixa classe média etc., formavam um grande exército de "deserdados da fortuna" que chegava a constituir cerca de 70% da população urbana. Esse conjunto heterogêneo das massas populares citadinas, característico de sociedades pré-industriais, como a Europa no período de transição para o capitalismo fabril, foi designada por Hobsbawm de "turba urbana" (the mob) (79), estando na raiz de várias revoltas e insurreições de massa. No Brasil, devido ao incipiente crescimento industrial, o chamado "zé povinho" era ainda uma marca do pequeno grau da diferenciação social interna às classes dominadas. Revoltas importantes, como a da "vacina obrigatória", no Rio, em 1904, tiveram essas massas populares como atores.

Porém, se o atraso econômico ampliava o peso relativo da pobreza urbana, o próprio caráter desigual e contraditoriamente novo e moderni-

zado da produção industrial nascente concentrava os proletários de fábrica em torno do espaço urbano, esboçando-se nitidamente os contornos de classe desta nova força social. Nesse sentido, não se deve perder de vista o processo de gênese e desenvolvimento de tais fenômenos de classe: ao iniciar-se a República Velha, forma de governo que expressava o Estado capitalista já plenamente constituído, a presença do proletariado industrial - seja como força de trabalho, seja como força social e política expressa concretamente pelo movimento operário - já era visível e se fazia sentir na sociedade brasileira. Na cidade do Rio de Janeiro, principal centro industrial do país ao iniciar-se o século XX, havia, em 1906, 118.770 operários numa população de 811.443 habitantes, ou seja, cerca de 15% (80): em que pese a relativa precariedade das estatísticas industriais na Primeira República, que consideravam como "operários" e "estabelecimentos industriais" um vasto setor de oficinas de base artesanal, pode-se, entretanto, tomar esses dados citados como indicador significativo, já que, apesar do número elevado de oficinas, a concentração maior de trabalhadores recaía necessariamente nos grandes estabelecimentos de base técnica fabril. Assim, até mesmo nesse nível bem elementar do em si, contata-se que a classe operária já era uma realidade bem mais presente do que o atraso do país poderia, aparentemente, fazer imaginar. A burguesia brasileira e seu Estado, que não eram lá muito dados a suposições arriscadas, fizeram da repressão e da exclusão institucional sistemáticas as bases de sua "política social".

Ao nível ideológico, predominava o forte xenofobismo das classes dominantes contra os assalariados imigrantes e o preconceito de raço escravista contra o trabalho manual. O operário era concebido, pela burguesia, como um agitador e marginal perigoso, espécie de bandido infiltrado na fábrica, ou - na melhor das hipóteses - como um ignorante, um tipo de dúbil mental que necessitava da proteção do capitalista. Nessa segunda variante, surgia um paternalismo conservador, eivado pela visão clerical e burguesa dos "pobres desamparados". Tanto num caso, co-

no no outro, o proletário era concebido como marginal: bandido ou pobrezinho, era necessário reprimi-lo e controlá-lo, dentro e fora de fábrica. O horizonte da vida de cidadão, isto é, do acesso às liberdades democráticas desenvolvidas nas sociedades burguesas mais antigas, devido ao avanço maior da luta de classes, que fez com que o movimento operário, mais organizado, arrancasse, na prática, conquistas civis, sociais e políticas efetivas das burguesias nacionais, inexistiu, como tendência geral, no caso do proletariado de países semi-coloniais e atrasados como o Brasil.

Se isso acarretou um cerceamento ainda maior das liberdades de associação classista e de organização política do proletariado das nações atrasadas e dependentes, teve sua contrapartida dialética na fragilidade congênita das criações ideológicas e instituições de tipo parlamentar da dominação burguesa. Em outras palavras, a burguesia dependente sempre se revelou incapaz, politicamente, de fomentar e desenvolver de maneira minimamente estável, regimes democráticos burgueses que, enquanto forma de dominação revestida de instituições e valores ilusoriamente igualitários, permitissem a evocação da sociedade capitalista como a imagem de "verdadeiro Éden dos direitos naturais do homem e do cidadão". (cf., nota 18, cap. 02)

A burguesia brasileira nascera tarde e, acima de tudo, marcada por sua debilidade social e subordinação econômica e política ao imperialismo em plena expansão. Como sustentar estavelmente a democracia burguesa, quando o mundo capitalista já mergulhava em sua fase imperialista e decadente? Dentro de tais limites históricos, a classe operária nascente tinha poucas brechas para despontar na vida política da sociedade burguesa republicana como uma força social orgânica e independente. Porém, a história do movimento operário, na Primeira República, demonstra que, se tal força social não chegaria a completar o seu processo de constituição para si, já o havia, certamente, de há muito, iniciado. O que já era o bastante para colocar em polvorosa as classes dominantes e as autoridades governamentais.

Concentração e Bairros Operários

Um primeiro aspecto a ressaltar com relação às condições de vida dos operários era a tendência já crescente a uma relativa concentração geográfica dos bairros e vilas proletárias. Dentro do Brasil, a classe operária, - em consequência do desenvolvimento desigual do capitalismo - tendia a se concentrar em certas regiões e, dentro destas, em certas cidades: no nordeste, era o caso de Recife e Salvador, afóra o pólo isolado de Belém; no centro-sul, Rio de Janeiro e São Paulo, além de Petrópolis, Niterói, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Santos e outros centros do interior paulista (Jundiaí, Itú, Salto, Campinas, Sorocaba, Piracicaba, Americana, Tatuí, São Roque, São Bernardo e Taubaté); no sul, Blumenau, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, entre outras.

Além dessa distribuição regional e urbana, outra forma mais particular de concentração ocorria: era o nascimento, nessas cidades, de bairros fabris e operários ou de vilas proletárias contíguas a grandes complexos industriais. Vimos como muitas vezes era a própria empresa que desenvolvia um núcleo urbano e de habitações aos trabalhadores em torno de si mesma, relativamente isolado de outros centros. Exemplos desses núcleos houve vários: companhias de mineração, no interior de Minas Gerais; as indústrias do fumo no estado da Bahia (Cachoeira, São Félix e Muritiba); indústrias têxteis do interior paulista (Carioba, Votorantim); os ervateiros da Mate Laranjeira, em Mato Grosso; certos núcleos ferroviários, importantes como entroncamentos ou oficinas mecânicas (Cruzeiro e Barra do Pirá na Central do Brasil; Rio Claro, Jundiaí, na Paulista; Paranapiacaba, na São Paulo - Railway; Santa Maria, na Viação Férrea Rio Grandense).

Nas maiores cidades, formaram-se bairros operários típicos: Jaboa tão (subúrbio), São José, Afogados, no Recife; certos subúrbios como Bangh, além da Gamboa, São Cristóvão, Gávea, Tijuca e Laranjeiras, no Rio de Janeiro; Lapa e Água Branca, (a oeste), Bom Retiro, Bexiga e Barra Funda (na área central), Cambuci, Ipiranga e Vila Prudente (a su deste) e Brás, Moóca, Belenzinho e Pari (a leste), na cidade de São

Paulo. Até mesmo em cidades menores surgiram bairros típicos das classes trabalhadoras: foi o caso do bairro dos Quartéis, na cidade de Santos; da Vila Arens, em Jundiaí (têxteis e ferroviários); e da Vila Industrial, em Campinas (ferroviários e operários do curtume).

No município de São Paulo, a formação dos primeiros bairros operários esteve ligada à localização das antigas fábricas. Estas, por sua vez, instalaram-se seguindo de perto o traçado das ferrovias (São Paulo - Railway e, depois, Sorocabana e Central do Brasil). Este percurso acompanhou a direção natural dos rios Tamanduateí e Tietê. Foi em torno das várzeas ribeirinhas que se formaram os primeiros núcleos fabris e proletários. Nestas baixadas, os bairros industriais descreveram um semicírculo em volta da colina central da cidade, na qual se instalaram o centro comercial e os bairros burgueses (Higienópolis e Jardins) (81).

Assim, nessa primeira fase, ao mesmo tempo em que se distinguiam nitidamente a localização e fisionomia dos bairros operários e burgueses, havia ainda uma proximidade perigosa para a dominação burguesa. Isto é, as concentrações de trabalhadores, de certa forma, cercavam as baixadas do maciço paulistano em cujo alto residiam as famílias dos capitalistas, além do centro comercial-financeiro, administrativo e policial da cidade. Em função da segregação geográfica e sócio-cultural a que estavam submetidos os trabalhadores, o que tornava a vida operária nestes bairros muito característica e própria, desenvolviam-se com isso laços intensos de solidariedade de classe. Na época estudada, esse arco de bairros de trabalhadores que circundava as bordas da colina dominante da cidade trazia uma indesejável vizinhança do centro urbano, tendo por sinal uma estratégica posição geográfica. Com efeito, havia uma possibilidade bem maior de controle - por parte do proletariado - do espaço urbano central, área que concentrava o comércio, as finanças, a administração pública e o aparelho policial-militar. As lutas e manifestações de rua, durante a greve geral de julho de 1917, foram o maior exemplo desta possibilidade, quando a cidade de São Paulo foi to

mada de assalto pelas massas trabalhadoras. A burguesia, com o desenvolvimento do capitalismo, sempre viveu esta contradição nas grandes cidades: ao afastar as massas proletárias das áreas centrais da atividade econômica e política, o capital passa a enfrentar as consequências da concentração intensa da força de trabalho. Como se vê, até neste nível imediato e concreto da geografia urbana a luta de classes se faz presente.

Além disso, os bairros operários chegaram a constituir, em certos casos, uma espécie de "fortaleza". Isso se revelava nos momentos de greve, durante a formação de piquetes nas portas das fábricas. Aliás, havia essa outra proximidade "perigosa": os bairros proletários e fabris eram os mesmos, as moradias onde se concentravam os trabalhadores eram vizinhas das fábricas. Somente em épocas mais recentes esta tendência se modificou: os atuais subúrbios e cidades-dormitórios acabaram por afastar os operários das indústrias, isolando a unidade de produção de qualquer contágio mais "pernicioso". Naquela época, além de estarem colocados no espaço, frente a frente, os operários e as fábricas, havia um outro aspecto que dava aos bairros de trabalhadores a função de "fortaleza": o fato de serem esconderijos seguros, nas perseguições e batidas policiais. Além da concentração operária, o próprio aspecto tortuoso e labiríntico das habitações coletivas de massa (era o caso típico dos cortiços paulistanos ou dos "conventillos" de Buenos Aires) dificultava a penetração de peixe estranho, facilitando a mobilidade e mobilização por parte das famílias proletárias.

Numa segunda fase da evolução urbana de São Paulo, já posterior a 1930, houve uma crescente expulsão dos contingentes de trabalhadores para áreas periféricas bem distantes: são os subúrbios industriais. Esta tendência é geral e ocorreu em grande parte das cidades industriais capitalistas no mundo: Buenos Aires, México, Londres, Paris etc. (82). Isto representou um certo "saneamento" das áreas próximas dos centros de decisão do capitalismo, onde se concentravam, inicialmente, os reductos proletários. Em São Paulo tal mudança, bastante irregular e caó-

tica, refletiu-se até mesmo nos meios de transporte utilizados pelas massas trabalhadoras: dos bondes com reboques para operários, das bicicletas e das caminhadas a pé, passou-se aos trens de subúrbio e aos ônibus. De qualquer modo, novo cinturão operário se constituiria nas periferias de todos os quadrantes do município de São Paulo: a oeste (Osasco e região), a noroeste (Pirituba, Perus, Cajamar e Caieiras), a leste (São Miguel Paulista, Ermelindo Matarazzo) e a sudeste (região de Mauá e do ABCD). A distância geográfica dos bairros populares ao centro administrativo e policial-militar da cidade, bem como aos bairros grã-finos, aumentou e teve seu acesso bem mais complicado. Porém, nem por isso as contradições resultantes da concentração capitalista da força de trabalho foram afastadas: estas, pelo contrário, aumentaram e se intensificaram sobremaneira.

Os primeiros bairros operários de São Paulo possuíam condições topográficas das mais precárias. Localizavam-se nas várzeas dos rios, em terrenos irregulares, baixos e úmidos. Além disso, o solo era bem arenoso. As ruas, sem calçadas, eram lamacentas e de traçado irregular. Os terrenos dessa região eram os mais baratos. A presença da estrada de ferro determinava a instalação das fábricas. Estas atraíam os trabalhadores. Um anúncio de jornal, ainda em 1877, fazia propaganda de terrenos no "pittoresco bairro da Luz", com a seguinte chamada: "GRANDE ATENÇÃO - TERRENOS PARA OS POBRES" (83). Nestes terrenos baratos, construíram-se as habitações proletárias, com alguns padrões típicos, apesar do aspecto comum de miséria.

Habitação

Os macambos do Recife, as favelas cariocas e os cortiços de São Paulo foram algumas das formas típicas de habitação do proletariado e de outros setores explorados, como o lumpemproletariado. Construções rústicas de madeira, ou outros materiais baratos, localizadas em terrenos íngremes ou alagadiços, em morros ou várzeas inóspitas, essas habitações populares constituíram um espaço típico na vida das massas

trabalhadoras.

Entre esses padrões, o cortiço esteve ligado de forma especial ao nascimento do proletariado urbano, principalmente na cidade de São Paulo, onde, afora os antigos barracos de pau-a-pique, foi a habitação predominante dos imigrantes europeus que povoaram os primeiros bairros operários da cidade. Já em 1890, o escritor naturalista Aluísio Azevedo dedicara o seu mais popular romance (O Cortiço) à vida dos habitantes de um desses "formigueiros humanos", no Rio de Janeiro. De certa forma, esta obra foi precursora da importância social que os cortiços teriam na vida dos trabalhadores urbanos no Brasil. E já nesse romance apareciam algumas pequenas fábricas ao lado do cortiço, que abrigava boa parte dos trabalhadores de uma pedreira vizinha.

No relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo, pelo Intendente, em 1893, era feita uma descrição minuciosa de um cortiço operário, resumida por R. Morse: "(o cortiço) ocupava o interior de um quarteirão, onde o terreno era geralmente baixo e úmido. Era formado por uma série de pequenas moradias em torno de um pátio ao qual vinha ter, da rua, um corredor longo e estreito. A moradia média abrigava de 4 a 6 pessoas, embora suas dimensões raramente excedessem a 3 metros por 5 ou 6, com uma altura de 3 a 3,5 metros. Os móveis existentes ocupavam um terço do espaço. O cubículo de dormir não tinha luz nem ventilação; superlotado, à noite era hermeticamente fechado. Exceto nos cômodos de pessoas naturais do norte da Europa, o assoalho ficava tão incrustado de lama, que não se viam as tábuas; a umidade do solo onde elas repousavam fazia descascar o papel ordinário e liso das paredes. Estas e os tetos eram pretos de sujeira de moscas e da fumaça do fogão que a chaminé mal feita e mal conservada não eliminava convenientemente". (...) "O pátio principal fornecia às moradias que o rodeavam uma torneira recalitrante, um lugar para lavar roupa e uma privada mal instalada. Ladrilhos e calhas geralmente não existiam." (84)

Esse relatório de 1893 revelou que o código de posturas do Município vinha sendo ignorado, no que tange às disposições que exigiam ins-

talações de esgotos, limpeza e ventilação nas moradias populares coletivas e puniam fábricas poluidoras. Tal código possuía curiosas proibições que afetavam diretamente a vida popular: "Vasos de flores não podiam ser deixados às janelas, cavalos não podiam galopar pelas ruas (exceto a cavalaria em casos urgentes), as mascaradas públicas só podiam ser feitas durante o carnaval, as tavernas frequentadas por vagabundos deviam fechar-se às 10 horas no verão e às 9 horas no inverno, e nas touradas deviam tomar-se precauções contra acidentes." (85) Além do descaso pelas regulamentações de 1886 com relação às moradias populares, protestos contra a poluição, já em 1896, davam conta de um dos problemas urbanos gerados pelo avanço incontrolável do capitalismo industrial. E também as leis municipais de 1897, 1900 e 1908, para só ficar entre as primeiras, as quais incentivavam a construção, por órgãos públicos ou empresários particulares, de vilas operárias "baratas e saudáveis em áreas pouco povoadas" não chegaram a ser aplicadas em regra (86). Na cidade de São Paulo, casos como o da vila operária Maria Zélia, construída pelo capitalista Jorge Street, ao lado de sua grande indústria têxtil, ou o povoamento da Vila Prudente, originado na década de 1890 pela atividade industrial dos irmãos Falchi, constituíram exceções.

Se os cortiços e outras habitações pobres apresentavam condições materiais piores do que as vilas operárias, ambos constituíram redutos de concentração operária. Entretanto, enquanto os primeiros facilitavam o fortalecimento dos laços de solidariedade de classe, as vilas operárias eram realizações dos empresários industriais, nos terrenos da própria companhia, onde a possibilidade de controle social e ideológico de massa trabalhadora pelos patrões era bem maior. Além do mais, ao contrário dos cortiços, favelas, mocambos e barracos que normalmente se concentravam nos grandes centros urbano-industriais, as vilas operárias das empresas tendiam a se constituir exatamente naqueles núcleos, mais ou menos isolados, do interior paulista, ou de outras regiões rurais afastadas, tornando-se a fábrica o centro nervoso de toda

a vida local.

A vida operária nessas vilas era um prolongamento da rígida disciplina imposta no regime de trabalho fabril. Assim, desaparecia quase por completo a liberdade formal que o trabalhador assalariado possui no capitalismo, como vendedor de sua força de trabalho. Pois que, neste caso, os membros da família operária, toda ela submetida à produção de mais-valia, acabavam por existir, fora da fábrica, enquanto uma espécie de "colonos", "agregados" ou "moradores" dos domínios da empresa. Muitas vezes, não recebiam salários, mas vales para serem trocados por mercadorias nos armazéns da empresa. Outras vezes essa massa proletária funcionava como clientela política dos patrões, num mecanismo análogo ao do "coronelismo". Não se tratava de nenhum resquício colonial ou pré-capitalista: essa era uma das formas específicas pela qual se engendrava o capital industrial e o proletariado fabril na sociedade brasileira. Em vários casos, os terrenos desses grandes domínios agro-industriais (em sua maior parte do setor têxtil) eram cercados por muros e tinham suas entradas guardadas: havia estrito controle da movimentação de pessoas, com horários fixos para ir e vir. A este respeito, comentou um memorialista operário, ao se referir à imperial Fábrica da Boa Viagem, situada na península de Itapagipe, em Salvador, de propriedade de Luís Tarquínio, capitalista pioneiro na construção de uma vila operária: "Os costumes, igualmente, eram objeto de zelo. Não se admitiam mulheres de vida duvidosa (mulher-dama), bêbados, nem namoros nos portões que eram fechados às vinte e uma horas. Qualquer infração ao regulamento era rigorosamente punida." (87) Além da presença paternalista conservadora dos patrões, o controle social sobre as famílias de trabalhadores, nessas vilas operárias, se fazia presente através de escolas para crianças, creches, armazéns e capelas, onde se veiculava a ideologia dominante. Nesse sentido, o caso da indústria têxtil Voto-rantim foi bastante ilustrativo: possuía cinema, igreja e uma pequena praça com coreto, típica das cidadezinhas interioranas, onde as famílias proletárias tinham acesso a um lazer comedido e limitado no inte-

rior dos domínios da empresa. A estrada de ferro, que ligava os 7 km entre o núcleo fabril operário e a cidade de Sorocaba, era também monopolizada pela indústria (88).

Consumo e Custo de Vida

Na época estudada, houve estreita relação entre o consumo do operariado e a produção industrial nascente. Esta especializou-se, de início, na produção de bens de consumo popular. Essa foi uma característica que ocorrera, bem antes, no processo de industrialização na Europa. Decorreu das leis da divisão social do trabalho que nortearam o surgimento do capital industrial. A especialização e crescimento industrial estiveram voltados, numa primeira fase, também aqui no Brasil, para a produção de bens de consumo de massa, capazes de garantir a reprodução da força de trabalho, através da absorção total da massa de salários pelo mercado desses manufaturados: alimentos (biscoitos, pão, massas, banha, óleos de cozinha, cerveja); vestuário (tecidos de algodão, chapéus de feltro, roupas, calçados); habitação (móveis, louça, materiais para construção como madeiras, vidros, cerâmica, olaria, cantaria); outros produtos (sabão, velas, vassouras, fósforos, cigarros etc.). Neste processo, garantia-se um dos mecanismos básicos de acumulação do capital industrial: os trabalhadores assalariados, enquanto produtores diretos de mais-valia, convertiam-se também em consumidores dessa mesma produção - reproduzindo-se como força de trabalho, permitindo a realização dos lucros capitalistas no mercado e mantendo o equilíbrio entre o baixo nível dos salários, e o custo de reprodução da força de trabalho. Esse processo resultava na ampliação da mais-valia relativa; ao mesmo tempo, era o próprio setor industrial que passava a garantir tal ampliação, pois a redução do valor da força de trabalho ficava na dependência direta da produção fabril generalizada desses "bens-salário" (wage-goods).

Muitas vezes, porém, nos períodos de crise da produção capitalista, tal dinâmica só poderia se manter às custas de uma superexploração

das massas trabalhadoras, através da queda dos salários reais, aumento do desemprego, com a conseqüente carestia do custo de vida, escassez de gêneros básicos e fome. Uma dessas crises que mais atingiu as condições de vida dos trabalhadores foi a que despontou no final da Primeira Guerra Mundial. Numa pesquisa de preços feita pelo operário carpinteiro Marques da Costa, no Rio de Janeiro, enquanto o custo de vida, considerados apenas os itens básicos, havia aumentado em 189% - no período de 1914-1923 - o salário médio profissional havia subido apenas 71%, no mesmo intervalo, significando uma queda de quase dois terços no valor real dos salários (89).

Um dos levantamentos mais completos sobre a pauperização crescente das famílias proletárias, naquela crise, foi realizado pelos militantes Hêlio Negro e Edgard Leuenroth e divulgado no opúsculo O que é o Maximismo ou Bolchevismo?, editado pelos autores em S. Paulo, em 1919. De acordo com esta pesquisa, baseada no consumo real e mínimo de uma família operária pequena (homem, mulher e duas crianças), os gastos mensais seriam, em resumo, os seguintes:

Alimentação	89\$900
Alojamento	45\$000
Outras Necessidades	32\$000
Vestuário, calçado e demais imprevistos	40\$750
TOTAL	207\$650

Considerando-se que os salários mensais, no campo e nas cidades brasileiras, variavam entre 80\$000 e 120\$000, o deficit no orçamento familiar dos trabalhadores girava em torno de 100\$000, em média, por mês, o que significava uma despesa mínima 100% superior aos ganhos normais (90). Na realidade, porém, a situação concreta da vida operária era mais grave do que essas estatísticas sugeriam, porque, conforme lembravam aqueles líderes anarquistas: "nestas despesas não estão incluídos quaisquer divertimentos, bebidas, bonde, luz, educação das crianças, nada absolutamente que vá além do que é estritamente necessá

rio à vida de quatro entes humanos. Foi calculada uma alimentação parca da mais inferior qualidade, e só para quatro pessoas, não obstante as famílias de operários serem geralmente mais numerosas. Supomos também que o chefe da família trabalha desde o primeiro ao último dia do ano, embora saibamos que há as paragens forçadas por doença, desemprego, greve etc."(91).

As grandes greves e lutas operárias no Brasil desse mesmo período significaram, em parte, uma explosão de descontentamento e resistência contra a situação crescente de penúria dos trabalhadores. Face a uma situação insuportável de exploração do trabalho e de perda constante das condições mínimas de vida, os operários chegavam quase espontaneamente a compreender a necessidade de transformação social, lutando nas fábricas e nas ruas contra a ordem republicana capitalista.

Com relação, em particular, à escassez e carestia dos gêneros alimentícios, os protestos operários e as manifestações dos grupos libertários estiveram na raiz histórica das feiras livres, no Brasil. Com efeito, elas surgiram durante a I Guerra Mundial, como medida do governo frente às pressões do proletariado: a venda direta dos gêneros ao consumidor, sem intermediários e sem impostos de qualquer espécie, levava a um barateamento relativo dessas mercadorias (92).

Pauperismo Urbano e Epidemias

Dentro deste quadro, a propagação do pauperismo urbano acompanhava o avanço das relações capitalistas de produção. Surgia, nas cidades, uma massa de desocupados que perambulava pelas ruas: antigos artesãos, artistas de rua, prostitutas, marginais, ambulantes, tipos populares, músicos, mendigos etc. Esta multidão de despossuídos permaneceu, em grande parte, anônima dentro da história social do Brasil. São raros os trabalhos que fazem menção à sua presença majoritária nos grandes centros urbanos, como, por exemplo, esta referência aos antigos quiosques, na cidade de São Paulo:

"Todavia, em 1883, quiosques octogonais, enfeitados de flâmulas

e cartazes vistosos começaram a aparecer nos jardins e praças, e perto das estações onde se vendiam café, doces e bebidas alcoólicas baratas. Tal como os chafarizes que outrora atraíram escravos, lavradores e tropeiros, os quiosques eram um ponto de reunião de trabalhadores, vagabundos, soldados e mulheres da classe baixa rescendendo fortemente a álcool; odor corporal e iodofórmio" (93).

Na verdade, as melhores fontes historiográficas para referências a esses setores da "turba urbana" ainda se encontram em obras de cronistas de cidade, como, por exemplo, Luís Edmundo ou Jorge Americano, ou ainda em certas obras da literatura urbano-social no Brasil (94).

Entre os vários problemas sociais que atingiam as massas populares urbanas, as doenças e epidemias tiveram grande peso. Na cidade de São Paulo, por exemplo, levantamentos de óbitos ocorridos em 1887 e 1892 revelavam o alto índice de mortalidade infantil e de moléstias como tuberculose e outras ligadas diretamente às condições negativas de higiene e de alimentação (95). Eram comuns os relatos da presença ameaçadora da tuberculose nos meios operários. Os anarquistas sempre denunciaram as raízes sociais dessa doença. Em 1913, por exemplo, o higienista libertário Fábio Luz pronunciou, no Rio de Janeiro, uma conferência intitulada "A luta contra a tuberculose do ponto de vista social". (96).

Entre essas doenças, as que mais dizimavam as famílias dos trabalhadores proletários eram as epidemias, representadas principalmente pela peste bubônica, varíola, febre amarela e tifo, além da terrível "gripe espanhola" de 1918. A febre amarela teve um grande surto entre 1888 e 1892, que atacou de maneira violenta a população de Santos, Campinas, Sorocaba, Rio Claro e outras localidades do interior paulista. Milhares de trabalhadores foram vítimas destes males que refletiam o atraso sócio-econômico do país. O governo, entretanto, utilizava-se de medidas repressivas contra a população, ao enfrentar casos de moléstias contagiosas. A revolta popular contra a vacina obrigatória, no Rio, em

1904, representou uma explosão espontânea de protesto frente ao caráter repressivo da conduta das autoridades. Na verdade, as raízes sociais dessas doenças, como a pobreza, falta de higiene, a subnutrição e concentração populacional em condições miseráveis de vida, permaneciam intocadas e eram agravadas com o avanço do capitalismo atrasado no Brasil. Cenas de repressão dos poderes públicos, também no caso de doenças, testemunhavam o caráter de classe do Estado e a natureza autoritária do regime político:

"Realmente contristador o quadro que representavam os carroções do Serviço Sanitário, quando ocorria algum caso de varíola. O enfermo era introduzido neles, enquanto os homens do Desinfetório entravam na casa do varioloso e procediam a um expurgo total. Pouco sobrava, depois de sua retirada além do cônjuge remanescente e dos filhos, chorando desesperadamente". (97)

Quando da "gripe espanhola" de 1918, verdadeiro estado de calamidade pública tomou conta da cidade de São Paulo. Hospitais e cemitérios ficaram superlotados, funcionando dia e noite. Houve morte de mais de 8 mil pessoas, na maioria trabalhadores imigrantes, em apenas quatro dias de epidemia. A boca pequena, chegou a correr a notícia da aplicação de um "chá da meia-noite" aos doentes da Hospedaria dos Imigrantes, veneno que apressava sua morte para liberar as escassas vagas a outros moribundos (98).

Capítulo 4 - ASSOCIAÇÕES PATRONAIS E REPRESSÃO NAS FABRICAS

A origem do proletariado industrial, no Brasil, como já vimos, ins^{ins} creve-se no quadro geral de uma nação atrasada. Por outro lado, as con^{con} dições de trabalho e de vida descritas nesta parte demonstram fartamen^{fartamen} te o grau e a natureza da exploração de classe a que eram submetidos os trabalhadores brasileiros. Resta focalizar, para concluir esta expo^{expo} sição, os métodos concretos de que se valeu a classe burguesa, através de suas associações de classe, para controlar violentamente a força de trabalho no interior do espaço privilegiado de sua propriedade priva^{priva} da, "laboratório secreto" de extração da mais-valia: a fábrica.

A burguesia nacional brasileira combinava, aqui, de maneira perfeita^{perfeita} mente integrada, os conflitos parciais, econômicos e ideológicos, que timidamente esboçava frente ao imperialismo com um forte esquema^{esquema} de repressão patronal e policial ao operariado, dentro e fora da unida^{unida} de de produção. Vários esquemas equivocados de análise pretenderam sem^{sem} pre idealizar, nos países atrasados, a existência de um setor "progres^{progres} sista" da burguesia que estivesse à frente da "nação" e do "povo", como defensor tenaz da "democracia". A predominância quase total de go^{go} vernos autoritários no Brasil-República e o aprofundamento cada vez maior da subordinação ao imperialismo contradizem, concretamente, aque^{aque} las teses. A manutenção intacta da estrutura latifundiária, bem como, a viva utilização de formas pré-capitalistas no campo, muitas vezes inⁱⁿ tensificadas, a serviço da acumulação capitalista, também destrói o mi^{mi} to do "progressismo". Que igualmente inexistirá nas relações com o prin^{prin} cipal inimigo da burguesia, a classe operária.

A burguesia industrial, setor mais moderno das classes dominantes no Brasil, mantinha suas rugas com o imperialismo bri^{bri} tânico. Em dezembro de 1921, por exemplo, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo (C.I.F.T.S.P.) distribuía uma circular tecendo críticas à presença da "Missão Algodoeira Inglesa" no Brasil. Os limites da crítica são notórios quando o documento levanta - como

argumento para a não adesão dos industriais brasileiro à Internacional Federation of Master Cotton Spinners' and Manufacturers' Associations - a ausência dos Estados Unidos naquele consórcio imperialista. O setor que, pelas condições históricas, necessitaria de maior protecionismo ' frente ao capital imperialista justificava sua não filiação a um consórcio de monopólios pela ausência da jovem nação norte-americana, pela "pouca notoriedade" dos seus membros no "mundo algodoeiro internacional"(99). Ou seja, o caráter imperialista da proposta nem de longe chega a ser rejeitado, mas sim a "pouca confiabilidade" dos agentes particulares do monopólio em questão.

O exame das circulares do CIFTSP é importante para se avaliar o comportamento político do setor industrial mais dinâmico do país àquelas alturas, o setor têxtil paulista, através de sua associação classista. Muito se tem enfatizado, em análises historiográficas, a atitude paternalista de certos empresários, tomando como exemplo clássico a figura de Jorge Street. Esse último tem sido apresentado como expressão de uma atitude liberal e tolerante, em relação à "questão social". Cabe ressaltar, entretanto, que se houve variantes individuais, no padrão ' autoritário dominante, elas não chegaram a constituir um modelo alternativo da prática patronal: constituíram, pelo contrário, expressões mais conscientes da necessidade de um maior controle social e ideológico sobre a massa operária, mais sutil do que a repressão violenta ostensiva. O sistema de prêmios e benefícios eram extremamente seletivos, estimulando a produtividade, a concorrência entre trabalhadores e sua "fidelidade" às ordens da fábrica. A Companhia Nacional de Estamparia de Sorocaba, por exemplo, informou a seus colegas empresários, membros do ' CIFTSP, que os benefícios que oferecia aos operários eram negados aos que participassem "direta ou indiretamente" de uma greve (100).

Nos anos 20, as associações patronais chegaram a aplicar métodos extremos de disciplina, para manutenção do ambiente de "ordem e trabalho" nas fábricas. M. Saenz Leme levantou extensa documentação sobre a aplicação do sistema de fichamento da polícia de São Paulo pelos patrões de Sorocaba, cidade que vinha conhecendo um processo crescente e

contínuo de mobilizações operárias. O recrutamento de assalariados passava a ser feito, não pelo Departamento de Pessoal da firma, ou congêneres, mas diretamente pela delegacia de polícia regional, que preparava dossiers da vida progressiva do operário, sendo tudo anotado nas "cadernetas operárias" e arquivado nas fábricas. O delegado policial, lídimo 'conselheiro do patronato, propõe, ao lado desta medida direta e repressiva, uma série de incentivos e práticas assistencialistas com o intuito de esvaziar "o círculo vicioso entre aumento do custo de vida e aumento salarial" (101). Como a própria M. S. Leme reafirmou em sua tese, o patronato corria atrás do movimento operário e se organizava 'no plano econômico-corporativo, em reação ao esforço mobilizatório 'dos operários. Até mesmo no aspecto associativo, a burguesia revelava seu caráter retrógrado. Porém, ela sabia reagir á altura dos riscos que julgava correr. E, para preservar a ordem privada na fábrica, não poupava esforços e procurava aperfeiçoar os métodos, sempre que a pressão da luta de classes assim o exigia.

Nesse sentido, após as experiências de Sorocaba terem provocado a reação dos operários, principalmente pela presença ostensiva da polícia no processo de identificação, o próprio CIPTSP assume a tarefa de "PROCEDER Á IDENTIFICAÇÃO CIENTÍFICA (sic) DE TODOS OS OPERÁRIOS das fábricas que lhe são filiadas". (102) A consciência da pequena alteração no método é manifesta:

"Compreendemos, até certo ponto, que a identificação, feita pela Polícia, como em Sorocaba, poderá apresentar caráter de violência, nunca de humilhação ou desdouro, pois que não é feita para aplicação 'de sanção penal; compreendemos que forçar operários a se apresentarem numa repartição policial será medida passiva de críticas, mas não podemos admitir a hipótese de ficarem feridos melindres se a identificação FOR FEITA DIRETAMENTE PELO CENTRO, SEM INTERFERÊNCIA ALGUMA DA POLÍCIA." (103)

Falando em nome da propriedade privada, o Centro das indústrias 'têxteis assegura tratar-se de uma "identificação particular, uma medi-

da de ordem interna das fábricas, que não poderá ferir ninguém" (104).

Eis os mandamentos essenciais do "projeto" do Centro:

- 12) Mediante contrato, um fotógrafo ficará encarregado de fotografar e tomar as impressões digitais dos operários que forem encaminhados pelo Centro;
- 29) O Centro, em ficha especial, que conterà o retrato e as impressões digitais de cada operário, lhe tomará o nome, idade, nacionalidade, gênero de ocupação, sinais característicos, etc. etc.;
- 39) O Centro terá em seu arquivo uma coleção de todas as fichas;
- 49) Cada fábrica terá em seu arquivo uma coleção de fichas do seu pessoal;
- 59) Nenhuma fábrica receberá novos empregados sem que eles apresentem a sua ficha, feita pelo Centro à custa desses novos empregados;
- 69) As fichas serão numeradas e as chapas fotográficas arquivadas no Centro; a cada número de ficha, corresponderá número igual na chapa fotográfica;
- 79) De cada vez que se expulsar um operário, a fábrica que expulsou comunica-lo-á ao Centro, dizendo-lhe que, por tal motivo, expulsou o operário de ficha número tal;
- 89) O Centro comunicará a expulsão aos seus associados e, depois de fazer cópia do retrato arquivado e dos dizeres da ficha do expulso, mandará um exemplar a cada sócio, gratuitamente;
- 99) Os operários expulsos terão lugar especial no arquivo do Centro e nos das fábricas". (105)

Assim, após as experiências localizadas e "rudimentares" de Sorocaba, generalizava-se o gesto, de modo privatizado e centralizado pela própria associação de classe, para todo o estado paulista. As leis abstratas da livre concorrência parecem uma piada própria do charme burguês, se comparadas com o férreo controle pára-policicial imposto ao mercado de trabalho. Verdadeiras "listas negras" circulavam entre as em-

presas, afastando do mercado de trabalho os "elementos indesejáveis". Uma perseguição extremamente bem arquitetada dificultava, e muito, o trabalho molecular de organização do proletariado pela base. As lideranças mais visadas passaram a ser banidas definitivamente do convívio com as massas operárias nos locais de trabalho.

Até nas questões mais elementares, como a de furtos e roubos de panos, feitos nas fábricas, o patronato aproveitava para reprimir a organização de classe. Por exemplo, a propósito de roubos, o Centro, em circular reservada e confidencial, promete que "com o auxílio do Gabinete de Investigações da Polícia, poderá expurgar o operariado de certos elementos indesejáveis, que no meio dele operam, por vezes, como fermentos de indisciplina". (106) Em documento anexo, o CIFTSP estabelece um rígido sistema de revista policial para o caso de denúncia de roubos nas fábricas, que visa matar duas lebres com uma só rede, pois a exposição termina com uma referência aos "agitadores profissionais" atuantes no meio da massa operária "boa" e conclui peremptoriamente:

"Naturalmente, todo credo é respeitável, mas quando os seus fundamentos repousam no crime a sociedade tem o dever de colaborar num trabalho de repressão sem piedade". (107)

Voltando à velha tecla da necessária "identificação científica" do operariado, exemplificando com os "novos moldes" da organização do trabalho na Alemanha e EUA, reafirma outra circular a identificação entre roubo e subversão:

"...as nossas fábricas estão abertas a todos os adventícios, a toda a escumalha social rejeitada pelas velhas civilizações da Europa, sem que nossos industriais possam fazer um trabalho de seleção do seu pessoal..."; "O nosso venerando presidente (Sr. Conde Matarazzo) tão profundamente observador, chegou à convicção de que, para os nossos operários, imbuídos de idéias novas e inquietadoramente ousadas, o roubo já não representa delito: o roubo, o furto, representam tributo pago à força pelo patrão. Quem retira das fábricas subrepticamente, um objeto qualquer, retira a sua parte de lucros

e, ou muito nos enganamos ou isto é comunismo en herbe". (108)

Numa assembléia geral extraordinária, realizada pelo Centro, vol tou-se a debater o uso do sistema Vucetich (utilizado pela polícia) pa ra a identificação operária; o empresário Augusto de Toledo propôs que se fizesse.

"um apelo aos operários das fábricas, de reconhecida boa vontade, para que eles, voluntariamente, se submetessem à identificação, fei ta sob os auspícios do Centro. Mais tarde os outros operários se- guiriam, por certo, o exemplo dos seus colegas e a identificação ' se faria sem perigos e oposições". (109)

Como se pode depreender do discurso empresarial, a violência da explo- ração de classe não se dava sem a pronta resposta e indignação do movi- mento operário. A solução preconizada por Toledo, neste caso, retomava o clássico método de "dividir para reinar".

Com relação às reivindicações proletárias, em 1924, concorridas ' assembléias patronais realizadas no CIFTSP decidiram conceder 10% de adicional aos salários, como forma de esvaziar o movimento e evitar a eclosão de greves (110). A ação patronal organizada tinha, em todos es ses exemplos, nítido caráter preventivo, como reação em cadeia às pres- sões e à experiência acumulada nos episódios passados da luta de clas- ses. A repressão, organizada diretamente pelas próprias associações em presariais, superava o nível local e estadual, para se ampliar em dire- ção ao outro centro industrial mais importante do país, através do ' "útil intercâmbio" de listas negras de "indesejáveis" entre o CIFT de São Paulo e o CIFTA do Rio de Janeiro. Numa circular de apreço entre os dois Centros, segue-se longa lista de operários demitidos por fábric as cariocas:

18 operários afastados da Cia. Fiação e Tecidos Aliança, em dezem- bro de 1919, "por motivo de propaganda subversiva", constando sem- pre nome completo e seção de trabalho; 34 operários dispensados da Cia. de Tecidos de Linho Sapobemba, em janeiro de 1923, "por motivo de greve ali realizada" e "como perturbadores da boa ordem da fábric

ca", incluindo-se o nome do conhecido dirigente Octavio Brandão, na época operário tecelão; 16 operários grevistas da Cia. Fiação e Tecidos Corcovado, demitidos em fevereiro de 1924; 3 operários grevistas da Cia. Fiação e Tecidos Macaense, demitidos em fevereiro de 1924; 16 operários da Cia. Nova Fábrica de Fiação e Tecidos Sto. Aleixo, também grevistas afastado; 4 operários grevistas despedidos da Cia. América Fabril (3 eram portugueses, de acordo com a nacionalidade especificada); 3 operários despedidos por "princípio de greve", da Cia. Fiação e Tecidos Cometa, em abril de 1924 (111).

A atitude patronal, em relação à paíca legislação trabalhista do Estado, era de tentativa clara de burla e rejeição. Já por volta de 1930, o exemplo das circulares do CIFTSP em relação à nova Lei de Férias e ao novo Código de Menores (regulamentação da jornada das crianças em 6 horas, com uma hora obrigatória de repouso) revela os recursos legais e extra-legais que os empresários dispunham para manter a extensão das horas trabalhadas pelos operários. Em relação ao Código de Menores, por exemplo, os industriais paulistas lançaram mãos de argumentos expostos na recente legislação fascista do trabalho, os quais invariavelmente diziam que o menor desocupado (jornadas menores) estava com as portas escancaradas para o vício e para o crime(112).

Warren Dean já assinalou, com precisão, a restrita influência do liberalismo entre os industriais paulistas. Nos anos 1920, a identificação com o fascismo foi notória. Enquanto Pupo Nogueira traduzia uma obra que o encantara, sobre o corporativismo, os empresários davam leas aos sucessos políticos de Mussolini e Salazar. Matarazzo e Crespi, durante as décadas de 1920 e 30, jamais esconderam suas simpatias pela ditadura do Duce: chegaram a se organizar politicamente no fascismo, contribuindo para este, financeiramente, com parte dos gordos lucros que obtinham. Na verdade, essa "...inclinação pela ideologia fascista era sintoma de profunda crise no desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro." (113)

Nesse sentido, nos momentos críticos, nem só de argumentos ideoló

gicos e da sua ordem privada se servia a burguesia. Aí, neste caso, a repressão do Estado, através dos aparelhos policial e militar, garantia, em última instância, a preservação da "ordem e do trabalho" na sociedade. Nas mobilizações verificadas logo após a revolução de 1930, o novo regime "revolucionário" removia todos os retoques e mostrava o seu indisfarçável caráter de classe. Em S. Paulo, o Interventor Federal, tenente João Alberto Lins de Barros, dava as mãos ao General Miguel Costa, Secretário de Segurança Pública; ao comandante da Região Militar, Cel. Rabello; e ao comandante da Brigada Policial, Major Lobato Valle, que também acumulava sintomaticamente o cargo de diretor do Departamento do Trabalho - para organizar um esquema global de repressão ao movimento grevista, coordenado conjuntamente com a participação do Centro dos Industriais têxteis. O governo recém-instalado com a revolução de 30 cumpria a função clássica do Estado burguês: garantir os interesses históricos ameaçados dos industriais; desorganizar ao máximo o movimento operário.

Nessas greves de 1931, o exército e a polícia guarneceram as fábricas, a pedido do Centro, para "garantir o trabalho"; proibiram-se comícios; estabeleceu-se um rápido sistema de comunicação telefônica dos empresários, centralizado pelo CIFTSP, para pronto acionamento da intervenção das forças armadas. O entrosamento entre as ações do aparato repressivo do Estado e das associações empresariais é pleno, sem meios termos, sem as cautelas dos períodos de "paz social":

"(...)19 - A polícia militar guarnecerá as fábricas ameaçadas de perturbação da ordem, dia e noite, durante as próximas quarenta e oito horas, no mínimo, ou seja, até o restabelecimento do trabalho normal.

20 - Os donos de fábricas assumem a obrigação de alimentar os soldados à sua disposição, dando-lhes pousada se precisarem, e cercando-os da maior solicitude.

Este Centro vai fornecer ao Comandante Geral uma lista das fábricas de tecidos, com os respectivos endereços.

Os pedidos de garantia devem ser feitos diretamente a este Centro pelo telefone:

2.21.59

ou ao Sr. Julio Tinto, pelos telefones:

9.21.06 ou 9.21.07

Com estima e apreço...

... CIFTSP" (114)

Maior estima e apreço, entre os membros da classe ameaçada, muito difícil. Melhor acolhida aos defensores da ordem, impossível.

Logo depois, os industriais desmentem qualquer tipo de vínculo entre o CIFTSP e a Liga Anti-Comunista, que buscava adesão financeira no seio da burguesia (115). Quem tinha o braço estendido da ordem pública, não precisava se comprometer indiscretamente com uma associação cívica confessadamente reacionária. De fato, os laços com o Estado se aprofundavam. Em despacho confidencial para o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, o CIFTSP propunha a seguinte interpretação, por sinal nem um pouco inédita, a respeito da recente movimento operário em São Paulo:

"não foi uma greve e sim mera consequência de manobras de agitadores." (116)

Após dias de paralisação generalizada do trabalho, reconhecida pelo governo e patrões, estes negavam a ocorrência de greves. O importante dirigente operário José Righetti, que chefiava uma comissão pró-readmissão de operários demitidos, é transformado, no discurso patronal, em "agitador e provocador" (117). O documento traz um anexo, intitulado "Breve Relatório", que é uma verdadeira ficha policial de José Righetti. A União dos Operários em Fábricas de Tecidos, associação sindical operária livremente construída e reconhecida pela categoria, sem a tutela do Estado, ainda na Primeira República, passa a ser definida taxativamente, pelos empresários, como um organismo fora-da-lei e, portanto, de sautorizada pelo Estado e pela burguesia, para representar os trabalhadores.

Nesse sentido, o caráter desagregador da nova legislação sindical de Vargas, em relação ao movimento operário, em especial às organizações sindicais, já se fazia notar muito claramente:

"A União dos Operários em Fábricas de Tecidos jamais quis enquadrar-se na Lei de Sindicalização, cuja finalidade é arregimentar os membros da mesma classe do Trabalho, policiando por assim dizer os sindicatos formados, e não havia que tratar diretamente com uma entidade que, sobre não representar a classe operária têxtil, ainda foge à órbita de uma lei de alta finalidade social." (118)

O processo acelerado de desorganização do movimento operário que se punha em prática, contava, uma vez mais, com a aliança estreita entre poderes público e privado. A cordialidade da burguesia para com os agentes policiais do Estado que realizava a grande tarefa de montagem de uma nova estrutura de dominação era flagrante. Em 1932, os agentes da polícia política adentravam o "laboratório secreto" da exploração de classe, para desvendar de mais perto os mistérios da riqueza de quem os acolhia e sustentava. De sua parte, a burguesia, organizada como classe através da ação do já Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo (nova designação e estrutura que substituiu, desde setembro de 1931, o antigo CIFTSP) certamente estava muito grata pelas inovações que o Estado introduzira. Senão, vejamos:

"São Paulo, 19 de Janeiro de 1932

CIRCULAR Nº 1.157

Prezados Senhores,

MUITO CONFIDENCIAL

Queiram Vs. Ss. notar que a delegacia de Ordem Social destacou para as fábricas desta cidade grande número de agentes, investidos de missão especial.

As fábricas onde estiverem em serviço estes auxiliares da polícia devem alimentá-los e alojá-los comodamente, para maior eficiência do trabalho que eles estão realizando.

Todos os agentes, para provarem a sua quali-

dade, estão munidos de carteira de identidade, que deve ser exigida quando eles se apresentarem nas fábricas.

Com estima e apreço

Amgs. Crds. Odds. -

Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo."

(119)

Capítulo 5 - INTERNACIONALISMO E IMIGRAÇÃO

Muito já se escreveu sobre a influência que a imigração de trabalhadores europeus teve como fator decisivo na formação do proletariado no Brasil. Tanto ao nível da composição da força de trabalho, quanto ao nível do movimento operário nascente, é certo que a imigração contribuiu significativamente. Autores como S. Maram (120) e M.Hall (121) acentuaram o caráter de extrema heterogeneidade étnico-nacional que predominou na força de trabalho industrial de centros como São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Estes pesquisadores enfatizaram o papel desorganizador exercido pela imigração estrangeira sobre as tentativas fragmentárias de organização do movimento operário em seu conjunto. Claro está que a diversidade de etnias e nacionalidades representou, em geral, uma dificuldade a mais para a organização do proletariado no plano sindical e político.

Porém, a nosso ver, dialeticamente, a imigração jogou um papel positivo no processo de formação do proletariado como classe "para si". A presença de núcleos de militantes vinculados à experiência internacional da classe contribuía - por mais tênues que fossem esses vínculos - para que se estabelecesse uma ponte mediadora entre a consciência do operariado em formação, no Brasil, e o proletariado internacional. O internacionalismo, nesta medida, não foi apenas uma "ideologia importada", nem um mero recurso retórico de propaganda doutrinária. Inscrevia-se, pelo contrário, no processo do movimento operário brasileiro tornando-o, dialeticamente, parte específica e constitutiva do movimento operário internacional. Aliás, é bom notar que, independentemente da existência empírica dessa consciência internacionalista proletária, já com a formação do mercado mundial capitalista, a plena configuração de uma divisão internacional do trabalho e a conseqüente internacionalização das forças produtivas, o capitalismo desencadeava o surgimento de uma unidade mundial na luta de classes, inexistente no passado da humanidade. Ao se analisar a questão da consciência da classe operária, por

tanto, não podemos ser subjetivistas, nem tampouco objetivistas.

Um primeiro problema a considerar dentro de tal temática é o das relações entre vanguarda organizada e movimento de massas, entre direção e classe. Trata-se, por um lado, de evitar a identificação equivocada entre aquelas dimensões, o que resultaria em: a) considerar o conjunto da classe somente a partir dos projetos e propósitos de uma determinada liderança; b) ou, então, definir a direção como sendo uma simples amálgama das diversas e concretas situações vividas pela classe. Por outro lado, o equívoco oposto seria o da separação dicotômica entre os planos da classe e da direção, o que equivaleria a afirmar o total isolamento das vanguardas em relação às massas, a distância abissal entre a realidade da classe e a da direção disposta a representá-la; tudo isso conduzindo à concepção que vislumbra sempre uma inerte situação de abandono e inconsciência a que estariam condenadas as "desamparadas" massas operárias. Rosa Luxemburgo, ainda em 1906, a propósito da Revolução Russa de 1905, tece uma crítica pertinaz tanto aos céticos quanto aos ufanistas do movimento operário alemão, tentando estabelecer elos mais adequados na trama de relações desenvolvidas entre a greve de massas, os sindicatos e o partido. Naquele caso, os céticos estavam representados pelo dirigismo de cúpula da social-democracia alemã, já mergulhados na esteira da colaboração de classes; e, os ufanistas, pelo espontaneísmo quase messiânico dos anarquistas (122).

Nessa via, enfim, trata-se de buscar um justo equilíbrio na formulação daquelas relações. Considerar, simultaneamente, os elos reais de vinculação histórica entre direção e classe: isso implica em considerar, tanto a construção da direção enquanto parte integrante e momento específico, do processo de formação da classe, bem como as respectivas diferenças de quantidade e de qualidade existentes entre essas duas dimensões.

Assim, não nos deve espantar o fato de que os núcleos organizados, no plano sindical e no plano partidário, sempre constituíram minoria em relação ao conjunto da classe. Isto sempre ocorreu, em maior ou

ou menor grau, na história do movimento operário. O setor efetivamente organizado constitui, sempre, minoria dos membros componentes da classe. As oscilações e relativa instabilidade dos organismos operários também não expressam nenhum tipo particular de "desvio" ou "incapacidade", ou, ainda, de "atraso". Expressam, pelo contrário, determinadas variações na correlação de forças entre as classes, as dificuldades econômicas, sociais, culturais e políticas de organização do proletariado, etc. Tais tendências, inerentes à natureza descontínua, fragmentária e dialética do movimento operário, ocorrem tanto nos países mais industrializados, quanto nos rincões semi-coloniais e dependentes do sistema capitalista.

Se a desorganização permanente de um setor variável do proletariado não pode ser tomada como sintoma de ausência ou fraqueza de todo o movimento operário, tampouco os erros, as proposições mecânicas da direção, devem ser vistas, necessariamente, em todos os casos, como algum "desvio" ou "corpo estranho" na evolução histórica do movimento operário. Claro está que a crítica faz parte do próprio movimento, porém, é necessário desenvolvê-la, sempre, através de análises de situações concretas.

As classes dominantes no Brasil e nas demais nações latino-americanas (mesmo na Europa e nos EUA esse comportamento - com variantes específicas - pode ser evidenciado) sempre buscaram no nacionalismo xenóforo o argumento ideológico para declarar as lideranças operárias ilegítimas, como germes alheios e eternamente infiltrados nas (até então) tranquilas águas do trabalhador nacional. É a concepção botânica da "planta exótica", na feliz expressão de Boris Fausto (123). A pesquisadora S. Magnani, em tese recente, mostra como que, inclusive, esta visão mecânica e abstrata (porque exterior ao próprio movimento vivo da classe operária) esteve presente na historiografia brasileira (124). Repetiu-se ao extremo a prática sistemática, no Brasil, de se ignorar ou subestimar o peso real do movimento operário anterior a 1930, particularmente das tendências anarquistas e social-democratas. Com isso, tem

se aberto a brecha para a aceitação da análise burguesa que alçou o governo Vargas como "progressista", o direito trabalhista como concessão de cima e os sindicatos construídos pelo Estado burguês como organismos próprios do movimento operário.

Ao contrário do que tradicionalmente se tem pensado, a imigração de correntes internacionais para o movimento operário brasileiro foi um processo dos mais relevantes no seu amadurecimento político. Interessamos, aqui, portanto, a contribuição propriamente política da imigração, na medida em que, através dela, idéias, projetos, numa palavra - experiência histórica acumulada em militância - puderam ser transmitidas e incorporadas ao processo de formação do proletariado brasileiro. Desde já, sabemos, o processo de imigração política de quadros de militantes - do ponto-de-vista quantitativo - foi ínfimo e minoritário em relação à imigração sócio-econômica e de massa. Porém, interessamos muito mais, neste caso, a qualidade política desse processo molecular. O proletariado brasileiro, de forma marcadamente desigual e combinada, aliava o atraso de complexas contradições de uma sociedade capitalista débil a certa convivência, desde sua infância, com algumas tendências internacionais projetadas pelo avanço organizativo e político do movimento operário europeu.

A I e II Internacionais e o Brasil

Durante a formação e evolução da Primeira Internacional foi muito importante o papel desempenhado por refugiados políticos, de diferentes nacionalidades, disseminados por várias regiões da Europa e, em particular, apesar de seu reduzido número, na América Latina. Aqui, foram alguns trabalhadores imigrantes os primeiros responsáveis por contatos com a A.I.T.: a Primeira Internacional desenvolvia-se, assim, como uma Internacional de operários "sem pátria", espalhados pelo mundo, longe de seus países originários. No seio desses grupos de trabalhadores desenraizados, formavam-se, com certa frequência, núcleos políticos e internacionalistas. (125)

Em relação à América Latina, é importante ressaltar que Itália, Espanha e Portugal - países relativamente atrasados no contexto europeu e principais fornecedores de força de trabalho às nações latinoamericanas - organizaram-se tardiamente em seções da A.I.T. Foram trabalhadores e militantes desses países que, via migração internacional, estabeleceram contatos iniciais entre o movimento operário do Brasil e da Europa. Estudos sobre a imprensa operária no Uruguai e no Chile apontam algumas referências a esses primeiros vínculos internacionais (126). Seções da A.I.T. foram fundadas, precocemente, nas colônias de Martinica (França), Cuba e Porto Rico (Espanha), graças à imigração (127). Em outros países, encontraremos traços tardios da Primeira Internacional (após Congresso de Haia, de 1872): são eles, México, Argentina e Uruguai. Nestes países, a organização esteve inicialmente vinculada à imigração espanhola, francesa, alemã e italiana. Na Argentina, surgem, gradativamente, seções formadas por franceses, italianos e espanhóis.

(128)

No Brasil, as primeiras tentativas de contato foram feitas da Europa, através de militantes portugueses, em particular pelo escritor Anthero de Quental e por J. Fontana, diretores do jornal lisboeta O Pensamento Social. A seção portuguesa havia sido criada por militantes espanhóis refugiados: Francisco Mora, entre outros, já havia contribuído para a criação da seção argentina. Em julho de 1871, Mora, em relatório ao Conselho Geral da A.I.T., ao falar da nova seção portuguesa, lembrava que "seguramente a Internacional se estenderia a outro grande país de língua portuguesa, o Brasil" (129). O jornal O Pensamento Social apareceu entre fevereiro de 1872 e abril de 1873: esses militantes portugueses pretendiam criar um núcleo internacionalista no Brasil, não sendo confirmado, a nível das fontes primárias pesquisadas, o sucesso ou não deste empreendimento. Quanto à qualidade deste primeiro periódico internacionalista em língua portuguesa, F. Engels teria se referido a ele como "excelente" (130).

Pode-se afirmar, também com base na documentação disponível, que

contatos organizativos entre trabalhadores brasileiros e portugueses eram feitos constantemente, naquele período. No Rio de Janeiro, em particular, em função do peso da imigração lusitana, tais tentativas eram bastante antigas. Por exemplo, na renhida luta pelo descanso semanal remunerado, levada a cabo pelos caixeiros do Rio, despontaram como líderes os portugueses Antonio Mathias Pinto Júnior e Victoriano José de Carvalho, com experiência sindical em seu país de origem, que agitaram a categoria através das páginas de O Caixeiro (1873). Fundaram uma associação de classe em 1880, a tradicional Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Pinto Junior foi descrito como grande agitador, chegando a dirigir um comício no Jardim Botânico, para mais de 500 caixeiros (131). Além disso, na primeira greve operária do Brasil (tipógrafos do Rio de Janeiro, 1858), são feitas referências à solidariedade entre a Associação Tipográfica Fluminense e operários portugueses (132).

Assim como na Argentina a seção da A.I.T. composta de 273 franceses, possuía muitos antigos communards de 1871, também chegaram ao Brasil inúmeros refugiados, após a queda da Comuna de Paris. O governo Thiers solicitou a extradição, sendo o pedido rejeitado pelo Legislativo brasileiro. Os communards refugiados em nosso país provavelmente mantiveram algum tipo de contato com militantes internacionalistas na Europa, mas isso ainda permanece no domínio hipotético. O que é certo, porém, é que, antes desses episódios, já haviam sido tomadas medidas concretas, logo após a fundação da A.I.T., ainda em 1865, para estabelecimento de contatos com correspondentes desse organismo no Rio de Janeiro: é o que relata o informe dos correspondentes parisienses da A.I.T., no Congresso Internacional de setembro de 1865, realizado em Londres (133).

Quanto à Itália, devido à sua unificação nacional tardia, foi muito acentuada a influência de certos representantes do "Risorgimento", como Garibaldi e Mazzini, sobre as massas populares e, conseqüentemente, sobre os primeiros núcleos desse país na A.I.T. Mazzini esteve li-

gado à criação de associações operárias mutualistas e cooperativistas. Garibaldi possuía muito prestígio junto aos emigrantes: entre 1839 - 1848, esteve no Uruguai e no Brasil, onde participou, juntamente com sua mulher, da Guerra dos Farrapos. Sua figura esteve presente em vários artigos de jornais da imprensa operária do sec. XIX, no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul. Ora, tanto garibaldinos como mazzinianos estavam vinculados à A.I.T. Até o término das guerras de unificação nacional na Itália, Mazzini e Garibaldi eram as principais direções do movimento de massas em seu país. Garibaldi, ao lutar pela libertação de Veneza, conseguira mobilizar os setores mais jovens e combativos da democracia italiana, referindo-se ao socialismo como "o sol do futuro" (134).

A influência dos anarquistas de Bakunin sobre o movimento operário italiano tornar-se-ia predominante somente após as consequências políticas da Comuna de Paris. Como se sabe, os bakunistas tiveram um peso muito grande na evolução do anarquismo no Brasil, em especial, com o desenvolvimento ulterior da tendência anarco-sindicalista, sob inspiração de Errico Malatesta, discípulo de Bakunin. A repressão desencadeada pela burguesia italiana no final dos anos 70, no século passado, provocou várias prisões e deportações. O exílio de Malatesta iniciou-se em 1878; ele passou, inclusive, quatro anos na Argentina (1885-1889), onde mantinha uma pequena oficina mecânica e editava o jornal anarquista (135).

A emigração de certos quadros dirigentes teve um papel qualitativo não desprezível na aglutinação dos primeiros núcleos organizados de militantes na América Latina. A própria mobilidade geográfica incessante, devido aos refluxos e repressões, possibilitava contatos e troca de experiências entre militantes de vários países latinoamericanos. Na leitura da imprensa operária do período, salta aos olhos o papel desempenhado pelos jornais, através de intensa circulação e troca regular de periódicos, correspondência internacional, bibliotecas e notícias bibliográficas, traduções de obras, além das viagens constantes

das lideranças compostas pelos eternos "senza patria" (136). Por exemplo, no jornal O Amigo do Povo (1902-1904, S. Paulo), entre a correspondência e periódicos recebidos irregularmente pelos seus redatores, vindos do exterior, destacavam-se notas referentes ao movimento operário latinoamericano (especialmente Argentina, seguida por Uruguai, Chile e notas esparsas de outros países). Os mineiros do salitre de Iquique (Chile), de certa feita, cometeram a gafe de colocar uma foto de Rodrigues Alves na primeira página de seu jornal sindical, como homenagem aos "companheiros do Brasil", sendo duramente criticados pela redação libertária de O Amigo do Povo (137). De Buenos Aires, escrevia para esse jornal, algumas vezes, como correspondente, o anarquista italiano C. Marchetti: a violenta repressão aos operários portenhos, no Primeiro de Maio de 1904, por exemplo, é narrada com detalhes. Para essa mesma época, o historiador Boris Fausto levantou a existência de contatos diretos entre militantes portuários argentinos e brasileiros (138).

A biografia de certos dirigentes pode ser uma boa pista para a reconstituição dos laços internacionalistas. Na Argentina, entre outros, esteve o importante intelectual anarquista Pietro Gori, cujos poemas dramáticos libertários, como "Primo Maggio", faziam sucesso nos teatros operários de Buenos Aires e São Paulo (139). Oreste Ristori, outro importante líder anarquista, fugiu da Itália para a região do Prata. Certa ocasião, prestes a ser deportado da Argentina, lançou-se do convés do navio para as águas, onde um barco previamente arranjado pelos companheiros o resgatou. Esteve militando em Montevideu e chegou a São Paulo na virada do século. Era considerado um grande agitador, segundo o próprio Everardo Dias (140). Oswald de Andrade tinha grande admiração por seus fluentes e ardentes discursos e narrou uma fuga espetacular de Ristori, montado numa bicicleta, ao ser perseguido pela polícia em pleno centro de São Paulo (141). Esteve agitando no interior paulista, onde deve ter exercitado suas qualidades de exímio orador e conferencista, chegando a ser professor de ciências numa Escola Livre, em

Bauru, segundo depoimento de Tito Batini (142). Fundou o jornal La Battaglia, em São Paulo, em 1904. Foi deportado do Brasil. Chegou a lutar nas Brigadas Internacionais, durante a Guerra Civil na Espanha, tendo morrido, em combate, em plena II Guerra Mundial, lutando contra o fascismo italiano (143). As biografias de outros imigrantes italianos, como Gigi Damiani, autor do famoso opúsculo - I Paesi nei quali non si Deve Emigrare: la questione sociale nel Brasile (Milão, 1920) - ou Heitor Marchini, ou de imigrantes portugueses, como Neno Vasco, e espanhóis, como Everardo Dias e Florentino de Carvalho (pseudônimo de Primitivo Raimundo Soares) permitem esclarecer aspectos importantes na formação do anarquismo brasileiro (144).

A repressão, por sua vez, para fazer frente a essa mobilidade constante dos dirigentes, também se organizava a nível multinacional. Michael Hall levantou a presença de um agente policial do governo italiano, trabalhando como observador no movimento operário brasileiro (145). Sheldon Maram, igualmente, citou vários exemplos a propósito dessa rede multinacional de informações policiais. A análise dos processos de expulsão revelou inúmeras incoerências jurídicas, demonstrando que qualquer episódio era pretexto para a montagem de uma farsa em torno da "periculosidade" e das supostas "conspirações" em que estaria envolvido o operário: por exemplo, a nacionalidade de Manoel Perdigão jamais foi comprovada, apesar de sua deportação (146); ou, então, o caso do líder socialista Teodoro Monicelli, diretor do Jornal Avanti! e expulso do Brasil como "anarquista" (147).

De outra parte, pelo lado do movimento socialista, algumas figuras menos conhecidas foram fundamentais no processo de imigração política. É o caso do português Luiz Soares, que desembarcou no Brasil em 1895, após ter militado desde 1878 no Norte de Portugal, tendo lá dirigido importantes organizações operárias: Associação dos Trabalhadores, Centro Socialista e a Federação Sindical. Era um nome bem conhecido entre os trabalhadores portugueses (148), apesar de o socialismo, em Portugal, ter se mantido sempre como tendência frágil, diante da preponderância

do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no movimento operário (149).

Se se considerar que a imigração estrangeira em massa para o Brasil, apesar das várias lacunas das estatísticas oficiais, cresceu geometricamente entre 1880 e o final do século (150), pode-se aquilatar o peso real dos núcleos de militantes provenientes da Europa na organização desse proletariado nascente. Este sofria, combinada com a exploração de classe própria de sua condição de força de trabalho, simultaneamente, a opressão nacional resultante de sua situação de estrangeiro. Não há dúvida de que a proveniência dos imigrantes de países europeus de industrialização atrasada (Portugal, Itália, Espanha), onde o anarquismo ainda possuía grande influência no movimento operário, é um dos fatores explicativos para o relativo predomínio do movimento anarquista, pelo menos em certas regiões brasileiras, até a década de 1920. Jornais como L'Avvenire (S. Paulo, 1895), O Despertar (Rio de Janeiro, 1895), ou ainda, Il Diritto (Curitiba, 1901) - algumas das primeiras folhas libertárias - retomavam, em suas páginas, os antigos debates doutrinários travados na Primeira Internacional, entre marxistas e anarquistas, sobre os temas da autoridade e organização (151). Enquanto em países como Alemanha e França, a criação de partidos socialistas de massa, sob a égide de Marx e Engels, já preparava o terreno político para a construção da Segunda Internacional (1889) e o anarquismo entrava em crise e declínio, aqui no Brasil, pelo contrário, os efeitos retardatários do atraso sócio-econômico, combinados à preponderância do anarquismo nos países-chaves da imigração, resultavam num certo descompasso político do movimento operário brasileiro em relação às principais tendências das vanguardas internacionais.

Quando a social-democracia deitou algumas precárias raízes em nosso país, nos primeiros anos deste século, o reformismo já estava penetrando as teses e a prática política da Segunda Internacional na Europa. Tanto no Brasil, como mais nitidamente na Argentina, a ausência de uma camada diferenciada de "aristocracia operária", transformaria a so

cial-reformismo, desde cedo, numa força de expressão política restrita a setores intelectuais da pequena burguesia e figuras isoladas de certos liberais da burguesia: a social-democracia, nesses casos, sem base social de sustentação no meio operário, revelava-se, em sua vocação reformista e conciliatória, como tendência frágil e secundária (no movimento operário), incapaz de ampla mobilização do proletariado (152). Esse efeito retardatário do processo de organização da classe operária no Brasil teve repercussões consideráveis ao longo de sua história, pela dificuldade permanente de constituição de uma direção revolucionária plenamente enraizada no processo de formação da classe operária e de seu movimento próprio.

No Brasil, a análise de dois documentos praticamente inéditos, os relatórios elaborados por núcleos socialistas, em 1893 e 1896, e enviados aos Congressos da Segunda Internacional (153), revela as contradições e limites, organizativos e políticos, dessas primeiras iniciativas. O relatório de 1893, em nome do recém-nascido Partido Operário do Brasil, é assinado pelos membros da Comissão Executiva, todos imigrantes de origem alemã: José Winiger, August Lux, Otto Bendix e Nikolaus Schneider. Apesar da análise lúcida da situação nacional, conclamando a "eliminar completamente todos os elementos autoritários da sociedade atual, para evitar a sorte da revolução de 1889, de onde saiu a burguesia que hoje nos oprime" (clara alusão ao caráter de classe do novo regime republicano), o texto não supera o cunho meramente propagandístico e doutrinário de seus objetivos, eivado por um pedagogismo autoritário tão presente na social-democracia (154) que pretende "ensinar nosso evangelho" e aprimorar a educação do povo (155).

O documento de 1896 era assinado pela Associação Geral dos Operários de São Paulo (Allgemeiner Arbeiterverein, dirigida pelo social-democrata alemão Peter Konen) que, ao lado do Círculo Socialista de Leitura da Vila Mariana (Sozialistischer Lesezirkel, dirigido por Richard Menge), eram alguns dos pequenos e pioneiros núcleos social-democratas em São Paulo. O texto analisa com certa precisão a crise sócio-econômica e política da República brasileira, chegando a traçar um

quadro bastante elaborado:

"O país inteiro (Brasil) sugere o espetáculo do inacabado; ele apresenta enormes contrastes: de um lado, restos de barbárie, de outro, aspectos muito modernos." (156)

Entretanto, o relatório também não supera a intenção - visivelmente informada por um espírito iluminista - de "difusão de idéias", anunciando-se a decisão de trabalhar "segundo nossos conhecimentos e nossas atitudes respectivas para que a luz do socialismo clareie também o Brasil." (157)

Portanto, quando reafirmamos o internacionalismo como aspecto real do movimento operário nascente no Brasil, não se deve perder de vista os limites políticos desse movimento. Senão, acaba-se por recair numa outra visão equivocada e extrema - tão deformada quanto a própria visão nacionalista, no outro pólo - que consistiria em considerar apologeticamente o movimento operário como portador de uma força social e política que, com efeito, ele não possuía. Entretanto, a inclusão deste tema foi necessária para não se recortar artificialmente os processos de formação histórico-política da classe operária e restringi-los às fronteiras nacionais, transformando o internacionalismo num ideal abstrato e, quando muito, curioso.

O internacionalismo foi, pelo contrário, um elemento constitutivo do movimento operário. As primeiras comemorações do Primeiro de Maio, como resposta imediata dos socialistas brasileiros aos apelos da Segunda Internacional; a realização do Primeiro Congresso Internacional Gráfico Sul-americano em Buenos Aires, em 1907, onde o Brasil esteve representado por três associações sindicais dessa categoria; a vinda ao Brasil de líderes proeminentes do movimento operário europeu, como o geógrafo anarquista Elisée Reclus, na década de 1890 (158), e o grande dirigente socialista francês, Jean Jaurés, em 1904; a realização de meetings em solidariedade aos trabalhadores russos, na Revolução de 1905, como o ocorrido em São Paulo, com a presença de 17 associações operárias e socialistas, com destaque para os discursos inflamados do

dirigente socialista da União dos Trabalhadores Gráficos, o espanhol ' Valentim Diego (159); esses são alguns indicadores, entre muitos, da presença do internacionalismo, não apenas ao nível do discurso, mas concretamente na realidade viva e tangível do movimento coletivo da classe.

Em 1920, Everardo Dias narrava em detalhe a cena do embarque de ' dezenas de militantes operários, deportados do Brasil sumariamente pelo governo, com base na lei de expulsão dos estrangeiros, após violenta repressão que se abateu sobre o movimento operário:

"O navio apita funebremente. Começa a manobra para a saída.

- Camaradas! Entoemos a Internacional! grita um do grupo.

E rodeados de passageiros, curiosos de conhecer as personagens esquisitas que o navio esperou tantas horas, o grupo dos deportados rompe com o canto da Internacional - e é com essas estrofes vigorosas e impressionantes que o "Benevente" levanta ferro e deixa com lentidão a baía de Guanabara..." (160)

Por trás de atos simbólicos e catárticos como esse, entretanto, forjava-se o próprio caráter internacional do proletariado, num movimento ' histórico e ondular, porém ininterrupto, que acompanhava de longe, em seu traçado, as idas e vindas dos navios, trazendo imigrantes em massa, líderes forajidos ou em trânsito e levando deportados e perseguidos, além dos desesperançosos.

A visão política e nível cultural de certas lideranças do movimento operário, no Brasil, estiveram muito além, certamente, do horizonte estreito do agrarismo conservador e monolítico, predominante nas nossas elites. A concepção de mundo daqueles líderes situava-se no plano das grandes transformações e eventos vividos pela humanidade, entre o final do século XIX e início do século XX. Perspectiva ampla que retomava, por exemplo, a herança de combate do movimento operário internacional na Comuna de Paris e de seus principais expoentes, como Louisie Michel (161), para reportar-se, igualmente, a fenômenos específicos da história latino-americana: foi o caso, por exemplo, de uma análise dos

limites de classe da Revolução Mexicana e a denúncia da intervenção do imperialismo norte-americano na nação asteca (162).

Era, em última instância, o internacionalismo que possibilitava, a rigor, uma posição crítica mais profunda em face dos problemas sociais específicos de uma nação agrária e semi-colonial como o Brasil, indo muito além do jacobinismo limitado dos setores pequeno-burgueses ou do liberalismo canhestro das oligarquias burguesas. Nesse sentido, a pesar das adversidades históricas e da ausência de condições objetivas e subjetivas mais favoráveis, que pudessem permitir uma maior expansão dos ecos almejados e o florescimento de raízes mais sólidas, o internacionalismo, no Brasil, nunca se configurou como "idéias fora do lugar" mas, pelo contrário, materializou-se como elemento integrante do movimento operário, como aspecto inerente de sua trajetória histórica, gravado na ação e na memória coletiva da classe.

NOTAS DA PARTE I

Capítulo 1:

- (01)- Lima, J. Inácio de Abreu (1794-1869): O Socialismo, Recife, Typ. Universal, 1855, 552 p.; cf. p. 7
- (02)- O Socialista da Província do Rio de Janeiro. Niterói, nº 1, 10-agosto-1845.
- (03)- Engels, F. - "Contribuição à história da Liga dos Comunistas" in Marx & Engels: Textos (vol. 2), S. Paulo, Alfa-Omega, 1977: pp. 181-197.
- (04)- Freymond, J et alia: La Première Internationale - l'institution; l'implantation; le rayonnement. Paris, C.N.R.S., 1968 (Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique).
- (05)- Marx, K - Miséria da Filosofia, Lisboa, Estampa, 1978, p.192.
- (06)- Sobre Espanha, ver: Lamberet, Renée: L'Espagne (1750-1936). Paris, Les Editions Ouvrières, 1953 (Mouvements ouvriers et socialistes - chronologie et bibliographie-). Sobre Itália, ver: Leonetti, Alfonso: L'Italie (des origines a 1922). Paris, Les Editions Ouvrières, 1952 (Mouvements ouvriers et socialistes - chronologie et bibliographie -). Sobre França e Alemanha, ver: Droz, Jacques (org.) - Histoire Générale du Socialisme. Paris, PUF, 1972, tomo I, caps. II e III. Sobre Portugal, ver: Oliveira, César - A Criação da União Operária Nacional, Porto, Afrontamento, 1973.
- (07)- Marx, K. - "Préface à la première édition allemande du premier livre du Capital" cit. in Engels, F. - "La Révolution Italienne à Venir et le Parti Socialiste" in Marx & Engels: Oeuvres Choisies (Tomo III), Moscou, Editions du Progrès, 1970, p. 483.
- (08)- Lopes, J. S. Leite - "Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa". S. Paulo, CEDEC, 1979, mimeo. (II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais).
- (09)- Fábrica do Cedro: Centenário da Fábrica do Cedro (edição comemorativa: 1872-1972), pp. 75-77.
- (10)- Maram, S. Leslie - Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 104.
- (11)- Engels, F. - "Prefácio à Situação da Classe Operária na Inglaterra" in Marx & Engels: Textos (Vol. 1), S. Paulo, Alfa-Omega, 1977 pp. 133-134.
- (12)- Engels, F - "La Révolution Italienne à Venir et le Parti Socialiste", op. cit, pp. 485-86-
- (13)- "Representação das Collectividades Operaria e Proletaria da Capital Federal ao Congresso Nacional", 25-8-1891. Brasília, Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (original manuscrito, ano 1891, etiqueta nº 3857).
- (14)- Dias, Everardo - História das lutas Sociais no Brasil. S. Paulo, Edaglit, 1962, pp. 239-240.
- (15)- Engels, F. - "Révolution et Contre-Révolution en Allemagne" in

Marx & Engels: Oeuvres Choisies (Tome I), Moscou. Editions du Progrès, 1970, pp. 316-317.

- (16)- Engels, F. - "Revolution et Contre-Revolution...", op.cit., p. 316.
- (17)- O Socialista. S. Paulo, 1896, nº 28, p. 3.

Capítulo 2:

- (18)- Marx, K., Le Capital, Eds.Sociales, 1962, Livro 1, Tomo I, Vol.I Cap. 6, pp. 178-179.
- (19)- Morse, R., Formação Histórica de São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1970 p. 238.
- (20)- Morse, R., op.cit., pp. 244-48 e p. 370.
- (21)- Singer, P., Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Nacional/USP, 1968, p. 33.
- (22)- Morse, R., op.cit., pp. 213-14.
- (23)- Fausto, B., Trabalho Urbano e Conflito Social, (1890-1920), São Paulo, DIFEL, 1976, p. 14.
- (24)- Castro, A.B., "A Industrialização Descentralizada no Brasil" in 7 ensaios sobre a Economia Brasileira. São Paulo, Forense, 1971, vol. II, pp. 101-162.
- (25)- Dean, W., "A industrialização durante a República Velha" in B. Fausto (dir.): O Brasil Republicano, São Paulo, DIFEL, 1975, p. 254.
- (26)- Carone, E., A República Velha (Instituições e Classes Sociais), São Paulo, DIFEL, 1970, p. 191.
- (27)- Fausto, B., op.cit., p. 18.
- (28)- Barata, M., Formação Histórica do Pará-Belém, UFPA, 1973, p. 274 e p. 276.
- (29)- Singer, P., op. cit., pp. 305-306.
- (30)- Idem, p. 323.
- (31)- Idem, p. 322.
- (32)- Jastro, A.B., op cit., p. 149.
- (33)- Lopes, JKB., - . . . Crise do Brasil Arcaico, São Paulo, DIFEL, 1967.
- (34)- Singer, P., op.cit., p. 223.
- (35)- Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira: Centenário da Fábrica do Cedro (1872-1972). Ed. Particular, 1972, p. 8.
- (36)* Singer, P., op. cit., p. 224.
- (37)- Castro, A.B., op. cit., p. 151.
- (38)- Singer, P., op. cit., pp. 171-72.

- (39)- Idem, p. 173.
- (40)- Idem, p. 177, tabela VIII.
- (41)- Castro, A.B., op. cit., pp. 132-141.
Singer, P., op.cit., cap. 3, p. 114, p. 116 e p. 130.
- (42)- Oliveira, F., "A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil" (pp. 391-414) in B. Fausto (org.): O BRASIL REPUBLICANO, São Paulo, DIFEL, 1975, (História Geral da Civilização Brasileira, volume 8, tomo III, livro 1): cf. p. 405.
- (43)- Castellari, L., História de Salto. Salto (SP), graf. Taperá, 1971, pp. 128-157.
- (44)- Mommsen, W.J., La Época del Imperialismo, Madrid/México, Siglo XXI, 1971, (História Universal Siglo XXI, vol. 28), p. 79.
- (45)- Engels, F., A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra. Lisboa, Presença, 1975.
- (46)- Castro, A.B., op. cit., p. 151 e nota 97.
- (47)- Fausto, B., Trabalho Urbano e Conflito Social, op.cit., p. 114.
- (48)- Dias, E., História das Lutas Sociais no Brasil. São Paulo, Edaglit, 1962, p. 212.
- (49)- Marx, K., Le Capital, op. cit., livro 1, Tomo II, volII, cap.XV, item "A Fábrica", pp. 104 e 108.
- (50)- Cf. Penteado, J., Belenzinho, 1910 (retrato de uma época). São Paulo, Martins, 1962, p. 29.
- (51)- Cf. Cano, W., Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, SP/RJ, DIFEL, 1977, tabela 13, cap. II.
- (52)- Fausto, B., op. cit., p. 114.
- (53)- Cf. Penteado, J., op.cit., pp.117-125 e pp.142-143. cf. Rodolfo Felipe apud Rodrigues, E., Nacionalismo e Cultura Social (1913 - 1922), Rio de Janeiro, Laemmert, 1972, p. 148.
- (54)- Fausto, B., op.cit., pp. 105-107; sobre a categoria semi-artesanal dos trabalhadores na construção civil vide, especialmente pp. 129-32. Sobre o interessante processo de combinação de formas de trabalho artesanal, domiciliar e assalariado da fábrica num mesmo setor industrial (calçados) do Rio de Janeiro vide o artigo de Baeta Neves, M.C. "Greve dos Sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa". Revista da Administração de Empresas, 13 (2), junho 1973: pp.49-66.
- (55)- Bandeira Júnior, A.F., A Indústria no Estado de São Paulo em 1901, São Paulo, Tip. do "Diário Oficial", 1901 - pag.11 (grifo nosso). Sobre a importância da "Substituição do artesanato" como um dos fatores do crescimento industrial no Brasil da República Velha, inclusive no setor têxtil, ver W. Dean, "A Industrialização durante a República Velha" in B. Fausto (dir.) O Brasil Republicano, São Paulo, DIFEL, 1975 (Hist. Ger. Civ., Bras., vol.8, tomo III, livro 1) - pag. 267.
- (56)- Rodrigues, E., Sindicalismo e Socialismo no Brasil (1675-1913).

Rio, Laemmert, 1969, pp. 187-89.

- (57)- Sobre o trabalho na indústria metalúrgica e mecânica, vide E. Dias, op. cit., p. 46.
- (58)- O Graphico, nº 45, 01/nov/1917, p. 2
- (59)- Rodrigues, E., 1969, op. cit., p. 220.
- (60)- Simão, A., Sindicato e Estado, São Paulo, Dominus-USP, 1966, p. 64
- (61)- Penteado, J., op. cit., p. 62.
- (62)- Fausto, B., op. cit., p. 119.
- (63)- Penteado, J., op. cit., p. 139.
- (64)- Sobre o trabalho feminino vide, p. exemplo, B. Fausto, op. cit., pp. 115-16 e J. Penteado, op. cit., pp. 128-29. Sobre o trabalho infantil vide, p. ex., o cap. da E. Rodrigues, 1972, op. cit., pp. 202-209 e as narrativas de J. Penteado, op. cit., pp. 117-25.
- (65)- Rodrigues, E., 1972, op. cit., pp. 207-208.
- (66)- Simão, A., op. cit., pp. 26-34. Sobre a questão da imigração e das influências da composição étnica heterogênea da classe operária nascente no Brasil e sobre o movimento operário, vide B. Fausto, op. cit., pp. 29-37 e o artigo de M. Hall: "Immigration and the early São Paulo working-class", UNICAMP, mimeo., 1975.
- (67)- Penteado, J., op. cit., p. 129 e pp. 134-38.
- (68)- A respeito da imigração de trabalhadores, vide: Simão, A., op. cit.; Hugon, Paul - Demografia Brasileira, S. Paulo, Atlas, 1973; Hall, M., op. cit.; Leonardi, V. - "O papel do imigrante na evolução do Brasil" in História do Século 20, S. Paulo, Abril Cultural, vol. 1, p. 373.
- (69)- Citado por Demarco, D. - "La fondation de la Première Internationale a Naples: 1869-1870" in La Première Internationale. Paris, CNRC, 1968, p. 286.
- (70)- Idem, p. 287.
- (71)- Romano, A. - "Origines de la Première Internationale en Italie" in La Première Internationale, op. cit., p. 275.
- (72)- Pinheiro, P.S. - Política e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 111, Hall, M. - "Emigrazione italiana a San Paolo tra 1880 e 1920" in Quaderni Storici, Ancona, Gennaio-Aprile 1974, nº 25: pp. 138-159; Hall, M. - "Immigration and the early São Paulo working-class", op. cit..
- (73)- Carone, E., A República Velha (Instituições e Classes Sociais), São Paulo, DIFEL, 1972 - pag. 192.
- (74)- Rodrigues, E., 1969, op. cit., p. 222.
- (75)- Rodrigues, E., 1972, op. cit., p. 85 e p. 130.
- (76)- Idem, p. 13, pp. 127-28 e pp. 359-60.
- (77)- Fausto, B., op. cit., realiza as primeiras incursões mais siste-

máticas nessa direção: sobre as especificidades da classe operária carioca vide pp. 41-42; sobre o contraste entre os portuários santiístas e cariocas, vide pp. 125-27, sobre as diferenças entre o setor de serviços (ferrovias e portos), o do proletariado de fábrica (têxteis e o dos trabalhadores semi-artesanais (construção civil), vide pp. 122-32.

Capítulo 03:

- (78)- Citado in Carone, E., op. cit., p. 9 e p. 190.
- (79)- Hobsbawm, E.J. - Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro, Zahar, 1970 cap. VII, cf. pp. 137-158.
- (80)- Carone, E., op. cit., p. 189.
- (81)- Sobre a formação destes bairros, vide Caio Prado Jr.: "Contribuição para a Geografia Urbana da Cidade de São Paulo" in Evolução Política do Brasil e outros Estudos. São Paulo, Brasiliense, 6a. ed., 1969, vide também R. Morse, op. cit., pp. 355-58.
- (82)- Vide a propósito, E.J. Hobsbawm: "La Ville et l'insurrection" in Espaces et Sociétés nº 1-10: pp. 137-147,
- (83)- Morse, R., op. cit., p. 249.
- (84)- Morse, R., op. cit., p. 264.
- (85)- Idem, p. 252.
- (86)- Idem, pp. 296-97.
- (87)- Penteado, J., op. cit., p. 159. Ainda nesta mesma obra: sobre a vila operária da Fábrica Santa Rosália (Sorocaba), vide pp. 28-33 sobre a vila da Fábrica Carioba (próxima a Americana), vide pp. 34-35.
- (88)- Fausto, B., op. cit., pp. 116-17.
- (89)- Rodrigues, E., 1972, op. cit., pp. 218-219.
- (90)- Apud, Dias, E., op. cit., pp. 226-228 e Rodrigues, E., 1972, op. cit., pp. 217-218.
- (91)- Apud, Dias, E., op. cit., p. 228.
- (92)- Morse, R., op. cit., p. 283, Rodrigues, E., 1972, op. cit., pp. 131-32.
- (93)- Morse, R., op. cit., pp. 264-65. Outras referências a respeito ' nesta mesma obra: p. 242 e pp. 267-68.
- (94)- Edmundo L., O Rio de Janeiro de meu tempo, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, 3 volumes; Jorge Americano: São Paulo naquele Tempo (1895-1915) São Paulo, Saraiva, 1957 e São Paulo neste Tempo (1915-1935). São Paulo, Melhoramentos, 1962. Entre obras literárias que trazem referências àqueles setores sociais empobrecidos das cidades vide, p. ex.: Afonso Schmidt: Salimbanhos. São Paulo, Saraiva, 1950; Lima Barreto: Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá. São Paulo, Brasiliense; Afonso Schmidt: São Paulo de Meus Amores. São Paulo, Clube do Livro, 1954; Hilário Tácito: Madame Pommery. São Paulo, 1919.

- (95)- Morse, R., op. cit., pp. 246-47.
- (96)- Rodrigues, E., 1972, op. cit., p. 23.
- (97)- Penteado, J., op. cit., p. 281.
- (98)- Idem, p. 282.

Capítulo 4:

- (99)- CIFTSP, Circular nº 65, S. Paulo, 3/12/1921, fl. 1.
- (100)- Leonardi, V. - "Efeitos sociais da primeira industrialização no Brasil" in História do Século 20. S. Paulo, Abril Cultural, vol. 3, p. 1014.
- (101)- O Estado de S. Paulo citado por Leme, M.S. - A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945). Petrópolis, Vozes, 1978, pp. 108-109.
- (102)- CIFTSP, Circular nº 38, S. Paulo, 23/4/1921, fl. 2.
- (103)- Idem, ibidem, fl. 2 (grifos no original).
- (104)- Idem, ibidem, fl. 3.
- (105)- Idem, ibidem, fls. 3-4 (grifos nossos).
- (106)- CIFTSP, Circular nº 7 - Reservada - Confidencial., S. Paulo, 28/4/1921, 1 fl. (grifos nossos).
- (107)- CIFTSP, Repressão dos Roubos e Furtos nas Fábricas, datilo., fl. 2.
- (108)- CIFTSP, Circular nº 39, S. Paulo, 25/7/1921, fls. 1-2 (grifos nossos).
- (109)- CIFTSP, Acta da Assembléia Geral Extraordinária de 14 de Agosto de 1921, fl. 1 (grifo nosso).
- (110)- CIFTSP, Acta da Assembléia Geral Extraordinária de 31 de Outubro de 1924 ("Confidencial"), 4 pp.; CIFTSP, Acta da Assembléia Geral Extraordinária de 5 de Novembro de 1924 ("Confidencial"), fl. 3.
- (111)- CIFTSP, Circular nº 340 - Confidencial, S. Paulo, 1/7/1924, 4 fls.
- (112)- CIFTSP, Pela Ré (do advogado do Centro, Dr. Plínio Barreto ao M. Juiz de Menores). S. Paulo, 1930, 26 fls.
- (113)- Dean, W. - A Industrialização de São Paulo. S. Paulo, DIFEL, 1971, p. 187; cf. também pp. 184-86.
- (114)- CIFTSP, Circular nº 1084 - Urgente. S. Paulo, 22/7/1931, fl. 1 (grifos nossos). A respeito dos conflitos de 1931, ver também: Circulares nºs. 1081, 1082, 1083, 1085, 1086 e 1088, todas de julho e carimbadas com a marca "Urgente" ou "Confidencial".
- (115)- CIFTSP, Circular nº 1098 ("Confidencial"). S. Paulo, 19/8/1931, fl. 1.
- (116)- CIFTSP, Circular nº 1099 ("Confidencial"). S. Paulo, 21/8/1931, fl. 1.

- (117)- Idem, *ibidem*.
- (118)- CIFTSP, Breve Relatório (Anexo à Circ. nº 1099/Confidencial). S. Paulo, 27/7/1931, fl. 4.
- (119)- Sindicato das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo: Circunº 1157 (Muito Confidencial). S. Paulo, 19/1/1932, fl. 1.

Capítulo 5:

- (120)- Karam, S. L. - Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- (121)- Hall, M.M. - "Immigration and the early São Paulo working-class". UNICAMP, mimeo., 1975.
- (122)- Luxemburgo, R. - Greve de massas, Partido e Sindicatos, S. Paulo, Kairós, 1979.
- (123)- Fausto, B. - Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). S. Paulo, DIFEL, 1976, p. 62.
- (124)- Magnani, S. - O Movimento Anarquista em São Paulo, UNICAMP, tese de mestrado, mimeo., 1979, cap. I: "Introdução Bibliográfica".
- (125)- Dhondt, J. - in La Première Internationale, Paris, CNRS, 1968.
- (126)- Rama, C. e Necochea, H.R. in La Première Internationale, op.cit.
- (127)- Idem, *ibidem*.
- (128)- Rama, C., op. cit., pp. 420-423.
- (129)- Idem, *ibidem*, p. 425; Cf. Nettlau, M. - La Première Internationale en Espagne. Amsterdam, IJHS, p. 92.
- (130)- Cf. Engels, F. - "Lettre au Conseil Général de l'AIT à New York, 15-4-1873"; Cf. O Pensamento Social, 1872-73, 51 números, hebdomanário, 29x40 cm, 4 pags.
- (131)- Cf. O Caixeiro, Rio de Janeiro, 1873 - ; Cf. Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro: Meio Século (narrativa histórica de Ferreira de Rosa). Rio de Janeiro, Empresa Gráfica, 1930.
- (132)- Jornal do Typographos. Rio de Janeiro, Associação Tipográfica Fluminense, Ano I, nº 60, 12 de Março de 1858.
- (133)- Freymond, J. (dir.) - La Primera Internacional (1864-1868) - Documentos. Madrid, Zero SA, 1973, tomo I, p. 66.
- (134)- Cf. Romano, A. in La Première Internationale, op. cit., pp. 276 - 279.
- (135)- Cf. Dulles, J.W.F. - Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900 - 1935. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, pp. 19-20.
- (136)- Sobre a mobilidade internacional do movimento operário, vista através da imprensa operária, ver: Hardman, F. Foot - "Classes subalternas e cultura (São Paulo, 1889-1922)" in Ordem/Desordem nº 7, Belo Horizonte, Fac. Comunicação Univ. Cat. MG, 1977:pp. 36-58. Senza Patria era o sugestivo título de uma peça teatral do anarquista Factro Gori.
- (137)- Cf. O Amigo do Povo, São Paulo, 1903, citado in Hardman, F. Foot, op.

cit., p.50.

- (138)- Cf. Fausto, B., op. cit., p. 124.
- (139)- Sobre esse líder, ver: Larroca, J. - "Gori, um anarquista em Buenos Aires" in Todo es História, ano IV, Nº 47, março 1971. Sobre o peso do anarquismo na Argentina e sobre a importância da imprensa libertária em Buenos Aires - onde se publicava, em 1910, dois diários anarquistas, com uma tiragem superior a quinze mil exemplares - ver: Campo, Hugo del - Los Anarquistas. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1971.
- (140)- Cf. Dulles, J.W.F., op. cit., p. 20.
- (141)- Andrade, Oswald de - Um Homem sem Profissão: sob as ordens de mamãe (Memórias e Confissões, 1890/1919). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 79.
- (142)- Batini, Tito: Depoimento (Entrevista dada a F.Foot Hardman, São Paulo, Fevereiro de 1976).
- (143)- Cf. Dias, E., cit. in Fausto, B., op.cit., p. 92.
- (144)- Sobre Damiani e Marchini, ver Maram, S. L., op. cit., p.30 e p. 85; sobre Vasco, Dias e Carvalho-Soares, ver Dulles, J.W.F., op. cit., pp. 20-21; ainda sobre dados biográficos de lideranças do movimento operário, ver Fausto, B., op. cit., pp. 92-96.
- (145)- Cf. Hall, M.M. - "Emigrazione Italiana a San Paolo tra 1880 e 1920" in Quaderni Storici, Ancona, Gennaio-Aprile 1974, (25); pp. 138-159.
- (146)- Cf. Maram, S.L., op. cit., p. 26, nota 48.
- (147)- Idem, ibidem, p. 49, nota 56.
- (148)- Cf. O Socialista. São Paulo, nºs 25 e 26, novembro de 1895.
- (149)- Sobre a fraqueza ideológica e política dos socialistas e do reformismo em Portugal e sobre a virtual derrota de suas posições no Congresso de Tomar, em 1914, quando foi criada a União Operária Nacional (unificação do movimento operário no plano sindical), ver: Oliveira, César - A Criação da União Operária Nacional. Porto, Afrontamento, 1973.
- (150)- Cf. Reclus, Elisée - Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1900, pp. 414-416; cf. Leonardi, Victor - "O papel do imigrante na evolução do Brasil" in História do Século 20, Abril Cultural, vol. 1, p. 374.
- (151)- Ver, a respeito: Arru, Angiolina - Clase y Partido en la Primera Internacional. Madrid, Alberto Corazón, 1974.
- (152)- Para uma comparação entre a presença da social-democracia na Argentina (existência de um PS mais organizado), em relação à sua fragilidade orgânica no Brasil, ver Fausto, B., op. cit., pp. 101-104. Para uma análise do movimento operário argentino, nesse período inicial, ver: Godio, J. - Inmigrantes Asalariados y Lucha de Clases, 1880-1910. Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1973. Para uma análise histórico-política da crise mundial da social-democracia e do reformismo, ver: Lenin, V.I. A Falência da II Internacional. São Paulo, Kairós, 1979.

- (153)- Consultar: Haupt, Georges (apresent.) - "Militants sociaux-démocrates allemands au Brésil (1893-1896)" (docs.) in Le Mouvement Social, nº 84, jul.-set. 1973: pp. 47-61. Os documentos são os seguintes: - Relatório da Comissão Executiva do Partido Operário do Brasil a ser apresentado no Congresso Socialista Internacional de Zurique (1893); - Relatório da Associação Geral dos Operários de São Paulo no Congresso Internacional Operário de Londres (julho/1896).
- (154)- A respeito desse problema, presente nas raízes do reformismo, desde as primeiras concepções de Lassalle, ver: Buonfino, G.-La Política Culturale Operaia (da Marx e Lassalle alla Rivoluzione di Novembre, 1859-1919). Milano, Feltrinelli, 1975.
- (155)- Haupt, G. (apresent.), op. cit., pp. 52-57.
- (156)- Idem, p. 58.
- (157)- Idem, p. 61.
- (158)- Reclus foi o autor da monumental Nouvelle Géographie Universelle. La Terre et les Hommes, editada em 19 grossos volumes, até 1894, pela Hachette de Paris. O último volume refere-se à América do Sul, baseado nas viagens que Reclus fez pelo continente, da Amazônia ao Prata, no início daquela década. A parte relativa ao Brasil foi posteriormente traduzida pela H. Garnier, do Rio de Janeiro, em 1900, com o título: Estados Unidos do Brasil (Geographia, Ethnographia, Estatística), 488 pags. Em termos de descrição sócio-econômica, deve ser ressaltado o capítulo X (pp. 408-ss): "Estado Material e Social da População Brasileira".
- (159)- Sobre a importância de Diego, ver Fausto, B., op. cit., p.102.
- (160)- Dias, E., Memórias de um exilado (episódios de uma deportação). São Paulo, 1920, p. 41.
- (161)- Cf. Aurora Social, Recife, Ano II, nº 1, 1/1/1902, p. 1
- (162)- Cf. Na Barricada, Rio de Janeiro, Ano I, nº 11, ago/1915, p.2.

PARTE II

A QUESTÃO CULTURAL NO
MOVIMENTO OPERÁRIO
BRASILEIRO (1889-1922)

Capítulo 6 - ASPECTOS CULTURAIS DO MOVIMENTO DA CLASSE.

Classe Operária e Cultura

As condições de trabalho e de vida do proletariado no modo de produção capitalista reduzem, materialmente, as possibilidades de desenvolvimento de uma prática cultural. A superexploração no interior das fábricas e oficinas diminui o próprio tempo livre dos operários: fora da produção, eles estão virtualmente condenados a reproduzir-se como força de trabalho. O controle social e ideológico exercido pelo patronato dificulta ainda mais as condições de existência cultural dos trabalhadores. Entretanto, tanto na Europa e América do Norte, quanto na América Latina e, particularmente no Brasil, os primeiros contingentes do proletariado fabril, em seu movimento de constituição como classe, atuaram na sociedade burguesa, não só como mera força de trabalho, mas também como nova força social, o que implicava uma intervenção histórica em vários planos da vida social.

A historiografia tradicional das classes dominantes sempre negou a presença efetiva da classe operária na história republicana do Brasil. Seja do ponto de vista social, cultural e político, os trabalhadores sempre estiveram "ausentes" dos principais processos históricos em curso. Assim, ao se recuperar a gênese do trabalho industrial no Brasil, é importante notar que o movimento operário, apesar da posição necessariamente subalterna do proletariado no capitalismo, não foi um mero reflexo passivo da ordem burguesa dominante. Pelo lado da política de classe, veremos a organização das primeiras tendências e direções políticas do operariado, na parte final deste ensaio. Por ora, trata-se de assinalar as manifestações do proletariado no plano da sociedade e da cultura: mesmo sob direções tão adversas, a classe operária de

monstrava, desde o início de seu aparecimento, a sua vocação histórica para a transformação revolucionária da sociedade. A imagem de "imbécis" forjada pelas elites do país caberia muito mais ao atraso econômico e à parcimônia cultural resultantes da debilidade burguesa do que à disposição e energia extraordinárias da classe trabalhadora e de suas primeiras lideranças. O tema da "imbecilidade do povo" servia, isto sim, para tapar o sol ardente da exploração de classes com a peneirinha rala de uma ideologia pobre e bacharelesca.

Este recorte histórico retoma um determinado conceito de classe que, fugindo às classificações acadêmicas e sociologizantes, as quais esvaziam historicamente o seu sentido (ao defini-lo como "estrutura" ou como "categoria"), tenta apreendê-lo, concretamente, como "... fenômeno histórico unificador de um certo número de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto pelas respectivas condições materiais de existência e experiência como por sua consciência (...) como algo que acontece de fato (e pode-se demonstrar que, com efeito, aconteceu) nas relações humanas." (01) Não obstante, é necessário colocar, aqui, uma advertência: da mesma forma que não se pode falar numa "história operária" à parte do processo global da história que é o da luta de classes, também não se pode conceber uma noção como a de "cultura operária".

"Cada classe dominante cria sua cultura e, em consequência, sua arte. A história conheceu as culturas escravistas da antiguidade clássica e do Oriente, a cultura feudal da Europa medieval e a cultura burguesa que hoje domina o mundo. Daí, a dedução de que o proletariado deva também criar sua cultura e sua arte", (02) feita por certos autores. Porém essas "proposições confusas sobre a cultura proletária, por analogia e antítese à cultura burguesa, nutrem-se de uma identificação muito pouco crítica entre os destinos históricos do proletariado

e os da burguesia. O método vulgar, puramente liberal, das analogias históricas formais, nada tem em comum com o marxismo. Não há nenhuma analogia real entre o ciclo histórico da burguesia e o da classe operária." (03) "O proletariado, durante o período de sua ditadura, deve marcar, indiscutivelmente, a cultura com seu sêlo. Daí para a cultura proletária, se se entende por tal um sistema desenvolvido e interiormente coerente de conhecimento e informação em todos os domínios da criação material e espiritual, há contudo uma grande distância." (04)

No que diz respeito à vanguarda ideológica da classe, é preciso dizer que "não se pode criar uma cultura de classe à revelia da classe. Para edificar esta cultura em cooperação com a classe e em estreita relação com sua ascensão histórica geral, é preciso construir o socialismo, pelo menos nas suas grandes linhas. As características de classe da sociedade, nesse processo, não se acentuarão, mas, ao contrário, desaparecerão pouco a pouco, até zero, na proporção direta dos êxitos da revolução. O significado libertador da ditadura do proletariado está no seu caráter temporário, como um instrumento provisório para aplaiar o caminho e colocar os alicerces de uma sociedade sem classes e de uma cultura baseada na solidariedade." (05) "A arte dos poetas de fábrica, incontestavelmente, está muito mais ligada, organicamente, com a vida, com as preocupações quotidianas e com os interesses da massa trabalhadora. Mas não representa uma literatura proletária. Trata-se somente da expressão escrita do processo molecular de elevação cultural do proletariado!" (06) Literatura feita por proletários não é literatura proletária.

Mesmo entendendo cultura em um significado mais amplo, para além da noção de artefatos ou de um corpo de trabalho imaginativo e intelectual, enquanto todo um "modo de vida", como propõe Raymond Williams, ao analisar a origem e evolução deste conceito na literatura inglesa, a partir da Revolução Industrial (07), não se pode identificar o modo de vida da classe operária como sendo expressão de uma "cultura operária", ou de uma "cultura da pobreza". Se a miséria humana permanece co-

no situação predominante de amplos setores do proletariado, não podemos elegê-la, por si só, como um sistema cultural próprio. A miséria não é critério histórico para se definir uma "cultura operária", a menos que se assuma uma perspectiva burguesa de encarar de forma pitoresca e folclorizante o pauperismo advindo da exploração de classe. A pobreza não pode ser fundamento de um modo de vida "autenticamente" operário, simplesmente porque a classe operária não a elegeu, sendo-lhe imposta como resultado de sua condição de produtora da mais-valia no capitalismo.

Nesse sentido, as informações que seguem possuem mais o sentido de alertar para o potencial inovador que a mera presença do proletariado levanta como perspectiva histórica para toda a nação explorada e oprimida. Se, nessas condições tão sofríveis, os operários não deixaram de pensar e refletir sobre a sua própria sorte, organizando sua resistência e combate de classe, pode-se aquilatar o que ocorreria com a plena conquista, pelos trabalhadores, frente ao Estado burguês e à burguesia, do exercício integral das liberdades democráticas, incluindo-se aí todos os direitos civis, políticos e sociais (liberdade sindical e partidária, direito de voto, ensino público e gratuito, acesso pleno às instituições culturais e à saúde, etc.), arrancados a duras penas das classes dominantes pelos operários dos países avançados. Por isso mesmo, até hoje, as burguesias avançadas e atrasadas tentam, a todo custo, recuperar o terreno perdido na trajetória da luta de classes pelas liberdades democráticas: a burguesia mundial sabe que, na sombra das conquistas democráticas a ela impostas pelo proletariado, reaparece, desde 1848 e sempre, o fantasma do socialismo, cada vez mais convertido em realidade pelas revoluções proletárias do mundo contemporâneo.

Desde já, é importante observar que os aspectos culturais do movimento operário não estão separados dos aspectos políticos: determinadas concepções ideológicas e culturais estavam subordinadas a determinadas orientações presentes nos projetos políticos de certas lideranças

ou tendências. Em alguns casos, esta articulação entre fenômenos cul turais e fenômenos políticos era bastante visível: por exemplo, em cer tas greves operárias, onde verdadeiro "espírito de festa" ou "de carna val" tomava conta das massas revoltosas, como ocorreu em São Paulo, em 1917 (08); ou, também, no caso das comemorações de Primeiro de Maio, em que se combinavam aspectos de celebração espontânea das massas, de festa dos operários, com o caráter político de manifestação de classe. O exemplo do Primeiro de Maio de 1904 é ilustrativo da presença de vá rias tendências políticas no movimento operário brasileiro e de sua concepção daquela data, consagrada pela II Internacional em seu con gresso de fundação (1889) (09): o tom oficial, carnavalesco e popu lista das celebrações no Rio de Janeiro, dirigidas pelas cúpulas re formistas e conciliadoras de alguns sindicatos, contrastava com o as pecto lúdico, descontraidamente festeiro, do piquenique organizado pe los social-democratas em Porto Alegre; ambas as comemorações opunham - se ao ambiente de compenetração e sobriedade que permeava as conferên cias de propaganda sobre o Primeiro de Maio em São Paulo, promovidas pelas lideranças anarquistas, as quais davam maior ênfase aos aspectos doutrinários do que aos festivos daquela data internacional (10).

Tais manifestações indicavam a presença de um novo personagem na história da sociedade brasileira, seja do ponto de vista econômico, so cial, cultural ou político: a classe operária em formação. A República já nascia, neste caso, marcada por essa nova presença. Enquanto regime específico de dominação burguesa, expressando o Estado capitalista sur gido ao longo da segunda metade do século XIX, a República brasileira teve, desde o seu nascimento, que enfrentar essa igualmente recém-sur gida classe social: o proletariado. Nas greves, comícios populares, ma nifestações e revoltas de massa, a presença dos trabalhadores assala riados urbanos já se fazia notar. Assim, a propaganda e luta política saíam dos teatros e salões de banquetes, onde se confinaram no Império (sem contar as permanentes lutas rurais de escravos e camponeses), pa ra gravitar, cada vez mais, em torno das ruas. Com efeito, o desenvol-

vimento da plebe urbana, uma multidão de pobres e despossuídos - arga massa informe e miserável de onde se diferenciara o proletariado como classe - trouxe para a República esta característica: as ruas da cidade como espaço privilegiado da atividade política. Os comícios populares realizados por Lopes Trovão, em praça pública, no Rio de Janeiro, às vésperas do 15 de Novembro, foram significativos dessa mudança, segundo a historiadora Emília Viotti da Costa. (11) As massas urbanas reivindicavam, entre outras coisas, a solução de problemas que afetavam diretamente as condições de vida da população trabalhadora: abastecimento de água, serviços de limpeza e saneamento, criação de socorros mútuos etc. Ao lado disso, o recrudescimento de várias greves operárias reivindicando melhores salários e condições de trabalho, em cidades como Santos e a capital da República, ao raiar do novo regime, colocavam claramente novas funções, advindas da luta de classes, em termos da utilização do espaço urbano.

Seria inviável enumerar todas as manifestações culturais da classe operária, no período estudado. Em parte, devido à perda irrecuperável de grande quantidade delas, como resultado da repressão e ocultamento ideológico próprios da dominação de classe da burguesia. Mas, também, devido à extrema riqueza e variedade dessas manifestações, vinculadas à própria heterogeneidade nacional e regional do operariado nascente. Além de manifestações espontâneas e de massa, houve certas atividades ligadas diretamente à presença dos contingentes de trabalhadores imigrantes. Neste caso, surgiram iniciativas culturais dos núcleos de militantes socialistas e - principalmente - anarquistas e anarcosindicalistas (12).

Com efeito, havia diferenças evidentes entre os costumes de operários imigrantes e qualificados, cujos raros momentos de lazer incluíam o passeio a jardins públicos (Luz, em São Paulo; Botânico, no Rio; Prado, em Porto Alegre), piqueniques nos bosques naturais dos arrabaldes (em São Paulo, por exemplo: Cantareira, Ipiranga, V. Mariana, Penha e Santo Amaro) e os hábitos às vezes rurais da massa operária de origem

nacional. Essa parcela de operários, presente nas cidades maiores, e , também, no interior e em núcleos fabris isolados, em geral, "ficava em casa, a conversar pela vizinhança, a modorrar no quintal, nas calçadas dos casebres ou nos pátios dos cortiços de moradia; a criançada descalça a brincar na rua e as mocinhas, com seus pobres vestidos de chita, a passear em renque pelas calçadas, em namoricos inocentes, sob a vigilância hostil das mães, receosas dos atrevimentos e complicações com os rapazes já feitos." (13) De qualquer modo, havia uma característica que identificava a vida dos diferentes setores étnicos da classe operária no Brasil: o convívio cotidiano com o meio ecológico e com a paisagem natural próxima.

Em meio a uma natureza espoliada desde os tempos pré-coloniais, pelas técnicas primitivas e destruidoras do solo utilizadas pelas comunidades indígenas (coivara, por exemplo), passando pelos quatro séculos de pilhagem colonial e de economia agrário-exportadora, com técnicas agrárias e de mineração totalmente dilapidadoras (afora o atraso imenso do setor de subsistência ligado ao campones minifundiário), iniciávamos a era imperialista com a continuada e violenta destruição dos recursos naturais, sob o comando dos monopólios, processo que hoje já atingiu sintomas acelerados de barbárie. Se, por um lado, a expansão fabril, desde os primórdios, já demarcava o controle, levado a cabo pelo capital, dos meios naturais, de forma destrutiva e irracional (poluição de rios, devastação de matas, etc.), o ambiente ainda agrário e atrasado, da sociedade brasileira, dava, ao operariado emergente, alguns traços de uma vida tipicamente rural. A utilização do rio Tietê para a pesca e jogos infantis, as hortas e pomares das vilas operárias, os rios ao lado das fábricas, como no caso da Carioba, no interior paulista, são alguns dos exemplos que revelavam uma estreita convivência das famílias proletárias com o meio geográfico próximo (14).

Manifestações culturais libertárias.

Os piqueniques, excursões, festivais e passeios dos operários imi

grantes, nas cidades maiores, incluíam os bondes ou as bicicletas como meio de transporte, não se deixando de lado as carroças e os pés. Normalmente, eram escolhidos jardins e parques naturais nas periferias dessas cidades. Em São Paulo, lá pelos anos 20, havia excursões ao litoral santista, promovidas por jornais operários ou associações de classe. Neste tipo de realização, a iniciativa partia quase sempre dos núcleos de militantes e dirigentes, em especial os de tendência libertária anarquista. Combinavam-se, nessas reuniões campestres, formas de lazer - como música, jogos, danças e refeições coletivas - com conferências de propaganda, debates públicos, comícios, palestras e as tradicionais encenações de grupos amadores do chamado "teatro operário", cujas peças sempre expressavam um conteúdo sócio-político sobre a luta de classes.

O "teatro operário" era também encenado nas sedes das associações sindicais ou em pequenas casas de espetáculos nos bairros. O historiador Edgar Rodrigues conseguiu levantar mais de 20 grupos amadores de teatro, vinculados diretamente a associações operárias, surgidos antes de 1922, em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Pelotas e Sete Lagoas (MG) (15). Em geral, estes grupos eram compostos por militantes anarco-sindicalistas, de origem européia. A grande maioria das peças encenadas era de autores operários - pertencentes às lideranças de classe - e oriundos de Portugal, Itália e Espanha. Eis alguns títulos dessas peças, todas de conteúdo social e libertário: "O Infanticídio" (de Nota Assunção: "drama social em 5 actos", representado em setembro de 1906 pelo "G.D. Teatro Social" no centro Gallego, Rio de Janeiro); "O Semeador" (de Avelino Foscolo: "drama em 3 actos", tendo como tema as relações entre "coronéis" e trabalhadores rurais; editado como opúsculo pelo jornal A Nova Era de Taboleiro Grande, Minas Gerais); "Primo Maggio" (peça do líder anarquista italiano, Pietro Gori, muito popular em São Paulo e Buenos Aires); "Operários em Greve" (de F. Napoleão de Victoria, editado em folhetim pela coleção "Biblioteca Dramatica Popular", da Livraria Teixeira, S. Paulo); "Gaspar o

Serralheiro" (das mais encenadas e populares); "A Greve dos Inquilinos"; "Pecado de Simonia"; "A Manhã"; etc. (16).

Além do teatro, a própria imprensa operária, de tendência anarquista, anarco-sindicalista, socialista ou meramente sindicalista, era uma atividade político-cultural das mais decisivas. Eram, via de regra, jornais e revistas de propaganda, pequenos e de periodicidade irregular, os quais viviam à base de listas de subscrição voluntária por parte de militantes e leitores simpatizantes. Tinham existência semilegal, trazendo impresso muitas vezes o endereço da redação ou dos responsáveis para correspondência. Possuíam condições muito adversas de sobrevivência: além dos limites de ordem financeira, a ausência plena de liberdade de imprensa ocasionava problemas frequentes com o empastelamento de várias redações pela polícia, em momentos agudos da luta de classes. Muitas vezes, esses periódicos eram ligados a associações sindicais de certas categorias de trabalhadores (por exemplo: O Trabalhador Gráfico, S. Paulo, 1905; O Chapeleiro, S. Paulo, 1905; O Metallurgico, S. Paulo, 1920; O Graphico, Rio de Janeiro, 1917; A Voz do Padeiro, Rio de Janeiro, 1915; A Voz da Estiva, Rio Grande - RS - 1922; etc.). Outros chegaram a agrupar várias entidades, como foi o caso do importante A Voz do Trabalhador, órgão da Confederação Operária Brasileira (COB), de tendência anarco-sindicalista. Foi editado entre 1908 e 1909, no Rio de Janeiro, com sede na Rua do Hospício, 136, sobrado. Reapareceu no período 1913-1915, totalizando mais de 70 números em toda sua existência. Outro jornal importante, também editado no Rio de Janeiro, foi Voz do Povo, órgão da Federação Operária regional, com sede na Rua da Constituição, 12, 2º andar, que conseguiu sair diariamente durante todo o ano de 1920, atingindo cerca de 300 números. Em São Paulo, entre os jornais de tendências anarquista mais importantes, destacaram-se O Amigo do Povo (1902-1904, 63 números); A Terra Livre (1905-1910, 75 números, sendo editado no Rio, entre 1907-1908); La Battaglia (1904 - 1913, 382 números); A Flebe (dirigida por Edgar Leuenroth e que seria publicado, com várias fases e interrupções, entre 1917 - 1951). Houve,

ainda, duas importantes folhas anticlericais: O Livre-Pensador (1903 - 1915, dirigido por Everardo Dias); e A Lanterna (publicada em duas fases: 1901-1904 e 1909-1935, esta com longa interrupção) (17).

Na imprensa operária, muitas vezes aparecia a preocupação em torno da necessidade da propaganda em língua portuguesa e a questão do analfabetismo, com vistas à aglutinação dos operários de origem nacional. Além de revistas de caráter doutrinário (Aurora, S. Paulo, 1905 ; Anima e Vita, S. Paulo, 1905, editada pela militante anarquista, Ernestina Lésina; A Vida, Rio de Janeiro, 1914-15; Na Barricada, Rio, 1915), os grupos anarquistas e socialistas editavam opúsculos, livros e folhetos que traduziam originais de militantes e dirigentes europeus, sobre vários temas do movimento operário, como antimilitarismo, anticlericalismo, internacionalismo proletário, amor livre, a questão feminina, sindicalismo revolucionário, etc. Publicaram-se ainda almanaques, como foi o caso do Almanacco Socialista (S. Paulo, 1902, compilado por Alceste de Ambrys) e do Almanacco della Rivoluzione (S. Paulo, 1909, editado pelo "Gruppo La Propaganda").

Um outro aspecto dessa produção cultural ligada à emergência social do proletariado brasileiro foi a literatura libertária, de cunho anarquista, que apareceu nos primeiros anos deste século. Autores ausentes da história literária oficial, esses militantes operários ou intelectuais simpáticos às idéias libertárias escreviam "poesia social", em geral sob a forma tradicional e consagrada dos velhos sonetos, que apareciam nas páginas da imprensa operária regularmente. Um exemplo, entre tão extensa produção, ilustrativo do teor de crítica social satírica da poesia libertária é esse poema de 1919, intitulado "A Greve dos Lixeiros":

"Ó prefeito, tu que fazes?
 Não vês o lixo nas portas
 Com cheiretes mui capazes
 De matar ... as coisas mortas?
 Falta-te gente? Os grevistas

Não dão o braço a torcer?

Pois chama os nacionalistas

E manda-os todos varrer." (18)

A referência satírica e corrosiva deste poema aos "nacionalistas" não é casual. Frende-se à atuação da Liga de Defesa Nacional e da Liga Nacionalista de São Paulo, durante a Primeira Guerra Mundial. Tratava-se de associações cívicas burguesas, sob a batuta ideológica do arqui-reacionário poeta parnasiano, Olavo Bilac, as quais defendiam o nacionalismo burguês, em sua versão chauvinista-militarista (19).

Além da poesia e do teatro, havia uma produção em prosa, através dos chamados "romances sociais". Entre os que mais tiveram repercussão nos meios culturais operários, destacaram-se as seguintes obras, todas de conteúdo libertário: Ideólogo (1903), Os Emancipados (1906), Elias Barrão e Xica Maria (1915), Virgem-Mãe, Sérgio e Chloé (1910), todas novelas sociais do higienista carioca e anarquista Fábio Luz; Regeneração (Rio, 1904), de Curvelo de Mendonça, romance de "cunho tolstoiano" segundo divulgação publicada na imprensa operária da época; No Hosai - cio (Rio, 1905), de Rocha Pombo, na época simpatizante dos ideais anarquistas; Sã Feliz (1904), Cravo Vermelho (1907) e Vãs Torturas (1911), do jornalista carioca Domingos Ribeiro Filho, também partidário da ideologia libertária; Entre Neblinas (Rio, 1919), de Saturnino de Brito; O Caboclo (1902), O Mestigo (1903), Vulcão (1920) e A Vida (1921), do anarquista português, imigrante radicado no interior de Minas Gerais, Avelino Foscolo.

As festas realizadas nas sedes das associações operárias eram outro acontecimento importante na vida coletiva da classe. Em seus programas incluíam: palestras e conferências libertárias; peças de "teatro social"; terminando, às vezes, de acordo com os anúncios estampados frequentemente na imprensa operária, com um "baile familiar", apesar das restrições anarquistas a esse "recíproco roçamento". (20) A este respeito, Boris Fausto já assinalou muito bem a forte presença de um puritanismo ético na ideologia anarquista, que se expressa no tom e

conteúdo da crítica libertária ao álcool, futebol, baile, carnaval etc. (21) Tais festas, bem como os festivais ao ar livre, eram promovidas, via de regra, em benefício das associações de classe, de jornais operários, de "escolas livres", ou mesmo em solidariedade a militantes presos e deportados, ou ainda para arrecadação de fundos coletivos, durante a eclosão de greves.

No âmbito da educação, foram várias as experiências e iniciativas próprias de dirigentes do operariado. Este tipo de proposta esteve sempre estreitamente vinculado à política cultural de "combate ideológico" preconizada pelos anarquistas. Numa época em que o Estado e a burguesia brasileira eram tão negligentes e incapazes, quanto hoje, de solucionar e assumir os ônus da questão do ensino e da educação de um país atrasado e iletrado como o Brasil, o movimento anarquista propunha alternativas utópicas, acreditando ser possível a criação de "ilhas de democracia" no interior de um mar infestado de peixes carnívoros: a exploração e a opressão burguesas. A luta por "escolas livres" que desenvolvessem nas crianças operárias um "espírito revolucionário" vinha de uma longa tradição da luta de classes na França: ao longo do século XIX, especialmente nas revoluções de 1848 e na Comuna de Paris, estiveram em voga as concepções defendidas pelos socialistas utópicos e anarquistas, em torno da laicização do ensino (anticlericalismo) e de sua racionalização e universalidade. Um documento da Comuna terminava com a palavra-de-ordem: "Guerra à ignorância!" (22) De qualquer maneira, havia propostas mais avançadas, entre os communards, a respeito da educação: tratava-se de uma experiência, se bem que limitada, que se dava no seio do primeiro governo operário da história. Contra a visão retrógrada dos proudhonianos que, no seu afã de negar, em termos absolutos, o papel da luta política e a existência do Estado, propunham a família operária como principal fonte patrocinadora da educação, os blanquistas chegaram a defender, no interior da Comuna, um ensino gratuito, obrigatório e completo para todos, com base numa instrução pública, de responsabilidade direta do Estado (23).

No Brasil, parece que a concepção privatista do "ensino livre" predominou nos meios libertários. Apesar de seu caráter anticlerical e laicizante, essas propostas fracassaram, presas à crença na possibilidade de uma "emancipação cultural e ideológica" no interior da sociedade burguesa. No Rio de Janeiro, em 1904, foi fundada a Universidade Popular de Ensino Livre, sob a iniciativa de líderes sindicalistas locais, e que contava, em seu corpo docente, com intelectuais famosos, como Elycio de Carvalho, Sílvio Romero, José Veríssimo, Rocha Pombo e Fábio Luz, além do dirigente operário reformista, Vicente de Souza. Funcionava na sede do Centro Internacional dos Pintores, na Rua da Constituição, nº 47. Esta universidade fracassou pouco tempo após a sua criação, devido ao déficit financeiro e a distância existente entre a cultura erudita dos mestres e o analfabetismo predominante na classe operária carioca. (24)

Edgar Rodrigues levantou pelo menos cerca de 25 Escolas Livres ou Modernas, ou ainda de Ensino Profissional, que foram criadas por associações sindicais ou por militantes anarquistas, no Brasil, até 1920 : São Paulo, Rio, Niterói, Petrópolis, Belém do Pará, Recife, Porto Alegre, Sorocaba, Campinas e Santos foram algumas das cidades que tiveram escolas de trabalhadores dedicadas ao ensino dos operários e de suas crianças (25). Em São Paulo, destacaram-se as Escolas Modernas do Belenzinho (1910, fundada por João Penteado) e do Brás (1912, fundada por Florentino de Carvalho). Na propaganda da Escola Libertária Germinal (Bom Retiro, São Paulo, 1904), por exemplo, podia-se ler:

"Trabalhadores, não vos iludais!... (....) Ai! do desherdado que confia na providência dum deus quimérico, na tutela do governo ou na beneficência burguesa!... Tantos males, tantas injustiças demonstraram-nos claramente que a providência não existe, que o governo é um flagelo, a beneficência uma ironia insultante, "Trabalhadores, despertai!... Nas escolas subsidiadas, ortodoxas, oficiais, esgota-se a potencialidade mental e sentimental dos vossos pequeninos, com a masturbação vergonhosa e constante de mentirosa solidariedade no trabalho

na expansão e nas calamidades pátrias (...) Não procureis a dor de ter contribuído para a miséria e abjeção de vossos Filhos; arrancai-os ao ensino burguês! Animai os promotores ou regentes de escolas racionalistas, das quais sejam rigorosamente bânidas as superfluidades e traições do ensino ortodoxo." (26) Tal prática levava ao abandono das lutas concretas contra o sistema burguês e contra o Estado, em relação à exigência de acesso a escolas públicas e gratuitas e melhores condições de ensino para toda a população trabalhadora. Isolando-se em pequenos núcleos pretensamente "liberados do ensino burguês", esta estratégia ignorava uma perspectiva global de luta no pleno da educação, viável para toda a sociedade, num país onde imperava o atraso cultural e o analfabetismo.

Além das manifestações culturais ligadas diretamente à presença dos núcleos anarquistas, que centravam sua crítica ideológica às instituições e valores da sociedade burguesa (igreja, família, educação e sistema escolar, imprensa e literatura, guerra e militarismo), havia as iniciativas dos Centros de Cultura dos Grupos Socialistas: "Quando havia companheiros que tocavam algum instrumento, improvisava-se um baile para a juventude, em que aliás todos tomavam parte. Lembro várias dessas festas ou convescotes na Vila Mariana em chácara de um companheiro socialista, alemão ou austríaco, onde era habitual a reunião, aos domingos e dias festivos, de elementos germânicos social-democratas, bebendo cerveja preta, muito comum, então, barata e gostosa, e jogando bochas." (27)

Nas a classe operária brasileira em seu período inicial de formação não permaneceu limitada apenas às iniciativas culturais dos núcleos dirigentes anarquistas ou social-democratas. A massa trabalhadora das cidades esteve ligada à popularização de várias manifestações artísticas e culturais: jogos de rua, festas folclóricas, gêneros musicais, etc. Por exemplo, nos desfiles de rua do carnaval, vários préstibos do Recife, ainda no séc. XIX, eram formados por associações de trabalhadores: as Bas, dos lixeiros; os Tourciros, dos ven-

dedores de jornais; as Quitandeiras e as Lavadeiras (28). Deve-se lembrar, também, a presença dos trabalhadores na propagação do futebol de várzea, nas sociedades recreativas dançantes, além do público tradicionalmente numeroso de proletários nos espetáculos de circo e nas primeiras aparições do cinematógrafo, nos centros urbanos. Sem falar na popularidade notória de jogos como a tómbola e o jogo do bicho (29). Mesmo em certas manifestações musicais, como as bandas, fez-se notar a presença de artistas músicos operários, como foi o caso da antiga Corporação Musical Operária da Lapa, em São Paulo, fundada por trabalhadores imigrantes italianos, em 1881, com o nome inicial de "Lyra da Lapa".

Entretanto, afinal, por trás dessa ampla e variada gama de manifestações sócio-culturais, as próprias condições de trabalho e de vida aproximavam historicamente todos esses setores da classe operária a nível nacional. Deste modo, apesar da heterogeneidade verificada (composição étnica, etária, sexual, diferenças regionais, categorias de trabalho, a questão das nacionalidades, distribuição geográfica, estrutura industrial), o proletariado se formou, do ponto de vista histórico como a classe social relativamente mais homogênea da sociedade capitalista. Isto se deu tanto a nível mundial quanto em países capitalistas atrasados como o Brasil. Com efeito, o fato de o conjunto dos operários viver uma mesma relação, na qualidade de força de trabalho explorada e oprimida pelas formas diversas do capital, criava as condições básicas para a formação do proletariado brasileiro como classe. Ao lado dessas condições materiais, o processo do movimento operário, em suas lutas concretas, formas próprias de associação, primeiros núcleos dirigentes, greves e demais mobilizações, tendia a unificar cada vez mais os diferentes setores da classe operária, em torno de um projeto amplo e unitário de independência sindical e política e de transformação revolucionária da sociedade capitalista republicana. Neste sentido, o proletariado brasileiro, como parte integrante do proletariado internacional, combinava a experiência recebida do movimento operário

na Europa e nas Américas com suas características específicas, as quais eram inerentes ao processo histórico da sociedade brasileira enquanto antigo país colonial escravista e, posteriormente, como país capitalista atrasado. Dessa combinação, nascia uma nova classe social no Brasil - o proletariado - cujo processo de formação era parte integrante e contraditória do desenvolvimento mesmo das relações capitalistas de produção em escala mundial e, em particular, na sociedade brasileira.

Capítulo 7 - ANARQUISTAS E ANARCO-SINDICALISMO NO BRASIL

Imigrantes e Colônias Libertárias

Em 1888, Artur Campagnoli, italiano, mestre escultor e anarquista, fundava uma comunidade libertária numa velha fazenda de Guararema, interior paulista. Apesar da simpatia dos camponeses, a experiência fracassou pouco tempo depois, reprimida pela polícia republicana (30). Nas décadas anteriores, o socialismo utópico de Charles Fourier já havia levado à criação de comunidades, a partir de adeptos em Pernambuco e Santa Catarina. Pietro Gori, importante líder anarquista italiano, fez referências a uma tentativa libertária do mesmo gênero em Santa Catarina: anarquistas norte-americanos teriam imigrado para esta região, fundando a "Colônia Cosmos" (31). Parece que os sertões desabitados do centro-sul brasileiro eram preferidos para a localização destas primeiras experiências de comunidades anarquistas. Há ainda referências à "Colônia Vapa", criada por imigrantes letões, na lóngua região de Assis, Estado de São Paulo: não havia circulação monetária; alimentação, vestuário e moradia eram coletivizados; os instrumentos de trabalho eram de posse comunitária; havia uma equilibrada divisão sexual e etária do trabalho; as relações amorosas estavam liberadas. Comenta um autor que, entre as características dos membros desta aldeia, destacavam-se "uma saúde de ferro e uma calma extraordinária" (32).

Mas a dura realidade da sociedade capitalista de classes acabou por enterrar estas tentativas utópicas, obras de visionários, aventureiros e sonhadores: a saúde e calma destes pioneiros anarquistas não foram o bastante para enfrentar a penetração inexorável das relações capitalistas no campo. Como realizar o coletivismo no interior da sociedade de classes? Tais experiências viveram o derradeiro dilema: ou o isolamento insuportável dessas comunidades,

ou sua desintegração nas relações objetivas da sociedade de classes, submetidas às leis do capitalismo.

A mais conhecida destas primeiras comunidades libertárias no Brasil foi a "Colônia Cecília" (33). Autorizada pelo velho D. Pedro II, cuja aristocrática formação levava a veleidades liberais e românticas, esta colônia teve na figura do engenheiro agrônomo Giovanni Rossi seu principal expoente. Em abril de 1890, o grupo de anarquistas instalava-se na região de Palmeira, interior do Paraná. Até 1893 a colônia sobreviveu, quando o grupo remanescente foi expulso pela polícia republicana, dispersando-se pelos confins do país. Antes da repressão direta, porém, a "Colônia Cecília" já havia enfrentado dificuldades insuperáveis: a incompetência da maioria dos membros para as agruras do trabalho agrícola; a distância entre os ideais libertários e as condições materiais concretas. Como realizar o socialismo na miséria? Com o aumento da população (cerca de 150 pessoas em 1891) a alimentação coletiva tornou-se um problema: "Os jovens, de estômago vazio, apoiavam-se sobre as enxadas e olhavam a bandeira vermelha e preta flutuar no cimo dum coqueiro e diziam entre eles brincando: 'Vive-se de um pouco de fubá de milho e de um pouco de ideal'". (34) Além disso, os habitantes de "Cecília" descobriram desde logo os limites concretos ao pleno exercício do amor livre e à liberdade da mulher; isto é, eles perceberam, na prática, que as relações sexuais e amorosas estão subordinadas às condições repressivas impostas pela sociedade burguesa.

Entretanto, é necessário abandonar bosques e vales paranaenses, voltando na máquina do tempo, para se compreender melhor as origens e as condições de surgimento do anarquismo - em suas várias correntes - como uma das primeiras ideologias e tendências políticas orgânicas do movimento operário europeu em formação. É necessário voltar ao cenário internacional da luta de classes.

Anarquismo e Formação da Classe Operária

Segundo Sébastien Faure, "quem negar a autoridade e a combater é um anarquista" (35). O caráter genérico e abstrato desta definição já indica a fluidez e abstração próprias do anarquismo, em suas várias

tendências. A ênfase especialmente dada pelas doutrinas anarquistas a uma atitude libertária individual e à espontaneidade absoluta do movimento operário acaba por levar à total rejeição de cunho moral por toda e qualquer forma de organização política. Os anarquistas rejeitam "tudo que se pareça, ainda que vagamente, com um partido organizado com vista à conquista e à manutenção do poder" (36).

O anarco-sindicalismo, uma das últimas correntes do anarquismo surgidas na história do movimento operário, é filho direto das posições de Bakunin, um dos dirigentes da I Internacional dos Trabalhadores. Desenvolveu-se, principalmente, a partir do último decênio do século passado. No início do século XX, o anarco-sindicalismo chegou a obter o controle de importantes centrais sindicais na França (Confederação Geral do Trabalho) e na Espanha (Confederação Nacional do Trabalho), organizadas de forma federativa por categorias profissionais (CGT) ou por localidades regionais (CNT) (37). No congresso internacional anarquista de Amsterdam (1907), deu-se a clara cisão entre anarco-comunistas (Malatesta) e anarco-sindicalistas (Monatte). Estes últimos destacavam o sindicato como meio e fim da ação libertária e a greve geral revolucionária como a arma decisiva, espécie de erupção vulcânica, capaz, por si só, de trazer à tona um novo mundo. A rejeição da luta política organizada contra o Estado levaria o anarco-sindicalismo a posições economicistas: era o resultado de uma concepção puramente "sindical" da história.

No Brasil, seria esta tendência majoritária no movimento operário do centro-sul, a partir dos primeiros anos do século XX. Com efeito, após o refluxo momentâneo das atividades dos socialistas, nos primeiros anos da República, foi no primeiro decênio deste século que o anarco-sindicalismo despontou como tendência expressiva da parcela mais importante do movimento operário no Brasil. As greves que cresciam em número, a intensa atividade sindical e o afluxo da imprensa operária tiveram nos núcleos de militantes anarco-sindicalistas um respaldo dos mais decisivos.

Há várias razões para esse predomínio dos anarquistas. Mas podem ser destacadas como tendências históricas mais importantes as seguintes: (38)

- a) "as doutrinas anarquistas propagaram-se em regra nas áreas de menor concentração industrial (Itália, Espanha, França, Portugal), onde predominava a pequena indústria de propriedade individual ou familiar, na qual a organização do trabalho baseava-se amplamente em trabalhadores qualificados, nos ex-artesãos convertidos em assalariados"; (39)
- b) na América Latina, além da presença de um capitalismo atrasado e dependente, não se pode ignorar e nem "reduzir o significado dos imigrantes na implantação do anarquismo... e a importância de sua proveniência de países onde o movimento libertário tinha pelo menos bastante prestígio"; (40)
- c) "as condições ideais para a expansão do anarquismo parecem se criar quando se conjugam, no plano político, Estados burocráticos e autoritários e, no plano econômico, a pequena oficina." "Não obstante as óbvias diferenças entre os Estados burocráticos e autoritários europeus e o Estado oligárquico latino-americano, é possível constatar em ambos os casos a mesma combinação de sistema político excludente e pequena empresa". (41)

Movimento Operário no Início do Século XX

111 greves operárias foram registradas no Brasil, entre 1900-1910; e 258, no período 1910-1920, de acordo com o levantamento parcial feito pelo historiador Edgar Rodrigues, que exclui a conjuntura 1917 - 1918. (42) Bóris Fausto, pesquisando somente os anos 1917-1920 e restritos a São Paulo (capital e interior) e Rio de Janeiro (Distrito Federal), levantou a ocorrência de mais de 200 greves operárias envolvendo, somente nos casos em que este dado era disponível, a participação direta de cerca de 300 mil trabalhadores (43). O mesmo Edgar Rodrigues relacionou, para o período anterior a 1922, a criação no Brasil, pela

classe operária, de 99 Uniões Operárias, 4 Alianças Operárias, 70 Cooperativas e Associações de Auxílio e Socorro Mútuo, 29 grupos anarquistas específicos, 59 Ligas Operárias, 40 Associações e Sociedades Operárias, 13 Clubes, Círculos e Movimentos Operários, 16 Bibliotecas, 21 Grupos de Teatro Social, 26 Escolas Livres, 40 Sindicatos; além da realização de 110 conferências de cunho social, 42 Cursos Culturais, 7 Congressos Nacionais Operários e 12 Estaduais; e a formação de 26 Federações Regionais Operárias e da Confederação Operária Brasileira (COB, de âmbito nacional, criada em 1908, sob a égide direta das lideranças anarco-sindicalistas); este autor levantou, ainda, a realização de 33 festivais operários de solidariedade a jornais, escolas e pró-presos e deportados, além das seguintes manifestações públicas: 22 passeatas, 119 comícios e protestos públicos, 27 assembléias e 80 comemorações (incluindo-se as de Primeiro de Maio). (44) Tais levantamentos certamente são incompletos, dado o próprio caráter descontínuo e fragmentado da documentação historiográfica do movimento operário. Eles servem, porém, para registrar a significativa presença da classe operária brasileira na Primeira República. Presença não pacata, aliás, pois sempre esteve marcada pelo enfrentamento direto com o Estado oligárquico, cuja repressão, apenas nos casos registrados e anteriores a 1922, deixou as seguintes marcas: 50 repressões e fechamentos de organizações operárias, 14 mortes de trabalhadores, 657 prisões em razão de greves, 31 deportações e 128 expulsões do território nacional (45).

As classes dominantes não deixavam por menos: combinavam muito bem as duas funções sociais básicas de dominação, a de carrasco e a de sacerdote. Ao lado da repressão policial e jurídica (cujo exemplo claro é a Lei Adolfo Gordo, de 1907, que legitima a expulsão do país de "agitadores estrangeiros"), a ideologia dominante, eivada de xenofobismo e de espírito conciliador frente aos conflitos de classe, tinha na Igreja, na estrutura familiar oligárquica, na literatura oficial acadêmica e parnasiana própria do "bacharelismo" de nossas elites os seus principais pilares. Neste sentido, o anticlericalismo, o antimilitarismo

mo e o internacionalismo presentes nas manifestações operárias dirigidas pelos anarquistas eram aspectos decisivos na demarcação de um terreno ideológico e político distinto da ordem dominante e próprio do proletariado.

Era muito comum, na imprensa operária do período, a crítica anarquista ao autoritarismo do clero e aos desmandos da Igreja, tanto no plano ideológico quanto na exploração concreta do trabalho operário, em particular de menores. Jornais como O Livre-Pensador (SP, 1903) e A Lanterna (SP, 1901), com nítida influência anarquista, especializaram-se, desde o início de sua publicação, no combate anticlerical (46).

O antimilitarismo, associado intimamente à bandeira do internacionalismo proletário, foi outro aspecto fundamental da militância anarquista naquele período. Em 1908, diante da manobra militarista envolvendo os governos brasileiro e argentino, vários líderes anarquistas desenvolveram intensa campanha de mobilização popular contra o serviço militar obrigatório, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Por outro lado, quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, intensificou-se a agitação pacifista dos grupos libertários: ironicamente, os líderes acusados constantemente pela imprensa burguesa de serem "agitadores incendiários" levantavam-se, agora, e defendiam a paz de forma intransigente, com as palavras de ordem "Guerra à Guerra" e "Papai, não vás à Guerra!" O auge da luta anarquista contra a guerra, no Brasil, foi marcado pela realização do Congresso Internacional da Paz, no Rio de Janeiro, de 14 a 16 de outubro de 1915; coordenado pela Confederação Operária Brasileira, dele participaram dezenas de organizações operárias do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, além de delegações internacionais da Argentina, Portugal e Espanha (47).

Além destas manifestações, a comemoração do Primeiro de Maio, através de mobilizações operárias independentes em relação ao patronato, à Igreja e ao governo, era incentivada pelos núcleos anarquistas, desde o século passado: o caráter de luta proletária e de solidariedade in-

ternacional (lembrança aos militantes operários assassinados em Chicago em 1886) era sempre destacado nas mobilizações que, quase invariavelmente, terminavam em acirrados enfrentamentos de rua com a polícia. Uma das maiores concentrações de trabalhadores em comemoração ao Primeiro de Maio, realizada no Brasil, no período anterior a 1930, ocorreu no Rio de Janeiro, no ano de 1919: cerca de 60.000 trabalhadores compareceram a um comício realizado em praça pública, convocado por várias associações operárias. Os oradores foram ouvidos dentro de um clima de intensa mobilização. Saindo da praça Mauá, uma multidão colossal percorreu, a seguir, as ruas do centro da Capital Federal, reivindicando melhores salários e plenas liberdades sindicais.

Além do Primeiro de Maio, outros exemplos marcantes de solidariedade internacional devem ser assinalados: o apoio à Revolução Proletária na Rússia em 1905 e as denúncias contra a repressão czarista; a realização de vários comícios pela libertação de Francisco Ferrer, após o massacre da insurreição operária de Barcelona, em 1909. Francisco Ferrer foi um importante intelectual anarquista espanhol, considerado um dos principais impulsionadores do Ensino Livre e da Escola Moderna, propostas pedagógicas fundamentais para a cultura libertária. Em 1909, por ocasião do levante operário de Barcelona, conhecido como "Semana Trágica", Ferrer foi preso e condenado ao fuzilamento pelo governo espanhol (48). Outro exemplo foi a imediata solidariedade aos bolcheviques e à Revolução Russa vitoriosa de outubro de 1917 (49).

Frente a um movimento operário que, apesar da instabilidade organizacional própria de um proletariado ainda em formação, se fazia presente na vida social e na cena política brasileira, de forma cada vez mais intensa, como reagiam as classes dominantes e o Estado na Primeira República? Basicamente, através de forte repressão policial e jurídica, dada a própria fraqueza e atraso congênito da burguesia brasileira, incapaz de organizar politicamente sua dominação de classe fora do quadro de sistemas autoritários ou ditatoriais. Porém, além deste traço predominante, a própria pressão real do movimento operário obrigou

a classe dominante a valer-se de outros recursos, para além da pura repressão. A este respeito, toda a legislação trabalhista elaborada pelo Estado na Primeira República, muito antes da era varguista, representa um ensaio geral do que seria a política sistemática do Estado em relação à "questão social" após 1930. Advogados trabalhistas como Evaristo de Moraes e Maurício de Lacerda devem ser lembrados como porta-vozes de certa visão "trabalhista" em relação aos "direitos operários". Este nascimento prematuro da legislação do trabalho refletiu, basicamente, os efeitos concretos que o ascenso do movimento operário provocava sobre a política "social" das classes dominantes. De qualquer modo, pois, "... a regulamentação do trabalho foi uma conquista da classe operária obtida através de uma árdua luta que se desenrola na Primeira República, principalmente sob a direção dos sindicatos anarco-sindicalistas."

(50) Sobre este tema, um outro autor confirma: "As causas da legislação trabalhista e de previdência social brasileira estão, pois, nas lutas dos trabalhadores, em escala nacional e em escala internacional, pelos seus próprios interesses. Essa legislação é uma conquista, não uma concessão. Assim como o Terceiro Estado não obteve os direitos que aspirava, pela concessão generosa da Nobreza e do Clero, assim também o operariado conquistou os seus direitos, não os teve como dádiva das classes dirigentes." (51)

Um fato marcante, nas tentativas do Estado oligárquico em cooptar uma liderança disposta a converter-se em burocracia sindical com vistas ao controle do movimento operário, foi a realização, no Rio de Janeiro em 1912, de um "Congresso Operário"; apesar do nome, tratava-se de uma iniciativa oficial do Marechal Hermes da Fonseca, no sentido de criar bases de manobra junto aos meios sindicais do Rio de Janeiro. O encontro foi dirigido pelo filho do presidente, o tenente e deputado Mário Hermes e pelo dirigente sindical Pinto Machado, verdadeiro "aprendiz de pelego" da época. Realizado no Palácio Monroe, sede do Senado Federal, espaço suntuário e suspeito para um encontro operário, este "Congresso Pelego", como ficou batizado posteriormente, não chegou a

dar frutos muito positivos do ponto de vista dos interesses do governo de Hermes. A burocracia sindical se constituiria bem mais tarde, após 1930, sob a égide do sindicalismo oficial implantado pelo Estado varguista. Na Primeira República, em que pesem todos os percalços, o movimento operário ainda conseguiria, principalmente sob a liderança dos anarco-sindicalistas, manter sua autonomia frente ao Estado burguês e seus agentes oportunistas tipo Pinto Machado (52).

O "Congresso Pelego" era apenas uma das facês do governo Hermes. Como qualquer "populista", o Marechal sabia combinar demagogia com repressão. O bombardeio da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, havia provocado a morte de mais de 100 pessoas - homens, mulheres e crianças - envolvidas na Revolta dos Marinheiros. Como se sabe, na Marinha brasileira, dotada de modernos encouraçados construídos na Inglaterra, até 1910 se manteve num regime disciplinar regulado por códigos dos séculos XVIII e XIX, onde os castigos corporais eram autorizados. O trabalho dos marinheiros era duro e excessivo. As 250 chibatadas no marujo Marcelino Rodrigues agiram como catalisador, precipitando a revolta, em novembro de 1910: os marinheiros, liderados por João Cândido, mataram vários oficiais e se apoderaram, na Baía da Guanabara, dos bem equipados encouraçados Minas Gerais e São Paulo, apontando seus canhões para o Palácio do Governo. Hermes da Fonseca reprimiria violentamente essa revolta. Centenas de marinheiros foram deportados para os seringais da Amazônia. Vários foram fuzilados em alto mar, no navio Satélite, em 1911, entre eles os principais líderes, o que não impediria Hermes da Fonseca de patrocinar, ele próprio, o Congresso dito "operário" de 1912.

Greves e Congressos Operários

Entre os vários aspectos que caracterizam o movimento operário da aquele período, dois tipos de manifestações sociais surgiram como fundamentais: as greves operárias, enquanto instrumento básico de mobilização contra o patronato; e os congressos operários, enquanto momentos

decisivos de organização política independente e própria dos trabalhadores, baseados nos princípios da livre reunião e da livre expressão, que definiam a democracia operária existente no interior daquelas primeiras associações de classe do proletariado (53).

O I Congresso Operário Brasileiro realizou-se no Rio de Janeiro, de 15 a 22 de abril de 1906, na sede do Centro Galego, à rua da Constituição. A intensa propaganda de convocação, através de circulares das associações operárias, publicadas nos jornais anarquistas e socialistas foi muito importante para a aglutinação do movimento e realização do Congresso: a imprensa operária daquele período, em particular os jornais e revistas anarco-sindicais, foi, sem dúvida, um dos principais instrumentos de organização e de mobilização dos trabalhadores. É importante registrar as organizações que participaram deste congresso, para se ter uma idéia clara da amplitude e da importância da atividade sindical no período, diretamente impulsionada pelos núcleos de militantes anarco-sindicalistas: Federação Operária, de São Paulo; Centro Artístico Cearense, de Fortaleza; Centro Protetor dos Operários, de Pernambuco; União Operária, do Rio Grande do Sul; Federação Socialista Baiana, de Salvador; União Operária Alagoana, de Maceió; Centro Operário Fluminense, de Niterói; Junta Auxiliadora dos Operários, de Vila Nova Lima (MG); Centro das Classes Operárias, de Juiz de Fora; Sociedade Internacional dos Operários, de Santos; Centro Operário e União dos Artistas, de Campos (RJ); União Operária, de Ribeirão Preto; União Operária e União dos Trabalhadores Gráficos, de Campinas; União dos Trabalhadores Gráficos, de São Paulo; União dos Operários das Pedreiras, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral, Centro dos Operários Marmoristas, União dos Operários Estivadores, Centro dos Empregados em Ferrovias, União dos Chapeleiros, União dos Corrieiros e Artes Correlativas, Liga Operária Italiana, Liga dos Artistas Alfaiates, União dos Carpinteiros e Artes Correlativas, União dos Manipuladores de Tabaco, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Trapiques de Café, Centro dos Operários do Jardim Botânico, Liga das Artes

Gráficas, União dos Maquinistas Terrestres, Liga dos Carpinteiros e Calafates Navais, União dos Recebedores em Ferrocarris, Sociedade de Classe dos Marceneiros, Sociedade Protetora dos Operários Funileiros, Bombeiros e Gasistas, Centro Internacional dos Pintores, União Operária do Engenho de Dentro, todas do Rio de Janeiro (54).

Se forem analisadas as principais Resoluções aprovadas neste Congresso Operário, ficara clara a predominância do anarco-sindicalismo como tendência orgânica do proletariado no Brasil, naquele momento. Contra a proposta dos delegados socialistas de formar um partido político, foi aprovada a tese anarco-sindical de criação da Confederação Operária Brasileira, inspirada diretamente no modelo da CGT francesa, então sob influência do sindicalismo revolucionário. A COB teria como porta voz o jornal "A Voz do Trabalhador", passando a funcionar a partir de 1 de fevereiro de 1908, com sede à rua do Hospício, 156, Rio de Janeiro. Era formada por:

- a) Federações locais ou estaduais de indústria ou de ofício;
- b) Federações locais ou estaduais de sindicatos; sindicatos isolados de lugares onde não existam federações locais ou estaduais, ou de indústria, ou de ofício não-confederados. c) A Resolução de fundação ainda dizia: "Só os sindicatos exclusivamente formados por trabalhadores salarizados e que tenham como base principal a resistência podem fazer parte da Confederação"; "Cada sindicato aderente contribuirá para as despesas com uma cota mensal de 20 réis por cada um de seus membros." (55)

Tais itens eram fundamentais pois garantiam, na prática, a manutenção do caráter classista e independente por parte da organização operária, constituída e sustentada pelos próprios trabalhadores. Os funcionários dos sindicatos eram operários voluntariamente eleitos pela classe que não recebiam nenhuma remuneração pelo exercício de suas funções, definidas como meramente administrativas e não diretivas. Assim, o congresso deliberou que deveriam ser excluídos dos sindicatos operários todos os mestres, contramestres, encarregados e "operários,

enfim, que exerçam qualquer cargo de mando" (56). Além disso, o congresso propunha uma campanha de agitação imediata contra o militarismo e pela jornada de trabalho de 8 horas. Entre os meios de ação defendidos para levar adiante a resistência material e moral contra o patronato estavam incluídos "a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o labêu, a manifestação pública, etc., variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento" (57). O congresso manifesta-se contra a existência de "títulos honoríficos e de distinção na organização operária"; pela abolição do trabalho por obra (peça) ou empreitada, porque facilita a divisão da classe; pelo pagamento de salário semanal e em data certa, para evitar atrasos e calotes. Finalmente, o congresso aprovou moções específicas sobre a organização imediata dos colonos e operários agrícolas dos trabalhadores nas minas, dos operários do Estado e das mulheres operárias (58).

Entre as numerosas greves ocorridas entre a virada do século e 1906, é importante destacar uma greve nas docas de Santos em 1897 que, segundo velha tradição de luta do proletariado santista, assume características de greve geral em toda a cidade; a importante greve dos cocheiros e condutores, contra a Cia. Carris Urbana, em 1898, no Rio de Janeiro, marcada por violentos choques com a polícia, movimento que paralisou toda a cidade; várias greves esparsas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante o ano de 1901; a greve generalizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1903, envolvendo cerca de 25 mil operários (tecelões, alfaiates, chapeleiros, carpinteiros, ourives, sapateiros, ferroviários, motorneiros e outros) (59); greve dos catraieiros e marinheiros em Fortaleza, em 1904, marcada por violentos conflitos; greve dos sapateiros em Curitiba, em 1904; greves generalizadas nas docas de Santos, já em 1905 (60).

O ano 1906, foi marcado por um nítido aumento das lutas operárias. Além da realização do I Congresso Operário, inúmeras greves ocorreram, entre elas a paralisação dos sapateiros, no Rio de Janeiro, greve organizada pela "União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros", a qual conse-

guiu vitoriosamente impor sua tabela de reajustes salariais aos patrões (remuneração do trabalho domiciliar) (61).

Mas a mais importante foi a greve dos ferroviários da Cia. Paulista, deflagrada em 15 de maio pela Liga Operária de Jundiaí, chegando a ganhar características de greve geral no Estado de São Paulo, durante seus 15 dias de duração (62). Ao contrário da maioria das greves do período, de reivindicações salariais, esta foi iniciada devido a conflitos entre os empregados e um dos chefes da empresa, em solidariedade a um companheiro removido arbitrariamente. As assembleias operárias, realizadas no Teatro São José, em Jundiaí, eram massivas e acaloradas: a direção do movimento coube aos anarco-sindicalistas, através da Liga Operária de Jundiaí e da Federação Operária de São Paulo, que se enfrentavam contra a associação criada pela empresa para dividir os operários, a "Sociedade Beneficente". Enquanto a Liga Operária era subvencionada por contribuições voluntárias de seus filiados, o que lhe garantia autonomia sindical em face dos patrões e do Estado, a Sociedade Beneficente dos Empregados, entidade patronal, sustentava-se à base de um desconto obrigatório de 10% dos salários dos trabalhadores, verdadeiro precursor do Imposto Sindical compulsório, criado posteriormente pelo Estado Novo (63). Violentos choques com a polícia resultaram na morte de vários trabalhadores. O movimento alastrou-se rapidamente: as unidades de São Paulo, Jundiaí, Campinas e Rio Claro paralisaram totalmente; ferroviários da Mogiana, em Ribeirão Preto, da Sorocabana, em Sorocaba, têxteis, chapeleiros, barbeiros, artistas, pequenos comerciantes, trabalhadores santistas e do Rio de Janeiro, da capital e do interior paulista manifestaram sua solidariedade, através de greves e comícios. A Federação Operária de São Paulo declarou greve geral em todo o Estado, dia 26. Nesta data, "São Paulo transforma-se num campo de batalha com mais de 6 mil trabalhadores protestando contra as violências policiais praticadas para defender a Cia. Paulista". Num comício efetuado no largo de São Francisco, convocado pela União dos Trabalhadores Gráficos, os estudantes, através de suas lideranças, hipoteca

ram total solidariedade às lutas dos operários. A polícia invadiu a Faculdade de Direito, prendendo vários estudantes e trabalhadores. A greve terminou derrotada, em 30 de maio, com a dissolução de um comício em Jundiaí e a morte de dois operários, a tiros, pela polícia estadual. Apesar desta derrota, o movimento foi importante como experiência de solidariedade de vários setores do proletariado além de outros setores sociais: estudantes, pequenos comerciantes, jornalistas e advogados. Além disso, a atuação dos organismos sindicais operários, orientados pelas lideranças anarco-sindicalistas, demonstrou, na prática, as reais possibilidades e limites do método da "ação direta". As repercussões do conflito, fora do estado, foram enormes: de São Paulo, a greve generalizou-se, passou às cidades do interior do estado para, repercutindo como um eco, chegar à Capital da República e daí a Petrópolis, Porto Alegre e outras cidades e vilas, sendo que nesta última cidade a greve foi geral, atingindo até o setor de transportes (64).

Em 1907, nesta maré de ascenso, várias greves eclodiram em São Paulo, Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre, Vila Nova Lima (MG), além de inúmeros conflitos na Bahia. Além das paralisações do trabalho, os métodos de boicotagem e sabotagem dos produtos industriais, tão a gosto dos anarquistas, eram muito frequentes entre os operários, como, por exemplo, no Moinho Matarazzo, em São Paulo, quando um apelo lançado pela Federação Operária aos "Operários de todo o Brasil!" em abril de 1907, dizia: "... Guerra aos produtos de Matarazzo! Ninguém compre farinha do Moinho Matarazzo! Ninguém consuma a banha, o óleo e os fósforos da marca Sol Levante! Nenhum operário deve comprar nada aos estabelecimentos onde estejam expostos à venda os produtos de Matarazzo & Cia." (65)

Mas, sem dúvida, a greve pela redução da jornada de trabalho para 8 horas foi um dos momentos mais decisivos do movimento no período. O I Congresso Operário havia deliberado que o Primeiro de Maio de 1907 deveria converter-se numa jornada de lutas em que "o operariado do Bra

sil (de acordo com o método seguido pelos companheiros franceses) ... imponha as 8 horas de trabalho". Seguindo o apelo, a Federação Operária de São Paulo preparou manifestação pública, proibida pela polícia. A greve generalizou-se rapidamente: São Paulo, Santos, Rio Claro, Salto, Campinas, Ribeirão Preto, S. José do Rio Pardo, São Roque, Ipiranguinha, Pilar e Bauru, no Estado de São Paulo, além do Rio de Janeiro e outros Estados. Iniciada pelos metalúrgicos e construção civil, a greve ganha apoio de canteiros, serradores, pintores, operários em fábricas de pregos, de parafusos, pentes, barbantes, tecelões, ladrilheiros, marmaristas, costureiras, cigarreiros, gráficos, garçons e empregados de hotéis, vidreiros, operários em fábricas de guarda-chuvas, operários de curtumes, etc. Quando as costureiras saíram à greve, surgem na imprensa operária os seguintes versos: "As costureiras em greve / Fazendo um muxoxo ideal/ Repetem: Que o diabo leve/ Tesoura, agulha e dedal!" (66) Eram operárias do ramo das pequenas indústrias de confecção e tiveram papel importante neste conflito.

O movimento se estenderia, de forma espontânea e dispersa, durante o mês de junho. Enquanto as grandes empresas (mecânicas e têxteis) reuniam seus proprietários e formavam um verdadeiro cerco impermeável às reivindicações, os operários das pequenas empresas (fundições, construção civil etc.), via de regra, foram melhor sucedidos, conquistando a tão almejada jornada de 8 horas. Esta greve esteve marcada por violentos conflitos, inclusive com a prisão de líderes e invasão de sindicatos, entre os quais a sede da Federação Operária de S. Paulo.

Em 1908, entre vários episódios do movimento operário, nova greve nas docas do porto de Santos paralisou toda aquela cidade, com violentos choques de rua e até mesmo a presença intimidatória de dois navios de guerra, enviados pelo governo federal (67). Em 1909, eclodiram greves entre trabalhadores da Light (Rio de Janeiro), do gás, marítimos do Lloyd Brasileiro em Recife, foguistas dos navios da Cia. Pernambucana e ferroviários baianos. A mais importante foi a greve geral dos ferroviários da Great Western, no Nordeste, que paralisou o transporte

ferroviário e as comunicações telegráficas (os fios foram cortados pelos grevistas) em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte (68).

O movimento operário entrou em relativo refluxo (1909-1912). Reapareceria com maior intensidade após esta baixa, no ano 1912, marcado por várias greves operárias, com um grau maior de espontaneidade, a partir do agravamento das condições de vida dos trabalhadores: aumento acelerado do custo de vida, escassez e precariedade de habitações, baixa acentuada do salário real. Em São Paulo, por volta do Primeiro de Maio, é criado por anarquistas e social-democratas o "Comitê de Agitação contra a Carestia de Vida", que realizou comícios em vários bairros operários.

O ano 1913 foi importante, pois, além de várias greves, realizou-se, no Rio de Janeiro, o II Congresso Operário Brasileiro, convocado pela COB, após intensa campanha de agitação, por todo o país, contra a Lei Adolfo Gordo de expulsão de estrangeiros. Através de seu porta-voz, "A voz do trabalhador", convocam-se comícios de protesto simultâneos em todo o Brasil, no dia 20 de maio de 1913. Como saldo político desta mobilização, entre 8 e 13 de setembro daquele ano, realizou-se o II Congresso Operário, na rua do Senado nº 215, sede do Centro Cosmopolita (sindicato dos empregados em hotéis, café, restaurantes e similares). Dele participaram duas Federações operárias estaduais (Rio Grande do Sul e Alagoas); cinco federações operárias locais (Santos, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Pelotas e Maceió); 52 sindicatos, sociedades e ligas operárias; e 4 jornais operários de várias cidades do Brasil. No total, estiveram presentes 117 delegados, fazendo-se representar operários do Pará, Alagoas, Amazonas, Estado do Rio, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Foram reafirmadas as teses anarco-sindicalistas que haviam predominado no I Congresso: defende-se o método da "ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo". A organização sindical autônoma e federativista é ainda reafirmada como principal instrumento de combate da classe: mais

uma vez, nega-se a necessidade de qualquer partido político dos trabalhadores. O II Congresso manifesta-se contrário ao cooperativismo e às associações beneficentes, acatando apenas os sindicatos operários de resistência como organismo próprio da classe. Ressalta-se, também, a necessidade de organizar os trabalhadores rurais. São levantados meios de ação para a luta pela fixação do salário-mínimo e pela limitação da jornada de trabalho (as 8 horas, que ainda estavam longe de ser uma conquista do conjunto do operariado). São aprovadas moções: "Contra a Lei de Expulsão"; "Contra o Serviço Militar Obrigatório"; "Solidariedade aos Trabalhadores de Portugal"; "Protesto contra as Arbitrariedades da Polícia Portuguesa". O Congresso delibera inclusive que, em caso de guerra externa, o proletariado do Brasil deve se declarar em greve geral revolucionária. Além dessa demonstração de internacionalismo - num momento em que a social-democracia passava a fazer coro com as burguesias beligerantes na Europa - o II Congresso contou com a presença de delegados do Uruguai e Argentina, encerrando-se solenemente com o hino revolucionário, "A Internacional" (69).

Em 1914, o início da Primeira Guerra Mundial veio agravar ainda mais o estado de penúria da classe trabalhadora, com a carestia crescente e o fantasma do desemprego. Os efeitos foram visíveis sobre o movimento operário, que entrou em refluxo; diminuíam as greves; os grupos anarquistas e socialistas refluíram em suas atividades de organização. As federações anarco-sindicais e os sindicatos operários diminuíram sensivelmente seus contingentes ou até mesmo desapareceram (como é o caso da importante Federação Operária de São Paulo, que já deixara de existir por ocasião do congresso de 1913). Somente em julho de 1917, com a greve geral em São Paulo, se abriria um novo período de ascenso do movimento operário, que se estenderia até 1920. Nele, os núcleos de militantes anarquistas e o anarco-sindicalismo - como tendência principal que era, até então, nestes dois primeiros decênios do século XX - revelaram, de maneira decisiva, toda sua força e sua fraqueza.

A Greve Geral de 1917

"São Paulo é uma cidade morta: sua população está alarmada, os rostos denotam apreensão e pânico, porque tudo está fechado, sem o menor movimento. Pelas ruas, afora alguns transeuntes apressados, só circulavam veículos militares, requisitados pela Cia. Antarctica e demais indústrias, com tropas armadas de fuzis e metralhadoras. Há ordem de a tirar sobre quem fique parado na rua. Nos bairros fabris do Brás, Moóca, Barra Funda, Lapa, sucedem-se tiroteios com grupos de populares; em certas ruas já começaram a fazer barricadas com pedras, madeiras velhas, carroças viradas e a polícia não se atreve a passar por lá, porque dos telhados e cantos partem tiros certos. Os jornais saem cheios de notícias sem comentários quase, mas o que se sabe é sumamente grave, prenunciando dramáticos acontecimentos". (70) Este aspecto da cidade de São Paulo, em julho de 1917, descrito pelo militante operário e historiador Everardo Dias, dá a impressão de um verdadeiro campo de batalha. De fato, a greve geral de 1917 paralisou completamente a capital paulista e colocou, frente a frente, o movimento operário - organizado principalmente pelas lideranças anarquistas - e a classe dominante - através de um forte aparato repressivo do Estado.

O conflito iniciou-se com greves localizadas em fábricas têxteis, ainda no mês de junho (Moóca e Ipiranga): melhores salários e melhores condições de trabalho eram as reivindicações, incluindo-se a exigência de supressão da contribuição "pró-pátria" (campanha de apoio financeiro à Itália, desenvolvida pela burguesia imigrante em São Paulo, chegando até a fazer descontos dos salários dos trabalhadores, como foi o caso do Cotonifício Crespi). A greve estendeu-se para a Cia. Antarctica, na Moóca, no dia 7 de julho. No dia 9 de julho, à porta da Tecelagem Mariângela (do grupo Matarazzo), a Força Pública reprimiu violentamente uma concentração de operários, sendo assassinado o sapateiro anarquista Antonio Martinez (71).

O enterro do jovem operário, no dia 11, foi o marco de violentas manifestações contra a polícia, representando o momento em que a greve se generalizou por toda a cidade. O cortejo fúnebre saiu do Brás, ver-

dadeiro reduto da classe operária, atravessou o aterro do Carmo e deslocou-se até ao Cemitério do Araçá, passando pelo centro da cidade e enfrentando o forte aparato repressivo.

Organiza-se o Comitê de Defesa Proletária, liderado por Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Rodolfo Felipe, Francisco Cianci, Antonio Candeias Duarte, Gigi Damiani - todos anarco-sindicalistas - e por Teodoro Monicelli - social-democrata e diretor do jornal Avanti! A greve geral recebe adesões de trabalhadores de várias cidades do interior paulista, além da solidariedade da Federação Operária do Rio de Janeiro. O número de grevistas chegou a 50.000, por volta do dia 15. O governo estadual pede reforços para a repressão ao governo federal, com deslocamento de tropas do interior e de dois navios de guerra, até às docas de Santos. As lutas nas ruas são intermináveis: desencadeou-se verdadeira revolta popular. Saques de armazéns, ataques a autoridades, piquetes, comícios, e pancadarias dominam a cidade. O chamado "espírito de carnaval" toma conta da massa proletária em movimento: os garotos depredam os lampiões de gás, deixando as ruas às escuras; grupos de jovens invadem os bondes e convencem os motoneiros a alterar o trajeto. Crianças, homens e mulheres organizam-se nas Ligas Operárias de bairros, outra forma de associação criada pelos anarquistas. Os bairros operários tornam-se verdadeiras fortalezas de resistência dos grevistas: barricadas e esconderijos impenetráveis espalham-se pelos cortiços e becos tortuosos da Lapa, Brás, Moóca, Barra Funda, Ipiranga, Cambuci e Belenzinho.

A burguesia industrial paulista, setor mais astuto das classes dominantes, percebeu logo que a pura repressão não daria conta do conflito. Formou-se, então, uma Comissão de Jornalistas (todas da grande imprensa) que serviria de mediadora entre operários e patrões. Os grandes empresários aceitam uma série de reivindicações. O presidente do Estado e o prefeito de São Paulo prometeram, da parte do governo, fiscalizar as condições de trabalho de mulheres e menores, o preço e a qualidade dos gêneros alimentícios e libertar os grevistas presos. Os

empresários concederam 20% de aumento salarial e a promessa de não dispensar os grevistas. No dia 15 de julho, em grandes comícios operários no Brás, Lapa e Ipiranga, a massa grevista aceitou o compromisso patronal, a partir da proposta de volta ao trabalho levada pelo Comitê de Defesa Proletária. Até o final de julho, porém, apesar do arrefecimento do conflito, a greve prosseguiria, de forma espontânea e dispersa, em várias empresas de pequeno e médio portes, da capital e do interior (72).

Os Limites da Experiência Anarquista

O movimento operário no Brasil, acompanhando a vaga revolucionária internacional, esteve em ascenso entre 1917-1920. Além dos fatores objetivos relacionados com o agravamento das condições de vida e trabalho do operariado, devido à Primeira Guerra Mundial, outros fatores propriamente políticos são decisivos para explicar tal ascenso: o trabalho de agitação e propaganda desenvolvido pelas lideranças anarquistas; a atividade concreta de organização da classe, através dos sindicatos, uniões e ligas criados pelo anarco-sindicalismo. E, como fator determinante de todo o ascenso do proletariado latino-americano, naquele momento, estava a própria situação internacional da luta de classes, marcada pela revolução proletária na Rússia, em outubro de 1917, e pela maré revolucionária que sacudiu o continente europeu até o início dos anos vinte: as revoluções abortadas na Alemanha e na Hungria, o levante operário de Turim, na Itália, a guerra civil na Rússia etc. A experiência vitoriosa dos conselhos operários soviéticos e do partido bolchevique, como forma de organização do poder revolucionário, espalhava-se rapidamente pela Europa, tendo efeitos diretos sobre o movimento operário da América Latina e do Brasil.

Na conjuntura 1917-1920, o anarquismo esteve à frente das grandes batalhas travadas pela classe operária brasileira. As formas anarco-sindicalistas de organização predominaram, naquele período na cena do movimento operário (73). Toda a força revolucionária dos militan-

tes libertários revelou-se nas lutas decisivas daquele momento. E nesta experiência viva da classe, todos os limites e fraquezas do anarquismo também foram postos à prova. A recusa em considerar a organização necessária do proletariado para a luta política contra o Estado; a negativa de organizar a classe em partido próprio, com vistas à tomada revolucionária do poder; o apego absoluto à chamada "resistência anti-capitalista", que se traduzia na superestimação do papel do sindicato e da luta econômica; a exaltação de formas espontâneas de luta, de ações voluntaristas e heróicas, individualizadas e desvinculadas da massa; enfim, todos esses aspectos da teoria e prática dos anarquistas revelaram o impasse e o beco sem saída a que foi levado o movimento operário no Brasil, neste final dos anos dez. Por inexistir uma formulação estratégica apropriada a respeito do Estado burguês e da luta política, as ações do movimento anarquista oscilaram entre a espontaneidade economicista (apesar do enfrentamento direto com o aparelho de Estado, em 1917, o Comitê de Defesa Proletária não ultrapassou os marcos meramente reivindicatórios do conflito) e o voluntarismo subjetivista (foi o caso, por exemplo, da tentativa abortada do levante anarquista, no Rio de Janeiro, em novembro de 1918, sem o respaldo da necessária organização política da classe) (74).

A luta cultural, tão valorizada pelo anarquismo, tinha o seu efeito demolidor contra a ideologia dominante. Tal efeito era reduzido pela inexistência de uma organização do proletariado que transformasse a autonomia cultural preconizada pelos núcleos libertários em real independência política de classe. O 3º Congresso Operário Brasileiro revelava, pelo teor das reivindicações, que apesar do ascenso extraordinário daqueles anos, poucas conquistas do proletariado puderam ser preservadas. Tanto pela fragilidade orgânica de uma classe ainda em formação, quanto pela recusa dos anarco-sindicalistas em organizar o operariado de forma menos fluída e dispersa, e mais centralizada.

O 3º Congresso Operário Brasileiro realizou-se entre 23 e 30 de abril de 1920, no Rio de Janeiro, na sede da União dos Operários em FÁ

bricas de Tecidos (Rua Acre, nº 19), contando com a participação de 150 delegados, representando cerca de 75 associações sindicais de vários estados: Rio de Janeiro (Distrito Federal e Estado), São Paulo (Capital e Interior), Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Amazonas e Pará. Como os Congressos de 1906 e 1913, a possibilidade de sua realização foi determinada pela conjuntura de ascenso do movimento operário. Só que o 1º e o 2º Congressos haviam se realizado em meio a mobilizações; o 3º Congresso deu-se, porém, já no período de declínio das lutas operárias, após a grande vaga dos anos 1917-1919. No final de 1919, haviam sido deportados mais de 20 líderes operários, vários deles preparadores do 3º Congresso. A repressão desencadeava-se sobre associações de classe e lideranças (75). Um dos delegados ao 3º Congresso, Plácido de Albuquerque, representante do Pará, faleceu após os maus tratos recebidos na Central da Polícia, que o deteve no momento em que desembarcava no Rio. Os congressistas manifestaram-se contra todos estes ataques (76). Internacionalmente, a reunião levantou moções de repúdio à repressão contra os trabalhadores em Portugal e Espanha; contra "a tirania inglesa sobre o povo irlandês"; contra o assassinato de Rosa Luxemburgo e K. Leibknecht. Ainda em relação à situação internacional, o 3º COB resolve: "Declarar a sua expectativa simpática em face da 3ª. Internacional de Moscou, cujos princípios gerais correspondem verdadeiramente às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo mundo" (77).

O movimento anarquista, em geral, até aquela altura, defendia o sentido social e geral da Revolução Russa, de forma irrestrita, "através de tudo e contra todos; quanto às suas teorias não as aceitamos em absoluto, e, quanto aos seus métodos de ação, não os conhecemos tão bem..." O mesmo texto diz que o grito de guerra "o poder para os soviets", poderia ter sido substituído - se os sindicatos russos fossem devidamente desenvolvidos - pela palavra-de-ordem "o poder para os sindicatos", posição nitidamente anarco-sindicalista (78).

Em torno desta questão, isto é, da teoria e dos métodos bolchevi-

ques, iria se debater o movimento anarquista. Parte das lideranças acabaria por negar as concepções libertárias anteriores, aderindo à III Internacional e estando na origem dos quadros fundadores do PCB, em 1922. Várias referências a Lênin surgiram na imprensa operária anarquista, ainda em 1917. Quanto a Trotsky, era publicado, em 1919, um artigo de sua autoria ("Grande Época"), relativo ao Congresso de fundação da Internacional Comunista (79). Ao contrário da maioria dos países, onde os partidos comunistas se originavam a partir de dissidências da social-democracia em crise, o PC, no Brasil, nasceria da crise do anarquismo. O fato do reformismo, no Brasil, ter impregnado por completo e destruído os antigos grupos socialistas, acarretaria uma enorme fraqueza orgânica inicial para o PCB, formado pela unificação de cerca de 70 militantes, quase todos oriundos do anarco-sindicalismo. Neste mesmo momento, no Chile, fundava-se o Partido Comunista com cerca de 2.000 militantes, provenientes do já enraizado Partido Socialista operário de Recabarren. Além disso, várias das concepções teóricas do anarquismo, inclusive, não foram inteiramente superadas, nos anos iniciais de formação do PCB: podem ser lembrados, como exemplos desses limites, os episódios em torno da participação de A. Bernardo Canellas no IV Congresso da III Internacional, em 1922, ou mesmo o conteúdo tão eclético da obra de Octávio Brandão (ex-anarquista) - Agrarismo e Industrialismo - editada em 1925.

O 3º COB decidiu, ainda, formar uma Comissão Executiva para encaminhamento, a nível nacional e internacional, das resoluções aprovadas. Além do Secretariado Geral, com sede no Rio de Janeiro, sob a coordenação de Edgard Leuenroth, havia Secretarias Regionais no Sul (Porto Alegre), no Nordeste (Recife) e no Norte (Belém). O movimento operário continuava, apesar de toda precariedade, a se expressar nacionalmente.

Do Pará, o relatório apresentado ao 3º COB pela União dos Empregados no Comércio de Belém, fundada em 1919, atestava um razoável grau de mobilizações naquele estado (80). Já em Pernambuco, o movimento ope

rário vivia uma divisão entre duas organizações: a Federação das Classes Trabalhadoras e a Federação Sindicalista. O anarco-sindicalismo ganhou impulso naquele estado, após a visita do líder operário José Elias, em 1914. Ao que parece, as duas federações acolheram o apelo lançado pelo 3º COB e iniciaram o processo de reunificação (81).

No Rio Grande do Sul, enfim, um dos centros mais antigos do movimento operário brasileiro, realizou-se, de 21 a 25 de março de 1920, em Porto Alegre, o Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, com cerca de 30 associações sindicais representadas, incluindo-se federações de "ofícios vários" de algumas cidades (Santa Maria, Caxias, Pelotas, Bagé, Santana do Livramento e Rio Grande), além do importante jornal da imprensa operária gaúcha, O Syndicalista. Neste quadro, percebe-se que o anarco-sindicalismo era a tendência predominante no movimento operário daquela região. Além das teses tradicionais sobre organização sindical, guerra externa e moções de solidariedade internacional, esse Congresso debateram a tese levada pelos operários de Pelotas: "Considerando que a correspondência operária é violada nos correios pela reação, de que meios se devem valer as classes trabalhadoras para evitar esse atentado?" As soluções apontadas indicam a visão limitada que o anarco-sindicalismo possuía a propósito da luta por liberdades democráticas. Além da greve geral de protesto, meio de ação direta e legítimo como instrumento de combate da classe, os congressistas gaúchos aprovaram a criação de um "correio operário", espécie de serviço postal paralelo e clandestino, que se organizaria a partir de contatos com "as classes marítimas e terrestres". (82) Frente à repressão, o Congresso Regional manifesta-se solidário ao anarquista e jornalista D. Fagundes, deportado pela polícia paulista, e lança as bases para a fundação de um "Comitê pró-presos por questões sociais", com sede em Porto Alegre, "formado por delegados de todos os sindicatos, para atender as vítimas da reação burguesa" (83).

Voltando ao 3º COB, ainda em relação a propostas organizativas do movimento operário nacional, houve a designação de vários "secretá-

rios "excursionistas", encarregados de contatos a longa distância, das viagens entre os estados e pelo interior. Houve a proposta, também, de lutar pela realização de um Congresso Operário Sulamericano, iniciativa encampada pela FORA (federação anarco-sindicalista argentina). Entretanto, as duras condições do refluxo que se abriam, tornaram muito difíceis as tarefas da Comissão Executiva (84). A repressão desencadeada sobre o movimento operário colocava, na ordem do dia, a necessidade das reivindicações democráticas.

Porém, a não-distinção entre formas de Estado e de regime político pelos anarquistas, com efeito, impossibilitou uma visão mais clara em relação ao problema das liberdades democráticas. É claro que ao exigir o direito de greve e o reconhecimento das entidades sindicais, o movimento operário colocava, na cena política, a questão da democracia, mesmo que à revelia das intenções subjetivas dos anarquistas. Porém, a negativa em lutar politicamente contra o Estado oligárquico levava a um isolamento social do movimento operário, o que acabava correspondendo, de maneira contraditória, à própria exclusão e recusa da cidadania social que o Estado impunha aos operários. Negação da luta política, de um lado, e repressão policial e jurídica, de outro, eram as balizas das relações entre o movimento operário de tendência anarquista e o Estado brasileiro.

A questão de independência nacional frente ao imperialismo, nunca foi formulada de maneira mais completa pelos anarquistas. Tampouco a questão agrária, própria de países atrasados como o Brasil; nesse sentido, o problema das relações entre operários, camponeses e pequena burguesia urbana, característico de um país dependente, de base econômica agrária, como o Brasil, foi subestimado. A luta pela democracia, numa República onde imperava a autocracia oligárquica, não foi percebida como sendo uma bandeira do próprio movimento operário, em aliança com os demais setores sociais explorados e oprimidos. Tal estratégia estava muito longe das concepções anarquistas que, na conjuntura analisada, revelaram-se frágeis, apesar de todo o ímpeto revo-

lucionário de seus líderes.

Na vazante do movimento operário, a maré cheia de 1917-1920 perdeu-se. Em 1921-22, os anarquistas desenvolviam, no Rio e em São Paulo, intensa campanha contra o uso do chapéu, rompendo contra "aquele meio anti-higiênico de cobrir a cabeça" (85). Intensificavam sua propaganda doutrinária extremamente discursiva, centrada no puro combate ideológico; com isso, isolavam-se do movimento operário real e cristalizavam suas posições em práticas políticas tão ineficazes quanto sectárias. Recaíam num obrerismo abstrato, puramente ideológico.

Os anarquistas estiveram presentes no movimento operário até, pelo menos, 1935; porém, cada vez mais, seriam encobertos pela bruma de um "espaço operário" utópico, deixado lá para trás, antes de 1920, onde os "companheiros de boné" eram uma realidade bem mais palpável do que os seus retratos amarelados que ficaram na memória coletiva.

Capítulo 8 - INSTITUIÇÕES DA CLASSE E CULTURA

Nesta segunda parte do trabalho, comeci tecendo um rápido panorama da existência da classe operária brasileira também no que diz respeito ao âmbito das práticas culturais. Porém, evitando uma abordagem pitoresca e folclorizante, os aspectos culturais não foram isolados à parte, mas vinculados ao processo histórico de organização material e associativa, ideológica e política da classe. Ou seja, só é possível / entender a existência de práticas culturais no interior do próprio movimento da classe. O capítulo anterior foi uma rápida síntese de alguns aspectos da presença do anarquismo e anarco-sindicalismo no movimento operário brasileiro. No próximo capítulo, pretendo justificar a inclusão dessa síntese: pois a análise que farei das concepções de cultura presentes em certo momento e em certas regiões, no movimento operário brasileiro, prendem-se basicamente ao que chamarei de "política cultural anarquista". E como tais concepções estavam enraizadas na própria totalidade do movimento anarquista, julguei a síntese das páginas anteriores necessária.

Antes, porém, de passar à análise da "estratégia do desterro", algumas considerações sobre o complexo problema das relações entre os / conceitos de classe e cultura devem ser levantadas. Retomando-se as colocações de E.P.Thompson em relação ao conceito de classe (cf. cap. 6) ao considerá-lo como categoria histórica e, portanto, indissoluvelmente vinculado à luta de classes (as classes não pré-existem aos conflitos de classes , não tem uma realidade independente desses conflitos , mas, pelo contrário, formam-se no seu bojo), poderíamos lembrar duas utilizações viáveis: a) classe referenciada a um conteúdo histórico real, ligado diretamente à experiência concreta de seus membros, ao "modo de vida" de suas relações sociais, econômicas, culturais e políticas, as instituições criadas nesse processo; b) classe como categoria heurística ou analítica que objetiva organizar a evidência histórica , porém, mantendo com esta uma correspondência apenas indireta (86). Es-

ta segunda observação é importante, acredito, para evitar-se uma formulação empirista, ingênua e factual, das propostas de Thompson. Ao retomar o sentido histórico elementar da noção de classe, Thompson polemiza tanto com a sociologia positivista e estatística de tradição norte-americana, zelosa em "estaqueizar" o conceito de classe através de tabelas e índices discutíveis, quanto com a estruturalismo (metafísico e idealista segundo aquele autor) de raiz francesa e comum aos trabalhos althusserianos.

Assim, a consciência de classe não deve ser buscada numa abstrata e ideológica operação de separar a ciência e a ideologia, mas, concreta e materialmente, ela será apreendida no exame das instituições criadas pela classe (uniões, ligas, sindicatos, jornais, partidos, etc.) e nas relações mantidas por essas diferentes instituições com as classes dominantes, os setores sociais intermediários e o Estado. Isto é, a formação e desenvolvimento das formas assumidas pelo coletivo da classe realizam-se no interior do processo de luta de classes.

Numa aplicação concreta dessa abordagem, ainda no caso da Inglaterra, o estudo de John Foster (87) analisa o desenvolvimento da burguesia e da classe operária no interior da luta de classes e das transformações trazidas pelo capitalismo industrial. O ensaio fixa-se na análise de três cidades industriais britânicas, em especial Oldham, acompanhando, por ex., as mudanças nos "sistemas tradicionais de autoridade" locais, como as igrejas, escolas dominicais, sociedades de amigos (the friendly societies), os bares (the public house), lojas de maçaria, movimento cooperativista, etc. Foster enfatiza, em relação à consciência de classe do proletariado inglês, o duplo movimento contra ditório de formação de laços de solidariedade e fragmentação desses laços, movimento histórico e descontínuo, resultante da própria luta de classes e de determinações econômicas estruturais (p.ex., as transformações técnicas e os prenúncios de uma "aristocracia operária" nascida com o desenvolvimento do imperialismo).

Ainda nessa direção, o estudo de Martha Vicinus é bem específico

e aproxima-se mais do tema da prática cultural da classe operária (88) The Industrial Muse trata da produção da literatura operária inglesa do século XIX, incluindo poesia e letras de música (street ballads e broad-sides), a literatura como propaganda (p.ex., na produção da União dos Mineiros do Carvão), a poesia cartista, os poetas auto-didatas, a literatura dialetal do Norte, etc.. A autora considera que chegou a se configurar, pelo menos na primeira metade do século XIX, uma "cultura operária" baseada numa produção literária e musical, muito característica e própria, criada e consumida pelos operários, vinculada aos temas concretos da vida das classes trabalhadoras nas cidades industriais e nas ruas dos bairros operários. Essa cultura de classe foi sendo transformada pelos veículos dos novos media: em 1890, ela já tinha praticamente desaparecido, sendo substituída pelas grandes casas de espetáculos de massa, de entretenimento e diversão, como foi o caso da expansão do music-hall, signo da decadência dos contornos de classe da antiga cultura e do caráter de massa das novas formas culturais.

Além das dificuldades apontadas no início do capítulo 6, a utilização do termo cultura, envolve as contradições e variações de sentido que esse conceito adquiriu historicamente. Estamos, aqui, diante de uma certa indeterminação conceitual e é importante explicitá-la e não mascará-la por trás da aparente solidez do discurso científico, conforme observou em outro contexto, a aguda crítica de Marilena Chauí, retomada por Edgar de Decca na sua desmontagem das representações discursivas em torno da "Revolução de 30" (89). Ainda é Raymond Williams quem observa, com justeza, acerca do termo "cultura", a perplexidade do pesquisador diante do fato de que "os conceitos mais básicos - os conceitos, como se diz, dos quais partimos - não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos." (90)

Não pretendo resolver as várias tensões conceituais em torno de "cultura" no corpo deste trabalho. Relembro, apenas, que "cultura", aqui, estará designando tanto as produções materiais ligadas ao campo

das "artes", quanto sistemas ideológicos mais ou menos configurados, além de se referir, ao nível do movimento da classe, a um processo social constitutivo de práticas e relações distintas (apreendidas através dos discursos registrados na memória coletiva das associações de classe, imprensa operária, militantes e antigos membros da classe, etc.). Nesse sentido, as associações de classe e instituições como o jornal constituem lugares privilegiados dos signos culturais que tratamos. É importante lembrar, aqui, que os "fatos culturais" da classe operária, em si, não existem, aparecendo indiretamente mediados pelo movimento operário (de que são parte integrante e constitutiva) e ambos, mediados e representados pelos vários discursos históricos pesquisados, e, finalmente, pelo discurso do pesquisador contruído neste texto.

Além disso, é importante superarmos o mito da recuperação absoluta da "história operária", ou de sua reconstrução heróica-contínua, / cronológica e integral. Retomando Gramsci, lembro o caráter essencialmente descontínuo, desagregado, episódico e fragmentário da história dos grupos sociais subalternos, dada a posição mesma de subordinação vivida por esses grupos, a desigualdade da dominação de classes, a / dialética da luta de classes e o papel permanente de desorganizador exercido pelo Estado. (91)

* * * * *

No Brasil anterior a 1930, um dos elementos fundamentais na definição de uma relativa autonomia cultural da classe operária foi sua autonomia no plano associativo, principalmente sindical. E nesse processo, é claro, a presença significativa do anarco-sindicalismo (pelo menos entre 1906 e 1920) teve um papel decisivo.

Antes disso, o mutualismo fora uma das primeiras formas de expressão de traços sócio-culturais distintivos de classe. Em regiões mais afastadas, como no interior de Minas Gerais, tive oportunidade de travar contato com estas formas embrionárias de uma simbologia própria do "mundo do trabalho". Os estandartes da União Operária Beneficente de Diamantina (1891), a galeria de retratos ovais e emoldurados dos seus

fundadores e primeiros dirigentes, os afrescos neo-clássicos talhados por algum antigo e anônimo operário-artífice, os versos fúnebres presentes nos Estatutos (verdadeira elegia à morte do operário), os ideais de "socorro mútuo" onde intercalam-se a solidariedade de raiz proudhoniana misturada a uma religiosidade impressa no emblema "Deus, Honra, Trabalho", estes são alguns componentes de um espaço social diferenciado, em que pesem as condições rarefeitas do trabalho assalariado ou semi-assalariado numa região como o interior mineiro do final do século XIX. (92)

Um pequeno estudo de Michael Conniff sobre associações voluntárias no Rio de Janeiro (93) indica a extrema variedade de formas associativas populares ali existentes, em particular no final do século / XIX. Antes que o padrão do sindicato único por categoria se impusesse no pós-1930, era bastante heterogêneo o quadro sindical e associativo dos trabalhadores no Brasil. Foi nesse mosaico de instituições criadas e mantidas pelo próprio movimento da classe que se desenvolveram práticas culturais variadas e marcadas fortemente pela imigração estrangeira e diversidade étnico-nacional.

Os espaços dessas associações próximas dos bairros operários e fabris são elementos concretos gravados na memória da classe. Os salões de representação teatral e bailes, além de servirem às conferências de propaganda e assembléias, são pistas interessantes. Em São Paulo, destacavam-se o salão da Sociedade de Benificência Guglielmo Oberdan (1889), na Rua Brigadeiro Machado, nº 5, e o salão Celso Garcia pertencente à Associação das Classes Laboriosas (1891), na Rua do Carmo, nº 23. Este último, fartamente citado na imprensa operária do período, até hoje se mantém: no salão, ainda pode-se notar, como um vestígio pré-histórico, o estandarte "bordado a ouro fino e seda sobre damasco grená de primeira qualidade e onde estão simbolizadas como derivadas da Ciência e do Trabalho, a Agricultura, a Indústria, o Comércio, a Música, a Pintura, a Escultura, a Eletrecidade, a Química, a Locomoção terrestre e marítima, enfim, tudo que de útil e be

lo preocupa a atividade humana." (94)

O mutualismo foi virtualmente soterrado pela luta de classes: a classe operária, sob influência anarco-sindicalista, desenvolveu as ligas de resistência e sindicatos de ofícios vários; a burguesia, através do Estado e da Igreja, tomava iniciativas no campo da filantropia e do paternalismo assistencialista. As associações mutualistas sobreviventes são uma espécie de ruínas de um passado irrecuperável em sua totalidade. É o caso das associações de socorro mútuo remanescentes de Salto e Campinas, no interior paulista, por exemplo (95): ponto de encontro de velhos aposentados do INPS, ponto de apoio para vereadores locais, sem condições de renovar seus quadros associativos, inexpressíveis para as gerações atuais da classe operária, trampolim para a influência da Igreja ou de lideranças populistas. Ainda está por ser feita uma análise sobre o destino das velhas associações, uniões e ligas operárias das primeiras fases do movimento operário no Brasil. A visão geral é de que foram destruídas e substituídas pelo sindicato corporativista do Estado.

Porém, seria importante acompanhar como foi concretamente que se deu esse processo de destruição, recuperando-se, com isso, um elo decisivo da história sindical do proletariado brasileiro. Por exemplo, somente a título de ilustração (indicando que aquela transição não foi nem linear, nem "pacífica", mas, pelo contrário, aspecto crucial da luta de classes), num levantamento historiográfico da Liga Artístico-Operária Norte Riograndense (1904), pude verificar que um de seus principais dirigentes, o ex-ferroviário e ex-tipógrafo João Carlos de Vasconcelos, presidente da mesma em 1922, 1923 e 1926 e um dos líderes da greve geral dos ferroviários do Rio Grande do Norte (Central e Great-Western, 1920), aposentou-se como Delegado Regional do Trabalho (96). Claro está que se poderá objetar alegando tratar-se dum caso isolado. Muita pesquisa histórica, especialmente nos anos 20-30, se faz necessária. Porém, essa indicação serve ao menos para apontar a complexa e múltipla presença de caminhos na burocratização da vida sindical brasi

leira, rompendo com a autonomia operária anterior e inaugurando o controle estatal.

Para mim, esse percurso não está isolado da questão cultural. Pois todas as evidências até aqui expostas indicam a simultaneidade (e provável correspondência) entre a burocratização do sindicalismo brasileiro, a emergência do Estado populista-autoritário e a massificação crescente da "cultura popular", sua transformação em "cultura de massas", a acompanhando o avanço da indústria cultural e o monopólio dos meios culturais de comunicação. Aliás, essa é uma tendência que, apesar das diferenças de ritmos e de formas assumidas nacionalmente, verifica-se, / mais cedo ou mais tarde, em escala mundial. O capitalismo monopolista e o advento do imperialismo liquidaram, com efeito, os últimos resquícios de sindicatos democráticos típicos de um capitalismo concorrencial: a burocracia sindical do Estado, dos quadros da aristocracia operária ou dos Partidos tradicionais iria se alojar com maior firmeza / nos aparelhos sindicais (97). No plano da classe e das instâncias culturais, Foster, Vicinus e Hobsbawm acompanham muito bem essas alterações no caso da Inglaterra, ainda na segunda metade do século XIX(98). Na Alemanha, G.Buonfino analisou em minúcia a evolução da política cultural da social-democracia, combinando um pedagogismo autoritário com o reformismo de massas (99). Na França, M. Dommanget aponta os elementos de um " lazer de massas " patrocinado pelo Estado e já tornado realidade nos anos 1930 : ali, o lazer saía definitivamente da órbita das organizações do movimento operário (conforme Lafargue vislumbrava o exercício do direito à preguiça, em 1880) para se alojar nas leis sociais e nas reformas jurídico-institucionais da época da Frente Popular (100). Nos Estados Unidos, o rico espectro sócio-cultural da classe operária do final do século XIX, marcada por uma grande variedade étnico-nacional (como no restante das Américas) e por diferentes estágios de concentração fabril e submissão ao capital (101) modificou-se radicalmente no século XX: o imperialismo, a guerra mundial e a crise de 29 são algumas balizas das alterações que levarão ao New Deal. e à

criação de super-agências sindicais nos anos 30, como a CIO (102).

* * * * *

Thompson, no artigo citado, relaciona o sentido histórico da definição de classe operária (implicando a sua natureza histórica específica, suas formações ligadas a um certo tempo e a uma certa sociedade nacional) com a possibilidade de generalizações a partir de um quadro comparativo internacional (103). Isto, em função do caráter de anterioridade e de relativa universalidade do processo de luta de classes em relação ao próprio conceito de classe: a luta de classes, no capitalismo, assume formas nacionais específicas ao mesmo tempo em que acentua e prolonga seu conteúdo internacional.

Em relação, por exemplo, ao caso argentino, ressalta aos olhos a semelhança de padrões entre as manifestações sócio-culturais do movimento anarquista de Buenos Aires e São Paulo. Buenos Aires, no início deste século, era, como São Paulo, uma "cidade estrangeira". A presença do porto, a urbanização mais intensa acentuaram mais ainda a imigração (entre elas, a italiana) e o movimento anarquista conheceu lá um apogeu e uma influência certamente mais penetrante do que aqui: "...Buenos Aires chegou a ser possivelmente a única cidade do mundo onde -a - além dos inumeráveis semanários, revistas e periódicos de aparição irregular - se publicavam em 1910 dois diários anarquistas com uma tiragem superior aos 15.000 exemplares." (104) As concentrações proletárias em bairros típicos e miseráveis (conventillos) e o surto industrial faziam de Buenos Aires o cenário privilegiado da luta de classes na República Argentina. O movimento anarquista sempre celebrou a greve geral operária como o momento supremo da solidariedade, como uma forma adequada de "ginástica revolucionária" ou "escola de rebeldia". No plano cultural, a permanência do poeta e escritor anarquista Pietro Gori, em Buenos Aires (1899-1901), foi muito importante.

Vale a pena levantar alguns elementos da agitada biografia política desse "navigatore eterno ed eterno bandito" (105). Anarco-sindicalista, podemos observar sua expressiva figura numa foto tirada em Bue-

nos Aires (1900), onde posa solenemente com seus compactos bigodes, chapéu, terno e um elegante poncho: o desigual-combinado do internacionalismo revela-se nessa mistura cosmopolita de trajes (106). Além da Itália, esteve em vários lugares da Europa, vagabundeando como ele próprio gostava de dizer e militando no movimento anarquista mundial. Teve participação decisiva no Congresso Internacional Operário Socialista / de Londres (1896) onde se deu a cisão definitiva e oficial, entre socialistas e anarquistas. Gori, aí, apresentou um relatório como delegado de várias trade-unions dos Estados Unidos ! Ele havia perambulado pouco tempo antes pela América do Norte, a partir de contatos em Londres e com as organizações sindicais dos EUA compostas por imigrantes italianos (107). De Buenos Aires, Gori passa em Montevideu e Valparaíso. Deu várias conferências na Faculdade de Direito de Buenos Aires sobre os princípios anarquistas de organização sindical, participando com destaque no Congresso de Unidade Sindical com os socialistas, em 1901 (108). Entre suas obsessões, figuram o significado do Primeiro de Maio e os trabalhadores marítimos e rurais, a julgar pelo número de seus escritos dedicados a esses temas (109). Advogado criminal de formação positivista, tinha muito estilo na oratória e na literatura. Seu manifesto "In Difesa di un Ideale", escrito e lançado em Buenos Aires, em 1900, foi subscrito ^{por} 25 grupos, círculos e periódicos anarquistas da cidade, incluindo-se grupos de operários franceses, ingleses, alemães e italianos, o que sugere o cosmopolitismo portenho da época (110). Foi autor de vários poemas dramáticos, encenados com enorme frequência pelos grupos de teatro operário de São Paulo e Buenos Aires: Il Primo Maggio; Senza Patria; Ideale. Este último é um "bozzetto poético", cuja cena passa-se a bordo do vapor Vindice. Os diálogos em verso entremeam o tema do amor e do ideal anarquista. No clímax do drama, Roberto, o herói, declara "com entusiasmo" sua fé na utopia libertária. O tom profético e visionário era característico da literatura anarquista, se bem / que o estilo de Gori apareça mais elaborado :

"Ideale!...profondo cielo, pe'l qual s'innalzano le audacie ardue

Del mondo!...Qual'è la meta, il culmine? Chi sa? Via! camminiano su / per questo infinito sentiero, combattiamo innanzi al sole, vindici, senza curar la schiera della gente che irride, e che non ha bandiera. Noi cinceremo. E quando, da la vetta dei monti, vendremo il sol risplendere sui novelli orizzonti e del genere umano, non più greggie da soma, insino a noi giocondo giungerà l'alto idioma inneggiante a l'amore dopo l'odio e la guerra, benedicente l'ampia pátria dell'uom: la terra, e saliram le strofe di menti e cuori amici, e i canti de le spose, de le madri felici, e dei vecchi - saviezza!... e dei bimbi - tesoro di grandi occhi cerulei e di capelli d'oro, oh allor volto lo sguardo sul per corso sentiero, oscuri ma fatidici apostoli del vero, militi infaticabili d'una santa utopia, forse stanchi ed esanimi noi cadremo per via, ma in faccia all'avvenire gettando il gran saluto ci sentiremo giovani, fieri d'aver vissuto." (111)

Num levantamento sumário da imprensa operária de São Paulo, pude encontrar referências a representações de Ideale, de Gori, em festas operárias de propaganda pelo menos em 1905, 1906, 1912, 1913 e 1915.

(112), número muito inferior às encenações do "bozzetto dramático social" Il Primo Maggio (presença constante) e de Senza Pátria, mas, de qualquer modo, uma indicação da importância da obra daquele escritor nas atividades culturais anarquistas de São Paulo e Buenos Aires, sem falar da Itália e outros locais, certamente.

Voltando ao paralelo portenho-paulistano, devo assinalar a impressionante homologia entre as festas operárias nas duas cidades, durante o mesmo período histórico. A título de exemplo, tomamos o anúncio de La Protesta Humana, de 2-8-1902, que apresenta o programa de uma festa libertária em Buenos Aires:

1. Hino de Carratalá, pela orquestra;
 2. Discurso de abertura pelo orador Spartaco Zeo;
 3. Drama em um ato de Palmiro de Lidra, intitulado Fin de Fiesta
 4. Conferência sobre o tema "Organização Operária" por um membro da FOA;
 5. Discurso pela companheira Antonia Graziadio;
 6. Drama em dois atos e um intervalo, de Pietro Gori, intitulado Senza Patria;
 7. Discurso de encerramento pelo orador Bertani Orsini;
 8. Hino dos trabalhadores, pela orquestra;
 9. Baile familiar e rifa.
- Entrada pessoal e rifa : \$ 1 " . (113)

E, em São Paulo, na mesma ocasião, 22/11/1902, o jornal O Amigo do Povo, anunciava "uma grande festa pro sciopero", organizada pela Liga de Resistência entre Tecelões e Tecedeiras de São Paulo, no salão Eldorado, que apresentava no seu "bello programa" :

1. Senza Patria, drama de Pietro Gori;

2. Sciopero, poesia de Anda Neri;
3. Fine de Festa, drama (uma greve) ;
4. Conferenza Sociale;
5. Baile. " (114)

A simetria de padrões se manterá inclusive numa fase posterior , quando ocorreu alterações no modelo de festa anarquista. No ascenso do movimento operário que se deu a partir do final da I Guerra Mundial (a greve geral de 1917 em São Paulo pode ser comparada com a " Semana Trágica" de Buenos Aires, em 1919) os grandes ~~diários~~ anarquistas passam a anunciar outro tipo de reunião operária. Com efeito, a tradicional festa de propaganda realizada em salões das ligas e entidades de classe / foi substituída por festivais, picnics e excursões a lugares públicos, ao ar livre, patrocinados pelos jornais da imprensa operária. Em São Paulo, pude observar a permanência do padrão "festa em salões" no período 1902-1916. Em 1917, junto com o aparecimento de A Plebe, começam a surgir os primeiros anúncios de "festivais públicos", que se estenderão inclusive pelos anos 20/30. No Rio de Janeiro, a mesma tendência se verifica, por exemplo, no jornal Voz do Povo. Analogamente, na mesma época, o jornal La Protesta de Buenos Aires passa a convocar para "passeios populares". Por exemplo, em 30-12-1924, o jornal anuncia:

"Segundo Gran Pic-nic a beneficio de

"LA PROTESTA"

El domingo 4 de enero

EN LA ISLA MACIEL (P.de los Pescadores)

Entrada 0,30 - Menores de 10 años no pagan- viaje del bote 0,20

Ningun camarada debe dejar de concurrir a este acto que, como siempre, será um alto exponente de cultura y **solidaridad** anarquista. "(115)

No Brasil, o padrão era, nessas alturas, similar. Posso lembrar o formidável exemplo do "imponente festival da construção civil", no Rio, coberto pela Voz do Povo (116). Outros exemplos, aparecem em São Paulo, com frequência: são na sua quase totalidade festivais em prol da fundação e manutenção de órgãos da imprensa operária: A Vanguarda, Alba Rossa, A Plebe, etc.. Claro que a transição não é tão esquemática -

ca: com o termo festival surgirão anúncios de acontecimentos cujo conteúdo é o da festa de propaganda típica, realizados no tradicional Salão Celso Garcia (117). Porém, a novidade dessa fase é o festival-espetáculo que converte a festa de propaganda (onde o aspecto doutrinário e educativo ressaltava mais) em uma aparatosa gama de diversões populares e massivas, onde o aspecto lúdico de entretenimento coletivo é o principal. Seleccionei dois exemplos que considero modelares dessa nova forma de manifestação. Em novembro de 1920, em São Paulo, o jornal A Plebe convoca "todo o operário consciente" para grande festival em benefício d'A Vanguarda (jornal que sairia logo depois, em 1921). O acontecimento é "promovido por todas as organizações proletárias de São Paulo", tendo como cenário o Parque S. Jorge. Inclui:

"Programa grandioso, constante de um match de futebol entre dois importantes clubs desta capital, entre os quais será disputada a taça Proletária; representações teatrais, canções típicas, regatas, natação, luta greco-romana, cinematógrafo, etc.

Bandas de música - Fogões de artifício
Bondes em quantidade " (118)

Em setembro de 1919, um ano antes, A Plebe realizou em benefício próprio (pró-A Plebe diária) um Grande Festival no Jardim da Aclimação. A data escolhida foi, por acaso ou não, a da chegada da primavera. Vejamos o infundável programa :

Match de Foot-Ball - será disputada a taça Escola Moderna em um emocionante match de foot ball, entre os valorosos quadros de S.A. República e Saturno F.B.C.

Corridas - serão disputadas corridas de bicicletas, a pé, em sacos, de batatas, no lago, etc., pelos melhores sportsmans da capital e do Rio de Janeiro. Aos vencedores serão conferidas medalhas de ouro / aos 1^{os}, de prata aos 2^{os} e de bronze aos 3^{os}.

Exercícios de Ginástica - exercícios suecos, pulos de altura, saltos no cavalo de pau, etc.

Baile - grande baile no salão do jardim, com excelente orquestra e danças regionais com banda de música.

Representações teatrais - Comédia- verdadeira fábrica de gargalhadas, por um grupo de distintos amadores; canções e danças típicas por um rancho de tricanas portuguesas; hinos e recitativos por um grupo de crianças.

Exposição Zoológica - será franqueada ao público a interessante / coleção de animais existentes nas jaulas do jardim.

Tômbola - sorteio de valiosos prêmios e leilão de prendas importantes.

Regatas e Natação - realizar-se-ão diversas corridas de botes e natação, conferindo-se medalhas aos três primeiros vencedores.

Cinematographo - serão exibidos belíssimos films ao ar livre.

Bonds em grande quantidade -

Entrada 1\$000 / Os menores de 14 anos não pagarão entrada." (119)

Esse foi um dos poucos festivais cuja realização cobriu-se ampla-

mente pel'A Flebe. As notícias e comentários sobre tais eventos são, em geral, mais escassas do que os anúncios. Neste caso, não: em duas edições seguintes o jornal deu grande destaque, considerando que "nunca se realizou em S. Paulo festival que maior entusiasmo despertasse entre a massa popular". A manchete diz: "O Grandioso Festival Proletário teve uma imponência excepcional". Os dois sub-títulos da matéria enfatizam duas teses anarquistas lapidares, que serão comentadas adiante:

1.) "Bela demonstração de ordem na organização espontânea."

2.) "A alegria estuante aliou-se à utilidade da propaganda fecunda." (120)

A reportagem e a narração dessa notícia assumem muito bem a forma de um mosaico ou mural que revela, ao mesmo tempo, a utilização dos recursos do discurso jornalístico (incorporando a vivacidade do movimento e abandonando a enfadonha linearidade doutrinária de outros momentos) e uma concepção de espetáculo enquanto forma multifacetada, lúdica e livre nas suas simultaneidades. Nesse particular, seguindo a estrutura enumerativa do anúncio, a notícia, em seus inter-títulos, fornece uma série riquíssima de flashes sobre o deslocamento da multidão nos vários espaços do festival (e do Jardim):

"As barracas/ As moças e as flores/ As músicas/ A parte sportiva/ No salão/ No palco/ No lago/ As feras!.../ O trabalho espontâneo/ A ordem/" (121)

Esta ordem especial, instaurada por um discurso de classe, expressa-se na própria multiplicação quase mágica de espaços, tornados frutos permitidos do trabalho espontâneo. Qual a ponte entre esse espaço contruído e o resto da cidade? Naturalmente o "serviço de bondes", que "foi péssimo, como tudo que é Light: a ganância se alia à prepotência." Este é o elo que reinstaura o conflito de classes "a verdadeira sabotagem que a odiosa empresa pretendeu fazer à festa ..." Segundo o jornal, a presença maciça do público, apropriando-se daquele espaço e do evento foi a maior prova da derrota do "mundo exterior", das classes dominantes. Finalmente, se a alegria estuante e a simultaneidade de atrativos foi

a marca do sucesso e a possibilidade mesma de montagem de um discurso apropriado de classe, a contrapartida foi o "silêncio de ouro da imprensa..." (isto é, da imprensa burguesa oficial), "apesar de constituir o fato a nota culminante do dia, da atração popular estar por ele absorvida." (122) A imprensa dominante é citada apenas no dia seguinte, na continuidade da matéria, quando a opinião de um cronista do Estado de S. Paulo é ressaltada para confirmar - de forma insuspeita, portanto - a "ordem reinante durante a disputa, demonstrando a ^{assistência} proletária que não é a turba desorientada como a apresentam de quando em vez." (123)

Parece não haver dúvida de que o processo de conquista dos espaços públicos e ao ar livre por este tipo de acontecimento foi um longo capítulo no processo de luta de classes e de posição de força do movimento operário. A época da explosão dos festivais proletários (a partir de 1917) é a época do grande ascenso, mobilizatório do movimento operário. Havia condições favoráveis, isto é, a presença de uma massa / popular ativa, de um público capaz de preencher e de se apropriar-provisoriamente - dos novos espaços: a força momentânea da classe e de / seu movimento permitiam que os núcleos libertários de propaganda procurassem e identificassem esses novos espaços. A "alegria estuante" era condição de uma "propaganda fecunda". Apesar da crítica doutrinária / dos anarquistas ao baile, ao futebol, estes ^{eram} elementos incorporados dentro da forma-espetáculo assumida pelas grandes festas operárias. Em fases anteriores (por exemplo, o intervalo 1902-1905), período de implantação das associações anarco-sindicalistas, as condições de refluxo mobilizatório e a fluidez dos núcleos de propaganda tornavam mais / restritas as possibilidades de uma prática cultural massiva e popular. Com efeito, a feira de propaganda era circunscrita aos salões da associação de classe e muito mais carregada no aspecto doutrinário, "educador" e ideológico. Sem pretender esquematizar em excesso, penso que a primeira forma estaria mais ligada a uma determinação dos núcleos diretos e, a segunda forma, mais próxima de uma determinação da classe.

O espetáculo de variedades, múltiplo e colorido, apresentado pelo festival proletário, revela mais a espontaneidade e a diversidade da própria presença da classe. A série de conferências entremeadas por um teatro militante está mais conforme à concepção anarquista de cultura, / pensada fundamentalmente como meio de emancipação.

Mas a evolução dessas tendências foi muito mais complexa. Além / das relações específicas entre os núcleos propagadores, o movimento e a classe é necessário pensar na relação com a ordem dominante, isto é, é preciso não ignorar a situação mais geral e determinante da luta de classes.

A relativa segregação e confinamento do proletariado pela sociedade industrial capitalista foi um fato que acompanhou os primeiros passos da expansão da ordem dominante burguesa na Europa. Em 1845, Engels teceu um dramático quadro da situação da classe operária na Inglaterra, onde, além do óbvio processo de acumulação de miséria, ficava patente a segregação sócio-cultural e política da força de trabalho, seu / confinamento geográfico nos bairros proletários. As questões nacionais não resolvidas, no caso das ilhas britânicas, reforçavam os mecanismos de exclusão por parte da burguesia. (124) A deterioração física e cultural da classe operária, a violência inerente às próprias relações econômicas do capitalismo não são fenômenos contemporâneos e nem tampouco circunscritos às nações dependentes. É um processo que nasce das entranhas do sistema. A dilapidação da força de trabalho, sob todos os aspectos da vida humana, é uma contradição presente desde os primórdios da produção capitalista de mercadorias. Engels, em 1839, impressionava-se com a condição dos operários de uma localidade alemã:

"Em Elberfeld não se vê rastro algum daquele afã enérgico de viver que se encontra em quase toda Alemanha. É certo que a primeira impressão não parece justificar este juízo, porque todas as noites se podem ver alegres grupos de aprendizes que passam pela rua cantando. Mas suas canções são cantilenas vulgares, de baixa categoria, que saem de gargantas inflamadas pelo vinho, e não aquelas canções populares alemãs de que tão orgulhosos podemos nos sentir. As tavernas estão sempre cheias, especialmente aos domingos. Fecham às onze e os bêbados vão afogar a embriaguez nalguma valeta. Os piores de todos são os carregadores. São gente totalmente degenerada, sem trabalho fixo nem domicílio permanente. Ao romper a aurora saem dos buracos, esconderijos onde passam a noite - depósitos de feno, palheiros, valas de esterco, gonzos

das portas." (125)

Essa atenção para o estado de barbárie em que está colocada a condição de existência da força de trabalho é uma atitude comum a marxistas, social-democratas e anarquistas na história do movimento operário. O tema do alcoolismo, por exemplo, citado por Engels, é uma tônica da propaganda anarquista e será, mais tarde, enfatizado por Trotski, já em 1923, na análise do modo de vida operário após a Revolução Russa (126).

No Brasil, bem antes da "invasão" das ruas e jardins públicos pela classe operária, a segregação feita pela classe dominante chegava a níveis dignos da pré-história da cidadania. A questão social combinava-se com a questão nacional: o proletário, aos olhos do discurso dominante, tornava-se ameaçador por sua dupla condição de assalariado e imigrante estrangeiro. Em 1899, 10 anos após a proclamação da república burguesa, no Rio de Janeiro, um grupo numeroso de operários têxteis foi proibido de entrar no Jardim Botânico. Diante de centenas de operários impedidos de penetrar naquele "lugar público", o diretor do estabelecimento, Dr. Barbosa Rodrigues, declara que a proibição deve-se ao fato de "se tratar de ladões". Ezelino Quintella, diretor do Centro / Socialista do Rio, escreve artigos e protesta no Jornal do Brasil contra este ataque aos direitos civis dos trabalhadores, iniciando também um processo contra o Diretor. Logo depois, o governo prende Ezelino, sob a duvidosa acusação de desertor. Recusam-lhe o direito de habeas corpus e, ao que parece, chegou a ser ameaçado de morte pelo Diretor. (127)

A conquista dos lugares públicos pela classe operária foi um árduo percurso de seu movimento. Na interessante análise do papel da natureza sobre a literatura operária inglesa do século XIX, M. Vicinus levanta, além do impedimento material (10 a 12 horas de jornada de trabalho restringiam o lazer e o contato com a natureza a um raro passeio dominical), o mesmo tipo de interdição que acabamos de relatar no caso do Rio de Janeiro. Com efeito, até 1847, data do primeiro Public Park Act, os prefeitos relutavam em liberar a utilização dos parques, porque

esses espaços suspeitos poderiam dar ensejo a "comportamentos imorais". De qualquer modo, mesmo após essa data, manteve-se um policiamento ostensivo durante o dia e o fechamento obrigatório à noite. (128)

A social-democracia, pelo menos no período de apogeu da II Internacional, esteve mais inclinada a assumir o lazer operário enquanto / forma de liberdade, de extravasamento das fantasias e do desejo, de ritual coletivo pantagruélico. Paul Lafargue, nessa tradição, que se mesclava com seu passado proudhoniano e anti-clerical, foi um radical defensor da descontração e descomprometimento no tocante ao livre exercício da preguiça (129). No Brasil, essa tendência mais "espontancista" de conceber o lazer operário teve, certamente, alguns ecos, apesar da fragilidade da social-democracia neste país.

Em 1896, por exemplo, na comemoração ao 1º aniversário de Centro Socialista de São Paulo, realizou-se uma bem concorrida "festa socialista" que incluiu uma excursão de trem até a Cantareira, ingredientes rituais como banda de música, bandeiras e estandartes, além dos discursos inflamados de reafirmação dos princípios social-democráticos, sob a direção de Silvério Fontes (130). Parece que aqui, muito antes dos festivais anarquistas, a fórmula "alegria estuante" + "propaganda fecunda" conseguia algum êxito. Se compararmos, ilustrativamente, as comemorações do Primeiro de Maio de 1904 (cf. cap.6) em S. Paulo (anarcossindicalismo) e em Porto Alegre (socialistas) fica bem clara a distinção de critérios e de concepções entre essas tendências. O aspecto lúdico do piquenique no Prado (P. Alegre) ressalta o desenrolar de uma "celebração do trabalho", ainda nos limites da independência de classe, porque não patrocinada pelo governo ou empresários, como a já descaracterizada e populista "festa do trabalho" carioca, padrão este que se repete na longínqua Terezina, em 1906 (131). As comemorações porto-alegrenses são mal vistas pelos anarquistas principalmente pelo fato de "os socialistas democráticos... terem o seu dia de festa santificado / por uma enorme bebedeira". (132) Esta sobriedade puritana será expressa numa tradicional "noite de propaganda" no salão Eldorado, em S. Paulo,

onde se revezam os oradores sobre o significado do Primeiro de Maio, en tremeados pelo didático e reiterativo Primo Maggio de Gori. (133)

* * * * *

A segregação do proletariado pela classe dominante, a recusa em ampliar-lhe os estatutos da cidadania burguesa determinou, sempre, a necessidade de o discurso anarquista retomar o tema da ordem e repô-lo nos seus devidos termos de classe. Era necessário provar a supremacia da ordem anarquista (apoiada dialeticamente na "desordem" do não-governo dos homens e na espontaneidade das massas) sobre a desordem capitalista (legitimada ideologicamente pelo mito da "ordem do trabalho" e do "progresso social"). Essa tematização seria uma constante na imprensa anarquista: p.ex., a interrupção de uma festa operária de propaganda pela invasão policial (para a classe dominante, na sua política de violência, não haveria interesse em diferenciar um espetáculo associativo de uma greve), em 1902, no Casino Penteado (S. Paulo), foi denunciada como uma ação dos "mantenedores da desordem burguesa" que "vieram perturbar o sossego" (134).

Nesse sentido, a luta de classes exigia que se nomeasse o verdadeiro exército de invasores. Quem eram, de fato, os bárbaros? Assim, nesta representação, o discurso anarquista sempre constrói um mundo civilizado e de equilíbrio nas suas relações com a classe operária. Um mundo que poderia constituir uma ordem mais perfeita e humana do que a farsa da desigualdade no capitalismo. Nesse momento, adentramos o interessante campo das relações entre o discurso dos dirigentes operários e a cultura dominante, marcados pela tensão dialética de separatismo / assimilação. Esse problema foi analisado com muita sensibilidade por Hobsbawn, ao tratar da "cultura operária" na Inglaterra.

Se, de um lado, é "o separatismo institucional da Inglaterra - na escola, na taberna, por toda a parte - que acentua o separatismo cultural", por outro lado, "a cultura das classes hegemônicas é sempre, de qualquer modo, o modelo prático a que aspiram as classes subordinadas. É o único que elas conhecem." (135) Hobsbawn localiza a necessidade /

que, no interior da classe operária, tem os "ambiciosos", a "aristocracia operária" e a "vanguarda consciente e militante" de adquirir respectability frente ao conjunto da classe e aos olhos da classe dominante (136). É importante ressaltar que a utilização dessa respectability poderá se dar em sentidos antagônicos, seja buscando a conciliação de classes, seja demonstrando as capacidades e o potencial de uma direção revolucionária. Nessa mesma linha de análise, M. Vicinus aponta a deterioração da "cultura operária", na Inglaterra do século XIX, pelas limitações da dialect literature, na medida em que:

"os próprios escritores (operários) tendiam a aceitar os standards da literatura oficial e julgar seus trabalhos através deles. Viam a si próprios como figuras menores em comparação com os gigantes da 'Literatura Inglesa' e prescreveram de antemão para si e para a dialect literature um limitado papel artístico e social. Um segundo e mais sério problema, com ramificações em outras áreas da cultura da classe operária, foi a aceitação muito difundida da dialect entre todas as classes. Ela nunca se tornou uma forma de diversão de massa, controlada pelo poder econômico e político, como foi o caso do music hall, mas chegou a ter um leitor de massa. Os autores escreviam repetitiva e simplificada sobre temas que não ofenderiam ninguém, muito mais do que sobre as características únicas de sua própria classe." (137).

Além dessa tensão entre o discurso dos dirigentes operários e a cultura dominante, uma outra qualidade de contradições se estabelece, mais subterraneamente, entre o discurso da direção e o da classe. Quanto a este último, o discurso da classe "em si", ele está para o pesquisador, em grande parte, irreparavelmente perdido, pois se integra à tradição oral não registrada, cujos sons, mergulhados na desordem dos dialetos imigrantes e refundidos na atmosfera do planeta, jamais conseguiremos distinguir. Esta é a avaliação de Emilio Franzina, a respeito da história da imigração italiana na América (Vênetos) (138). Os fragmentos desse discurso, que poderiam ser localizados, restringem-se a cartas, diários e, no caso do Brasil, a depoimentos de história oral dos últimos sobreviventes daquelas gerações. A memória nesse caso é a única inscrição que resta da história social. (139)

Os núcleos militantes do anarquismo, no Brasil, premidos pelo interesse da propaganda - pela busca incansável de ouvintes e de um discurso capaz de persuadi-los - sempre revelaram sua preocupação com a distância entre os cultos e os incultos, situação complicada ainda mais pelo analfabetismo e pela multiplicidade linguística trazida com a

imigração (140). A necessidade de propaganda em português era sempre ressaltada na imprensa operária. O desejo de superar a separação entre as línguas nacionais e o internacionalismo presente levaram ao cultivo do esperanto. Essa pertinaz tentativa de chegar às massas levou, contraditoriamente, à assimilação, ao nível do discurso escrito (imprensa operária), do parnasianismo, que era o tom e coro dominantes no universo da República bacharelesca e pré-modernista. Edgar Leuenroth chegou a intitular a apresentação para sua inédita antologia A Poesia Social na Literatura Brasileira como: "Umbral do Parnaso- da Rebelia e da Esperança" (141). Sabe-se que, por outro lado, vários líderes anarquistas / assumiram uma postura de erudição e aperfeiçoamento em relação à língua portuguesa: foi o caso, p.ex., de Neno Vasco, das páginas de A Terra Livre, desde 1905, levou um combate pela simplificação ortográfica, contra a Academia Brasileira de Letras. Esta acabou adotando, em 1907, várias das propostas já assumidas pela redação daquele jornal, / dois anos antes. (142)

A procura de um discurso audível e eficaz é um resultado da posição mesma daqueles que constituem (ou pretendem) a vanguarda ideológica e política da classe. Em outro contexto histórico e com perspectivas políticas bem diferentes, Trotski examinava as alterações e contradições ocorridas na língua falada russa, após a Revolução de 1917. Num preocupação análoga à dos nossos anarquistas, ele acreditava na possibilidade de uma transformação revolucionária da língua, eliminando-se os barbarismos e ranços do passado aristocrático e incorporando-se a clareza, o ritmo e a limpidez transparente da nova vida soviética. A mesma tensão entre a fala de um dirigente e as imperfeições da linguagem "vulgar" e popularesca observam-se também aqui. (143)

Já que o discurso da classe é quase impenetrável - ao nível da palavra escrita - duas linguagens surgem como pistas interessantes na busca dessas marcas: a fotografia (ao lado do cinema, na medida do / possível) e a música. Na fotografia, também se evidencia uma tensão / permanente entre solenidade e descontração: a necessidade de posar, a

busca de respectability, a utilização dos ternos e chapéus, enfim, a postura de "civilizar" o mundo das associações operárias traz^{em} o caráter solene. É o caso da clássica fotografia do Primeiro Congresso Brasileiro, para só citar um exemplo bem conhecido. O sindicato é um espaço valorizado como expressão de força e dignidade. A simbologia dos retratos emoldurados reforça essa instauração do solene. Por outro lado, as fotografias das massas de operários, tiradas nas portas / das fábricas, tem uma disciplina imposta como parte da ordem e do regime de trabalho. Pois que essas fotos, na maior parte dos casos, foram tiradas por agentes da empresa que impuseram aí um claro significado : a força de trabalho amontoadada em fileiras decrescentes contra uma das paredes do estabelecimento é parte integrante do patrimônio industrial. Claro está que a observação atenta poderá vislumbrar algum sinal de "desorden" próprio da classe nesse tipo de informação.

Algumas fotos de outro teor, entretanto, são exemplares como manifestação do movimento próprio da classe. É o caso da excepcional imagem de um "bonde para operários" em S. Paulo, onde um cão perambulando na rua faz contraponto com a algazarra estampada nas fisionomias dos alegres passageiros (144). Em outro exemplo, a foto de uma assembléia / de cigarreiros grevistas na Argentina, em 1904, o solene é invadido pelos ruídos característicos da classe (a prole) em meio aos signos / clássicos do sindicalismo: entre 30 operários dispostos em 3 filas crescentes, sérios e compenetrados, encontram-se 7 mulheres (cabelos presos, trajes brancos, colarinho, gravatinha e cinturão) e cerca de 12 menores (chapéus, bonés, paletôs - mais largas que os corpos); o mais pequerrucho, com seus seis anos de idade, destoa do conjunto, vestido com uma camisolinha clara; ao fundo, na sala da associação de classe, um quadro de avisos, dois emblemas sindicais e, ao lado do velho relógio de pêndulo, um clássico retrato emoldurado de Marx. (145)

É, sem dúvida, na busca da memória de um espaço do trabalho que reside uma das chaves da história da classe (146). E, além desse percurso, os espaços coletivos onde se efetivaram os laços de solidariedade

de de classe, representados nas associações e instituições criadas por ela . Aqui, em meio ao universo fragmentário das representações sociais, é possível acompanhar o movimento da memória que constrói livremente uma ordem do novo, do singular, do verdadeiro e único, do justo, do diferente - enfim, uma ordem fundada num momento histórico cuja maior propriedade é o fato dela ser representável somente naquele espaço.

E tal movimento é passível de ser captado através da musicalidade levemente desafinada e desfrequente da Corporação Musical dos Operários da Lapa, entidade fundada por imigrantes italianos, em S. Paulo, no ano de 1881, com o nome de Lyra da Lapa (147). Não a música política, aquela dos hinos revolucionários, cujas melodias e letras retomam, ora a tradição internacional (filtrada no parnasianismo tupiniquim da versão nacional da letra d'"A Internacional"), ora as raízes folclóricas de um regionalismo sertanista (que acaba incorporando a visão do popular como pitoresco, tão a gosto das nossas elites) - tendências essas presentes no opúsculo Hymnos e Canticos Libertários, editado pelos anarquistas no Rio de Janeiro, em 1923 (148). Não, não é dessa música que agora falamos. Pois, nos hinos revolucionários, é ainda a direção que cria, é quem realiza a escritura das letras que se vão sobrepor a uma música de fundo: é, ainda, um discurso erudito musicado. Preenhe de parnasianismo :

"A pé ó vítimas da fome !
A pé famélicos da terra !
A ignea Razão ruge e consome
a crosta bruta que a soterra ! "

Ou então, a imagem pitoresca do cântico " Nhô-Procopio pacifista":

"se acabando puro o Brazi quasi intêro
esse tiro brazilêro
que insina os moço a matá
que arreserva os fios da gente graúda
de co'a canãia miúda
nos quartê se misturá " (149)

Não, não é dessa música que vivem os velhos operários de CMOL. / Mas, talvez, de uma simples valsa ou dobrado, De um samba rural ou de uma marcha rancho. Aqui, nesse espaço, conversei em 1975 com o integrante mais antigo da Corporação, o Sr. Adelino Gonçalves, na época /

com 83 anos de idade, clarinetista desde menino, nascido em Ribeirão Pires, filho de imigrantes espanhóis e italianos, ex-mecânico das oficinas de manutenção ferroviária da "Cia. Inglesa" (antiga S. Paulo - Railway). De nossa conversa, restou uma gravação, da qual selecionei o trecho seguinte, por considerá-lo uma expressão elementar da voz da classe. Confundem-se, assim, a voz do Sr. Adelino e as notas esparsas de uma antiga valsa que ele cantarolava no meio da conversa. Pois, nesse momento e espaço determinados, com efeito, a voz do Sr. Adelino e as notas dedilhadas na clarineta soam para nós como uma só forma elementar de expressão do discurso da classe, que se mistura nas brumas da memória e da velhice, como as neblinas eternas de Paranapiacaba, no Alto da Serra, espaço que retém o relato:

"Já toquei em baile também. Agora, o baile é que é pior (do que a banda). Passa a noite inteira lá feito louco. Mas é bom, né? (...)

"Só que a gente (da orquestra) fica num lugar alto. O soalho é como esse, mas é ... três, quatro vezes mais do que isso de comprimento, de taranho... Daí a gente começava a todar, daí o pessoal começava a dançar, tirava as moças, ia dançando.

(ensaia um trechinho na clarineta)

"(...) prá dançar, prá baile, prá tocar na rua também serve.

Sempre gostei (de tocar).

(toca um fragmento de valsa na clarineta e depois reproduz o trecho cantarolando).

"(...) Tá certo ... Com isso (o fato dele tocar na orquestra dos bailes operários de Ribeirão Pires e Paranapiacaba) eu não ia dançar. Lá uma vez ou outra, disfarçado... porque o resto (do pessoal da orquestra) não gostava ... E assim eu deixava o clarinete lá e ia dançar ...

"A música é coisa boa !...

Os bailes lá no Alto da Serra? Lá era bom !... Dava prá dançar / bastante. Mas lá o salão era grande. O salão ia como daqui lá naquela casa, lá. Largo assim !... Tinha uma largura ! Mais um, mais um pouco, mais um tanto como daqui ali ... mais largo do que isso... Era grandão. A Companhia que fez, a Cia. Inglesa... Foi ela que fez aquilo... E os empregados iam. Ia família também. Ficavam sentadas lá no banco. Se eu queria dançar, eu chegava lá e pedia prá ela, prá ela dançar, ela saía ... Não, era vestido, com vestidos bem vestido, bonito, as moças lá, mulher, os homens também ...

Nunca, nunca tinha encrenca, nunca tinha nada. Sempre ia bem." (150)

CAPÍTULO 9 - A ESTRATÉGIA DO DESTERRO

O final da fala do operário Adelino, que acabamos de ouvir, reinstaura um espaço marcado pela harmonia das relações humanas, por uma nova ordem relativamente positiva e equilibrada: "Nunca, nunca tinha encrenca, nunca tinha nada. Sempre ia bem." Na permanente tensão entre o momento particular e "espontâneo" da cultura e o momento universal e "dirigido" da política, tentaremos, aqui, nos aproximar da ordem estabelecida pelo discurso anarquista; e, debater, em que medida essa ordem anárquica identifica-se ou afasta-se dos personagens reais que pretende expressar: os explorados e oprimidos.

Desde logo, é importante anunciar que o desterro, levado às suas últimas consequências pela defesa da "cultura operária" intransigente, nas concepções anarquistas, encontrava bases sólidas nas condições reais de existência da força de trabalho formadora do proletariado no Brasil. Havia uma situação concreta, marcada pelas necessidades de ampliação do exército industrial de reserva, de intensificação da exploração capitalista e de consolidação do capital industrial nascente, que determinavam o incremento da mais valia absoluta, o isolamento e segregação sócio-cultural e até geográfica da massa proletária pela burguesia. Era necessário fixar esse proletariado oriundo da imigração, assegurar sua manutenção e reprodução como força de trabalho "pura" e barata. José Sérgio Leite Lopes analisou em pormenor o sistema de "servidão burguesa" representado pelas Vilas Operárias, processo comum na Europa, durante a fase de proletarização massiva dos trabalhadores rurais e de instalação de um regime fabril de produção (151). No Brasil, nessa primeira fase, houve uma proliferação de vilas operárias contíguas à fábrica e nos terrenos/sob domínio da empresa, especialmente em regiões do interior, em áreas próximas da zona rural, onde inexistia um mercado de força de trabalho plenamente configurado. Mas, além de Regiões menos capitalizadas, como nos estados do Nordeste, o sistema de Vilas Operárias chegou a ser utilizado com frequência, pela burguesia industrial, em grandes fábricas do

setor têxtil de São Paulo e Rio de Janeiro. Nessas cidades , combinava-se essa forma de "aprisionamento" do proletariado , com o próprio isolamento étnico-espacial a que estavam condenados os bairros proletários.

O que a massa dos "senza pátria" teria como contribuição, numa pátria de bacharéis e oligarcas, a não ser a sua própria pre-sença, por si só portadora de um sentido revolucionário e, por isso mesmo, tão incômoda e arriscada aos olhos das classes dominantes e seu Estado? Assim, para a burguesia, o proletariado não existe como classe: isso é apenas um desígnio baixo de meia dúzia de agitadores. O proletariado será desterrado pela ideologia dominante, combinada à repressão férrea, inexistindo como parte da "Realidade Nacional": não se comenta, aqui , nem a tão decantada exclusão política; a exclusão, aqui, é anterior ao mundo da cidadania e dos direitos políticos. Exco - munga-se o proletariado, como raça de bárbaros, do convívio / no espaço e no tempo dos civilizados; é uma exclusão do direi-to de vida, para além da sua reprodução mecanizada como força de trabalho. Tudo o que o proletariado foi realmente, além de força de trabalho "pura", ele arrancou-o a duras penas na luta de classes; e, para o discurso burguês, era necessário, a todo momento, extirpar essas conquistas como obra de malfeitores estrangeiros "disfarçados" de operários.

Nesse sentido, no discurso da burguesia, a classe operária não teria existência à parte, mesmo que fosse como força de trabalho viva. Na verdade, ela será transformada em peça do acervo capitalista, em elemento inanimado e morto do próprio patrimônio do capital, lado a lado e indistinguível no parque de máquinas, técnicas, edifícios, terrenos, etc. A inversão será completa: animado será o maquinário fabril, a energia hidráulica que o movimenta. Os operários serão apenas os habitantes do domínio capitalista, capazes de trabalhar somente na medida em que se tornam habitantes daquele mundo, frutos do próprio engenho industrial. Essa formulação transparece, com / maior evidência, nos anúncios industriais dos grandes complexos fabris do setor têxtil, no período estudado. Por exemplo, num ilustrativo anúncio do grupo Rawlinson, Müller & Co., proprietário da fábrica de tecidos Carioba, próximo à cidade de Americana (SP), o único ser movente é a cachoeira que fornece energia à fábrica, além dos bem equipados fusos e teares. Os operários não são apresentados na produção, mas no lugar de

seu esquecimento deliberado pela memória burguesa e de seu aprisionamento pelo controle do capital: a vila operária, composta não de operários, mas sim de "150 casas higiênicas". (152). Nessa operação era preciso, com efeito, higienizar a paisagem criada pelo capital fabril, transformar a sujeira / perniciosa do trabalho vivo em peça reluzente do trabalho morto.

Esse esquema repete-se, nas construções ideológicas do discurso burguês com poucas variações. Em outro monumental anúncio/da famosa Fábrica Votorantim, já em 1922, a referência à Vila Operária, também ressalta não os seus moradores reais, mas meramente a criação do gênio empreendedor capitalista. A vila é um apêndice bem sucedido na coleção de peças acumuladas pelo capital e na hierarquia das funções técnicas da produção:

*"Nas proximidades da fábrica foi construída a Villa Operária, onde estão localizados os operários, e onde existem, além de casas modernas, grandes e bem construídas/para gerência, administração e Mestres, diversos grupos de bons prédios operários no total de 440, todos iluminados a luz elétrica; e prédios próprios para divertimentos (teatros), igreja, campo de esportes, etc.
O número de casas operárias da Villa vai ser aumentado/consideravelmente". (153).*

Como não poderia deixar de ser, a foto que ilustra esse texto mostra um grupo de casas operárias, ao longe, diluídas na paisagem campestre dos domínios de Antonio Pereira Ignácio. O texto do anúncio, longa apologia desse industrial em quatro / folhas, desemboca numa foto de "um dos detalhes mais belos do MONUMENTO DA INDEPENDÊNCIA", completando, assim, magnificamente, sua operação de converter o produto do trabalho vivo / dos assalariados em fetiches do museu capitalista de mercados rias.

Para que essa conversão fosse completada com a maior eficácia ideológica possível, isto é, garantindo desde o berçário a reprodução passiva da força de trabalho como apêndice do patrimônio capitalista, a Igreja desempenhou um papel muitas vezes decisivo; talvez, um dos melhores templos do tipo de intervenção da Igreja católica no controle social do operariado tenha

sido o da Vila Operária Maria Zélia, pertencente ao grupo Jorge Street, até 1925, quando foi adquirida por Nicolau Scarpa. Aqui, o paternalismo católico, de pesada tradição autoritária, aliou-se aos abençoados desígnios do capital. No álbum editado pelo então Cotonifício Scarpa, depois da transferência de propriedade, fartamente ilustrado, encontraremos um verdadeiro / arsenal ideológico montado pela Igreja na Vila Operária, o / que, provavelmente, tornava mais fácil o serviço dos capatazes e mestres encarregados da vigilância ao trabalho no interior da fábrica. Completa-se, aqui, um ciclo da concepção burguesa em relação à massa proletária: eram os bárbaros e gentios à espera da santíssima cruzada cristã que os resgataria / do inferno selvagem para o paraíso civilizado das engrenagens fabris. Essa catequese tentava garantir, pois, a passagem da barbárie à civilização pela via da passividade do rebanho, da ordem e paz no trabalho, evitando o pecado que traria para o progresso do capital qualquer ovelha desgarrada. Nesse sentido, o anticlericalismo dos grupos anarquistas era plenamente cabível: a imagem de "vampiros sociais" desenvolvida pela A / Lanterna, em relação aos clérigos, ganhava contornos de dramática verdade, dada a função de sanguessuga representada pela ideologia católica que propagava o caráter divino do trabalho, acobertando, assim, a extração de mais-valia e o esgotamento / da força de trabalho pelo capital.

Mas vejamos alguns exemplos da sacrossanta obra evangélica na Vila Maria Zélia. Aqui, também os feitos da Igreja não surgem com autonomia, mas como frutos abençoados e dependentes do deus-capital. A cruzada Eucarística, por exemplo, é apresentada como "um meio eficaz de conservar as virtudes da pureza, da obediência, da docilidade, etc, nos corações das crianças que Nosso Senhor (Nicolau Scarpa? nota de FFH) tanto ama. Crescendo dentro deste ambiente, os meninos, de hoje, serão os honrados operários de amanhã". O arsenal, como já disse, é muito / extenso, acompanhando as crianças operárias desde a creche / até a idade adulta: Jardim da Infância e Grupo Escolar, dirigidos pelas pias irmãs da Imaculada Conceição; grupos de catecismo, missões de Vicentinos, União de Moços Católicos - a primeira do estado de São Paulo (sic) -; Filhas de Maria, Liga Católica "Jesus, Maria, José", que se apresenta integralmente para fazer o bem do capital, revelando a teia de santos que enredava toda a família operária:

"O operário, principalmente, o lar obreiro, precisa de um exemplo eficaz de virtude e trabalho. Nada / mais apropriado do que o oferecido pela Sagrada Família - Jesus, Maria, José".

Operários que foram eles sempre resignados dão à grande classe trabalhadora, magnífico exemplo de / conformação com a vontade da Providência na dor e na alegria. Esta inspirada idéia atraiu a simpatia / de 80 homens de boa vontade que formam o batalhão / da Liga Católica.

Aí, encontram paz para seus corações, muitas vezes, angustiados.

É um salutar bálsamo a religião, sobretudo, para a classe sofredora, que se sente feliz junto aos operários de Nazaré - Jesus, Maria, José".

As fotos que acompanham o texto são também, extremamente didáticas, com suas legendas. O prédio escolar é mostrado vazio, em vista exterior, com os necessários adjetivos de higiénico e elegante. Nas fichas dos alunos do Jardim e Grupo Escolar, além de detalhadas informações físicas e biológicas, interessantes para a preparação de uma força de trabalho / mais sadia e produtiva, encontra-se espaço para as seguintes "observações pedagógicas": Atenção; Memória; Inteligência ; Comportamento. O que seria escrito nesse espaço? Podemos, de longe, imaginar. Assim, a rede ideológica fábrica-Igreja-família-escola estava monoliticamente montada, sob a batuta do capital. Que se completava com uma fanfarra de operários, montada no melhor estilo de uma banda militar, com fardamento e demais ingredientes, pois se reconhecia que "após o trabalho é preciso recrear o espírito".

Numa das raras fotos humanas, vemos uma criança no bebedouro durante o recreio do Jardim da Infância. Seu olhar, entre / curiosa e assustada, parece desconhecer o já programado percurso que a exploração de classes a reserva; descalça, debruçada sobre o bebedouro, é um raro momento de sensibilidade do fotógrafo, que captou uma imagem viva, em movimento, da existência proletária anterior à sua representação e represamento pela ideologia burguesa. Numa outra foto, um grupo numeroso de crianças brinca em roda; a legenda, entretanto, denuncia a linha pedagógica que se esconde por trás da imagem:

"As borboletas mimosas saltitam no pátio interno do Jardim da Infância" (154).

A metamorfose ideológica propiciada pelo arsenal capitalista, invertendo as leis da natureza, iria tentar transformar as borboletas mimosas nas lagartas ordeiras do regime fabril. Ou, como disse o patrão J. Abdalla, anos mais tarde, durante a greve da Perus, em 1962: *"Eu sou a lâmpada e os operários, as mariposas; uma a uma virão contra mim e eu as destruirei"*.

* * * * *

A luta de classes determinava, portanto, uma desigual concorrência entre as agências ideológicas montadas pela burguesia/ e os meios culturais precários organizados pelas associações/ operárias sob orientação anarquista. Sobre esse processo, nada mais ilustrativo do que acompanhar a reação do anarquismo, no Brasil do começo do século, à penetração do cinematógrafo/ e seu uso eficaz pela Igreja. Esse tema foi recorrente, ao / que parece, na história do movimento operário: em 1923, / Trotsky, também combatendo os males da ideologia religiosa e do alcoolismo na classe operária russa, sugere o cinematógrafo como solução alternativa, devido a seu poder de galvanização do público pela magia visual e sonora de imagens em movimento, pela criação de um ritual e um espetáculo: nesse caso, era ainda o Partido e o Estado que deveriam centralizar a divulgação desse novo instrumento na cultura das massas operárias; Trotsky via com otimismo, naquelas alturas, a possibilidade de o cinema vir a derrotar as influências da igreja e da vodka (155).

No caso do Brasil, as próprias origens artesanais da atividade cinematográfica, pelo menos em São Paulo, estiveram de início intimamente ligadas aos imigrantes italianos, incluindo-se aí, necessariamente, elementos da classe trabalhadora - (156). Entretanto, rapidamente, as salas de projeção iam se transformando em lugares de grande popularidade, frequentados por toda a sociedade paulistana: os anúncios de espetáculos / cinematográficos e de novas salas de projeção, anunciados , com regularidade, no jornal Folha do Povo, a partir de 1908 ,

indicam os primeiros embriões da comercialização posterior / do cinema (157). Nesse sentido, a reação anarquista face ao uso do cinematógrafo pela Igreja católica era compreensível: revelava, a um só tempo, a preocupação em renovar a crítica / aos veículos da ideologia dominante e a perplexidade - como Trotsky mais tarde - que reconhecia o poder revolucionário da linguagem cinematográfica.

Num artigo de 1916, intitulado "O Teatro e a Igreja", a crítica volta-se contra o aparelho de Estado e a preocupação é com a concorrência desleal de uma "disposição policial - cinema - religiosa" face ao teatro operário:

"Nessa semana que se aproxima, essencialmente carnavalesca, a que o vulgo chama Semana Santa, existe uma / determinação policial, estúpida, como a final soe ser toda a ordem da polícia. Consiste essa determinação / em proibir as representações teatrais quando não sejam inteiramente sacras. Corporiza esta arbitrariedade um desmerecido protecionismo ao cinematógrafo, que achando-se só em campo, sem a concorrência dos espetáculos dramáticos, tem na tal semana, a de maior lucro em todo o ano. Sangrando a paciência do público com a vida, paixão mais miudezas de Cristo, confeccionando de Bíblia nas unhas, diferentes filmes de estafa - dos assuntos religiosos, vem, policialmente autorizados, os empresários dos cinematógrafos, abrindo maior fundura no depauperado organismo teatralista". (158)

Em outro artigo, já em 1919, a crítica concentra-se na instalação do cinematógrafo em uma igreja:

"Os padrecos, coitados, andam às tontas para ver se conseguem esconar o edifício da sua seita parasitária, exploradora e assassina.

(...) eles lançam mão de todos os recursos de catequização e fanatismo.

Domingo, na Igreja do Belenzinho, houve sessão... cinematográfica, com o intuito evidentíssimo de atrair, para a meia dúzia de pobres de espírito. De modo que a Igreja, que já era taverna, casa de tavolagem, bordel elegante e frege tenebroso - acrescentou, agora /

a todas essas e boas qualidades a de casa de...
espetáculos!" [159].

Com efeito, naquele momento, apenas se esboçava a implantação de um verdadeiro sistema cultural de massas, apoiado na indústria cultural e tendo o Estado como principal implementador. Na Europa, esse processo contou com a colaboração dos partidos social-democratas e comunistas burocratizados: é assim / que, na França, durante o governo da Frente Popular, consolidou-se um sistema, de lazer estatal, montado sob o signo do assistencialismo reformista. (160). Claro, no que elas tiveram de positivo para a classe operária, essas medidas representaram conquistas do seu movimento reivindicatório: mas, concomitantemente, marcaram um novo momento de assimilação / das reivindicações pela burocracia estatal e partidária. No Brasil, no pós-1930, o Estado generalizou uma "política social" autoritária e paternalista, a uma só vez: na cidade de São Paulo, por exemplo, é na época do Estado Novo que se propagarão os parquinhos municipais, especialmente voltados para o atendimento das crianças da classe trabalhadora. Percebemos que a ordem ideológica privatizada pela ação da burguesia, / processo comum na Primeira República, irá sendo lentamente / substituída pela intervenção estatal nos domínios da previdência social, do treinamento de mão-de-obra e do lazer operário "standardizado". Bem mais tarde, em 1959, a publicação do trabalho de Acácio Ferreira, o Lazer Operário, já se colocava dentro da perspectiva de uma "organização racional" do tempo/livre. Por isso, na atmosfera eufórica do nacional - desenvolvimento, seu Autor dedica o estudo aos governantes, técnicos e administradores. Paralelamente, a pesquisa de campo que o A. realizava na periferia de Salvador (BA) indicava o rádio, cinema, futebol, dominó e candomblé como as principais formas do lazer da massa operária. A influência do mar e dos grupos/ de vizinhança era também notada (161).

A transformação da antiga "cultura operária" em "cultura de massas" já foi tema de vários estudos, incluindo-se a obra de Hoggart para o caso da Inglaterra, no século XX, e a pesquisa/ de Ecléa Bosí sobre as leituras de operárias da região de São Paulo, na última década. (162) Todos os autores são unânimes/ em afirmar a diluição de valores tradicionais no meio operário, em meio ao avanço rápido da penetração dos artefatos da/

indústria cultural. Mais do que constatar essa mudança, a análise deve discutir duas questões subjacentes:

1. Nunca houve, mesmo nos momentos iniciais de formação do proletariado, uma cultura "autenticamente" operária. Essa busca sempre foi produzida pela expectativa de algumas direções do movimento operário (no caso que analisamos, das correntes anarquistas); ou pelas ilusões de uma pequena burguesia ativista e intelectualizada. A propósito disso, Hobsbawm lembra que, além do problema da assimilação do discurso dominante (cf. cap. 8) a classe operária não chegou a criar uma cultura própria, pois seu modelo, nesse caso, "saíu de uma tradição cultural mais vasta, a das classes subalternas pré-industriais" que, na história social da Inglaterra, estão representadas pelos setores oriundos do artesanato e trabalhadores semi-assalariados de oficinas e manufaturas (163). No Brasil, verificamos o nascimento de uma classe operária sem vínculos diretos com uma "cultura nacional", mas, pelo contrário, sendo uma combinação internacional de tradições/culturais européias diversas, trazidas com os imigrantes, além da experiência (menos significativa nessa fase, mas sem dúvida / presente) advinda do trabalho camponês, do passado escravista e do pequeno setor artesanal das cidades. Trata-se de tão extensa-heterogeneidade, combinada à própria diversidade regional interna que, no Brasil como na Rússia (do final do sec. XIX e início/deste) não se chega a configurar nitidamente um modelo cultural-com um mínimo de coesão e unidade (164). Em função desse problema, derivado da própria dinâmica de constante renovação e modificação da força de trabalho, bem como, da divisão social do trabalho e da dominação de classe, Trotsky prefere trabalhar com a noção aproximativa de cultura pré-proletária (165), para designar algo que nunca se completa como um sistema acabado, mas se desenha sempre como um esboço, um arcabouço de elementos instáveis e em permanente re-elaboração, no confronto com o passado / e o presente da luta de classes.

2. Em que medida seria possível a uma determinada direção do movimento operário desenvolver uma "resistência" efetiva, no plano cultural, à penetração dos meios de comunicação de massa? Já que a ideologia dominante é um aspecto inerente à dominação política de classe, como resolver, situando-se apenas no plano das mentalidades e de uma consciência de classe idealizada e abstrata, (portanto no plano das idéias), um problema que é essencialmente /

político, produto da desigual correlação de forças entre as classes no capitalismo? Como resolver fora da luta política a questão ideológica, que é parte integrante da dominação de classe e que portanto, só pode ser superada junto com toda a dominação de classe, pela via da revolução social, pela destruição do Estado/que concentra essa dominação?

A concepção iluminista: do saber é poder teve influência considerável nas propostas de várias correntes do movimento operário mundial. Ainda hoje presenciamos a obstinação com que grupos afoitos e presunçosos de pequeno-burgueses tentam "levar a consciência" até as massas. Por ser uma visão calcada / num mito iluminista do saber, ela impregnou-se fortemente em certos programas pedagógicos para a classe operária. Na corrente social-democrata autoritária de Lassalle, esse pedagogismo crente na "conscientização" já aparecia no Programa de Gotha (166). Aliás o Partido Social-democrata alemão "fez escola" nesse sentido, literalmente: em 1906 foi fundada, em Berlim, a Escola central do partido, tendo mestres dirigentes como Bebel, Mehring, Rosa Luxemburgo, entre outros. Na foto clássica desta Escola, aparece, ao fundo da classe, um retrato de Pestalozzi, o grande pedagogo suíço do Iluminismo (167).

Até os setores mais à esquerda da social-democracia não estiveram imunes à essa concepção exterior em relação à consciência revolucionária da classe operária. Lênin, em 1902, no Que Fazer?, também incorre na mesma visão de uma consciência/transportada desde fora para as massas, através da vanguarda/ e do partido. Essa visão, no prefácio de 1907 à mesma obra, foi parcialmente relativizada (168). Parece que se supunha o seguinte: as massas abandonadas à sua própria espontaneidade, nunca ultrapassarão uma consciência sindicalista, o que, a Revolução de 1905 e a Comuna de Paris em 1871, haviam desmentido, com a construção de organismos próprios de poder pela / classe operária.

Foi durante a Comuna de Paris que se inscreveram com maior vigor as propostas libertárias no campo do ensino e da educação. Herdadas das idéias de Proudhon e Blanqui, entre outros, representaram um momento importante na luta pela laicização do ensino, processo iniciado um século antes pela Revolução Fran

cesa e que interessava ao proletariado ampliar (169). Posteriormente, a obra de Francisco Ferrer veio selar a concepção anarquista de Escolas Livres. Certamente, muitos dos últimos modismos em torno de uma "pedagogia libertadora dos oprimidos" nada tem de espetaculares ou de inovadores, se comparados com a perspectiva de Ferrer, essa sim, uma posição de vanguarda na sua época, não só na Espanha, mas em todos os países em que o anarquismo se implantou, inclusive Brasil e Argentina.

Nesse último país, impressiona mais uma vez a similitude de padrões discursivos (cf. cap. 8) em relação à proposta de Escolas Livres. Por exemplo, o jornal La Protesta Humana, de/ 9-8-1902, informava que, em Buenos Aires,

"Uma nova e bela instituição criaram nossos companheiros de Barracas com o concurso da classe operária daquele bairro marítimo (...). Trata-se da implantação de uma escola libertária, que será o primeiro baluarte levantado contra o envenenador ensino oficial e religioso, destinando-se a proporcionar aos filhos dos trabalhadores uma educação livre, racionalista, purgada de toda infecção patrioteira e religiosa (...). Nesta escola ensinar-se-ã aos alunos de ambos os sexos / conforme os mais aperfeiçoados sistemas pedagógicos e com a mais escrupulosa verdade científica". (170)

Basta comparar esse discurso com a propaganda anarquista em São Paulo, em prol das Escolas Livres (cf. p. ex., cap. 6, pp. 100-101, nota 26), para se perceber a enorme semelhança formal e de conteúdo entre essas propostas.

Em São Paulo, a experiência concreta mais duradoura foi a das Escolas Modernas do Brás e Belenzinho, que sobreviveram precariamente durante cerca de 6 anos (1913-1919). O jornal que mais divulgou notícias sobre essas Escolas foi, certamente, A Lanterna (171). Entretanto, praticamente não houve nesse jornal informações concretas sobre o andamento dos cursos, a experiência didática em si, o universo cultural / interior à instituição. As notas são muito mais de propaganda, apresentando a programação geral e resumindo a doutrina pedagógico - racionalista de Francisco Ferrer .

Por exemplo, num anúncio reproduzido por vários meses n'A Lanterna, da Escola Moderna nº 2 (R. Müller, 74 - Brás), em / 1914, lemos:

"Esta Escola servir-se-á do método indutivo demonstrativo e objetivo, e basear-se-á na experimentação, nas afirmações científicas e raciocinadas, para que os alunos tenham uma idéia clara do que se lhes quer ensinar.

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA,

INTELLECTUAL E MORAL

- Conhecimento de tudo quanto nos rodeia
- Conhecimento das ciências e das artes
- Sentimento do belo, do verdadeiro e do real
- Desenvolvimento e compreensão sem esforço e por iniciativa própria.

MATÉRIAS:

As matérias a serem iniciadas, segundo o alcance das faculdades de cada aluno, constarão de - leitura, caligrafia, gramática, aritmética, geometria, geografia, botânica, zoologia, mineralogia, física, química, fisiologia, história, desenho, etc." [172]

Além desse tipo de divulgação, as Festas operárias pró-Escolas Modernas ocorreram com certa frequência. A precariedade / material era evidente (apesar de contarem, juntas, com cerca de 150 alunos, na época de seu fechamento pelo governo) a julgar pelas doações recebidas por ocasião de uma quermesse beneficente: 1 vidro de Água Florida; 1 caixa de figos; 1 lata / de tomate; 1 lata de azeitonas; 1 lata de marmelada; 1 caixa de sabonetes; 1 caixa de papel e 6 tigelas; 2 chapéus de palha, 4 gravatas e uma bengala; 9 garrafas de licores; 3 pratos de / finos doces; 2 pacotes de charutos; 1 garrafa de Capile; 1 / segredo; 2 frascos de Água de França; 1 brinquedo; 104 doces, bombons, etc; 1 rica toalinha de crochet; 1 pince-nez; 2 e - xemplares de Evolução, Revolução e Ideal Anarquista; 6 xíca - ras e 6 châvenas; 1 garrafa de cerveja e 1 salva.

A renda dessa quermesse mal deu para cobrir as despesas daquela Festa escolar (173).

Em outra dessas festas, os alunos, seguindo a tradição pedagógica da Escola Moderna, cantaram hinos e recitaram poemas de sugestivos títulos, como O Ratinho, As ovelhas, Segredo, Ser Mãe, O alcoolismo, Gêneses Sombria, O Alfabeto e Casa do Coração. Nessa ocasião foi distribuído um jornalzinho escolar redigido pelos próprios alunos: O Início (174). Na mesma época/ (agosto/1916) realizaram-se nas Escolas Modernas conferências da Sociedade Renascença Naturista, apresentadas pelo naturalista Kaminetzki, sobre o tema: "A vida simples". Leuenroth, redator d'A Lanterna, elogiou a iniciativa daquela sociedade, "mas disse lamentar que o regime naturista, no presente, apenas possa ser praticado por uma minoria de privilegiados, que são os senhores da terra" (175).

Mais do que acompanhar a própria vida interna dessas escolas, acredito que seja interessante tentar estabelecer os elos dessa prática cultural com o próprio movimento operário. Nesse sentido, trata-se de acompanhar o molecular movimento de mobilização em torno da necessidade de criação das Escolas Livres, processo aberto após o assassinato de Francisco Ferrer, em outubro de 1909, e que se estende, numa fase de refluxo e percalços, até a sua inauguração, no final de 1913; e, também, acompanhar o debate que se travou na imprensa operária, após o seu fechamento pela repressão, em 1919, como momento particular da reação burguesa e governamental indiscriminada contra o conjunto do movimento operário e suas instituições de classe.

No primeiro desses momentos, iremos encontrar o percurso de cerca de quatro anos (1909-1913) que separa a morte de Ferrer da inauguração das Escolas do Brás e Belenzinho, período de preparação e propaganda que, por sua própria demora, revela / as dificuldades materiais e organizativas daquela experiência. Porém, não faltaram esforços, num momento difícil, de refluxo generalizado das mobilizações operárias. Como exemplo rico, temos as comemorações de 13/10/1911, no segundo aniversário da morte de Ferrer, com um comício popular no Largo de São Francisco. Mais do que os discursos veementes em memória do fundador da Escola Moderna e em protesto contra a "reação clérico-monárquica espanhola", expressão particular da miséria e opressão vivida pelos trabalhadores de todo o mundo, é interessante acompanhar o ritual coletivo que se desenvolve no decorrer da manifestação. Símbolos, gestos, passeata, palavras-

de-ordem; esses são alguns elementos que constroem um movimento especial, que tornam a manifestação algo mais amplo e vivo do que o discurso anarquista. Dialeticamente, porém, é só através da mediação deste discurso que podemos viajar até as proximidades do movimento. A comemoração é vista como obra dos "elementos avançados de S. Paulo". E o êxito do comício (apesar de não se fornecer o número aproximado de participantes) é imputado ao fato de que "o povo ainda acede ao apelo / dos que se dedicam à defesa dos seus direitos". A organização do evento contou com reuniões preparatórias de pessoas e grupos interessados, formação de Comites "para os diversos arrabaldes" e outro Central, composto por "operários da propaganda", distribuição de boletins no centro e nos bairros.

O Comício realiza-se no mitológico Largo de São Francisco. Entre a multidão, veem-se os cartazes em homenagem aos "mártires do Livre-Pensamento", confeccionados pelo Círculo de Estudos Sociais "Conquista do Porvir", do bairro da Bela Cintra (sic). Mais do que a retórica, a cena e o movimento, como se pudéssemos captá-los cinematograficamente:

"Subindo às grades da estátua de José Bonifácio, falou em primeiro lugar, dando início ao comício, o operário serralheiro Maffei que, em feliz improviso. . ." "As últimas palavras do companheiro Maffei foram cobertas por uma salva de palmas".

A tribuna solene dos bacharéis e liberais é profanada por operários e agitadores. O movimento operário "sobe às grades da estátua". Sucedem-se os oradores: João Penteado; Lucas Mascu^{lo}; Edgard Levenroth que, da "incômoda tribuna", enaltece a figura de Firmin Sagristã, "artista extraordinário" condenado a 12 anos de prisão; J. Mitchell; dois operários anônimos, um russo e um espanhol, que discursam em castelhano: e, embora o articulista não tenha conseguido transcrever seus nomes / e discursos, garante que eles não saíram da "linha", a julgar pelos aplausos arrancados. E, de repente, a ruptura na sucessão de discursos pela entrada em cena de um movimento mais / carregado de significações:

"Um outro companheiro dispunha-se a falar, quando todas as atenções foram atraídas para o Largo do Ouvidor, de onde vinha a

C O L U N A D O B R A Z

que, precedida por uma banda de música e de muitos cartazes entrou no Largo de S. Fco., por entre os aplausos calorosos e vivas entusiásticos da massa de povo que ali estava".

"Sobe à grade", desta vez, Leão Aymoré (um dos que, aparentemente conduzia a Coluna do Braz; essa figura será, nos anos seguintes, um dos mais destacados organizadores das Escolas Livres em São Paulo), que

"terminou convidando o povo a percorrer em coluna o centro da cidade, no que foi logo atendido, pondo-se

A C O L U N A E M M A R C H A

pela R. Benjamim Constant, descendo a R. Mal. Deodoro, R. XV de Novembro, subindo depois a R. de São Bento e entrando

NOVAMENTE NO LARGO

onde falou novamente o companheiro Maffei..."

Após o movimento, o ritual do discurso renasce como se a palavra ganhasse novo sopro pela energia liberada das massas em passeata. Sobe à tribuna Edgard Levenroth e dá seu último recado. As massas operárias que, por instantes carregados de sentido-histórico, se apropriaram do espaço público da cidade, desaparecem mais uma vez, como ao término de uma festa, por trás da paisagem brumosa e fabril do "espaço operário", de onde haviam vindo à tona. Como a própria dialética do ritmo desigual do movimento operário, o momento de sua aparição súbita e desaparecimento repentina acompanham, simultaneamente, o esvanecimento desse discurso único: as palavras do articulista chegam ao ponto final, assim como as notas musicais da banda operária que se inscrevem no desfecho da cena:

"E aí terminou o comício por entre vivas à liberdade/ e à emancipação humana, formando-se em coluna, os companheiros do Braz que, incorporados e com a sua música à frente regressaram ao bairro, onde se dissolveram." [176]

Um outro momento a se deter é o do fechamento das Escolas nº 1 e nº 2. Aqui, o que ressalta não é tanto a sua intervenção no movimento operário, mas sim os efeitos daquela atividade cultural sobre a ordem dominante. Apesar de seus reconhecidos / limites, provocou uma reação violenta das instâncias policial e jurídica do aparelho do Estado. O governo estadual fechou-as, alegando, como pretexto, que não obedeciam às normas em vigor com respeito à legislação do ensino. Na verdade era um golpe certeiro contra o movimento operário e, em particular, contra o anarquismo. Isso, em 1919, quando o ascenso grevista, desde julho de 1917, assustava a classe dominante e o governo. É interessante ressaltar, entretanto, como o fez a própria imprensa anarquista, que o Supremo Tribunal Federal, julgando recurso jurídico, apesar de dar ganho de causa ao governo, teve dois votos dissidentes, favoráveis à Escola Moderna. (177). Na atmosfera desse debate, Maurício de Lacerda escreve veemente artigo de crítica à repressão e defesa das Escolas Livres e de João Penteado, publicado n' A Plebe, com o título: "A escola na Prisão" (178).

O problema das relações com a ordem dominante repõe, dramaticamente, as vicissitudes de uma cultura que vivia o dilema / entre separatismo/assimilação; de uma política cultural que tinha sua existência premida entre o desterro no espaço e o sucumbir no tempo.

* * * * *

Na concepção anarquista sempre foi contraditória a definição de um sentido plenamente configurado para o conceito de classes e o processo específico de sua formação e desenvolvimento na luta de classes característica do capitalismo. Estou falando de uma contradição, não de uma tendência estática e acabada. Reconhecer tal contradição não significa negar, como fizeram certas análises stalinistas, a presença das correntes anarquistas como tendências integrantes do movimento operário mundial, inscritas irreversivelmente na sua história. Aliás, Marx e Engels, na sua acirrada crítica ao anarquismo, seja na polêmica com Proudhon, seja nos conflitos / com Bakunin na AIT, jamais deixaram de considerar essas correntes como elementos inerentes à própria dinâmica contradi-

tória do movimento operário (179). Justamente, por isso, esse combate político se travava no interior do movimento operário e não como apêndice extemporâneo ou "desvio" acidental.

A meu ver, entretanto, houve uma ruptura entre o movimento anarquista mundial que interveio na luta de classes até a guerra civil espanhola, início da II Guerra Mundial; e, posteriormente, as gerações que reapareceram já nos anos 60, retomando propostas "anarquizantes", porém, filiadas não mais ao movimento operário e sim a movimentos radicais da pequena burguesia nas Universidades, nos meios artísticos, nas revoltas da juventude na Europa e nos EUA, marcadas pelos signos de maio de 68 e Woodstock. Essa ruptura marcou uma descontinuidade abrupta, não só a nível de gerações, mas também, a nível do ideário e do enraizamento nos movimentos sociais. Quando, já no final da década passada, era reconstruída na Espanha a CNT, com o ressurgimento de toda a força e tradição do anarcossindicalismo, estamos falando, sem dúvida, ainda, da presença libertária no movimento operário; quando, por outro lado, em maio de 68, Cohn-Bendit, declara ser "um marxista como Bakunin o era" e conclui, nessa perspectiva que "os estudantes revolucionários podem jogar um papel primordial no combate" (.. 180), estamos falando de uma coisa bem diferente, isto é, da radicalidade de um discurso no seio do movimento pequeno-burguês. Nem Marx, nem Bakunin, possivelmente, reconheceriam essa estranha filiação.

Essa solução de continuidade na trajetória do movimento anarquista não é privilégio apenas de suas correntes. No movimento trotsquista, só para citar outro exemplo, encontraremos uma mesma analogia, em que pesem as diferenças políticas/evidentes entre essas tendências. Entre a geração contemporânea de Trotsky, que o acompanhou até 1938, até o início da II guerra, marcada pela dupla repressão (burguesa e stalinista) contra esses quadros e, por outro lado, a geração do pós-guerra que se multiplica em divisões de correntes até a atualidade, existe um abismo profundo, não só físico, mas social: é a distância que separa uma experiência inicial vinculada ao movimento operário e sua tradição internacional, herdeira, mesmo que indiretamente, dos frutos e problemas da Revolução Russa e, por outro lado, a experiência limitada de quem auto -

proclama-se direção por decreto (" e vinde a nós os operários ") revezando-se em seu doutrinário sectário, triunfalista, irremediavelmente isolado do movimento operário, cultivando as variações em torno dos últimos modismos intelectuais da pequena burguesia.

Acredito que, neste quadro, cada vez mais se acentuou, especialmente após 1940-45, uma crise profunda que tem isolado / (com muito mais ênfase do que certamente, na época passada que analisamos: final do século XIX e três primeiras décadas deste século) as pretensas direções "revolucionárias" do movimento operário em seu conjunto. Após a falência política dos partidos tradicionais (social-democratas e comunistas) nunca chegou a se configurar, de maneira minimamente estável, uma/nova direção mundial com raízes reconhecidas no movimento operário. Esse drama tem continuado, na atualidade, após os / rumos burocratizantes assumidos pelas revoluções do pós-guerra, a chinesa (1949) e a cubana (1960) que chegaram a constituir, em certos momentos e lugares, uma espécie de "esperança alternativa" para a crise de direção.

Mas, retornando ao passado, voltemos à contradição do conceito de classe no pensamento anarquista. Bakunin, em Etatisme et Anarchie, irá destacar a maior potencialidade revolucionária das massas na Itália, região menos industrializada do que outros países da Europa, justamente por que ali ele vislumbra uma energia muito mais promissora nos "sentimentos de desespero das camadas mais pobres" da população. Bakunin contrapõe as idéias e aspirações da "vanidade burguesa" que já estariam impregnando setores do proletariado europeu à incultura das massas despojadas na Itália, em particular de setores do campesinato e do "proletariado em farrapos", expressão que guarda parentesco com lupenproletariado (181). / Assim, a incultura das turbas incontáveis de andrajosos / é tomada como tendência revolucionária mais consequente do que a cultura aburguesada que já estaria bloqueando setores do proletariado de países mais industrializados, onde a hegemonia político-ideológica da burguesia se constituía com maior solidez. Esse tema, de qualquer modo interessante, seria retomado por Gramsci, justamente na análise da história / das classes na Itália, quando esse Autor desenvolve o proble

ma das relações dialéticas entre dominação política e dominação cultural, entre Estado e sociedade civil, entre coerção/ e persuasão, no processo de conquista da hegemonia (182). E Trotsky, em contexto diverso, analisa os efeitos da "incultura relativa" (em comparação com o peso das tradições culturais e ideológicas da burguesia sobre o proletariado de outros países europeus) da classe operária russa na Revolução: parece que o Autor sugere, nesse caso, uma maior facilidade no desencadeamento do "momento político" da Revolução / de 1917 e, dialeticamente, uma maior gama de obstáculos no "momento cultural" de construção de uma nova sociedade, após a tomada do poder. (183)

De qualquer modo, em que pesem os elementos reais em torno / dos quais se apoia a desconfiança de Bakunin com respeito ao proletariado moderno de fábrica (basta acompanhar a trajetória reformista da social-democracia tendo como respaldo a "aristocracia operária") podemos localizar essa atitude dentro de um padrão comum aos teóricos anarquistas, que buscam/ as fontes do élan revolucionário não numa análise de classes, mas numa concepção universalista e abstrata, que resgata a força motriz das mudanças históricas na miséria e desespero/ das amplas massas de "explorados e oprimidos". Assim, a energia revolucionária que poderia destruir o capitalismo está, de certo modo, localizada na multidão dos despossuídos, na / ralê, na plebe multiforme e selvagem, nas turbas urbanas, nas massas pobres do campo, enfim, numa amálgama de grupos / subalternos pré-industriais (embora sobrevivam e até recrudescam após a Revolução Industrial), cujas revoltas já foram estudadas por G. Rudé e E.J. Hobsbawm. Essa tendência, com nuances e diferenças de enfoque, aparecerá, também, nas obras/ de Proudhon, Tolstói e Kropotkin, entre outros (184).

Na imprensa operária brasileira, um dos exemplos mais ilustrativos daquela concepção é o surgimento do jornal A Plebe, cuja epígrafe vem se colar ao próprio significado genérico / do título: "*Porta-voz dos oprimidos*". E seria especialmente nas páginas desse jornal que a festa operária de propaganda tradicional alteraria seu conteúdo, com a chegada da época dos grandes festivais proletários, muito mais populares e públicos do que na fase anterior (cf. cap. 8). Aqui, mantêm-se

a contradição, inclusive nos termos: apesar de ser ainda denominado de proletário, o festival se aproxima mais de um grande espetáculo popular e massivo, onde os contornos de classe ao mesmo tempo se revelam e se diluem. Na fase anterior, tínhamos um contorno de classe, aparentemente mais nítido, mas sendo o seu selo impresso pela marca doutrinária e voluntarista de uma direção; nessa segunda fase, o selo da direção se torna menos marcante, permitindo, inclusive, com maior vigor, a presença maciça da classe operária, se bem / que diluída no meio da multidão e do espetáculo, no duplo / sentido da palavra diversão. No modelo da festa de propaganda, a classe é muito mais uma representação necessária construída pelo discurso anarquista, apesar de sua presença real e massiva estar ainda distante do salão Celso Garcia. No modelo do festival proletário, a classe está muito mais presente, embora não apareça com tanta nitidez na representação do espetáculo feita pelo discurso anarquista. Este último esteve, nesse caso, muito mais tolerante à incursão de aspectos / "externos" a uma "cultura operária", garantia da adesão popular ao acontecimento (e, portanto, da própria classe operária). São novos ingredientes que surgem como atrativos e catalizadores da massa popular. Assim, aparecerão, lado a lado com a conferência, o teatro social e a música da fase anterior, como novos elementos catárticos do entusiasmo da plebe, o cinematógrafo, o futebol, competições esportivas com a presença de Clubes Sociais da "sociedade" (Tietê, Athletica, Aliança Militar, Liga Cyclo-Motocyclista, etc) e a disputa concorrida de medalhas e postos, em que pese a denominação das taças de "Escola Moderna" ou "Proletária" (185).

Essa atitude menos puritana e menos impermeável à influência de elementos "estranhos" à "cultura operária" se, por um lado, tornava as atividades culturais anarquistas mais susceptíveis às técnicas e artefatos de uma embrionária indústria cultural, retomava, por outro lado, no seu aspecto lúdico e múltiplo de espetáculo, uma tradição popular anterior à era industrial, vinculada à trajetória do carnaval e do circo.

Nesse particular, o imaginário popular-infantil que sempre / projetou fantasias e sonhos nas figuras místicas de uma zoologia humanizada, através da tradição das fábulas e das rari

dades do espetáculo circence, seria traduzido pelo discurso/anarquista como recurso simbólico de representação da sociedade burguesa. Por exemplo, numa nota referente a "Palcos ; Telas e Arenas", o jornal A Plebe comenta:

"Circos. O público das galerias, numa explosão de alegrias, mudou o nome das feras em exposição. Atualmente passaram a chamar-se o leão Matarazzo, a hiena Jorge Street e o urso Penteado" [186]

E, no exemplar festival do Jardim da Aclimação, o articulista, ao se referir às feras enjauladas, não deixa por menos:

"As feras! E lá iam os magotes de pessoas passar / pelas grades das jaulas dos terríveis felinos que o dr. Carlos Botelho colecionou num recanto do seu jardim, como exemplares típicos da espécie burguesa..."

E, podemos garantir, ao apreciar aquelas garras aduncas e os afiados dentes, a opinião geral da multidão cautelosa é que feliz foi o deputado que ali as enjaulou como espetáculo demonstrativo da burguesa gente..." [187]

Esses exemplos são esclarecedores. Não se trata, pela política cultural anarquista, de incorporar os elementos lúdicos - do espetáculo como um fim em si mesmo, como a livre e incontrollável expansão do êxtase popular e da espontaneidade coletiva. Voltamos às teses apontadas no cap. 8 (cf.p.142, nota-120): a "alegria estuante" deve aliar-se à utilidade da "propaganda fecunda", enquanto meio eficaz e subordinado. A presença daqueles elementos só se justifica se foram fiéis como instrumentos mobilizatórios aos desígnios da propaganda / libertária. Se alcançarem este fim, serão um meio duplamente eficaz, porque demonstrarão, afinal, a "bela capacidade" da organização anarquista na criação de uma ordem; demonstrarão dentro da temática da respectability, que não só a burguesia é capaz de forjar espetáculos, mas que também os anarquistas sabem manejar e obter êxito massivo com cinematógrafos, bandas militares, clubes de regata, futebol, medalhas, competições, etc.

Nesse sentido, não se trata da recuperação passiva da tradição circense, mas de sua utilização em novo contexto político cultural, servindo-se de sua popularidade entre as massas. Na verdade, seria necessária toda uma pesquisa monográfica para descobrir os elos entre a tradição popular da sátira menipéia e da poesia-fábula, tão presente na obra de Trilussa, no processo de carnavalização do discurso e de certos espetáculos / públicos impulsionados pelo anarquismo (188). Da mesma forma, uma pesquisa sobre a popularização do jogo do bicho no Brasil, deveria buscar as raízes do fascínio público pelas livres associações de uma ordem numérica fundada num bestiário (189). E, finalmente, em relação ao espetáculos circenses, às tropas de saltimbancos, artistas mambembes, mágicos e outras formas de arte popular ambulante (190) tentar reunir os elos que combinam, nesse mosaico, tradições culturais européias, trazidas / com a imigração, e aspectos da vida popular brasileira cotidiana, nas zonas rurais e urbanas do país.

Difícilmente o discurso do historiador social poderia se aproximar da riqueza e variedade dessa tradição cultural, tributária de inúmeras nações e períodos históricos, onde a classe operária também esteve presente, sem contudo marcá-la com um / selo próprio. Por exemplo, na imprensa operária que pesquisamos, eram frequentes, especialmente no final do século XIX, notas referentes a espetáculos circenses. Isso, tanto em regiões menos industrializadas como Maranhão, como em centros industriais (Rio Grande, RS) ou em bairros que se proletarizavam rapidamente com os contingentes imigratórios (Brás, S. Paulo). Por exemplo, na antiga Folha do Braz, mais um jornal de bairro e menos um jornal classista, encontraremos, com regularidade, anúncios circenses:

" C I R C O U N I V E R S A L
LARGO DA CONCORDIA - BRAZ

*Afanada Companhia Equestre e Gynnastica do laureado
e popular artista*

ALBANO PEREIRA

Hoje

grandioso espetáculo

Hoje

com um programa novo

Exercícios de alta equitação

A arte equestre em toda sua amplitude!

IMPORTANTÍSSIMA PANTOMIMA!

Às 8 e meia horas em ponto".

[191]

Os anúncios comerciais e industriais dessa folha também são/ um indicador do consumo popular e do cotidiano no bairro. Além da imortal Emulsão de Scott, dos cigarros em carteira - nhas marca "Campos Salles", de alimentos, roupas e materiais variados, encontramos anúncios que testemunham melhor as condições da vida popular, exatamente na virada de século, por entre ricas gravuras da arte gráfica da época:

"CHAPELARIA FERREIRA

(caricatura de um boneco com cartola e chapeuzinhos espalhados na orelha, olhos, nariz, etc).

Pedimos aos respeitáveis moradores do Braz para visitarem[...] nossa casa onde encontrarão lindíssimo sortimento em Patentes (cartolas) de seda, duros, moles, castor, lebre e nãtria.

Não há necessidade de ir ao centro da cidade para / comprar um bom chapêu".

"AO BALÃO MONSTRO

(com uma gravura delirante e indescritível)

Liquidação de: espelhos de cristal; ferragens; molduras; quadros; louças finas e grossas; papéis pintados; lampiões; chaminés para lampiões; objetos de cristal; vidros bisquit; jarros para flores; papel/ de seda; lanternas; molas; baús de folha; vidros para vidraça.

Temos também um bonito sortimento de fogos de salão, foguetes, balões de diversos tamanhos e bandeiras / para Sto. Antonio, S. João e S. Pedro". [192]

Em meio ao universo fragmentário e diverso da paisagem urbano-industrial em formação, sob o signo do modo de produção de

mercadorias, haveria lugar para uma "comunidade cultural" homogênea e distinta? A nova raça de homens que eram obrigados a acorrer ao mercado para colocar à venda sua força de trabalho, em troca de sua mera reprodução - os proletários - teria condições para forjar, no interior da sociedade de classes, um universo coeso e autônomo que já superasse, de início, a representação fragmentária, dispersiva e alienada das relações sociais? (193)

De qualquer modo, o circo e o carnaval, apesar das direções/ e propostas, permaneceram como elementos lúdicos e cenários de um tempo mítico que encarnava a fantasia e o desejo incontido de viver em liberdade. Ainda no século XIX, na cidade portuária e industrial de Rio Grande, o jornal social-democrata Echo Operário noticiava espetáculos que, muito antes, de ideologias e programas, eram um atrativo popular consagrado pelas massas trabalhadoras, em sua "alegria estuante":

"A LOS TOROS

Teremos hoje uma excelente tourada no circo da praça Marquez do Herval.

Segundo promete estará digna de ver-se".

"CIRCO AMERICANO

Tem continuado a fazer a alegria do público a importante companhia Simoni...

Excelentes artistas, perfeitos acrobatas e equilibristas, tem elementos para fazer carreira no nosso Estado, que é apreciador desta ordem de trabalhos.

(...) mas o que achamos mais extraordinário é o homem vulcão, engolidor de espadas, que nos admira de veras.

Disse que dá hoje os últimos espetáculos". (194)

Mas voltemos ao problema de como a concepção cultural anarquista tentava enquadrar a "alegria estuante", em função dos objetivos da emancipação social. Sua atitude é basicamente / contraditória, entre o puritanismo ideológico e a necessidade de cativar o interesse popular.

Além do baile, sempre criticado, mas sempre presente nos programas das festas de propaganda, vale a pena se fixar em um / exemplo revelador das diferentes avaliações que se colocavam / para a cultura anarquista: nesse caso, em relação ao carnaval. Num interessante artigo, publicado no "periódico anarquista" / A Guerra Social, no Rio de Janeiro, em 1912, o articulista , apesar da reafirmação de sua crítica à "mascarada", revela lucidez no julgamento de que a atitude popular foi uma demonstração de desprezo pelo Estado, pois tratava-se de um carnaval subsequente à morte do Barão do Rio Branco. Assim, se a "mascarada" é olhada com suspeita pelo puritanismo anarquista, nem por isso se deixa de reconhecer com admiração o gesto de indiferença do público pelo luto oficial do governo, índice / às avessas de certo grau de consciência. Portanto, nem só de alienação vive o entusiasmo popular:

"A MASCARADA

(...) o povo, dez dias depois (da morte do Barão de R. Branco), veio para a rua e divertiu-se a valer / demonstrando assim que acima da Pátria e das desgraças desta está a mascarada.

A mascarada em si não me diverte: quase que me entristece ainda mais. O que me divertiu foi o carnaval de agora, ou por outra, a atitude do carioca".

(195)

Mas, se a concepção cultural anarquista sempre ficou com um pé atrás diante das manifestações folclóricas e da tradição / popular que escapassem ao controle dos próprios núcleos de - propaganda ácrata, associações sindicais e outros organismos libertários, trata-se então de examinar, um pouco mais detidamente, os materiais de construção dessa mitológica e impenetrável "cidadela obreira". E, nesse sentido, os grupos de teatro social, ao configurarem uma representação - dramática ou hilariante - que se localizava num cenário e tempo distintos, fornecem algumas pistas.

* * * * *

Da negação absoluta do Estado, o pensamento anarquista deriva seu refúgio pleno na comunidade solidária que revitaliza/ a galeria passada de heróis e glórias para o ritual de alimentação triunfalista e profética de um avvenire promissor e libertário. Gérard Bloch, em sua crítica ao anarquismo, sugere que este simplesmente procedeu a uma inversão de sinais / em relação à própria mística burguesa do Estado:

"A mística do Estado, cuidadosamente conservada pela burguesia - o Estado, cuja razão não é aquela de todo o mundo, o Estado, ao qual a burguesia, como / ao seu Deus, atribui uma maiúscula - estende seu domínio, simplesmente invertido, sobre os anarquistas. O Estado não é, a seus olhos, um produto histórico/ da divisão em classes da sociedade, que não pode, - portanto, ser "abolido", mas que deve desaparecer / juntamente com a própria sociedade de classes; é, pelo contrário, um fenômeno em si, a encarnação de Satã". [196].

É interessante observar que esse tipo de representação ideológica não foi propriedade exclusiva do pensamento anarquista. Como tem revelado a demolidora crítica de Marilena Chauí, a historiografia brasileira de esquerda incorreu sistematicamente na operação intelectual que acabou por forjar um Estado demiurgo. (197) E o pensamento teórico liberal, mais recentemente, tem inventado a contra partida a esse mágico poder estatal, isto é, o refúgio seguro nos seios recônditos e protetores da "mama" sociedade civil. Frente aos poderes infernais do Estado demiurgo, nada como se alimentar nas tetas bem organizadas da loba romana "sociedade civil". Ressurge, assim, o ideal do comunitarismo, cultivado entre pequenos / gramados vicejantes de democracia, que substitui, nessa ideologia, a própria natureza contraditória da sociedade de classes.

Mas, feita essa digressão en passant, indicando a permanência de certas representações ideológicas, apenas que apresentadas na atualidade com novas fantasias, retornemos ao tema/ principal. A moral anarquista esteve sempre preocupada em montar uma fortaleza cultural que resistisse aos males da or

dem dominante e fosse como um campo de treinamento para a comunidade do porvir. No plano estético, essa postura traria, em muitos casos, uma tensão não resolvida entre o novo e o velho, entre a tradição do conhecido e a energia explosiva e criadora do desconhecido. Entre a recuperação racional de um equilíbrio passado e a aventura que rompe as comportas da razão, situam-se as contradições vividas de forma diferenciada - na obra de vários autores: Proudhon, Tolstói, Bakunin, Kropotkin, entre outros (198). O aspecto conservador presente nessa contradição produziu, muitas vezes, formulações que chegavam às raias da ética protestante, embora tal puritanismo se manifestasse de forma tão retrôgada apenas excepcionalmente:

"Pois, assim como existem tantos lugares onde os trabalhadores se mergulham nos vícios, podiam e podem / existir outros que exercitando-os às virtudes, à economia principalmente, pusessem um paradeiro a tantos desvairios e corrupção. Como por exemplo, com grandes vantagens para o governo, estabelecer-se em todas as cidades e vilas, onde houvesse agência do correio, caixas econômicas onde eles pudessem depositar sem dificuldades a sobra do essencialmente necessário". (199)

Embora essa verdadeira ética da ordem fundada na poupança e no trabalho não seja representativa (felizmente!) do pensamento anarquista, serve para ilustrar de forma extrema e excepcional, um dos aspectos da contradição entre passado e futuro nas doutrinas libertárias. Aqui, vimos como o "desvairio" é tomado como sinônimo de vício social, como um mal que deve ser interdito. Numa visão exatamente contrária, em duas obras libertárias, encontraremos a apologia do "desvairio" como canal de um novo equilíbrio: trata-se de No Hospício, de Rocha Pombo; e de Vêda do Mundo Novo, de Octavio Brandão (200). Porém, o que finalmente aproxima esses dois polos contrários em relação à concepção do equilíbrio humano, é um mesmo individualismo que na sua desconfiança superior / em relação às "massas imbecilizadas pela ignorância, (...) impotentes para qualquer feito grandioso e durável" (201), impõe um equilíbrio forçado num dos extremos, por uma caderneta de poupança e, no outro, pelo espírito condutor e profético

co de algum Veda hindu.

Os exemplos que tomei, repito, não são representativos de uma "tendência média", mas casos-limites de certas formulações. / Pois o percurso da estética anarquista esbarrou, em geral, na configuração de uma dupla baliza: a cidade-única de que fala/ Kropotkin, inspirada na unidade entre arte/vida/trabalho, que sua utopia recupera no passado da Grécia antiga e da Idade Mé dia, terá sua ressurreição marcada na cidade-operária do por - vir. O equilíbrio comunitário perdido na tradição reencontrar -se-ã na anunciada utopia libertária.

Comenta Kropotkin:

"Pobre Velazquez! Pobre Murillo! Pobres estãtuas gre gas, que víviam nas acrópoles de suas cidades e que se afogam hoje sob as cortinas de pano rubro do Louvre! [...] A arte da Idade Média, como a arte grega, não conhecia esses armazẽns de curiosidades que chamamos um museu ou uma galeria nacional. Esculpia-se uma estãtua, fundia-se um bronze ou pintava-se um / quadro para serem colocados em seu lugar próprio num monumento de arte comunal. Aã a obra vivia, era uma parte vivente do todo, e contribuã para a unidade / de impressão produzida pelo todo". [202]

E, nessa mesma sensibilidade, Proudhon defendia uma arte em situação, contra a arte "artificial", exclamando:

"O concerto ã a morte da música". [203]

Dessa perspectiva, deriva uma posição ambígua em relação às vanguardas estéticas. Kropotkin, por exemplo, volta-se contra os poetas simbolistas franceses (apesar de vários deles se de clararem inspirados no anarquismo); critica o romantismo, com as boêmias e torres de marfim daí derivadas; ridiculariza o naturalismo e a obra de Zola (em que pese a grande popularida de do autor de Germinal em certos meios anarquistas, particularmente no Brasil); mas, em contra partida, ã tolerante em re lação aos movimentos modernistas na Rússia. (204)

Nesse caso, mais do que a vanguarda anarquista ter se aproximado da vanguarda estética, o que parece ter ocorrido foi o contrário, pelo menos no exemplo elucidativo da França na belle époque. Ali, os principais expoentes do simbolismo, da luta pelo verso livre, do pós-impressionismo lançavam mão de apelos aos ideais anarquistas:

"Durante vários anos, nas páginas da Revue Blanche (publicação anunciada, várias vezes, nas listas de bibliotecas e quermesses da imprensa anarquista do Brasil - nota de FFH) e em Entretiens politiques / et litteraires, fundadas por Vielé-Griffin, a colaboração dos poetas simbolistas e dos escritores anarquistas indica a proximidade de seus pontos de vista. Quando a polícia se apoderou, em 1894, da lista de assinantes de La Révolte (outro periódico anunciado nas listas de correspondência da imprensa operária brasileira - nota de FFH), descobre nela os nomes de Mallarmé, Leconte de Lisle, Remy de Gourmont, Pissarro, Signac (...) Quando nos processos contra os anarquistas, os simbolistas tomam a defesa dos acusados. O próprio Mallarmé vai aos tribunais para depor". [205]

E, finalmente, é importante pesquisar a concepção em torno da arte cênica no anarquismo europeu, pois está vinculada de forma estreita ao impulso alcançado pelos grupos libertários de teatro operário no Brasil. As primeiras formulações em torno do conceito de espetáculo apareceram na obra de Proudhon. Essa noção prende-se a um ponto de vista que, baseado na defesa da arte em situação, coloca a atividade criativa no interior de uma totalidade representada pela experiência vivida por inteiro:

"Durante meu cativeiro em Sainte-Pélagie, em 1849 (prisão política, após a Revolução de 1848), chegou a haver ali cerca de 80 prisioneiros políticos... Todas as tardes, uma meia hora antes do fechamento das celas, os detidos se reuniam no pátio e cantavam a oração; era um hino à liberdade/ atribuído a Armand Marrast. Uma única voz dizia a

estrofe, que em seguida repetiam os quinhentos desgraçados detidos no outro setor da prisão. Mais tarde essas canções foram proibidas, e isso foi para / os prisioneiros uma verdadeira agravação da pena. / Essa era música real, realista, aplicada, arte em situação como os cânticos na igreja ou as fanfarras no desfile, e nenhuma outra música me atrai tanto".

(206)

É este ritual da experiência coletiva vivida que fundamenta a totalidade do espetáculo. É por isso que "nenhuma obra de arte de nosso tempo subsistirá tal como é; tudo deverá ser refundido. Não existe ainda um espetáculo, mas apenas fragmentos mutilados de espetáculos" (207). É justamente no campo / desse conceito que encontraremos as formulações mais inovadoras e modernas em Proudhon, contracenando com sua visão tradicional em outros domínios. O espetáculo, em Proudhon, é fruto da produção coletiva e simultânea:

"A tragédia, a comédia e a música chegaram, cada uma, a um alto grau de perfeição: mas como não chegaram a isso simultaneamente, o espetáculo não pode alcançar sua plenitude. Os compositores modernos necessitam / libretos novos, para os quais não encontram ainda / poetas" (208).

Posteriormente, a formulação da proposta de um teatro livre, formado por grupos de amadores voluntariamente associados, contra a comercialização da atividade profissional das grandes / companhias teatrais, encontrou em Kropotkin e Jean Grave seus principais idealizadores. Este último, influenciado diretamente pelo anarquista russo, coloca o espetáculo como uma forma / de arte do povo, para o povo e pelo povo. Haveria uma integração harmônica de todas as funções do trabalho coletivo de criação teatral, cuja totalidade e perfeição finais seriam alcançadas com a superação das diferenças formais entre artista / obra/público, desde que o espectador pudesse participar na própria elaboração do drama; essa visão é inteiramente afinada com a perspectiva libertária mais ampla do anarquismo para a sociedade, baseada no princípio da organização livre e espontânea:

"Haverã sempre indivíduos que sentirão a inquietude de fazer peças teatrais, outros de interpretã-las, e tais indivíduos se encontrarão e associarão suas aptidões. O que haveria de mal em que aqueles que tem o gosto pelo espetáculo viessem, cada um segundo a possibilidade de suas aptidões, trazer o concurso / de sua ajuda para a decoração, a montagem de cena, a confecção de vestuário ou qualquer outra ajuda acessória? (...) Se cada um dos espectadores pudesse tornar-se útil, a seu modo, para a execução da obra a que assistisse, seu gozo intelectual aumentaria / com isso". (209)

A prática dessas concepções será desenvolvida, em especial, / por grupos teatrais ligados às associações e imprensa anarco-sindicalistas. É o caso da França, por exemplo, com a emergência do grupo L'Art Social, entre 1896-1901 (210). No Brasil, já na primeira década deste século, surgirão, principalmente / no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro, dezenas de grupos anarco-sindicalistas de teatro social, com representações sistêmicas anunciadas pela imprensa operária. Já que o sindicato se define, nessa corrente, "como a forma social" do movimento revolucionário, destinada a substituir o Estado", ele / deve constituir todo o universo do operário, preenchendo suas necessidades materiais, morais e culturais. É nesse mundo próprio, ligado à vida dos bairros proletários e animado pela imprensa libertária, que o teatro social poderia realizar a catarse totalizadora de uma nova ordem fundada na solidariedade e emancipação humanas. Nesse sentido, o teatro é meio, é uma "arma" destinada a "fazer rebeldes", sendo grande somente na medida em que subordina, eficazmente, "a forma à Idéia (libertária)" (211).

Assim, se nas teorias de Proudhon ou Kropotkin, encontramos a utopia de uma arte inteiramente colada à vida dos homens, espetáculo que só poderá ser vislumbrado em toda sua plenitude / na "cidadela obreira" do futuro, aqui, na prática atualizada / do anarco-sindicalismo, que se faz no presente, percebemos a arte como um meio catártico de propaganda. Na impossibilidade de se viver a integralidade da "cidade-única" no capitalismo, a arte, como os homens, deixa de ser livre para se converter

em instrumento didático de conscientização. Não existe ne -
 nhum paradoxo nesse percurso: trata-se da contradição ineren -
 te ao conjunto da estética anarquista, sempre oscilante en -
 tre uma arte "libertária" e uma arte "de tendência", entre o
 desconhecido e o conhecido, entre a liberdade e o convencio -
 nal.

No Brasil, até recentemente, a efervescente e popular ativida -
 de dos grupos de teatro operário era uma ilustre estrangeira
 na historiografia social e literária. No estudo especializa -
 do de Miroel Silveira, por exemplo, que trata da contribui -
 ção italiana ao teatro brasileiro, era de se esperar uma
 referência àquela produção. O Autor, entretanto, preferiu in -
 vestigar a influência das grandes companhias profissionais /
 da Itália que faziam apresentações no Brasil; talvez, o úni -
 co fio que nos reata com o mundo subterrâneo do teatro operá -
 rio, emudecido pelo silêncio da crítica dominante, seja a /
 presença da belíssima e inefável Itália Fausta, um dos raros
 casos individuais de quem conseguiu sair do anonimato de
 operária tecelã e atriz amadora de um grupo libertário para
 o estrelato e imortalidade do teatro profissional e da arte/
 oficial (212).

Entretanto, o silêncio da historiografia não se justifica ci -
 entificamente, a não ser em função da velha e persistente o -
 peração ideológica de "ocultar o que terá sido óbvio". Pois,
 mesmo para além da imprensa operária, até há poucos anos de
 difícil acesso, a presença do teatro social, pelo menos em
 S. Paulo, nas primeiras décadas deste século, foi uma ativi -
 dade que extrapolou um único sentido marcadamente classista/
 e operário, para se inscrever numa tradição popular mais am -
 pla, que tem suas raízes na dramaturgia de folhetins produzi -
 da na Europa. A imensa coleção de peças editadas em folhe -
 tins pela série "Biblioteca Dramática Popular", da Casa Tei -
 xeira, em S. Paulo, e distribuídas nacionalmente, indica uma
 tendência favorável de público bem mais significativa do que
 o silêncio da crítica poderia fazer supor. Nessa coleção fo -
 ram editados, inicialmente, autores de Portugal e da França,
 dentro da classificação nos gêneros drama e comédia, incluín -
 do-se, por exemplo, o clássico e célebre Gaspar, o Serralhei -
 ro, uma das peças mais representadas no meio operário (213).

Recentemente, a pesquisa inédita de Maria Thereza Vargas e Mariângela Alves Lima foi a primeira tentativa séria de desbravar um mundo, até então, praticamente desconhecido, afora/as referências indispensáveis das obras militantes do anarquista Edgar Rodrigues (214).

Uma primeira questão a considerar é a existência de uma produção teatral paralela, de responsabilidade direta dos núcleos e associações anarco-sindicalistas, que não se confunde com a vertente dos folhetins, acima citada. Na produção direta, a cargo de grupos filiados aos sindicatos, as raras edições de textos representados (escritos na Europa ou no Brasil) são impressas e publicadas pelas gráficas da imprensa operária. Entre a produção européia, destacam-se os textos de Pietro Gori (cf. cap. 8), representados, com frequência, nos anos iniciais, na língua original. Entre a produção/escrita no Brasil, destacam-se as peças de Neno Vasco, Mota/Assunção e Avelino Fôscolo (215).

A organização anarco-sindicalista do teatro operário fica bem manifesta na leitura desse regulamento do Grupo Dramático / Teatro Social, fundado no Rio de Janeiro, em 1906:

"Realizou-se no dia 16 do corrente, na sede do Sindicato dos Tipógrafos, a Assembléia Geral deste grupo, sendo discutidos e aprovadas as suas bases fundamentais, que são as seguintes:

- 1º - O G.D.T.S. será composto de operários e operárias que pertençam às suas associações de classe e estejam quites com as mesmas;
- 2º - Ficarão isentos da exigência da cláusula anterior os mestres e contra-mestres que por lei / dos sindicatos de suas classes a eles não possam pertencer;
- 3º - Os seus fins são: promover, logo que se tenha / capital bastante, a criação de Casa do Povo e propagar por meio de espetáculos as modernas / doutrinas sociais;
- 4º - Este Grupo será administrado por um secretário / que terá a seu cargo a direção de todo o expediente e por um tesoureiro que terá em boa ordem /

a parte financeira;

- 5º - Haverá um diretor de cena, que igualmente com o secretário e o tesoureiro será aclamado em assembléia Geral e a quem compete a distribuição das partes e escolha das obras que deverão representar-se;
- 6º - Serão considerados desligados do grupo os companheiros que, sem causa justificada se recusarem ao desempenho dos papéis que lhes forem distribuídos, ou comissões de que forem encarregados para o bom andamento do espetáculo;
- 7º - Os espetáculos em benefício de operários serão concedidos mediante solicitação das comissões administrativas dos sindicatos a que pertencem, só sendo atendidos os sindicatos que tenham prestado o seu apoio ao Grupo Dramático Teatro Social.

Depois de aprovado o estatuto acima, foi aclamado o seguinte diretório: Secretário: M.C. Nogueira; Tesoureiro: Antonio S. Monteiro e diretor de cena: M. Ferrer." [216].

É em torno desse momento, em particular, que Neno Vasco desenvolve uma crítica teatral anarco-sindicalista, publicada como prefácio ao texto de Mota Assunção, O Infanticídio, escrito especialmente para o G.D.T.S., em 1906. Antes disso, em S. Paulo, o jornal O Amigo do Povo, no período 1902-1904, tinha iniciado uma crítica teatral anarquista que defendia a concepção do teatro catártico e de fácil comunicação com a platéia, encarnado na vida operária e, por isso mesmo, eficaz meio de propaganda: é o caso, por exemplo, do comentário sobre o drama Giustiziere! do operário Sorelli, exemplar amostra dessa concepção (217). Por outro lado, a crítica ao romantismo de tradição folhetinesca, incapaz de fazer a ponte entre forma e ideal, portanto inadequado aos desígnios ácratas, é ironicamente criticado, como na nota sobre uma festa operária dos gráficos, em S. Paulo, em 1904 (na época, sob influência dos social-democratas):

"[...] O drama Amor e Desventura [que título], arcaico dramalhão de capa e espada, com duelos e grandes / frases grotescamente heróicas, borracheira idiota, capaz de fazer evacuar uma sala cheia de gente de bom gosto mais depressa do que uma carga de cavalaria com o salve-se quem puder dos momentos de pânico, pode servir para muita coisa, inclusive para comover as pedras, mas para educar os assistentes nem por som - bras! Nem vale a pena falar de comédia e do baile..."

(218)

Assim, vemos uma tensão entre certa tendência do gosto popular e os ideais da dramaturgia anarco-sindical. O prefácio de Neno Vasco à edição de 1907 (pela tipografia da Terra Livre) de O Infanticídio e, sob certo ângulo, mais interessante do que o próprio texto da peça, valendo como raro documento da concepção anarco-sindicalista do "teatro operário". Por sua riqueza / e profundidade, vale a pena transcrevê-lo na íntegra. É digno de nota a insurgência intransigente do texto contra o maniqueísmo romântico da tradição dos folhetins, cujo maior representante foi sem dúvida o popularíssimo Gaspar, o Serralheiro. Novamente, reaparece a tensão entre a consciência de uma vanguarda e o desejo espontâneo das massas (já diluído no "popular"):

"UMA ESPÉCIE DE EXPLICAÇÃO

Formou-se, no Rio, um grupo de amadores dramaticos com o duplo fim de emancipar recreando e de auxiliar a propaganda pecuniariamente. O grupo pôs-se a ensaiar uma coisa... de arripiar os cabelos da alma e do corpo, e que tem percorrido todos os teatros de amadores - o "Gaspar, o serralheiro"... - e o Mota "teve tal vez a imprudência" (é elle que o conta) de desreconhe-lhar aquillo:

- Vocês não sabem sair desse carrancismo... Vocês estão ainda dominados pela velha concepção scenica de Deus e do Diabo, e não comprehendem nada fóra / desses dois tipos opostos.

Mas os rapazes ripostaram pronta e sagazmente. Num gesto largo, numa acusação indefinida, como que atirada à vasta cohorte dos escritores que pelejam na nossa língua pelos ideaes modernos, disseram:

- Ora! vocês sō sabem reprovar, mas nāo fazem coisa que substitua o que estā feito.

Touchê! O Mota prometeu, no mesmo logar, arranjar uma/peçazita num acto. Tinha uma idêia. Eu conheço o facto real que lh'a sugeriu; toda a peça estā cheia de realidades.

Atrās do primeiro acto, veio outro, e depois outros ; e o drama foi entregue aos amadores que o ... representaram. Ia a dizer: que o degolaram; e creio que o poderia dizer, porque os camaradas filodramaticos sāo gente de espírito e incapazes de considerar a minha franqueza como uma ofensa ā sua habilidade e boa-vontade.. O facto ē que o Mota, ā 2a. representação, resolveu levar para casa o original e nāo permitir que de novo o expusessem no palco ā avidez do público.

E era sua intenção firme guardā-lo na gaveta, quando - começam a vir os pedidos de grupos filodramáticos e atē - oh! esperança! - o duma companhia de artistas. Esta era uma esperança e āquelles... moravam longe, podiam... representā-lo ā sua vontade. Publiquemo-lo. E o Mota enviou-me a sua obra, para publicar.

O autor, entretanto, nāo estā completamente satisfeito com o seu drama. Pergunta-se se nāo seria melhor publicā-lo... como artigo de jornal. A mim, porêm, a peça / agrada-me. Tem defeitos? Nāo quero fazer-lhe a crítica. Recuo de bom grado perante essa tarefa, que deixo aos críticos competentes e aos leitores. E como o amigo Mota se queixa dos amadores, de todo o coração desejo / que este drama, cheio de vida, de ideías e de honestidade, encontre intêrpretes hābeis e experimentados que o façam reviver, que façam palpitar as suas scenas em toda a sua paixão, e que dêem ao público a comprehensão nítida dos intuitos profundos e honestos do autor: fazer pensar, apontar chagas com um remêdio ao lado, e nunca fazer rir, fazer passar o tempo ā custa das misérias que afeiam e ensanguentam o nosso tempo.

Sāo Paulo, 13 de fevereiro de 1907. NENO VASCO". (219)

Separaram-se, agora com maior nitidez, portanto, duas tendências no teatro operário no Brasil: a) tradição folhetinesca; b) a produção diretamente saída dos quadros do anarco-sindicalismo.

Com efeito, não era sem razão que a crítica anarco-sindicalista, voltou-se contra o passadismo romântico; se ele já era / problemático na Europa, onde nasceu, como meio adequado da / propaganda libertária, seu descabimento (em relação à concepção estética anarquista) era muito maior aqui. O exame de alguns exemplares dessa tendência, através da coleção "Biblioteca Dramática Popular", como no caso de Operários em Greve e A Honra do Operário (220) revela a presença dos valores mais / tradicionais do artesanato europeu, que desenvolveu a ética / do trabalho e a harmonia dos companheiros irmanados nas habilidades manuais do espaço da pequena oficina. Aqui, estamos / próximos da utopia da cidade medieval. Em Operários em Greve, apesar do título prometer alguma espécie de explosão, iremos / reencontrar, não o movimento social de uma classe, mas a velha moral dos artesãos orgulhosos de seu ofício, que paralisam o trabalho, não contra o capital, mas contra as prepotências individuais do filho mau, inábil em conduzir os negócios do pai (esse sim, o mestre e patrão querido que, em gesto caridoso, concede a jornada de 8 horas) (221). Assim, não é à toa que Mota Assunção e Neno Vasco espinafram a "velha concepção cênica de Deus e do Diabo". É contra essa religiosidade / moralista e retrógada, própria do conservadorismo e da mentalidade artesanal, que se volta a crítica anarco-sindicalista, atualizada, no mínimo, pela existência de um novo exército industrial formado por contingentes massivos do proletariado internacional.

O Infanticídio, tentativa de superar o "carrancismo", revela, entretanto, o impasse entre o projeto político-cultural e sua realização formal. Com a ação ambientada no Rio de Janeiro e com personagens operários de nomes nacionais (Maria Rosa, Margarida, Carlos, João, etc), o texto, entretanto, revela uma / estranheza e desequilíbrio marcados pela tensão entre o intuito manifesto de propaganda e o drama construído, cuja ação, quase que exclusivamente, lhe serve de mero apêndice e pretexto. (222) Esse parece ter sido, com frequência, um dos impasses que comprometia seriamente a verossimilhança da literatura anarquista, no Brasil daquela época: não se pode recusar / essa crítica, dizendo que ela é mera preocupação formalista / de estetas; ao afetar o efeito de verossimilhança, o descompasso formal comprometia, igualmente, as relações dessa lite-

ratura com a "realidade social" e com os juízos libertários / da "verdade histórica", prejudicando - direta ou indiretamente - a eficácia e os efeitos da desejada propaganda.

Assim, no exemplo de O Infanticídio, em meio aos sofrimentos / de uma família operária carioca, sucedem-se os temas da doutrina anarquista: o militarismo e a degradação do homem; a prostituição oficial e não-oficial e a condição feminina na sociedade de classes; a farsa ilusória do aparelho jurídico / do Estado; a situação específica de degradação humana nos presídios. No momento de desfecho do drama, uma dupla voz se entrecruza, na explosão característica da turbulência do discurso anarquista. A primeira voz, de uma das prisioneiras, recupera o passado heróico e sangrento da Revolução Francesa e da Comuna de Paris: é a voz da história mitificada pelo discurso flamejante do vulcão libertário. A segunda voz, da personagem central (Justina), heróina e vítima da ação do drama, também se transborda, como a voz da história, em febre, comoção / incontrolável, até a loucura. A razão da história mitificada / intercepta um drama individual, abre suas comportas e dá vazão à loucura. O fogo, elemento básico na mitificação da história, encontra-se com as águas primitivas e anteriores a qualquer linguagem articulada e coerente.

Ouçamos os diálogos finais:

1ª - A mais importante dessas tentativas de libertação do povo foi a chamada revolução francesa.

2ª - Já ouvi dizer, já... Conte, conte... Uma professora deve saber bem essas coisas.

JUSTINA - Conte, sim, conte... Eu quero saber.

1ª - Pois foi assim. O povo, cansado de sofrer, revoltou-se, furioso como nunca. As guilhotinas giraram / continuamente, dia e noite, a cortar cabeças de altos senhores, juizes, magistrados, ricos, nobres, tiranos...

2ª - Diz que até o rei e a rainha foram degolados...

1ª - Foram sim. E andaram aos pedaços pelas ruas. O povo vingou-se. Foi uma mortandade horrível, sinistra. Não se respeitava nada. Mulheres e crianças foram degoladas...

JUSTINA, aflicta - Atê crianças! minha Nossa Senhora!

1ª - Sim, atê crianças, filha. Os soldados não respeitavam coisa alguma. Depois, uma noite, pela calada entraram nas prisões que estavam cheias de gente de toda a casta, e matavam a torto e a direito, apunhalando pobres innocentes!...

JUSTINA, olhando esgazeada para a porta - Nas prisões! ... Credo! minha Nossa Senhora!

2ª - Que horror!

1ª, [com entusiasmo e sem reparar na aflicção das companheiras] - É para isso que servem os governantes, os ricos, os tiranos do povo! Em 1871, também em Paris, aconteceu o mesmo. Os operários, fartos / de sofrer a escravidão e a miséria a que os ricos / os condenavam, revoltaram-se e proclamaram a famosa Comune. Durou setenta e tantos dias essa conquista. Os presos innocentes foram postos em liberdade e o povo tinha melhorado de sorte. Mas depois o exército retomou a cidade e a população foi passada a fio de espada, mandada guilhotinar, e enterrada viva.

JUSTINA, cada vez mais agitada... Jesus! crêdo!

2ª - Misericórdia!

1ª, com fervor - Trinta e cinco mil pessoas sofreram a vingança da burguesia! Mulheres e crianças innocentes foram enterradas vivas!

JUSTINA - Crianças... crianças... Ah! [levantando-se e apontando para a porta, recua aterrada]. Ahí / vêm eles! Ai! Socorro! Socorro!

1ª, erguendo-se para a acalmar - Não é nada, filha, socêga!

2ª, idem - Isto foi ha muito, Justina; não é nada.

JUSTINA, delirando cada vez mais - Arreda! Arreda! Arreda!... Ahí vêm eles! socorro! É o Juca, o Juca! Socorro! O meu filho! mataram o meu filho, socorro! socorro!

1ª, tentando em vão aproximar-se de Justina - Justina!
... Justina! ... (Aparte). Doída! ...

2ª - Socorro! ... Estã doída! ...

(O guarda da lanterna, seguido de outros, aparece à grade e ouve-se o ranger das chaves e das correntes da porta).

JUSTINA - Arreda, arreda! ... Não vou! Socorro!... Mataram o meu filho, mataram o meu pai!... Socorro!...

2ª - Estã doída, doída, a pobre Justina - doída! ...

2ª PRESO - Sim; é para isso que servem as prisões.

CAI O PANO" (223)

Essa solução dramática, catastrófica e apocalíptica, não é residual nem episódica na literatura anarquista. Trata-se de um "messianismo geológico" que reintegra o tempo ao corpo da terra, que restaura a humanidade errante na Natureza sãbia em sua revolução permanente, inexorável e violenta nos seus terremotos e abalos sísmicos, condições necessárias para o equilíbrio do Universo. A natureza humana, aqui, não tem uma essência própria, mas é parte de uma consciência atada à eternidade do próprio Universo. A revolução social é, nessa visão, um epifenômeno das leis inabaláveis do evolucionismo naturalista e universal. Elisée Reclus, anarquista, geógrafo enciclopédico, além de escritor de estilo, realiza muito bem essa faceta universalista e cósmica da concepção de movimento revolucionário/no pensamento anarquista.

A fraternidade libertária internacional encontra na Terra-mãe/sua grande benfeitora: pois é da Terra que saem as lavas incandescentes da erupção vulcânica dos tempos; e para lá que convergem todos os elementos dispostos, apenas na aparência, de modo fragmentário no espaço. Não na estática aparência, mas no movimento de evolução-revolução, sempre renovado, inscreve-se, afinal, a infinita e completa harmonia da integração homem-natureza (224).

Nesse universo, a palavra humana é substituída pela voz, imediatamente clara de significação, dos ruídos da natureza. A luta de classes foi, de certa forma, diluída, como pálida expressão de uma luta mineral muito mais profunda e básica.

E, assi, a solidariedade humana, configurada no espaço utópico de uma comunidade dos desterrados, retorna ao primórdio / dos tempos, para se enraizar como solidão primitiva dos elementos materiais soterrados. A Terra, sozinha, volta a reinar.

Em 1920, num poema publicado na sessão - "Antologia Libertária" - do Jornal A Obra, Octavio Brandão, ainda anarquista, realizava magistral e didaticamente, essa concepção vulcânica das contradições universais. Ouçamo-lo na íntegra:

"SOB O DESMORONAR DO MILENIOS

*Desmoronar maravilhoso dos milênios!...
Irrromper imortal dos picos solitários,
Combinação sutil dos gases homogêneos,
Vulcões acesos como inquietos lampadários:*

*Tudo isto vejo em ti, grandiosa geologia,
Reveladora da alma exul da terra-astral.
Ciência da Dedução, a ciência química
Os homens na visão da luta mineral.*

*Sinto em mim, mais de mil jazidas de quimeras
Veios da Perfeição, minas do Pensamento.
Minha energia veio através de mil eras:
Ora faísca de bulha, ora clamor de Vento.*

*Meu gênio vive em ti, Geologia selvagem,
Porque ele como tu é feito de explosões.
Pulsa nesta minha alma o anseio da voragem,
Terremotos, motins, geleiras, erupções!*

*A vida universal foi um hinário à luta,
Uma batida heróica em busca do Equilíbrio,
Combate que se fez na Natureza bruta
Através da hecatombe e do desequilíbrio.*

*Cataclismos, o Caos, conflitos, erosões,
Cenários varonis, brutais da Orogenia,
Maremotos, sísmos, abismos, convulsões...
Que é tudo isto senão o ardor da Geologia?*

O rumor é a alma da água, o ruído é a alma de tudo
 Regato sem fragor é córrego sem alma.

Amo o estrondo porque revela o conteúdo
 Vital que há no universo - o orbe que não se acalma!

Metamorfose é a lei fatal da Natureza
 Que transforma o paul e a lagoa em canal.
 Foi ela quem me fez tão cheio de aspereza
 Tão bárbaro e revoltoso, abrupto e desigual.

Viu minha alma por entre os milênios, as eras,
 Todo o drama brutal das grimpas e lagoas.

E é por isso que estão vibrando em mim - crateras
 Abismos, vendavais, montanhas, KRAKATÓAS." (225)

CAPÍTULO 10

EPÍLOGO - SINAIS DO VULCÃO EXTINTO

Este capítulo não pretende ser uma "conclusão final". É, antes de tudo, a indicação de algumas pistas e sugestão de certos / problemas em torno de uma temática que mal começa, nestes últimos anos, a sair da casca do ovo na historiografia social brasileira. Tradicionalmente, as análises da "cultura popular" que tentaram sair do pitoresco e da visão nacionalista burguesa, acabaram por enfatizar, em seu afã tenaz de desenvolver a crítica, uma teoria da "alienação" e da "indústria cultural" que, por outro lado, pulverizou a presença cultural das classes subalternas, chegando a homogeneizar - de forma absolutizante e elitista - os efeitos ideológicos da dominação de classe e a unidimensionalizar os meios de comunicação de massa na cultura contemporânea. Na primeira versão, tínhamos o conservadorismo/folclorizante e presunçoso em relação às manifestações do "popular"; na segunda versão, temos a indústria cultural transformada em deusa e os setores subalternos em seus passivos e fiéis seguidores. Estas duas versões, aparentemente opostas, completam-se no seu preconceito comum em relação às classes populares e na sua rejeição persistente em considerar o problema das práticas culturais no interior de classes antagônicas que se / definem nas suas mútuas relações contraditórias. Nesse sentido, é necessário assinalar, mais uma vez, que os processos culturais de uma sociedade se forjam nos movimentos e nas lutas entre as diferentes classes; a cultura e as questões daí derivadas também são determinadas na luta de classes.

Dentro desse quadro de preocupação, são sugestivas as perspectivas lançadas por Raymond Williams, no tocante às relações / classes/cultura: "A distinção crucial está em formas alternativas de se conceber a natureza da relação social". (226). De qualquer forma, ao lado dessa marca distintiva ligada à "concepção das relações sociais" (difícil de detectar por se encontrar integrada na prática e no discurso das classes subalternas que incorporam, simultaneamente, elementos da ideologia / dominante), a presença cultural da classe operária se definiria,

igualmente, segundo Williams, ao nível de uma contribuição mais difusa, porém real, na constituição do próprio processo cultural abrangente da totalidade social. Não se pode, nesse caso, portanto, falar rigorosamente de uma cultura burguesa "pura": a produção cultural, por se dar numa sociedade de classes, é portadora de suas contradições, atuando, igualmente, como elemento constitutivo de seus processos. Claro está que a cultura assimilada, no que possui de dominante (que é seu principal conteúdo), acaba por favorecer a reprodução da sociedade de classes e de sua forma de dominação específica tal qual ela é. Porém, essa cultura, numa análise mais atenta, poderia revelar, nos interstícios de seus discursos, a presença subterrânea e efetiva de aspirações e concepções próprias da forma de existência social e da posição relativamente diferenciada das classes trabalhadora. A análise poderia se encaminhar, então, invertendo a ordem habitual que buscava nomear os mecanismos da "alienação", para o exame desse caráter contraditório dos processos culturais: desvendar, por exemplo, a maneira pela qual, enfim, uma literatura dominante acaba por integrar valores, temas e formas de linguagem significativos (apesar de suas diversas mediações) da atuação real das forças subalternas na vida e nas representações de determinada sociedade. Nesse caso, tenta-se apreender os "efeitos pertinentes" da presença sócio-cultural e política das classes trabalhadoras, não no sentido de uma "cultura paralela", mas na direção das marcas e sinais deixados pela existência coletiva dos grupos subalternos ao nível dos processos culturais abrangentes de uma formação social. Essas "marcas e sinais" não são apêndices ou resquícios folclóricos, mas elementos constitutivos da heterogênea e contraditória elaboração dos sistemas culturais.

No Brasil, a historiografia literária sempre teve dificuldades/ em definir uma escola ou tendência dominantes entre o final do século XIX e o advento do Modernismo, em 1922. Isso, tanto em relação à prosa, quanto à poesia. Com o tempo, passou-se a denominar genericamente de Pré-Modernismo a toda a fase da produção literária, cujas marcas são a de heterogeneidade e contradição: uma época transitória entre o naturalismo carregado de um Aluísio Azevedo (O Cortiço, 1890) e a Semana de 1922. Trata-se de

um longo intervalo, de aproximadamente três décadas, onde o signo de transição indica uma situação cultural efervescente, em que a definição acabada de tendências ou escolas (apesar das teias dominantes enredadas pelo parnasianismo, não só no discurso literário, mas no jornalismo, na retórica política, etc.) torna-se impossível. O termo "pré-modernismo", além de afirmar essa / transitoriedade, toma como critério de periodização um movimento literário posterior, baseando-se nos aspectos de anúnciação dessa ruptura que se inscrevem em alguns autores e obras do início deste século, considerados, assim, "precursores". Nesse sentido, Alfredo Bosi chama a atenção para as dificuldades com que se defronta o historiador literário desse período, o qual / "terá de situar e entender tanto essas obras tensas, saídas da fissura ou de verdadeiros rachos na consciência dominante, quanto outras e numerosas páginas que se engendraram como simples / variantes sonoras dos discursos - em - curso". Nessa contradição, distinguem-se as obras "que apontam para o futuro, enquanto crise e modernidade" e as "que exprimem melhor o peso do idêntico" (227). Portanto, trata-se de um intervalo marcado não pela estabilidade de certa escola ou corrente, mas pelas incertezas trazidas por toda transição. Pré-modernismo é uma expressão que não define o que realmente predomina no contexto literário / daquela época, mas apenas a preparação de um terreno, íngreme e escorregadio, por certo, onde se dará posteriormente um movimento de contornos mais nítidos (inclusive nas suas contradições).

Essa situação de crise e transição foi apanhada, de modos diversos, por vários autores que trataram do período. Alfredo Bosi sintetizou e problematizou essa tensão (228). Lúcia Miguel Pereira pesquisou em detalhe a imensa gama de características / temáticas e de estilo da prosa de ficção, entre 1870 e 1920 (.. 229). José Veríssimo e Elísio de Carvalho, contemporâneos daquele momento, testemunharam com lucidez a presença de novos caminhos e a diversificação literária ocorrida (230). Astrojildo Pereira levantou os problemas da presença do social na literatura de Machado de Assis, motivo de acirrada polêmica com a visão / mais acentuadamente stalinista de Octávio Brandão, que viu na obra machadiana as perniciosas marcas da decadência e do niilismo (231). Renato Pacheco, já na linha de uma sociologia da literatura, assinalou, em artigo pioneiro, a importância do tema da

imigração na produção da época (232). Wilson Martins, recentemente, em sua monumental e enciclopédica pesquisa, tem levantado inúmeros e inéditos elementos para se repensar a produção / cultural naquele intervalo (233). E, em análises específicas, Antonio Arnoni Prado - discutindo as contradições da obra de Lima Barreto - e Vera Chalmers - acompanhando veios desconhecidos da formação literária de Oswald de Andrade - lançaram importantes / elementos de contribuição para o aprofundamento do exame das intrincadas relações entre literatura e sociedade, na República Velha anterior a 1922 (234).

Das dificuldades de análise do "Pré-Modernismo" derivou-se um / certo descompasso na explicação das origens do Modernismo. Parece que se acentuou, como uma espécie de consenso, a seguinte / formulação: os contatos com a vanguarda estética européia foram determinantes; sem eles, não teria sido possível ocorrer a ruptura temática e de linguagem, na profundidade com que isso ocorreu, a partir de 1922; não teria sido possível, portanto, aos / autores modernistas, superar crítica e esteticamente, a estreiteza mental e o reacionarismo provinciano e bacharelesco das elites oligárquicas da República, em particular a hegemonia da burguesia cafeeira paulista. Como resultado dessa visão, o modernismo parece situar-se na seguinte contradição: os seus aspectos inovadores, sejam temáticos ou estilísticos, são frutos / da importação de propostas estéticas das vanguardas européias / (futurismo, dadaísmo, cubismo, pós-impressionismo, etc.); seus aspectos retrôgados e passadistas, embebidos de um nacionalismo conservador, resultam das determinações internas, isto é, da dominação oligárquico-burguesa. Na verdade, esse tipo de interpretação que esquematizamos sumariamente, aqui, padece de uma / visão dualista, tão presente na historiografia e sociologia brasileiras, que acaba por confundir a dialética com dicotomias abstratas e formais do seguinte tipo: fatores "externos"/fatores "internos"; "moderno"/"atrasado"; etc.

O questionamento que deve ser feito, neste balanço, é a possibilidade de uma reavaliação crítica que comece pela elementar indagação: *o que tornava possível, no interior da formação sócio-cultural brasileira, a "importação" de contribuições estéticas/*

da vanguarda internacional? E, derivada daí, a questão mais essencial: como foi possível a integração desses aspectos "forâneos" no processo interno e nacional de elaboração intelectual e artística, aguçando a própria crise dos discursos e intervindo internamente nas suas "soluções"? Está subentendida, aí, uma inversão de termos que tenta descobrir as determinações do cosmopolitismo, não a partir do "exterior" (que, no seu extremo, colocaria as viagens de Oswald de Andrade à Europa como mais decisivas do que as contradições internas da sociedade brasileira), mas, pelo contrário, a partir do novo já inscrito como aspecto imanente e determinante da vida material e de suas representações, na produção cultural desenvolvida no Brasil daquela época.

No passado, a história literária padeceu, muitas vezes, do mecanicismo que colocava o social à frente e por cima do próprio objeto literário, ocultando-o e ideologizando-o de vez. Depois, foi a vez do "especificismo", isto é, dos cortes estruturalistas e formalizantes que pretenderam, em vão, dar um estatuto insuspeito de ciência à análise literária: nessa operação, a literatura novamente desapareceu, agora não sob a névoa de projetos ideológicos dogmáticos e principistas, mas sob a capa de uma lógica / formal e abstrata, que converteu o prazer da literatura em um / discurso reiterativo de fórmulas. Seja no recheamento forçado / de preconceitos, seja no esvaziamento também forçado pela metalinguagem formalista, a literatura deixou de ser vista e reconhecida como parte integrante, mas específica, dos processos sociais. Não tenho nenhuma pretensão de superar esses impasses, nas linhas finais de um trabalho de análise política. Isso cumpre, antes de tudo, aos estudiosos da literatura. Localizo, apenas, um quadro de discussão, tentando provocar algumas questões, a partir das intersecções inevitáveis entre os processos políticos e culturais analisados até aqui.

Em primeiro lugar, estou convencido de que a presença de uma / classe social em formação (o proletariado industrial) com todos os elementos que tal presença implicou - imigração massiva, um movimento próprio, internacionalismo cultural e político, modificações no perfil urbano - industrial da sociedade, alterações drásticas no modo de vida e na linguagem popular de certas cida

des, como São Paulo - foi um aspecto essencial e determinante / de todas as tensões, contradições e mudanças vividas pela produção literária "pré-modernista". Atreveria-me a sugerir, inclusive, de que foi essa presença o fator mais importante do caráter transitório, agudamente instável e desequilibrado, dos discursos daquela fase. O cosmopolitismo modernista não se viabilizaria, portanto, a partir de uma "dependência externa", mas das / fissuras que o internacionalismo de uma força de trabalho tão numerosa quanto anônima, já vinha produzindo na ordem dominante há, pelo menos, três décadas.

É claro que essa determinação foi mediada. E tão complexas foram as mediações que se ocultou, na aparência e na crítica posterior, a força interveniente representada pela formação de uma classe tão nova quanto fundamental. E entre tais mediações / (onde se localiza, sem dúvida, a operação de "esquecimento" promovida sistematicamente pela ideologia burguesa), gostaria de privilegiar, nas linhas seguintes, aquela que, nas pesquisas / deste trabalho, apareceu com relativo e particular significado: a produção de uma literatura social de cunho libertário, seja / diretamente pelas agências de cultura criadas pelos núcleos anarquista (imprensa operária, publicações dos próprios sindicatos e órgãos classistas); seja indiretamente, na produção literária de certos intelectuais de origem pequeno-burguesa, que poderíamos chamar de "anarquizantes": pois, se por um lado, não estão enraizados de forma plena no movimento operário e nas lideranças ali produzidas, constituem, entretanto, porta-vozes / mediados dos ideais anarquistas e elementos dissidentes e radicais na sua recusa dos discursos dominantes.

Nesse caso dos "intelectuais dissidentes", temos um primeiro exemplo claro dos efeitos da presença da classe operária e de seu movimento sobre setores (embora bem reduzidos, significativos) da pequena burguesia. E tais efeitos não se faziam, nem imediata nem mecanicamente, mas já pela mediação de um núcleo / militante e ativista, representado nas instituições anarquistas e anarco-sindicalistas.

* * * * *

Poucas são as referências bibliográficas a respeito da literatura social libertária do início do século. Na sua própria época, afora os comentários de José Veríssimo e Elísio de Carvalho, o silêncio deve ter sido a tônica do discurso dominante; o mesmo não ocorria na imprensa operária, que noticiava o lançamento de "Romances sociais" e outras obras dessa vertente literária (235). Ao nível da crítica, além dos dois autores indicados, é preciso lembrar o nome de Lima Barreto, que em seus artigos jornalísticos sempre se interessou pela produção da literatura social e militante (236).

Na atualidade, por sua vez, raríssimas e esparsas referências à aquela produção foram feitas nos textos de Lúcia Miguel Pereira/ e Fábio Lucas; a atenção mais pormenorizada e recente de Wilson Martins constitui, certamente, uma exceção. (237). Esse problema do interesse da crítica literária pelo tema revela todo seu caráter de classe, se considerarmos a diferente atitude de autores anarquistas como Edgar Rodrigues, Egard Leuenroth e Roberto das Neves, entre outros, que possuem estudos diretamente voltados para a literatura anarquista no Brasil; sem falar do trabalho biográfico em torno do poeta libertário - parnasiano Martins Fontes (filho do pioneiro socialista Silvério Fontes) feito pelo operário e memorialista Jacob Penteado (238).

Uma primeira constatação a fazer sobre a literatura anarquista/militante é sua diferença em relação à literatura social produzida após o Modernismo, nos anos 30-40, não filiada aos ideais comunitários e ácratas e mais vinculada a uma proposta de realismo socialista: trata-se, por exemplo, de O Gororoba de Lauro Palhano (1937), sobre os trabalhadores da Amazônia; de Navios - Iluminados de Ranulpho Prata (1937) sobre a vida dos portuários santistas; de E agora, que fazer? romance épico sobre a construção da E.F. Noroeste do Brasil, de Tito Batini (1941), ou mesmo Filhos do Povo, do mesmo autor, romance descritivo da vida de um sapateiro anarquista, em São Paulo (1945) e que, apesar da proximidade temática, inscreve-se num contexto sócio-cultural e numa vertente literária diversa. Na literatura social dessa fase posterior, pode-se incluir também o Oswald de Andrade de Marco Zero (1943), muito mais panfletário e resvalando no

realismo socialista do que o também "social" Os Condenados (... 1922), esse sim, próximo da tematização do desterro social e da marginalização urbana, tão a gosto da literatura anarquista.

Outro aspecto a ressaltar é a plena configuração da literatura/ de cunho anarquista nos cânones literários da época: com efeito, ela será conservadora, em geral, no que diz respeito à linguagem; a forma do soneto será a preferida na poesia e a narrativa tradicional (narrador linear e onisciente) aparecerá no romance social. Porém, essa indicação, por si só, não basta para a crítica descartar essa produção; pelo contrário, o interesse deve aumentar, considerada essa contradição: uma literatura premida entre a respectability das formas convencionais e o compromisso social com o universo dos "de baixo". Isso provocou, muitas vezes, um descompasso, uma estranheza (que foi precocemente assinalada pela crítica precursora de José Veríssimo) que, dialeticamente, a meu ver, produziu raros momentos de originalidade e inovação naquela literatura; um padrão de beleza certamente distinto dos modelos estéticos consagrados.

Assim, o pensamento e a literatura libertária inscreviam-se inteiramente na história literária nacional; quem os colocava de fora era o discurso dominante. Retornamos, nesse particular, ao tema da "importação" de valores e de vanguardas. A burguesia / sempre preferiu a manteiga dinamarquesa; mas em se tratando de proletários, não poderia jamais admitir a invasão de ideais "alienígenas". Lançava mão de um nacional - ufanismo que tanto / reiterava velhas raízes quanto escondia a sua própria submissão ao imperialismo. E uma das tradições prediletas do discurso burguês sempre foi o sangue católico de nossa gente, Anchieta pulando nas veias do pacífico rebanho, etc, etc. A sátira e a blague na imprensa anarquista (elementos certamente precursores de certa ironia demolidora presente no modernismo) não deixavam / por menos: quem importava o que? quem estava "por fora"? tratava-se de nomear os critérios e as referências em torno das / quais o discurso ideológico das classes dominantes designava e bania os "estrangeiros". Enfim: quem eram os verdadeiros "estrangeiros e culpados"? Vejamos a solução proposta a esse impasse num corrosivo e bem-humorado poema anti-clerical:

"CONTRABANDO

Aproxíma-se o barco recheado
 Da venenosa, hipócríta semente
 Traz o casco veleiro enferrujado
 Dos portos europeus é procedente

O povo, pela praia, aglomerado,
 Tendo rosto desfeito horrivelmente
 Exclama: "Estã São Paulo condenado
 À convivência infame dessa gente:

Quatro dūzias de padres, tipo freira,
 Chegaram, meu Jesus, isso é demais
 Para a cabrália terra brasileira!"

E um negrinho que andava pelo cais,
 Acrescenta, a pular sobremaneira:
 "Fora, com tão imundos animais!"

José Etelvino " (238-A)

Foi no ano de 1902 que seriam publicados os primeiros "Roman-
 ces sociais" de cunho anarquista. Em Minas Gerais, aparecia O
Caboclo, de Avelino Fôscolo. É um romance de costumes típico,
 afinado inteiramente com a tendência do regionalismo sertane-
 jo, que teve grande influência no período. O romance não supe-
 ra o descritivismo folclórico e pitoresco, que, como já assi-
 nalou Antonio Cândido, revela um ranço elitista por trás da
 pretensa recuperação do "popular" (239) Avelino Fôscolo (1864
 -1944), mineiro e filho de imigrantes portugueses, é um dos
 raros exemplos de escritor anarquista cuja produção se dava /
 fora da região Rio - São Paulo. Colaborou em vários jornais -
 da imprensa operária: n' A Lanterna, por exemplo, em 1913, pu-
 blicou uma crônica auto-biográfica em folhetins, onde narra e
 pisódios de sua infância em Vila Rica, intitulada No Circo -
 (240). Como romancista, estreou em 1890, com A Mulher, bem
 ao estilo naturalista, escrito em colaboração com Luis Cassia
 no Pereira. Editado sempre em Minas Gerais, a divulgação de
 suas obras era, por certo, diminuta, assim como seu público -

(241). Publicou, após O Caboclo, vários outros "romances sociais": O Mestiço e A Capital (1903); Vulcões e O Jubileu (1920); A Vida (1921). Escreveu uma peça de teatro social: O Semeador, publicada, inicialmente, como opúsculo na tipografia do jornal A Nova Era, em Taboleiro Grande, interior mineiro. Este drama em tres atos foi reeditado em Belo Horizonte, já em 1921. A ação passa-se numa fazenda, envolvendo a figura do coronel e de seu filho rebelde, Júlio, que se investe nas tarefas libertárias de "regeneração social" dos lavradores. Os diálogos são pesados, servindo de meros canais para a propaganda dos ideais anarquistas. Mais uma vez, num recurso de fundo romântico e muito utilizado na literatura anarquista, amor e objetivos libertários se cruzam sob a égide da fraternidade humana universal:

Laura - Pobre de mim! Que mérito posso ter, simples camponeza dedicada aos trabalhos domésticos e aos cuidados que lhe merecem os velhos pais?

Júlio - Como o sol, espargindo prodigamente calor e luz que são a vida da terra, difundes a instrução nas inteligências infantis. Sei o papel de fada benéfica representado por ti nestes campos, semeando no cérebro das crianças, com uma abnegação sublime, o germe do saber, esses primeiros rudimentos conduzindo à conquista de um paraíso na terra. E não é o óbulo azinhavrado da retribuição que te sustenta nesse apostolado, mas o desejo de desvendar as trevas ofuscando os cegos de espírito.

(...)

Laura - Hã em suas palavras algo de misterioso e novo que não compreendo.

Júlio - Compreendê-lo-ás mais tarde: escolhi-te para consórcio na tarefa de regeneração social" (242).

Esse tema, de fundo tolstoiano - assimilando os valores de um cristianismo primitivo, que no caso do escritor russo inspira-se na experiência do mir, comuna agrícola primitiva da Rússia (243) - estará presente, também, com muita força, no romance social Regeneração, de M. Curvelo de Mendonça (249). Numa decadente fazenda de açúcar do interior do Rio de Janeiro, o En

genho Jerusalém, o profético e libertário administrador Antonio - leitor de Fourier, Kropotkin, Tolstoi, Ruskin e Carlyle, como o próprio Autor - fará sua obra de reformador social, / transformando, com efeito, a abandonada e deserta Jerusalém nu ma terra prometida. Diante de José Doutor, morador da fazenda, fabricante de farinha e curandeiro dos colonos, o discurso / culto de Antonio é de admiração pela "pureza do simples"; somente que o discurso do camponês continua dominado e submergi- do por baixo da voz do saber de Antonio, identificada com a do narrador impessoal e onisciente:

"Empolgara-o a linguagem cãndida, honesta e franca que bor- bulhava como um jorro d'água cristalina nos lãbios desse / camponês analfabeto. Tinha ficado mudo a mirar o aspecto / jovial e inteligente de seu interlocutor" (245)

Não apenas a voz de Antonio emudece, mas principalmente a voz do camponês. Permanece a fala ilustrada da razão, presente no mito iluminista do saber é poder e incorporada pelo discurso a narquista. Daí deriva uma crença inabalável no progresso técni- co e na racionalidade da organização espontânea e solidária do trabalho:

"Outros operãrios azeitarão aquelas rodagens entrevadas e o vapor, penetrando-lhes os tubos agora poeirentos, fará/ a expansão do movimento e da atividade industrial na con- fecção do açúcar. Milagre espantoso do trabalho" (...)

"As turbinas, o vácuo de Greiner, a tacha de Wetzel, que representavam os melhores aparelhos ali existentes do gran- de aperfeiçoamento introduzido no fabrico do açúcar, esta- vam enferrujados, pela administração rotineira e estúpida" (...)

"E José desvelava-se no enriquecimento da pobre terra de- vastada pelos cultivadores empíricos e indolentes, que lhe tinham sugado e exaurido a força produtora. A irriga- ção, a drenagem e o revolvimento frequente restituíam-lhe/ a vida e a energia (...) levando o carinho e o amor para o seio latente da natureza". (246).

A "regeneração social" é marcada também pelo reencontro do homem com a natureza. As mezinhas de José Doutor são revalorizadas, pois, aí, "atê os prôprios corpos ressucitavam, enfim libertos das drogas venenosas das farmácias e da medicina oficial" (247). A regeneração social ganha claros contornos bíblicos:

"Jerusalêm enfim livre, a terra do sonho e da esperança finalmente conquistada (...)"

"... a narrativa saudosa de uma vida de paz e amor numa como terra encantada que mamava leite e mel" (248).

Entre as reformas feitas, destacam-se a escola ("edifício da luz") e a vila operária:

"Habitações confortáveis... coração de amor... convidavam a universalidade dos operários dos campos e das cidades a vir viver a vida solidária no doce recinto do trabalho livre e da educação nova". (249) A crença na obra regeneradora do espírito representada pela educação aproxima-se das propostas racionalistas das Escolas Modernas:

"A missão do professor era, pois, despertar, guiar, encaminhar as energias; mas não contê-las, reprimi-las com os velhos processos que encheram de ódio as escolas" (250).

Por fim, o desfecho de um novo mundo é novamente marcado pelos signos da explosão universal e do incêndio, retomando o mito do dilúvio de Noé, agora não sob o reino das águas, mas sob o império do fogo:

"Esse era o fogo, o espírito novo que, a despeito de todas as forças contrárias, percorria eletricamente a superfície do planeta, acendendo os corações, criando as idéias, formando as asas desses pobres seres implumes que são os homens de hoje".

"[...] regeneração total e perfeita... pela realização suprema de todos os sonhos... dos doutrinadores e apóstolos/ de todos os tempos". (251).

Curvelo de Mendonça, carioca, esteve ligado ao grupo de intelectuais "anarquizantes" do Rio de Janeiro, os quais, além dos escritos, tomaram a iniciativa de criação da Universidade Popular do Ensino Livre em 1904 (cf. cap. 6, p. 100). Elísio de Carvalho enumera os seguintes nomes, incluindo-se ele próprio e Curvelo: Erico Coelho, Felisbello Freire, Joaquim Murtinho (sic), José - Veríssimo, Rocha Pombo, Rodolpho Bernardelli, Morales de los / Rios, Deódato Maia, Carvalho e Bhering, Evaristo de Moraes, Fábio Luz, Pedro do Coutto, Silva Marques, Araújo Viana, etc (252) Na verdade, a formação intelectual desses homens era bem eclética, incluindo-se leituras de Comte, Spencer, Darwin, Zola, - Carlyle, Ruskin, Gorki, Kropotkin, Tolstoi, Proudhon, Stirner, Nietzsche, Mirbeau, Bakunin, Reclus, etc. (253) Disso resultava um evolucionismo positivo e determinista, um individualismo/ que se desdobrava desde uma visão materialista até um certo espiritualismo místico.

De qualquer modo, a presença de autores anarquistas teve sua influência, mesmo que difusa, como na obra de Lima Barreto ou Martins Fontes. Entre os clássicos do anarquismo, parece que / Kropotkin, em especial A Conquista do Pão, foi um dos autores / mais lidos. (254). É evidente que as contradições surgissem a partir de tão eclética formação; e a partir, também, da posição desses intelectuais dissidentes no interior da pequena burguesia do Rio de Janeiro e sua inserção no contexto da luta de / classes. Sabemos, por exemplo, que Curvelo de Mendonça foi grande amigo e admirador do industrial baiano Luís Tarquínio, (255), pioneiro na instalação de uma vila operária na Imperial - Fábrica da Boa Viagem, em Salvador (cf. cap. 3, p. 48): parece que tal afinidade pode, em parte, explicar a idealização de Curvelo em torno da vila operária, no romance Regeneração, tomando-a como sinônimo das comunidades agrícolas tolstoianas, mito muito distante, por certo, das condições reais de exploração e controle social impostas nesses redutos pelo capital (cf. cap. 9). Na verdade, em que pese a ideologia reformadora e paternalista dos Street, dos Tarquínio, dos Pereira Ignácio, a vila operária não corresponde nem de longe ao mito comunitário anarquista da cidade da obreira.

O ecletismo e erudição estiveram também presentes nas obras de

Elísio Carvalho, Pedro do Coutto e Rocha Pombo, entre outros. O primeiro deles, como crítico literário, foi ardoroso defensor / do Naturismo como corrente estética, que ele diferencia do "falso e artificial". Naturalismo, apesar de inspirar-se igualmente na matriz francesa representada por Zola e Germinal (256). Seu trajeto literário posterior o aproximaria de Ronald de Carvalho e, portanto, da tendência nacionalista conservadora do Modernismo: sua obra de 1919, sobre a indústria siderúrgica nacional, já revelava essa vocação (257). Na verdade, antes disso, sua carreira profissional o afastara definitivamente dos arroubos libertários juvenis para comprometê-lo diretamente com o aparelho policial de Estado. É na qualidade de Diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística e Diretor da Escola de Polícia do Rio de Janeiro, em 1912, que publica, à guisa de "vocabulário / organizado" para os seus pupilos, o manual: Gíria dos Gatunos Cariocas (258). Nada como unir o emprego útil ao agradável passatempo de pesquisa e de recuperação das "raízes populares". Talvez tenha sido para essa prática autoritária de "ida ao popular" que serviu o seu passado "libertário": de qualquer modo, ficamos sabendo, nesse manual, que trabalho é "ação de roubar ou furtar" e que estado - maior é igual a "xadrez", não por acaso, certamente (259).

Pedro do Coutto, em Caras e Caretas (260) desenvolve a sátira caricatural de figuras conhecidas da política dominante nacional. Essa tradição de sátira política esteve presente numa certa corrente da imprensa "alternativa" da época, como nas revistas Carretas, D. Quixote, O Parafuso, A Rolha, O Garoto, etc. Na verdade, a tradição satírica possui raízes que extravasam, certamente, o discurso anarquista: mas, nessa época, algumas intersecções parecem ter ocorrido. Sem falar na linha humorística e de sarcasmo demolidor adotada pela imprensa libertária, principalmente anti-clerical (cf. A Lanterna), a sátira esteve presente, por exemplo, nas páginas de O Pirralho que combinava crítica social e literária. Ali, encontraremos as caricaturas de Voltolino e o estilo macarrônico, baseado no registro da fala misturada dos bairros de forte concentração de imigrantes italianos (Brás, Barra Funda, Bexiga, etc). Nas páginas de O Pirralho, Marcondes Machado (futuro Juô Bananêre) e Oswald de Andrade, em 1911, escreviam "As cartas d'abax'o Piques" (Abaixo Piques -

era o nome popular do bairro da Bela Vista). Posteriormente, Juão Bananêre, o barbeiro do Bexiga, se afirmaria na sua sátira e linguagem própria, que rompia na prática com os esmeros / do parnasianismo, em La Divina Increnca (cf. as paródias a Gonçalves Dias e Olavo Bilac, verdadeiras precursoras da crítica-modernista) e, juntamente com Antonio Paes, em Galabáro (onde predomina a caricatura política satírica) (261).

Não estamos falando diretamente, aqui, da literatura anarquista ou "operária". No caso da escrita macarrônica e da sátira política, trata-se da mediação de um punhado de escritores de classe média paulistana que, de certa forma, rompiam com os cânones literários bacharelescos. Para se entender o caráter e os limites dessa ruptura, deve-se chegar até a existência de uma massa compacta de imigrantes assalariados, cuja presença, por si só, redefiniria aspectos da vida sócio-cultural na cidade de São Paulo. Vera Chalmers estudou em detalhe as ambiguidades da boemia paulistana, ao mesmo tempo dependente do mundo oligárquico e relativamente marginal do sistema cultural dominante. (262) É nesse caldo de cultura híbrido e instável que se formaram alguns grupos de intelectuais cuja atuação posterior / no Modernismo seria decisiva. Oswald de Andrade foi um deles, chegando a confessar que o "impressionaram" bastante as atividades e repentinas aparições do movimento operário e da imprensa anarquista, na simbólica figura de Oreste Ristori (263). O poeta e estudante de direito Ricardo Gonçalves foi outro exemplo / de quem manteve alguns contatos mais próximos com o movimento anarquista, naquela fase. Na imprensa operária eram comuns referências a seu comparecimento e participação (com discursos ou poemas) em comícios, festas de propaganda, etc. Ricardo Gonçalves esteve ligado a um grupo da boemia paulistana (Minarete) onde participavam Martins Fontes, Monteiro Lobato, etc. Seu comprometimento mais ativo com o anarquismo (do que, por exemplo, as simpatias difusas e meramente intelectuais de um Oswald de Andrade). combinou-se com uma produção poética bem parnasiana, como nos sonetos fiéis ao modelo, em Ipês (264). É bom que se diga que isto não tem nada de paradoxal: a dupla face de Gonçalves é um bom exemplo da própria unidade contraditória do / discurso anarquista, apesar de não podermos considerá-lo um mi- litante típico, mas apenas um simpatizante intelectual.

Num dos seus poemas libertários, Ricardo Gonçalves retoma a imagem da explosão vulcânica de uma voz coletiva até então soterrada:

"REBELIÃO

[...] Como um vago murmúrio,
Mansa a princípio, ela ecoa,
Depois é um grito bravo
Que pela noite reboa,
Que para a noite se eleva
Num pavoroso transporte,
Como um soluço de treva,
Como um frêmito de morte.

[...] Ah! nesse grito funesto,
Nesse rugido, palpita
Um rancoroso protesto.
É o povo, a plebe maldita
Que, sombria, ameaçadora,
Nas vascas do sofrimento,
Mistura aos uivos do vento
A grande voz vingadora.

[...] E quando começa a luta,
Quando explodir a tormenta,
A sociedade corrupta,
Execrável e violenta,
Iníqua, vil, criminosa,
Hã de cair aos pedaços
Hã de voar em estilhaços
Numa ruína espantosa". [265]

Outro exemplo claro desse parnasianismo libertário está na obra de Martins Fontes. Formado no ambiente socialista do pai, em Santos, desde logo, Fontes manteve contatos com o socialismo de Eça de Queiroz e Antero de Quental. Posteriormente, esse filão/foi ampliado com a leitura de clássicos anarquistas, Bakunin e Kropotkin, entre outros. Foi um dos poetas parnasianos mais po

pulares, tendo uma vasta obra superior a 30 volumes. Na série de conferências e textos publicados em Fantástica (1936) ressaltam "Kropotkin" e "Para um filme fantástico", este último/ uma espécie de roteiro sumário para uma superprodução com o título: O Maior Homem da Humanidade- A História da Vida de Pedro Kropotkin (Epopéia em tres Atos) (266) Nos exclamativos / versos do poema - título de Vulcão (1926), reaparece a imagem flamejante, só que despida de seu véu social, para se fundir com a alma lírica do poeta:

"A Terra escalda! O ar fulge!

/Abre-se o ferredouro

Do Inferno! Que esplendor! Que espetáculo de ouro!

Sou eu! em erupção! O incêndio reproduz

Meu coração-vulcão, que se desfaz em luz!" (267)

Outro escritor paulista da literatura social a destacar é o editadíssimo Afonso Schmidt, poeta e romancista, com dezenas/ de romances populares e crônicas da vida popular urbana de São Paulo. Já próximo de 1920, seus poemas começaram a aparecer em páginas dos jornais da imprensa operária. É o caso, por exemplo, do soneto "Semeadores", dedicado à solidariedade dos estudantes por ocasião do empastelamento de A Plebe (268). Em 1920, é anunciada a publicação de um folheto de Schmidt, já sob a orientação do grupo Clarté e grupo Comunista Zumbi, intitulado: "Palavras de um comunista brasileiro à Liga Nacionalista Mocidade das Escolas" (269). Com efeito, Afonso / Schmidt vinculou-se, nessa época, a esse grupo, inspirado no Clarté francês, de Henri Barbusse; era uma proposta que se / inscrevia ideologicamente nas correntes que, em 1922, dariam origem ao PCB; Schmidt, tido como um dos participantes da Semana de 22, negou publicamente, anos depois, suas ligações/ com o nascimento do Modernismo (270). Em que pese uma certa aproximação com o realismo socialista, esse autor, que manteve volumosa produção até os anos 50, não deixou de ser considerado pela crítica literária anarquista. Na antologia organizada por Edgard Leuenroth figuram, entre outros, seus poemas: "Os Pequenos Varredores"; "Jardins Fechados"; "Vida Simples". (... 271). A sua primeira fase é poética, somente mais tarde iria

aderir aos romances populares. No poema "Jardins Fechados", o tema da apropriação dos espaços públicos pela plebe reaparece:

*"Outrora estes jardins - eram fechados
Por venerandas grades de arabescos;
Defesa inútil contra os namorados
Madrigalescos...*

*Os logradouros eram cidadelas
E fortalezas de uma idade morta;
Havia guardiães e sentinelas
Em cada porta*

*- "O povo, com seus hábitos libertos
Não respeita os lugares mais sagrados",
Pensava-se - E os jardins, agora abertos,
Eram fechados".*

Quando se fala do esmero formal da produção literária anarquista no Brasil, deve-se lembrar o nome do exemplar sonetista parnasiano José Oiticica, mineiro radicado no Rio, com vastíssima obra poética, além de contista, dramaturgo, linguista e estudioso de fonologia e filologia. Chegou a iniciar a publicação de um Novo Dicionário Popular da Língua Portuguesa, Prosódico e Ortográfico, interrompido com sua morte, em 1954, e doado como importante subsídio a Aurélio Buarque de Holanda (272). Vamos contrastar, aqui, dois poemas de sua autoria, indicadores da amplitude e das tensões temáticas e de linguagem na literatura anarquista. No primeiro deles, do início do século (sua primeira obra, Sonetos, é de 1911), encontraremos o purista / formal e parnasiano, anti-modernista convicto, apegado ao padrão discursivo mais convencional; no segundo exemplo, já após 1930, temos a sátira política bem a gosto do labêu anarquista, apesar de ainda prisioneira da forma de soneto (aqui, Oiticica utiliza o pseudônimo de "João Vermelho"):

1)

"MEU PENSAMENTO

*Meu pensamento é nobre e aristocrata...
Sonha palácios, torres, melisandres;
Ama o plinto, um minueto, uma balata.
É D. Quixote e aplaude os feitos grandes.*

Preza a arte extrema, onde algo se delata
Do Homem, do Fim, do Amor, de Orion, dos Andes.
Detesta o plebeísmo, a bambochata
De cubismos, foxtrotes e jazbandes.

Quer ver a idéia sã na forma pura,
A linha, o tom, o acorde, o estilo, a rima,
Onde a emoção, zainfe irial, fulgura

E, como intenta erguer-se a uma Obra-Prima,
Desdenha as fantochadas da Impostura,
E sobe, sobe sempre, ao mais acima".

2) "VIVA O CHEFE DO TRABALHO"

Pessoal, dê uma 'viva' ao chefe do Trabalho!
Collor merece manifestação:
deu-vos brida, selim, chinchá e vergallo
e uma alfafa legal a prestação.

Viva 'iô-iô' Lindolfo e seu esgalho:
o Evaristo, o Agripino e o Pimentão!
Eles vos levam, águias, para o talho,
bem amarrados à legislação.

Gritai, ovacionai, enchei de vento
a impáfia do Lindolfo safardana
ex-benardista que vos perseguiu!

Gritai, com vosso grito uno e violento,
mandando a claque vil que vos engana
à grandíssima pata que os pariu!" (273)

Essa contradição entre os cimos dos montes do Parnaso, onde tremula a Idéia, a Palavra que guarda as portas do palácio da anarquia (274) e, por outro lado, a voz subterrânea das massas, o rumor incontrollável da energia represada no centro da Terra, pode muito bem ser sintetizada pela imagem do vulcão: pois este é uma montanha especial / que, tendo a veleidade de chegar às neves eternas da pureza da forma, é, ao mesmo tempo, canal para as turbulentas impurezas lá de baixo; o discurso anarquista pretendeu, sempre, ser a cratera mais alta que expelisse a fome e a fúria mais profunda; uma erupção vulcânica que atingisse as nuvens e derretesse as neves, repondo as

coisas e os homens em novo equilíbrio.

Em No Hospício de Rocha Pombo (1905) é o lado metafísico - o delírio lúcido e simbólico da loucura - que é privilegiado. Não é à toa que Wilson Martins reafirma ser esse um exemplo acabado (e quase único, no Brasil) de simbolismo no romance (275). Seria interessante comparar a diferença enorme de tratamento estilístico que o tema da loucura recebe no anarquismo individualista e mental de Rocha Pombo ou na sátira (muito mais popular e social, em certo sentido) de Machado de Assis em O Alienista e no capítulo sobre o delírio, em Memórias Póstumas de Braz Cubas. Rocha Pombo, ligado ao grupo de intelectuais "anarquistas" do Rio, confirmaria suas simpatias difusas pelos libertários nas suas crônicas jornalísticas reunidas em Contos e Pontos (1911): ali, misturam-se artigos contra a "tirania russa" (czarismo) e favoráveis ao "povo russo", a propósito da Revolução de 1905; um artigo contrário à lei de expulsão de estrangeiros; e um texto endereçado "A um operário", onde reaparece um pedagogismo autoritário em torno da velha tecla da "falta de consciência das massas" (276). Porém, sua adesão ao anarquismo foi inferior, certamente, à de um Fábio Luz. Não nos esqueçamos de que Rocha Pombo, como historiador didático, enveredou pelos rumos mais tradicionalistas, factuais e personalistas de nossa historiografia, a julgar pelos vários manuais por ele postos à luz. (277).

Em No Hospício, o mito da comunidade igualitária aparece na Villa, uma das inúmeras visões delirantes do internado Fileto (278). Em seu manuscrito "Legendas", Fileto retrata uma viagem cósmica sobre a Terra, no sentido Oriente para Ocidente, única via de acesso à explosão libertária:

"Olhei para baixo e com algum esforço distingo o Himalaia. Eu tinha deslocado com o meu pê o pico do Everest e este tinha ido parar quase em cima das Filipinas"

(...) "Fizemos em seguida uma infinidade de voltas em torno do globo, e o anjo me disse que me dera essa massada para me fazer uma sensação deliciosa - a sensação de um dia eterno, pois nós acompanhamos o sol" (279)

Apesar de tão no alto, a sensação do personagem - narrador, que descobrira Fileto e se internara voluntariamente, ao sair do Hospício/é "a de quem sai de um subterrâneo". Por que esta inversão? É que

o próprio mundo esta invertido. O personagem - narrador comenta sobre o ambiente exterior:

"Também a terra estava tão triste! Ia tudo tão mudado! Os homens cada vez mais falsos, mais pequeninos e sempre tão banais!"

E escrevia para Fileto:

"... o nosso mundo, o único mundo das almas é mesmo esse que aã tivemos". [280]

A cena final, num cemitério, reintroduz o tema da morte, fazendo um paralelismo com o último manuscrito de Fileto, intitulado "O Apocalypse". (281). O simbolismo de Rocha Pombo, aqui, chega às raias da vertente mais afastada do social na literatura brasileira, / por seu cunho intimista e metafísico (282).

O higienista carioca Fábio Luz, certamente, teve outro grau de filiação na corrente libertária da literatura no Brasil. Seu nome ficou conhecido nos meios anarco-sindicalistas em função do trabalho de conferencista social. Algumas de suas conferências chegaram a ser editadas como panfletos pelas gráficas dos jornais ou sindicatos operários: como exemplo, citemos A luta contra a tuberculose / do ponto de vista social (Rio, 1913); A Internacional Negra; Nós e os Outros... (conferência lida no festival d'A Plebe, agosto de 1922, editada pela Biblioteca Social "A Inovadora", de Rodolpho / Felipe). Entre sua numerosa obra literária, encontramos amostras de variadas tendências: o romance doutrinário e militante, como em Ideólogo (1903) e Os Emancipados; a vertente regionalista sertaneja, como em Elias Barrão e Xica Maria (1915); e o filão claramente parnasiano no estilo e neo-romântico na temática, como nas novelas Virgem-Mãe; Sérgio; Chloé (1910) ou Holofernes (1938). Parece que Fábio Luz acabou preferindo as novelas mais curtas como gênero, depois de sua estréia em 1902 (Novelas), caminho talvez menos pesado do que a trilha experimentada nos seus dois romances maiores e / mais marcadamente ideológicos (1903 e 1906). Em Nunca!..., novela editada em conjunto com outras, em 1924, o Autor opta pela descrição dos tipos populares dos comboios suburbanos da E.F. Central do Brasil - "verdadeiro kaleidoscôpio" - segundo afirma (283). No prefácio, fala sobre as possibilidades do Esperanto, tema caro à literatura anarquista, consciente da contradição entre o internacionalismo proletário e as línguas nacionais.

Mas será, além de conferencista e novelista, como ensaísta e crítico literário, que Fáblio Luz completará sua obra. Em Ensaio (1930) analisa as relações entre a literatura e o meio (284). Em Dioramas (1934), fala da obra de Rocha Pombo, faz a necessária apologia do pensamento de Kropotkin e recebe com bons olhos o romance proletário de Lauro Palhano (O Gororoba) (285). Já em A Paisagem (no conto, na novela e no romance) (1922) tece interessantes considerações sobre a relação homem-natureza do ponto de vista de sua expressão literária:

"As onomatopéias, as frases sincopadas e exclamativas suprem a impossibilidade da exata representação fônica de tais maravilhas [da natureza]"

"Nem de outra linguagem se serviam os rapsodas, os trovadores da idade média e os mágicos, Blondel ou Merlin; era a linguagem das profecias, dos salmos, dos livros e poemas sagrados - Vêdas, Puranas, Mahabharata, Saikuntala, etc."

"É ela a língua que fala a mocidade para exprimir suas fantasias, seus devaneios imprecisos, sombras de desejos, indefinidas aspirações; [...] é que sob os gelos polares também fervem vulcões". [286]

Neste livro, porém, o mais significativo é a reprodução do texto / de uma Primeira Lição do Curso Elementar de Literatura, Iniciado / no Centro Cosmopolita, em 14 de Novembro de 1913: a palestra proferida por Fáblio Luz, primeira de uma série proposta, destina-se a um curso promovido pelos anarco-sindicalistas do Rio e realizado / na sede do Centro Cosmopolita (dos empregados em hotéis e restaurantes) destinado, portanto, a trabalhadores. O professor faz uma síntese da origem do homem e da escrita, do problema da diversidade linguística, enveredando pelas literaturas da Antiguidade e fixando-se na mais antiga delas ("e, entretanto, talvez a mais elevada moralmente"): a literatura hindu. Retoma o mito da criação do mundo e do dilúvio universal (Leis de Manú). Ao referir-se à lenda das Rãs (por Vasichta) retoma o mito universal dos sons da natureza, como a forma mais primitiva e perfeita da linguagem:

"Quando as chuvas bemfazejas refrescam a terra, ouve-se o coar das rãs, semelhante ao mugir das vacas. Quando chega o outono, as rãs correm umas para as outras, para mitigar a sede: são felizes na estação nova, por isso se visitam. Sal -

tando, brilhante de gottas de água, a rã amarella vae visitar a rã verde. Uma responde à outra formando um concerto ensurdecedor, pois que no meio dos pantanos falam ao mesmo tempo. Muge uma como as vaccas, outra grita como as cabras; umas são verdes, outras são amarellas, de tamanhos differentes, são entretanto, rãs todas ellas.

Os sacerdotes, quando vem a noute, derramam o soma e ao redor do vaso que o contem, cantam hymnos, como as rãs coaxam ao redor do lago". [287].

No início dessa palestra, Fábio Luz expõe a sua concepção das funções do estudo da literatura. Compara -o ao estudo da história geral. Esse discurso é dirigido claramente para ouvintes compostos / de operários militantes. Aí se justifica a ida da literatura aos cimos do espírito, enquanto a história ainda tinha a necessidade / de relatar as vilanias, as baixezas, as guerras; uma história marcada pela miséria e sangue da humanidade no solo da Terra. A literatura, pelo contrário, deveria dar conta de uma utopia libertária / que se localiza para além desse tempo e espaço, num quadro de pura beleza e perfeição. Pensada assim, "a literatura não é um passatempo inútil, mas representa a melhor base para o estudo real das civilizações e dos progressos, retrocessos, quedas e vãos do espírito humano", colocando-nos "em consoladora comunicação com os grandes pensadores e com os reais progressos do espírito na evolução / contínua(...)". Nesse sentido, a literatura recuperaria o outro lado da história, a "desses espíritos que honram o gênero humano e o gênio das raças, para nosso eterno gáudio e para nossa glória , que se todos revoltados e revolucionários". (288). No momento em que esse discurso pretende ser didático, propondo-se como aula de um / curso para operários, surge a questão: haveria ouvintes na classe / operária carioca - afora um núcleo reduzidíssimo de militantes cultos - para tamanha erudição? Em outras palavras: como fazer a ponte entre o manancial da "literatura" e o curso da "história"? Como viajar aos céus sem perder os pés na Terra? Como fazer a Idéia e Palavra incorporarem-se plenamente às lavas do vulcão?

Esse tipo de problema reaparece na própria concepção anarquista de literatura social. Na antologia organizada por Edgard Leuenroth , por exemplo, é a mera tematização que lhe serve de critério para / selecionar autores e poesias: vem daí uma inevitável "mistura", que engloba desde poetas consagrados, como Tobias Barreto, Vicente de Carvalho, Castro Alves, Cruz e Souza, Jorge de Lima e Guilherme / de Almeida, até os poetas libertários mais conhecidos e, finalmen-

te, autores quase anônimos surgidos nas colunas da imprensa operária. Esses últimos, sempre presentes nas seções literárias dos periódicos anarquistas, necessitariam um estudo à parte. Convencionais na forma, os temas que abordam, entretanto, são totalmente inéditos no horizonte literário da época, porque estão vinculados, de modo inextrincável, a eventos relevantes do próprio movimento operário. Por exemplo, a morte de Ferrer suscitou uma série enorme de poemas desse teor; o Primeiro de Maio era outro tema "poetizável"; e a repressão sobre o trabalhador, na fábrica e fora dela, aparecia também com frequência. Quando da deportação de operários, acorriam esses poetas anônimos aos cantos de páginas da imprensa operária, fazendo da literatura uma forma de denúncia e celebração/reiterada da solidariedade de classe. Em 1919, por exemplo, o jornal A Nova Era, do Rio de Janeiro, publicava um poema assinado por Adalberto Viana, "A deportação dos operários", e dirigido "aos déspotas" (289). E já em 1925, apareceu no Suplemento Semanal ilustrado de A Batalha (Lisboa), um poema de Domingos Braz, um dos operários deportados para a região do Oiapoque, no Amapá. É de lá do seu desterro nas selvas que ele escreve estes versos, que valem muito mais por sua contextualização num momento dramático do movimento operário:

"NO SILÊNCIO DAS SELVAS ...
DO EXÍLIO

(sob a ameaça da morte, vendo os companheiros sucumbir, Domingos Braz dá este exemplo de firmeza libertária, que oferecemos aos que recuaram por pusilanimidade ou malabarismos políticos)

*Na negra solidão deste degredo infindo,
Neste recanto agreste onde a malária impera
Numa angústia ferina e atroz que desespera,
A vida a pouco e pouco se vai, além, sumindo.*

*Em meio da mata brava a Razão prolifera,
Medra, se concretiza e, alegre, vai florindo.
O vergel do futuro, esperançoso e lindo
C'os frutos da Verdade acena a quem espera.*

(...)

Oiapoque, 1925" (290)

Octávio Brandão, em *Vêda do Mundo Novo* (1920) combina exemplarmente as profecias de um espírito superior com os elementos materiais concretos resgatados na superfície do planeta e numa "hospedaria - de 3ª classe", onde o Autor reencontra o *Irmão Ideal* (291). Também inspirado nos aforismos da literatura oriental, Brandão incorpora/frases de Nietzsche, revela-se um defensor da Vanguarda - necessária em função do estado crônico de imbecilidade das massas - , ape-la às forças primitivas da Natureza, fazendo apologia da expansão / dionisiaca e apresenta-se como machista inveterado ao tratar do tema da emancipação feminina. Descobre que seu sobrenome está liga-do ao sentido de fogo, incêndio (brand) e propõe um *Canto do Futuro*, cujo movimento e sentido estão incorporados, de modo indissolú-vel, à sucessão quase infinita de objetos, paisagens, seres e espa-ços:

"... Encostas, escarpas, caminhos, espaços, grimpas, cavernas, lombadas, cordilheiras...

Chispas, barcas, veleiros, cúpulas, sinos, cidades, igrejas, ruas, nessesacas, clarabóias, oficinas, portais, empórios, mari-nheiros, linhas, paralelas, pontes, cais, diques, ganchos, / guindastes, alvarengas, manufaturas, vigamentos, tamboeiras, caruaras, dīnamos, garroelras, turbilhões, marretas, pneumāti-cos... selvas, sōis, mundos, dores, vagas, ventos... os espa-ços livres, amplíssimos, em que o pensamento galopa sem freio, ò espaços desenfreados!

Eis o meu Canto - meu delírio, meu desvairamento". (292)

Fica como provocação para os historiadores literários, o convite a uma pesquisa mais pormenorizada sobre várias analogias sugestivas/entre *Vêda do Mundo Novo* (1920) e o *Prefácio Interessantíssimo* de Mário de Andrade (1921), em que pese o estilo muito mais elaborado e a preocupação menos doutrinária e mais livremente lírica do au-tor de *Paulicea Desvairada*. De qualquer modo, salta aos olhos, co-mo no texto de Brandão, a forma entrecortada de apresentação, a / proposta do *Desvairismo* como nova tendência estética; e, no seu desdobramento, se no texto de Brandão temos o entendimento do Caos, do Desequilíbrio e da Desordem como bases necessárias dos seus o-ostos, em Mário de Andrade reafirma-se:

"Existe uma ordem inda mais alta, na fúria desencadeada dos elementos".

"A turba é confusão aparente. Quem souber afastar-se idealmente dela, verá o imponente desenvolver-se dessa alma coletiva, falando a retórica exata das reivindicações".

E, finalmente, citando G. Fock:

"Toda canção de liberdade vem do cárcere". [293]

Para a literatura libertária era necessário, afinal, percorrer todo o percurso de volta ao lixo cultural mais profundo, única maneira de resgatar a voz dos deterrados. Para que a erupção vulcânica não fosse apenas uma mera imagem romântica ou uma figura de cartão postal. Era preciso fazer das cinzas e cacos a matéria-prima de uma nova ordem: recapturar a fúria primitiva dos elementos, atravessar o vulcão restaurando os elos entre a fábrica subterrânea de lavas e sua dispersão revolucionária pelo universo.

G. Pellegrini di Daniele, num dos melhores exemplos da literatura/anarquista panfletária e satírica, editou, em São Paulo, no ano de 1905, em italiano, os seus corrosivos Sonetti inodori, intitulados: Ne L'Impero delle Merde... Ali, o autor restitui sua crítica social no interior da verdade biológica mais primordial:

"Con la merda non si scherza.
Chi non caca, muore". [294]

É a partir dessa experiência, condição da própria vida, anterior e fundante do sentido da palavra merda, que Daniele propõe o grande ato de evacuação coletiva sobre os princípios de ordem e autoridade prevaletentes. E anuncia como próximo lançamento: Ne la Repubblica de le Merde... Está retomada, aqui, a relação dialética entre "la cara y el culo", de que nos fala Octavio Paz.

Cornélio Pires foi outro membro da boemia paulistana pré-modernista, conhecido por seus estudos regionalistas sobre o dialeto caipira, citado algumas vezes na imprensa operária e presente na antologia de Edgard Leuenroth, com o poema sertanista "O Pobre e o Rico (Canção do Jeca)" (295). Apesar de suas bastante fluidas relações com a literatura libertária (o ponto de intersecção dá-se mais em torno da sua postura de folclorista e de pesquisas sobre o "popular"), ele foi muito feliz na criação do "poemeto" O Monturo, editado em folheto, por volta de 1911, em São Paulo. O raríssimo exemplar que pesquisei fazia parte da coleção de Leuenroth, o que por si só é algo sintomático. A edição é ilustrada por Oswaldo Pi-

nheiro, com uma caricatura de Voltolino. Apesar do estilo convencional, que não nega raízes parnasianas, a proposta temática é inovadora, assim como as imagens sugeridas nas ilustrações.

Trata-se da sucessiva fala de objetos perdidos num monturo:

"E eis o que vi e ouvi desse despojo que em tempos figurou na sociedade.

- O que ele disse, ao mundo causa nojo, porque disse a verdade".

Sucedem-se as confissões proibidas de uma botina velha de aristocrata, um chinelo podre de operário, uma ponta de charuto de um capitalista, um esburacado pé de meia, um pedaço de espelho de madames, um chapéu sem abas, que afirma:

"Mistério! ... É só mistério o crânio humano!

Quantas idéias entre si contrárias,

ali pululam no lutar insano,

por mais contraditórias e mais várias".

E seguem-se uma velha cinta de couro cru de um caipira, um travesseiro podre, de palha, de um bordel, que atesta:

*"- Ninguém sabe avaliar
as mágoas da prostituta!"*

E, depois, uma luva que foi branca, a pena de um juiz, outra pena/ (de político), um tinteito desbeijado, uma pena enferrujadíssima - (de poeta) e, finalmente, o velho cão (pensionista do Monturo, com o olhar vago de filósofo), que assinala toda a dialética do lixo:

*"E quando o sol te alumia
e te queimando te oprime,
evaporas todo o dia,
e vais ser nuvem sublime,
bela e alvadia!*

*Da Terra vais pelas veias,
ou pairas lá pela altura,
de Vida o mundo recheias,
e em Chuva e em água tão pura,
desencadeias!*

E voltam teus elementos,
unidos, transfigurados,
ainda hã poucos momentos
repelidos, refeitados
como nojentos!

Não! Ele não se consome!
E assim, se transfigurando,
vai e vem, muda de nome,
sublime e bom, saciando
a nossa fome!" (296)

A arte do poeta resgata dos elementos perdidos e cladestinos do /
monturo, a possibilidade mesma da vida. Ali se escondem todos os
seus principais segredos. A arte do poeta, neste caso, reestabele-
ce os elos de identidade com o caráter do trabalho coletivo, /
transformador da natureza. O ofício daquele que, com sua palavra,
revolve os entulhos e descobre a sociedade é o mesmo daquele outro que,
com sua vassoura, limpa a cidade e aglomera o lixo em algum ve-
lho depósito de arrabalde.

Na capa dessa edição, aparece, em amarelo e preto, a impressionan-
te figura de um varredor de rua. Era quem faltava.

F I M

NOTAS DA PARTE II

Capítulo 6:

- (01)- Cf. Thompson, E. P. - La Formación Histórica de la Clase Obrera. Barcelona, Laia, 1977, vol. 1, p. 7.
- (02)- Cf. Trotski, L. - Literatura e Revolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, p. 161.
- (03)- Trotski, L., op. cit., p. 162.
- (04)- Idem, p. 168.
- (05)- Idem, p. 169.
- (06)- Idem, p. 174.
- (07)- Cf. Williams, R. - Cultura e Sociedade, 1780-1950. S. Paulo, Nacional, 1969, item "Conclusão". Sobre a construção do conceito 'de cultura no pensamento marxista, vide: Williams, R. - Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 17-26.
- (08)- Cf. Fausto, B. - Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). S. Paulo, DIFEL, 1976, pp. 196-197.
- (09)- Cf. Dommanget, M. - História del Primero de Mayo. Barcelona, Laia, 1976, pp. 73-86.
- (10)- Cf. O Amigo do Povo, 1904: nº 52, p. 1; nº 53, pp. 1-2.
- (11)- Cf. Costa, E. Viotti da - Da Monarquia à República: momentos decisivos. S. Paulo, Grijalbo, 1977, p. 307.
- (12)- Sobre a prática cultural anarquista no Brasil, vide a obra de Rodrigues, Edgar - Nacionalismo & Cultura Social, 1913-1922. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972, passim. Vide também Fausto, B., op. cit., item "A subcultura", pp. 80-91.
- (13)- Cf. Dias, Everardo - História das Lutas Sociais no Brasil. S. Paulo, Edaglit, 1962, pp. 220-221.
- (14)- Cf. Penteado, Jacob - Belenzinho, 1910 (retrato de uma época). S. Paulo, Martins, 1962, pp. 35 e 162-170.
- (15)- Cf. Rodrigues, E., 1972, op. cit., pp. 446-447. Dado o caráter inevitavelmente incompleto desse tipo de levantamento, o número de grupos teatrais operários deve ter sido na realidade superior a esta cifra.
- (16)- Idem, pp. 77-81.
- (17)- Sobre a imprensa operária no século XIX, vide Leonardi, V.: Origines historiques du syndicalisme brésilien (1858-1908). Paris, 1973, tese de mestrado, mimeo. Além dos levantamentos da imprensa operária feitos nas obras de Edgar Rodrigues, op. cit. (1969; 1972), cf. a recente pesquisa de Ferreira, M. Nazareth: A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920), Petrópolis, Vozes, 1978, que se baseia no material do Arquivo Edgard Leuenroth, tratando com destaque a longa trajetória do jornal sindical O Trabalhador Gráfico. Para um levantamento completo do material existente no Instituto Internacional de História Social (Holanda), vide: Gordon, E., Hall, M. e Spalding Jr., H.A.: "A Survey of Brazilian"

and Argentine Materials at the Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis in Amsterdam" in Latin American Research Review, vol. VIII, nº 3, fall 1973: pp. 27-77. Uma análise monográfica do jornal O Amigo do Povo e da revista Aurora encontra-se no artigo de F. Foot Hardman: "Classes Subalternas e Cultura (São Paulo, 1889-1922)" in Ordem/Desordem, Belo Horizonte, Fac. Comunicação da Univ. Católica, nº 7, 1977: pp. 36-58.

- (18)- Cf. A Plebe: S. Paulo, 25/9/1919, apud Rodrigues, E., 1972, op. cit., p. 270.
- (19)- Sobre estas ligas, vide Carone, E. - A República Velha (Instituições e Classes Sociais). S. Paulo, DIFEL, 1970, pp. 162-168.
- (20)- Cf. A Terra Livre, 5/12/1907, apud Fausto, B., op. cit., p. 88.
- (21)- Cf. Fausto, B., op. cit., pp. 86-91.
- (22)- Cf. Froumov, S. - La Commune de Paris et la Démocratisation de l'École. Moscou, Éditions du Progrès, s/d, p. 46.
- (23)- Cf. Froumov, S., op. cit., pp. 41-43.
- (24)- Cf. O Amigo do Povo, março/1904, nº 48.
- (25)- Cf. Rodrigues, E., 1972, op. cit., pp. 447-448.
- (26)- Cf. O Amigo do Povo, 26/11/1904, nº-63, p. 4.
- (27)- Cf., Dias, E., op. cit., p. 43.
- (28)- Cf. Bandeira, M.; Melo, C.; e Andrade, A.T. - O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 12.
- (29)- Cf. Penteado, J., op. cit.: pp. 171-195, 215-225, 245-250, 256 - 259 e 288-290.

Capítulo 7:

- (30)- Rodrigues, Edgar, Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675-1913). Rio de Janeiro, Laemmert, 1969, pp. 35-36.
- (31)- Rodrigues, Edgar, op. cit., p. 38.
- (32)- Folha da Noite, SP, 18/11/1931, cit. in Rodrigues, Edgar, op. cit. pp. 38-39.
- (33)- Sobre a Colônia Cecília ver: Rodrigues, Edgar, op. cit., pp. 39-48; Schmidt, Afonso, Colônia Cecília uma aventura anarquista na América. S. Paulo, Anchieta, 2ª ed. 1942 (romance social); Souza, Newton Stadler de, O Anarquismo da Colônia Cecília. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973 (ensaio histórico).
- (34)- Rossi, Giovanni, in "Quaderni della Libertà", cit. Rodrigues, Edgar, op. cit., pp. 39-40.
- (35)- Woodcock, George, O Anarquismo, Lisboa, Meridiano, 1971, p.7. Esta obra faz um apanhado geral e sintético das origens históricas do anarquismo e da evolução de suas várias correntes no plano internacional.
- (36)- Woodcock, George, op. cit., p. 17. Sobre a polêmica entre marxis

tas e anarquistas (liderados por Bakunin) no seio da I Internacional (1864-1876), vide Arru, Angiolina, Clase y Partido en la I Internacional, Madrid, A. Corazón, 1974. Ainda sobre análise teórica do anarquismo e sua importante presença no movimento operário argentino vide Godio, Julio: Inmigrantes Asalariados y Lucha de Clases, 1880-1910. Buenos-Aires, Tiempo Contemporáneo, 1973. Uma boa síntese das raízes internacionais do anarquismo e das relações históricas entre anarquismo e classe operária está exposta em Fausto, Boris, Trabalho Urbano e Conflito Social(1890-1920). SP/RJ, DIFEL, 1976, pp. 62-71. Ainda sobre a doutrina e o movimento anarquista, ver: Leuenroth, E.: Anarquismo - roteiro da libertação social. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963; GUERIN, D.: Anarquismo (da doutrina à ação). RJ, Germinal, 1968.

- (37)- Woodcock, George, op. cit., pp. 330-36 e pp. 386 e ss.
- (38)- Dados os limites deste capítulo, não iremos nos estender nessa discussão. Uma boa síntese do problema é colocada por Fausto, B., op. cit., pp. 67-71. Acreditamos que a análise assumida por este autor, a respeito do tema, seja a mais adequada e, nela, nos basearemos aqui.
- (39)- Fausto, Boris, op. cit., p. 67.
- (40)- Idem, op. cit., pp. 68-9.
- (41)- É a hipótese de Leôncio Martins Rodrigues retomada por Fausto, B., op. cit., pp. 69-70, nota 40.
- (42)- Rodrigues, Edgar: Trabalho e Conflito (pesquisa histórica: 1900/1935). Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 1975 (?), p. 371.
- (43)- Fausto, B., op. cit., vide "Apêndice", pp. 251-273. É bom lembrar que, de acordo com o Recenseamento de 1920, o número total de trabalhadores industriais no Distrito Federal era de cerca de 120 mil e, na cidade de São Paulo, 115 mil.
- (44)- Rodrigues, Edgar: Nacionalismo & Cultura Social (1913-1922). Rio de Janeiro, Laemmert, 1972, pp. 446-451.
- (45)- Rodrigues, Edgar, op. cit., pp. 451-452.
- (46)- Sobre o anticlericalismo na imprensa libertária ver Fausto, B., op. cit., pp. 82-86.
- (47)- Ver Rodrigues, Edgar: Nacionalismo & Cultura Social (1913-1922), op. cit., pp. 48-66, pp. 105-113, pp. 169-177.
- (48)- Sobre a solidariedade no Brasil ver Rodrigues, Edgar, Socialismo e Sindicalismo no Brasil, op. cit., pp. 254-263. Sobre a "Semana Trágica", ver Carr, R. e Romero-Maura, J.: "Semana Trágica" in História do Século 20. S. Paulo, Abril Cultural, vol 1, pp. 281 - 284.
- (49)- Ver a respeito, Bandeira, Moniz et alia, O Ano Vermelho (A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- (50)- Silva, L. Osório, "A Luta pela Regulamentação do trabalho na Primeira República", in Cara a Cara, Ano I, nº 2, jul-dez/1978 pp. 98-106, cf. p. 104.
- (51)- Cf. Barros, A. da Rocha: Origens e Evolução da Legislação Trabalhista. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969 - pp. 48-49.

Sobre a legislação trabalhista neste período e seu significado, ver Fausto, B., op. cit., pp. 223-233; Pinheiro, P.Sérgio, "O Proletariado Industrial na Primeira República", in Fausto, B. (org), O Brasil Republicano (História Geral da Civilização Brasileira, vol.9), SP/RJ, DIFEL, 1977 - cf. pp. 162-170.

- (52)- Ver Rodrigues, Edgar, Socialismo e Sindicalismo no Brasil, op. cit., pp. 319-323.
- (53)- Não iremos nos estender na narrativa acerca do movimento operário do período. Dentre a numerosa bibliografia sobre o tema, é preciso destacar as três obras de Edgar Rodrigues, op.cit., amplamente documentadas, contendo detalhes minuciosos sobre o tema, em especial sobre a atividade dos anarquistas e anarco-sindicalistas no movimento operário brasileiro; a obra de Bóris Fausto, op.cit., sem dúvida um dos trabalhos mais completos e aprofundados em termos de análise histórica geral sobre o tema; para uma síntese do tema, consultar o artigo de Paulo Sérgio Pinheiro, op. cit., que faz um apanhado geral e bem sucinto da matéria.
- (54)- Cf. Rodrigues, E., Socialismo e Sindicalismo no Brasil, op.cit. pp.114-115.
- (55)- Cf. Rodrigues, E., op.cit., p. 118. As resoluções deste I Congresso encontram-se expostas nas pp. 115-135.
- (56)- Idem, op.cit., p. 126.
- (57)- Idem, op.cit., p. 128.
- (58)- Idem, op.cit., pp. 122-124.
- (59)- Cf. O Amigo do Povo, nº 33 e nº 34, ago/set., 1904.
- (60)- Sobre as greves dessa fase, ver Rodrigues, E., Trabalho e Conflito, op. cit., pp. 45-72.
- (61)- Cf. Neves, M.C. Baeta: "Greve dos Sapateiros de 1906, no Rio de Janeiro: notas de pesquisa", in Revista de Administração de Empresas, nº 13, 1973.
- (62)- Sobre esta greve, ver Rodrigues, E., Trabalho e Conflito, op. cit., pp. 85-106. Esta obra faz um relato minucioso de greves operárias do período 1900-1935. Ainda sobre a greve da Paulista de 1906, ver Fausto, B., op. cit., pp. 135-146.
- (63)- Cf. Rodrigues, E., op.cit., p. 88.
- (64)- Apud Rodrigues, E., op. cit., p. 93.
- (65)- Cf. A Terra Livre, RJ, 14/7/1907, apud Rodrigues, E., op.cit., p. 113.
- (66)- Rodrigues, E., op. cit., p. 125. Esta obra traz um capítulo detalhado sobre a greve geral de 1907; cf. pp. 117-129. Sobre esta greve, ver, também: Fausto, B., op. cit., pp. 146-50.
- (67)- Cf. Rodrigues, E., op. cit., pp. 137-39.
- (68)- Sobre este importante conflito, conhecido como a "greve dos 1300 quilômetros" e sobre o movimento operário nordestino dessa fase, ver: Oliveira, Manuel Pedro de (Manuel do Ó): 100 anos de Suor e Sangue. Petrópolis, Vozes, 2ª Ed., 1971.

- (69)- Sobre o Congresso Operário de 1913, ver: Rodrigues, E., Socialismo e Sindicalismo no Brasil, op. cit., pp. 323-334.
- (70)- Dias, Everardo, "História das Lutas Sociais no Brasil", apud Bandeira, M. et alia, op. cit., pp. 56-57.
- (71)- O melhor relato e análise da greve de 1917 encontra-se em Fausto, B., op. cit., pp. 192-211. Ver também Rodrigues, E., 1972, op. cit., pp. 147-159, e Bandeira, M., op. cit., pp. 56-64.
- (72)- Sobre as repercussões da greve paulista de 1917 em outros Estados do Brasil e sobre a repressão que se abateu sobre a liderança anarquista após as jornadas de julho ver Bandeira, M., et alia, op. cit., pp. 64-71.
- (73)- Não nos estenderemos mais sobre este período. A melhor análise desta conjuntura encontra-se em Fausto, B., op. cit., /3ª parte.
- (74)- Cf. Fausto, B., op. cit., pp. 211-216.
- (75)- Dias, Everardo, Memórias de um Exilado (episódios de uma deportação). S. Paulo, 1920.
- (76)- Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário. S. Paulo, Cooperativa Graphica Popular, Ano I, Agosto 1920, Nº 1.
- (77)- Boletim da C.E. do 3º COB, op. cit., p. 15.
- (78)- Idem, p. 16.
- (79)- Spartacus. Rio de Janeiro, Ano I, Nº 10, 4/10/1919, p. 1.
- (80)- Boletim da C.E. do 3º COB, op. cit., pp. 12-13.
- (81)- Idem, pp. 18-20.
- (82)- Confederação Operária Brasileira: Diário do Congresso Operário Regional. Porto Alegre, 21-25 de Março de 1920 (Atas de 8 Sessões Plenárias e Sessão de Encerramento).
- (83)- Idem, ibidem.
- (84)- Sobre o 3º COB, ver - além do Boletim da C.E., op. cit. - Rodrigues, E.: 1972, op. cit., pp. 307-320.
- (85)- Cf. Rodrigues, E., 1972, op. cit., p. 372.

Notas da Parte II (cont.)CAPITULO 3

- (86): Thompson, E.P. "Eighteenth-century English Society: class struggle without class" in Journal of Social History: 3(2), may 1978 :cf .pp. 146-150
- (87): Foster, John: Class Struggle and the Industrial Revolution. London, Methuen & Co.Ltd., 1977 :cf. caps. 5 e 7
- (88): Vicinus, Martha: The Industrial Muse. New York, Harper and Row, 1974.
- (89): Chauí, Marilena cit. in De Decca, Edgar S: Dimensões Históricas do Insucesso Político. São Paulo, tese de doutoramento/USP, mimeo, 1979, p.77, nota 5
- (90): Williams, Raymond: Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p.18
- (91): Gramsci, A : "Apuntes sobre la historia de las classes subalternas. Critérios metódicos" in Antologia. Madrid, Siglo XXI, 2ª ed., 1974: pp.491-493
- (92): Cf. Hardman, F.Foot "Os Inventores Desconhecidos" in Relatório nº 1 UNICAMP/FAPESP, mestrado, Agosto 1975,pp. 65-69-
- (93): Conniff, M. "Voluntary Associations in Rio,1880-1930: a new approach to urban social dynamics" Stanford University, mimeo, Abril/1973
- (94): Vargas, M.T. e Lima, M.A.: Teatro Operário em S.Paulo(anarquista). S.Paulo, IDART, datilo., 1977 (relatório de pesquisa),p.39 , nota 11.
- (95): Cf. Hardman, F.Foot: Relatório nº 3 UNICAMP/FAPESP, mestrado, Agosto 1976, pp 10-11.
- (96): Cf. Entrevista de Antonio Felix da Silva (presidente da L.A.O.M R.) a F.Foot Hardman : Natal, fevereiro 1979. Cf. também Silva, A.F.: "Liga Artístico-Operária Norte Riograndense- Fundada a 28 /2/1904- 75 anos de atividade". Natal, 28/2/1979, datilo. Cf. ainda Vasconcelos, João Carlos: A "Liga" e a Greve da "Central" em 1920. Natal (RN), folheto s/ed, 1953
- (97): Cf.Trotsky, L. "Os sindicatos na época da decadência imperialista" in Escritos sobre Sindicato. S.Paulo, Kairós, 1978, pp 101-109.
- (98): Além de Foster,J., op.cit. e Vicinus,M, op.cit., cf. também a interessante intervenção de Hobsbawm,E.J.: "As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da revolução industrial" in Níveis de Cultura e Grupos Sociais (colóquio da Escola Normal Superior de Paris/7-9 maio 1966). Lisboa/Santos, Cosmos/Martins Fontes, 1974, pp 239-263.
- (99): Buonfino, G.: La política culturale operaria. Milano, Feltrinelli, 1975.
- (100): Cf. Dommanget, M., "Présentation" in Lafargue, Paul: Le Droit a la paresse. Paris, F. Maspero, 1977. Retomo e comento essas considerações em Hardman, F.Foot.: "Trabalho e Lazer no Movimento Operário"(prefácio) in Lafargue,P.: O Direito à Preguiça.S.Pau-

lo, Kairós, 1980.

- (101): Cf. Kuczynski, J.- Evolución de la classe obrera. Madrid, Guadarrama, 1967, pp.161-184
- (102) Cf. Boggs, James- La Revolución Americana Barcelona, Nova Terra , 1968, pp. 13-30
- (103): Thompson, E.F., op. cit., p. 147
- (104): Campo, H, del: Los Anarquistas . Buenos Aires, Centro Editor & de América Latina, 1971, p. 85
- (105): Gori, P.: "Ideale" in Canti d'Esilio. Spezia, "La Sociale", 1912 (Opere, vol. XII), p. 142
- (106): Gori, P.: Opere. Spezia, "La Sociale", 1912. (vols. IX, X, XI e XII).
- (107): Gori, P.: "Il Congresso Internazionale Operaio e Socialista di Londra (1 Agosto 1896)" in Pagine di Vagabondaggio. Spezia, "La Sociale", 1912 (Opere, vol. IX) pp. 99-117.
- (108): Cf. E. Dickmann cit. in Campo, H. del., op. cit., p. 48 e p. 73.
- (109): Gori, P.: "Ai lavoratori del mare"; "Ai lavatori di Sicilia" (Lettere Aperte); "I miei primi di maggio": Pagine di Vagabondaggio, op. cit., pp.13-28 e pp 184-190.
Ver ainda, além do clássico "bozetto dramático social" Il Primo Maggio, os poemas: "Tempesta di Maggio"; "Il canto dei lavoratori del mare"; "Il canto dei lavoratori della terra": Canti d'Esilio , op.cit., pp. 19-20 e pp. 56-61.
- (110): Gori, P.: "In Difesa di un Ideale" in Pagine di Vagabondaggio, op cit., pp. 123-131.
- (111): Gori, P. : "Ideale", op. cit., p. 132
- (112): Cf. La Battaglia nº 51, 3-9-1905; A Terra Livre, nº 17, 27-9-1906; A Lanterna , 28-9-1912; La Battaglia nº 593, 13-4-1913; A Lanterna, 10-7-1915.
- (113): La Protesta Humana, 2-8-1902 cit. in Campo, H. del, op.cit., p.86
- (114): O Amigo do Fovo, nº 16, 22-11-1902, p. 4.
- (115): La Protesta, 30-12-1924 cit.in Campo, J. del, op.cit., p.54.
- (116): Voz do Fovo, 13-9-1920, p.1 cit in Hardman, F. Foot: "O Impasse da Celebração"- Almanaque nº 6, S. Paulo, Brasiliense, 1978, p.36
- (117): Cf., p.ex., A Obra, nº 9, 14-7-1920, p.10; O Internacional, nº 22 8-12-1921; Alba Rossa; nº 21, 30-8-1919; A Flebe, nº 81, 11-9 - 1920, p.4.
- (118): A Flebe, nº 88, 6-11-1920, p.4.
- (119): A Flebe, nº 9, 17-9-1919, p.4.
- (120): A Flebe, nº 14, 23-9-1919, p.2.
- (121): Idem, Ibidem
- (122): Idem, Ibidem.

- (123): A Flebe, nº 15, 24-9-1919, p.2
- (124): Engels, F.: A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra. Lisboa, Presença, 1975. Ver, em especial, os capítulos: "A imigração irlandesa" e "Os resultados", pp. 131-185.
- (125): Engels, F.: "Los obreros de Wuppertal, 1839" in Escritos. Barcelona, Península, 2ª ed., 1974, p. 123
- (126): Trotski, L.: "La vodka, l'Église et le cinématographe" in Les questions du mode de vie. Paris, U.N.E., 1976, col.10/18, pp.66-72.
- (127): Cf. Echo Operario, Rio Grande, nº 129, 1899, p.2 cit.in. Leonardi, V: Origines historiques du syndicalisme brésilien (1898-... 1908). Paris, Université de Paris.VIII, tese de mestrado, mimeo, 1973, p. 79.
- (128): Cf. Vicinus,M, op. cit., p. 150
- (129): Ver Lafargue, P.: O Direito à Preguiça, S.Paulo, Kairós, 1980. Ver, em especial, o prefácio a esta obra de Hardman, F.Foot: "Trabalho e Lazer no Movimento Operário".
- (130): Cf. "Festas Socialistas" in O Socialista, São Paulo, nº 22, 11-10-1896, pp. 1-2-.
- (131): Cf. O Operário, Terezina (PI), Ano I, nº 9, maio/1906, p.1. Sobre a assimilação do Primeiro de Maio pelo Estado e burguesia e sua transformação de dia de luta e mobilização em "efeméride do trabalho", ver Dommanget,M.: História del 1º de Mayo. Barcelona, Laia, 1976, cap. XVI: "La Fiesta del Trabajo". Sobre os aspectos simbólicos e rituais, ver cap. XVII: "Aspectos, pasado y porvenir del 1º de Mayo".
- (132): O Amigo do Povo, nº 53, Maio/1904, p. 1
- (133): Idem, Ibidem, p.2
- (134): O Amigo do Povo, nº 6, 21-6-1902, p.4.
- (135): Hobsbawn, E.J.: "As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da revolução industrial.", op.cit., p.244 ep. . 246.
- (136): Idem, Ibidem.
- (137): Vicinus,M., op. cit., p. 225
- (138): Franzina, Emilio: Merica. Merica. Milano, Feltrinelli, 1979. Cf "Introduzione", pp. 11-72
- (139): Ver o recente e provocante estudo de Bosi, Eclea: Memória e Sociedade (Lembranças de Velhos). Porto Alegre, L & PK, 1980
- (140): Sobre a persuasão no discurso político, ver Osakabe,H.: Argumentação e Discurso Político. S.Paulo, Kairós, 1979. Sobre as dificuldades da propaganda em português sentidas pela imprensa anarquista, ver Hardman, F.Foot: "Classes subalternas e cultura" in Ordem/Desordem nº 7, 1ª sem.1977, Belo Horizonte, Fac. Comunicação da UCKG: pp. 36-58
- (141): Leuenroth, Edgar: A Poesia Social na Literatura Brasileira (an-

- tologia). S.Paulo, s/ed, s/d (obra inédita e inacabada).
- (142): Cf. A Terra Livre cit. in Rodrigues, Edgar: Socialismo e Sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969, pp.210-212.
- (143): Cf. Trotski, L.: " Il faut lutter pour un langage châtié " in Les questions du mode de vie, op. cit., pp. 98-103.
- (144): Cf. Hardman, F.Foot: "O Impasse da Celebração", op.cit, pp.23 - 24, nota 6
- (145): Cf. Gallo, E. & Conde, R.C.: La República Conservadora. Buenos Aires, Paidós, 1972, pp. 214-215
- (146): Cf. Bosi, E, op. cit. cap. IV. Tratei também deste tema na análise literária de "Primeiro de Maio", conto de Mário de Andrade : cf. Hardman, F.Foot, "O Impasse da Celebração", op.cit.. Sobre a relação com os bondes da Light e seu itinerário nas ruas da cidade de S.Paulo, baseio-me na entrevista do Sr. Miguel (italiano) , ex-motorneiro, concedida a F.F.Hardman e M.E.S.Boito em 9-10-1975, em S.Paulo, na sede da C.M.O.L.. Sobre a relação lúdica / com as locomotivas (código cifrado de apitos entre os ferroviários), baseio-me na entrevista do Sr. João, ex-macuinista e membro do Centro Beneficente dos Empregados em Locomotivas da Cia. Paulista de E.F.(1901-), concedida em Campinas, em junho / 1976, na sede da Associação Humanitária Opefaria Campineira (1916-).
- (147): Cf. Hardman, F.Foot: "Corporação Musical Operária da Lapa" in Relatório nº 2. Unicamp/Fapesp, mestrado, fevereiro/1976: pp.56 -60. Cf. também o documento primário assinado por Barbieri, Victor sobre a C.M.O.L., s/d, datilo., 3 pp.
- (148): Autores Vários : Hymnos e Canticos Libertários e Indicador das Associações Operárias. Rio de Janeiro, s/d, 1923, 26 pp.
- (149): Hymnos e Canticos..., op. cit., p. 18. Ver ainda, na mesma obra, "Sertanejo Rebelde", p.17. Para a crítica do cunho elitista e pitoresco da literatura sertaneja, apoio-me nas obras de Antonio Cândido.
- (150): Entrevista de Adelino Gonçalves a F.F. Hardman e M.E.S.Boito em 17-10-1975 (gravação em S.Paulo, na sede da C.M.O.L.).

CAPÍTULO 9

- (151) - Cf. Lopes J.S.L.: Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma forma de servidão burguesa. São Paulo, CEDEC, mimeo., 1979.
- (152) - Cf. Capri, R.: O Brasil e seus Estados - São Paulo. São Paulo, Pocaí-Weiss, s/d. - ver anúncios industriais ao final.
- (153) - Cf. Livro de Ouro comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro (1822 a 1922-23). Rio de Janeiro, Anuário do Brasil/Almanak Laemmert, 1923: ver, na parte final de Publicidade, pp. XCVI-XCIX. (grifos meus)
- (154) - Todas as citações referentes à Vila Maria Zélia estão no Álbum ilustrado editado pela Sociedade Anonyma Scarpa, sobre o Cotonifício e a Vila, em São Paulo, por volta de 1926. (a edição / que consultei estava mutilada e não foi possível obter a citação bibliográfica completa).
- (155) - Cf. Trotsky, L.: "La Vodka, l'église et le cinématographe" in Les questions du mode de vie. Paris, Union Générale d'Éditions, 1976: pp. 66-72.
- (156) - Cf. Galvão, M.R. Eliezer: Crônica do Cinema Paulistano. São Paulo, Ática, 1975.
- (157) - Cf. Folha do Povo ("Jornal Independente"). São Paulo, Ano I, nº 1, 15/3/1908 até Ano II, nº 72, 4-5/6/1909.
- (158) - Cf. Figueiredo, Romualdo: "O Teatro e a Igreja" in A Lanterna nº 286, 28/2/1916.
- (159) - Cf. "Cinematographo numa Igreja" in A Plebe, Ano III, nº 16, 23/9/1919, p. 1.
- (160) - Cf. Dommanget, M. "Présentation" in Lafargue, P.: Le Droit à la Paresse. Paris, F. Maspero, 1977.
- (161) - Cf. Ferreira, A.: O Lazer Operário. Salvador (BA), Progresso, 1959. Ver, em especial, pp. 87-110. Sobre este livro, cf. também os comentários de Astrogildo Pereira: Crítica Impura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, pp. 324-SS.
- (162) - Cf. Hoggart, R.: As Utilizações da Cultura (trad. port. de The Uses of Literacy) Lisboa, Presença, 1973-1975, 2 vol. Cf. Bosí E.: Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias. Petrópolis, Vozes, 2ª ed., 1973.
- (163) - Cf. Hobsbawm, E.J.: "As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da Revolução Industrial" in Níveis de Cultura e Grupos Sociais, Lisboa/Santos, Cosmos/Martins Fontes, 1974, p. 245.
- (164) - Cf. Trotsky, L.: "L'Homme ne vit pas que de politique" in Les questions du mode de vie, op. cit., pp. 23-36. Este artigo trata especificamente das relações entre cultura e política. Sobre o problema da heterogeneidade sócio-cultural do proletariado, cf. pp. 28-29.

- (165) - Cf. Trotsky, L.: Literatura e Revolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, p. 170 e p. 189.
- (166) - Ver a crítica a essas concepções em Marx, K. e Engels, F.: - Crítica da Educação e do Ensino. Lisboa, Moraes, 1978.
- (167) - Cf. Buonfino, G.: La Política Culturale Operária. Milano, Feltrinelli, 1975; Cf. Droz, J. (org.): Historie Générale du Socialisme. Paris, PUF, 1974, vol. II, planche VI.
- (168) - Sobre essa discussão, Cf. A Questão do Partido, São Paulo, Kairós, 1978.
- (169) - Cf. Froumov, S.: La Commune de Paris of la Démocratisation de L'École. Moscou, Eds. Progrés, s/d.
- (170) - Cf. Campo, H. del: Los Anarquistas. Bs. Aires, Centro Editor de América Latina, 1971, p. 85.
- (171) - Cf. A Lanterna: nº 50, 24/9/1910; nº 51, 1/10/1910; nº 109, - 21/10/1911; nº 213, 16/10/1913; nº 214, 25/10/1913; nº 216, 8/11/1913; nº 225, 10/1/1914; nº 228, 31/1/1914; nº 228, 31/1/1914; nº 262, 26/9/1914; nº 292, 28/10/1916. Sobre o lançamento inicial da campanha pró-fundação de Escolas Livres, Cf. A Terra Livre, nº 65, 1/1/1910, p. 4; Cf. também, A Lanterna 22/11/1909. Sobre o fechamento posterior e suas repercussões, cf. A Plebe: Ano II, nº 3, 8/3/1919; Ano III, nº 23, 9/8/1919. Ano IV, nº 51, 7/2/1920; Ano IV, nº 84, 2/10/1920.
- (172) - A Lanterna, nº 225, 10/1/1914, p. 4
- (173) - A Lanterna, nº 228, 31/1/1914, p. 3
- (174) - A Lanterna, nº 292, 28/10/1916, p. 4
- (175) - Idem, ibidem.
- (176) - Toda essa matéria está no artigo intitulado: "A Comemoração do dia 13" in A Lanterna, nº 109, 21/10/1911, p.2 (os grifos do trecho final são meus).
- (177) - Cf. A Plebe, ano IV, nº 84, 2/10/1920, p.4.
- (178) - Cf. A Plebe, ano IV, nº 54, 7/2/1920, p.4.
- (179) - Cf. Marx, K: Miséria da Filosofia. Lisboa, Estampa, 1978; cf. Arru, A.: Clase y Partido en la Primera Internacional. Madrid, A. Corazón, 1974; cf. Marx & Engels: O Partido de classe. Porto, Escorpião, 1975, vol. II.
- (180) - Citado in Bloch, Gérard: "Marxisme et Anarchisme". Études Marxistes nº 1, janvier 1969, p. 2 e p.4.
- (181) - Citado in Bloch, G., op. cit., p. 3. A expressão, na versão francesa, aparece como le prolétariat en haillons.
- (182) - Cf. Portelli, H.: Gramsci y el bloque histórico. Buenos Aires, Siglo XXI, 2ª ed., 1974.
- (183) - Cf. Trotsky, L., Les questions du mode de vie, op. cit., pp. 27-35.
- (184) - Baseio-me, aqui, em: Godio, J. op. cit.; Woodcock, G., op. cit.; Reszler, André: La Estética Anarquista. México, Fondo cultura Económica, 1974; Bloch, G., op. cit..
- (185) - Cf. A Plebe: Ano III, nº 6, 13/9/1919; nº 14, 23/9/1919; nº 15, 24/9/1919; Ano IV, nº 88, 6/11/1920.
- (186) - A Plebe, Ano III, nº 5, 11/9/1919.
- (187) - A Plebe, Ano III, nº 14, 23/9/1919.

- (188) - Sobre a contribuição da tradição popular, através dos gêneros literários carnavalescos (nas modalidades do "diálogo socrático" e da "sátira menipéica") na literatura romântica do século XIX, cf. Bakhtine, M.: La Poétique de Dostoievski. Paris, Seuil, 1970 - vide cap. IV. Um exemplo interessante de sátira e fábula populares na produção poética é a obra de Trilussa: cf. Duarte, P. (trad. e introd.): Trilussa, S. Paulo, Marcus Pereira, 1973.
- (189) - Cf. Paraguassu, C.: Memória sobre o Jogo do Bicho. Rio de Janeiro, Pougetti, 1954.
- (190) - Cf. Schmidt, A.: Saltimbancos - São Paulo, Saraiva, 1950; cf. Museu da Imagem e do Som: Memória Paulistana. São Paulo, MIS, 1975.
- (191) - Folha do Braz, Ano II, nº 74, 25-6-1899, p. 4.
- (192) - Folha do Braz, Ano III, nº 91, 26-11-1899, p. 4. Sobre a vinculação entre as litogravuras e marcas de cigarro com a vida popular urbana, na cidade de Recife, no século XIX, ver a interessante pesquisa: Mota, Mauro: História em Rótulos de Cigarros. Recife, IJNPS/MEC, 1985.
- (193) - Esta discussão deriva de anotações de aula do curso da Profa. M. Sylvania Carvalho Franco (S. Paulo, FFLCH/USP, 1980). Ver também, o artigo da Autora: "Organização Social do Trabalho no Período Colonial", in Discurso (8), maio de 1978: pp. 1 - 45.
- (194) - Echo Operário, Rio Grande (RS). Ano II, nº 72, 14/1/1898, p. 3; nº 73, 1/1/1898, p. 4.
- (195) - A Guerra Social, Rio de Janeiro, Ano I, nº 14, 28/2/1912, p. 1.
- (196) - Bloch, G., op. cit., pp. 7-8.
- (197) - Cf. Chauí, M.: "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" in Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo, CEDEC, Paz e Terra, 1978.
- (198) - Cf. Reszler, A., op. cit., caps. II, III e IV.
- (199) - O Livre - Pensador, São Paulo, nº 36, 18/6/1904, p. 3.
- (200) - Cf. Pombo, Rocha: No Hospício. Rio de Janeiro, Garnier, 1905, pp. 163-176; cf. Brandão, Octavio: Vêde do Mundo Novo. Rio de Janeiro, 1920, aforismo nº 206, pp. 45-50.
- (201) - Cf. Brandão, O., op. cit., nº 33, pp. 7 - 8.
- (202) - Cf. Reszler, A., op. cit., pp. 59-60.
- (203) - Idem, cf. p. 27 e p.60.
- (204) - Idem, cf. pp. 60-61.
- (205) - Idem, p. 95.
- (206) - Idem, p. 28.
- (207) - Idem, ibidem.
- (208) - Idem, p. 29.
- (209) - Idem, p. 67.
- (210) - Idem, pp. 68-70. A propósito, cf. também Durand, X.: "L'art social au théâtre: deux expériences (1893, 1897)" in Le Mouvement Social (91), avril/juin 1975: pp. 13-33. Na verdade, a tradição do teatro social remonta às primeiras associações operárias da Europa pré-1848: p. ex., na Associação alemã de operários de Bruxelas, em 1847, havia canto, declamações e teatro; lá, chegou a ser apresentada uma pequena peça de um ato, escrita por Engels, sobre uma luta de barricadas num pequeno estado germânico que terminava com a abdicação do príncipe: (cf. Buonfino, G., op.cit; p. 16, nota 16).

- (211) - Reszler, A., op. cit., p. 69.
- (212) - Cf. Silveira, M.: A Contribuição Italiana ao Teatro Brasileiro. São Paulo, Quíron/INL-MEC, 1976, pp. 69-93.
- (213) - Cf. C. Teixeira & Cia.: Biblioteca Dramática Popular. São Paulo; Ed. Teixeira (coleção de peças teatrais em folhetins).
- (214) - Cf. Vargas, M.T. & Lima, M.A.: Teatro Operário em São Paulo (Anarquista). São Paulo, IDART, Xerox, 1977 (Relatório inédito de pesquisa); Cf. Rodrigues, E.: Nacionalismo & Cultura Social (1913-922). Rio de Janeiro, Laemmert, 1972. Agradeço, aqui, a gentileza de Maria Thereza Vargas e do IDART em possibilitarem o acesso àquele relatório de pesquisa.
- (215) - Cf. Vasco, Neno: Pecado de Simonia, citado por Vargas, M.T. & Lima, M.A., op. cit. Um resumo detalhado dessa peça, logo após suas primeiras representações, por volta de 1907, aparece no artigo "A Nossa Festa", de A Terra Livre, nº 43, 4/8/1907, p. 3. Cf. Assunção, Mota: O Infanticídio S. Paulo, Tip. da "Terra Livre", 1907. Cf. Fóscolo, Avelino: O Semeador Taboleiro Grande (MG), Tip. de "A Nova Era", s/d.
- (216) - Publicado em Novo Rumo, nº 14, 19/9/1906 e citado por Vargas, M.T. & Lima, M.A., op. cit., pp. 36-37.
- (217) - Esse documento, de 1902, um dos primeiros exemplos da concepção teatral do anarco-sindicalismo, foi localizado por mim numa pesquisa sobre o jornal O Amigo do Povo, em 1975, e apresentado em trabalho no curso de pós-graduação "Trabalho e História Social" (de Michael Hall e P.S. Pinheiro). Depois, publiquei-o, na íntegra, no meu artigo: "Classes Subalternas e Cultura" in Ordem/Desordem, Belo Horizonte, Fac. Comunicação/UCMG, nº 7, 1977, pag. 48. Posteriormente o mesmo documento, devido a seu caráter modelar, foi de novo publicado na coletânea organizada por Hall, M. e Pinheiro, P.S.: A Classe Operária no Brasil (1889:- 1930 documentos). S. Paulo, Alfa-ômega, 1979, vol. 1, pp. 32-33.
- (218) - Cf. O Amigo do Povo, nº 57, 1904, p. 4 - citado em Hardman, F. Foot, "Classes Subalternas e Cultura", op. cit. p. 56.
- (219) - Cf. Assunção M.: O Infanticídio, op. cit., pp. I - II.
- (220) - Cf. Silva, João Alves da (Jacques): A Honra do Operário (drama em 3 atos - imitação). São Paulo, Teixeira, nº 142; cf. Victoria, F. Napoleão de: Operários em Greve. São Paulo, Teixeira, s/d.
- (221) - Cf. Victória, F.N., op. cit.
- (222) - A propósito dessa questão, ver a interessante crítica de Veríssimo, José: Estudos de literatura brasileira. Rio de Janeiro, Garnier, 1907, Vol. VI, pp. 208-209 e pp. 225-229.
- (223) - Cf. Assunção, M., op. cit., pp. 49-51.
- (224) - Cf. Reclus, E. "Tudo muda - na vida física e na vida social!" in Leuenroth, E.: O Anarquismo - roteiro da Libertação social, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963, p. 13.
Cf., também, Reclus, E.: Nouvelle Géographie Universelle. La Terre et les Hommes. Paris, Hachette, 1887 - 1894: Vol. I, livro 1, cap. 1, pp. 1-8; vol. 1, "Avertissement", pp. I-IV; vol. XIX, "Dernier Mot", pp. 793-796.
- (225) - Cf. A Obra, São Paulo, Ano I, nº 9, 14/7/1920, p. 9.

CAPITULO 10

- (226) - Cf. Williams, R.: Cultura e Sociedade, op. cit., p. 333. Uma interessante crítica sobre as análises e práticas correntes de cientistas e grupos militantes em relação à "cultura popular" encontra-se em Chauí, Marilena: "Notas sobre cultura popular". Arte em Revista nº 3, São Paulo, Kairós, 1980, pp. 15-21.
- (227) - Cf. Bosi, A.: "As letras na Primeira República" in O Brasil Republicano (2) SP/RJ, DIFEL, 1977, p. 296 (Hist. Ger. Civil. Bras., 9 - DIR. : Fausto, B.).
- (228) - Cf. Bosi, A., art. cit.; cf. Bosi, A., O Pré-Modernismo, S. Paulo, Cultrix, 1966.
- (229) - Cf. Miguel Pereira, L.: Prosa de Ficção: de 1870 a 1920. Rio de Janeiro, J. Olympio/INL, 3ª ed., 1973.
- (230) - Cf. Veríssimo, J.: Estudos de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1905-1907, vols. V e VI; Cf. Carvalho, E. de: As Modernas Correntes Estheticas na Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1907.
- (231) - Cf. Pereira, A.: Interpretações Rio de Janeiro, C.E.B., 1944; cf. Pereira, A.: Crítica Impura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. O debate com Octávio Brandão deu-se nas páginas da Revista Brasiliense, no início da década de 1960.
- (232) - Cf. Pacheco, R.J.C.: "O Imigrante na Literatura Brasileira de Ficção" Sociologia, XVIII (3), agosto/1956; pp. 201-232.
- (233) - Cf. Martins, W.: História da Inteligência Brasileira. São Paulo, Cultrix USP, 1978, Vols. V e VI.
- (234) - Cf. Prado, A. Arnoni: Lima Barreto: o crítico e a crise. Rio de Janeiro Cátedra/INL, 1976; cf. Chalmers, V.: 3 Linhas e 4 Verdades (monografia sobre o jornalismo de Oswald de Andrade). Rio de Janeiro, Cátedra, 1977.
- (235) - Cf. Veríssimo, J. op. cit., 1905 - 1907, cf. Carvalho, E., op. cit., 1907.
- (236) - Cf. Barreto, L.: Impressões de Leitura. São Paulo, Brasiliense, 1956. Nesses artigos de crítica, Lima Barreto analisa problemas da literatura militante; destacam-se as referências a dois outros importantes autores anarquistas do Rio de Janeiro: Domingos Ribeiro Filho (Sê Feliz, 1904; Cravo Vermelho, 1907; Vás Toturas, 1911), polemista e crítico que aparecia com certa frequência na imprensa operária (cf. p. ex., "Cafagestes Intelectuais" in A Plebe, ano III, nº 27, 23/8/1919); e José Saturnino Brito (Entre Neblinas, 1919) autor de várias obras sobre "socialismo progressivo" e cooperativismo.
- (237) - Cf. Martins, W., op. cit., 1978; cf. Miguel Pereira, L., op. cit.; cf. Lucas, F.: O Caráter Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1970.
- (238) - Cf. Rodrigues, E., Nacionalismo & Cultura Social (1913-1922). Rio de Janeiro, Laemmert, 1972; Cf. Leuenroth, E.: A Poesia Social na Literatura Brasileira (antologia inacabada e inédita); cf. Neves, R. "Introdução" in Oiticica, J.: Ação Direta. Rio de Janeiro, Germinal, 1970; cf. Penteado, J.: Martins Fontes - uma alma livre. São Paulo, Martins, 1968.
- (238-A) - O Livre Pensador - São Paulo, nº 129, 8/5/1906, p. 3.
- (239) - Sobre Avelino Fôscolo, farmacêutico e membro da Academia Mineira de Letras, ver: Rodrigues, E., op. cit., 1972; Miguel Pereira, L., op. cit.; Martins, W., op. cit., vols. V e VI. 1902 foi também o ano do lançamento de Os Sertões (Euclides da Cunha) e Canaã (Graça Aranha).

- (240) - Cf. "No Circo" in A Lanterna, seção de folhetim (p.4), a partir do nº 213, 18/10/1913.
- (241) - Cf. Martins, W., op. cit. vol. V, p. 194.
- (242) - Cf. O Semeador. Taboleiro Grande (MG), tip. de "A Nova Era", s/d, pp. 18-20.
- (243) - Cf. Reszler, A.: La Estética Anarquista. México, Fondo Cultura Economica, 1974, cap. II.
- (244) - Cf. Mendonça, C. de: Regeneração. Rio, Garnier, 1904. O fundo tolstoiano da obra é reconhecido pela própria crítica anarquista que deu ampla divulgação ao livro: Cf., p. ex. O Amigo do Povo cit. in Hardman, F.F.: "Classes Subalternas e Cultura", op. cit. Ainda sobre este romance ver a crítica de José Veríssimo, op. cit., vol. VI, pp. 225-229; Wilson Martins, op. cit., vol. V, pp. 241-244.
- (245) - Regeneração, op. cit., p. 29.
- (246) - Idem, ibidem, p. 31, pp. 145-146 e pp. 183-184.
- (247) - Idem, ibidem, pp. 180-181.
- (248) - Idem, ibidem, p. 139.
- (249) - Idem, ibidem, p. 168.
- (250) - Idem, ibidem, p. 173.
- (251) - Idem, ibidem, pp. 225-231.
- (252) - Cf. Carvalho, E., op. cit., item: "Minha Formação Literária".
- (253) - Idem, ibidem.
- (254) - Idem, ibidem. Sobre esse problema da influência literária dos autores clássicos do anarquismo, cf. também: Martins, W., op. cit., vol. V, p. 559 e vol. VI, p. 184; Penteado, J., op. cit.
- (255) - Cf. Martins, W., op. cit., vol. V, p. 359.
- (256) - Cf. Carvalho, E., op. cit. Do mesmo Autor, cf. também: Delenda Carthago (manifesto naturista). Rio de Janeiro, Laemmert, 2ª ed., 1901.
- (257) - Cf. Carvalho, E.: Brasil, potência mundial. Rio de Janeiro, 1919.
- (258) - Cf. Carvalho, E.: Gíria dos Gátunos Cariocas. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912.
- (259) - Idem, ibidem.
- (260) - Cf. Coutto, P.: Caras e Caretas, Rio de Janeiro, Garnier, 1912.
- (261) - Cf. Chalmers, V. op. cit. , Parte I. Cf. Bananère, Juó (pseud): Galábaro. São Paulo, 1917 e La Divina Incrência, São Paulo, 1924. Este é um veio dos mais interessantes para se acompanhar o processo literário "interno" que esteve na base da ruptura modernista. A "italianidade proletária" de São Paulo influenciaria, diretamente, as obras posteriores de Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Antonio de Alcântara Machado, entre outros. Um elo perdido nesse processo de "preparação do terreno" parece ter sido a obra precursora, e já moderna no estilo, de Adelino Magalhães (Tumulto da Vida, 1918), onde a presença do proletariado e do movimento operário funde-se a uma nova maneira de narrar (vários planos entrecortados e simultâneos): Cf. Martins, W., op. cit. vol. VI, p. 184.
- (262) - Cf. Chalmers, V., op. cit., Parte I.
- (263) - Cf. Andrade, O.: Um Homem sem Profissão: sob as ordens de mamãe. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974 (são memórias autobiográficas).

- (264) - Cf. Gonçalves, R.: Ipês, São Paulo, Monteiro Lobato, s/d.
- (265) - Citado frequentemente na imprensa operária anarquista: cf. Leuenroth, E., A Poesia Social na Literatura Brasileira. Jacob Penteadó, op. cit. cita um poema de Martins Fontes em homenagem a Ricardo Gonçalves ("Dom Ricardito") que faz referência a uma longa capa espanhola, esvoaçante, usada pelo poeta após um tiro que levou no ombro, durante um comício dos ferroviários (provavelmente na greve da Paulista, em 1906, na qual R. Gonçalves, à frente dos estudantes do Largo de S. Francisco, destacou-se em solidariedade ativa).
- (266) - Cf. Fontes, M.: Fantástica. São Paulo, J. Fagundes, 1936.
- (267) - Cf. Fontes M.: "Vulcão" in Vulcão. Santos, Tip. do Inst. D. Escholastica Rosa, 1926.
- (268) - Cf. A Plebe, nº 45, 6/12/1919, p. 2.
- (269) - Cf. O Metallurgico. São Paulo, ano I, nº 3, 14/4/1920.
- (270) - Cf. Mário da Silva Brito, cit. in Bosí, A.: História Concisa da Literatura Brasileira. São Paulo, Cultrix, 1970. Sobre a obra de Afonso Schmidt, cf. vs. refs. in Martins, W., op. cit., vol. V e vol. VI. A Editora Brasiliense, no início dos anos 60, reuniu e editou uma parte representativa de sua obra, em vários volumes (todavia, não completa). Na linha da crônica urbana e do romance popular de "crítica de costumes", seria necessário um estudo mais detido da obra de Afonso Schmidt, que possui raízes numa tradição anterior - representada, por exemplo, pelo genial Madame Pommeroy de Hilário Tácito (pseud.) surgido em 1919.
- (271): Transcritos in Leuenroth, E. A poesia social na literatura brasileira.
- (272) - Cf. Neves, Roberto das: "Introdução" in Oiticica, J.: Ação Direta, op. cit.
- (273) - Idem, ibidem.
- (274) - "... o dragão que está à porta do palácio da anarquia é apenas uma palavra". (frase de Elisée Reclus, citada como epígrafe in Leuenroth: Anarquismo - roteiro da libertação social. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.
- (275)-Cf. Martins, W., op. cit. vol. V, pp. 283-286.
- (276) - Cf. Pombo, R.: Contos e Pontos. Porto, Magalhaes & Moniz, 1911, pp. 243-248, 285-291 e outros artigos.
- (277) - Além de vários manuais didáticos de História do Brasil, cf. p. ex., de sua autoria: História de S. Paulo (Rio de Janeiro, 1918).
- (278) -Cf. Pombo, R.: No Hospício. Rio de Janeiro, Garnier, 1905, pp. 215-217.
- (279) - Idem, ibidem, pp. 171-176.
- (280) - Idem, ibidem, p. 263.
- (281) - Idem, ibidem, pp. 263-273.
- (282) - Baseio-me, aqui, na abordagem de Antonio Cândido: cf. em especial, Literatura e Sociedade. Outro exemplo de desdobramento intimista e metafísico, já na poesia, aparece na obra de Pereira da Silva: Vae Soli!, Curitiba, "Imp. Paranaense", 1903. Entretanto, Elysio de Carvalho, numa perspectiva bem eclética, inclui este poeta no rol dos autores libertários ("sonhadores, visionários e aventureiros"): cf. As Modernas Correntes..., op. cit., 1907.
- (283) - Cf. Luz, F.: Nunca!... Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1924.
- (284) - Cf. Luz, F.: Ensaio. Rio de Janeiro, Typ. São Benedicto, 1930, pp. 31-51.
- (285) - Cf. Luz, F.: Dioramas. (Aspectos literários - 1908/1932). Rio de Janeiro, Canton & Reile, 1934, vol. 1; ver, em especial, pp. 116-132 e 201-206.

- [286] - Cf. Luz, F.: A Paisagem (no conto, na novella e no romancel). São Paulo, Monteiro Lobato, 1922, pp. 15-16.
- [287] - Idem, ibidem, pp. 248-249.
- [288] - Idem, ibidem, pp. 223-224.
- [289] - Citado in Leuenroth, E.: A Poesia Social na Literatura Brasileira.
- [290] - Idem, ibidem.
- [291] - Cf. Brandão, O.: Vêda do Mundo Novo. Rio de Janeiro, 1920, p. 50.
- [292] - Idem, ibidem, pp. 45-50.
- [293] - Cf. Andrade, M.: "Prefácio Interessantíssimo - Paulicea Desvairada" in Poesias Completas. São Paulo, Martins, 4^a ed., 1974. Octavio Brandão, op. cit., p. 12, afirma: "Quantas coisas partiram do caos ou da desigualdade e estão marchando para a Igualdade!"
- [294] - Cf. Daniele, G. Pellegrini di: Ne L'Impero delle Merde... (sonetti inodori) São Paulo, março/1905.
- [295] - Citado in Leuenroth, E.: A Poesia Social na Literatura Brasileira.
- [296] - Cf. Pires, C.: O Monturo. São Paulo, Pocar-Weiss, 1911.

BIBLIOGRAFIA

1) Periódicos:

- Alba Rossa. S. Paulo, 1919-
- O Amigo do Povo. S. Paulo, 1902-
- Aurora. S. Paulo, 1905-
- Aurora Social. Recife, 1901-
- Na Barricada. Rio de Janeiro, 1915-
- La Mattaglia. S. Paulo, 1904-
- O Caixeiro. Rio de Janeiro, 1873-
- O Chapaleiro. S. Paulo, 1905-
- Democracia Social. Pelotas (RS), 1893-
- Echo Operario. Rio Grande (RS), 1896-
- Folha do Braz. S. Paulo, 1898-
- Folha do Povo. S. Paulo, 1908-
- Germinal. S. Paulo, 1913-
- O Graphico. Rio de Janeiro, 1917-
- A Guerra Social. Rio de Janeiro, 1911-
- O Internacional. S. Paulo, 1921-
- Jornal dos Typographos. Rio de Janeiro, 1858-
- Jornal Operario. S. Paulo, 1905-
- A Lanterna. S. Paulo, 1901-
- O Livre-Pensador. S. Paulo, 1903-
- O Metallurgico. S. Paulo, 1920-
- A Obra. S. Paulo, 1920-
- O Operario. São Luís (MA), 1892-
- O Operario. Terezina (PI), 1906-
- O Pensamento Social. Lisboa, 1872-
- A Plebe. S. Paulo, 1917-
- A Questão Social. Santos (SP), 1895-
- La Scure. S. Paulo/Rio de Janeiro, 1910-
- O Socialista. S. Paulo, 1895-
- O Socialista da Provincia do Rio de Janeiro. Niterói, 1845-
- Spartacus. Rio de Janeiro, 1919-
- A Terra Livre. S. Paulo/Rio de Janeiro, 1905-
- O Trabalhador Gráfico. S. Paulo, 1905-
- A Vida. Rio de Janeiro, 1914-
- Voz do Povo. Rio de Janeiro, 1920-
- A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, 1908-

2) Documentos, Relatórios, Opúsculos e Álbuns:

- Almanacco della Rivoluzione. S. Paulo, 1909.
- Almanacco Socialista. S. Paulo, 1902.
- Associação dos Empregados no Comércio de Rio de Janeiro: Meio Século. (narrativa histórica). Rio de Janeiro, 1930.
- ASSUNÇÃO, Meta: O Infanticídio (Drama social em 5 actos). S. Paulo, Tip. da "Terra Livre", 1907.
- BANANERE, Jué (pseud.) & PAES, A.: Galabáre. S. Paulo ("Zan Baele"), s/ed, 1917.
- BATINI, Tito: Depoimento. Entrevista dada a F. Foot Hardman: S. Paulo, Fevereiro de 1976.
- CAPRI, R.: O Brasil e seus Estados - São Paulo. S. Paulo, Poesi-Weiss, s/d (álbum ilustrado).
- Centre dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo: Circulares. S. Paulo, CIFTSP, 1921-1931, vs. vols.
- Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira: Centenário da Fábrica de Cedro (1872- 1972). Fábrica de Cedro (MG), 1972.
- Confederação Operária Brasileira: Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário. S. Paulo, Coop. Graphica Popular, Ano I, Nº 1, Agosto/1920.
- Confederação Operária Brasileira: Diário do Congresso Operário Regional. Porto Alegre, 21-25 de Março de 1920 (Atas de 8 sessões Plenárias e Sessão Final).
- Corperação Musical Operária da Lapa (1881-): Depoimento. Documento assinado por Viter Barbieri, s/d, datilo., 3 pp.
- DAMIANI, Gigi: I Paesi nei quali non si deve emigrare: la questione sociale nel Brasile. Milano, 1920.
- DANIELE, G. Pellegrini di: Ne L'Imperio delle Merde... (sonetti inediti). S. Paulo, Março/1905.
- Os Estados Unidos de Brasil (ilustrado): sua historia, seu povo, comércio, industrias e recursos. Londres/ Bs. Aires/RJ/SP, The South American Intelligence Co., 1919
- Federação Operária de São Paulo: Guerra à Guerra. (Cartaz de Campanha Anti-Militarista). S. Paulo, s/d.
- FOSCOLO, Avelino: O Semeador (drama em 3 actos). Tabeleiro Grande (MG) Tip. de "A Nova Era", s/d.
- HARDMAN, F. Foot: Relatórios de Pesquisa (Nºs 1, 2, 3 e 4). UNICAMP/PAFESP, Mestrado I e II/ Proc. nº74/1159, datilo., Agosto-1975 a Junho-1977.
- GONÇALVES, Adeline: Depoimento. Entrevista dada a F. Foot Hardman e M. E. S. Boite, na sede da Corperação Musical Operária da Lapa. S. Paulo, 17-10-1975.
- LEUENROTH, Edgard: A Poesia Social na Literatura Brasileira ("Documentário da Questão Social no Brasil"). S. Paulo, 1968 (?), (originais inacabados e inéditos).
- Liga Artístico-Operária Norte Rio-Grandense: Acta de Fundação. Natal 28 de Fevereiro de 1904.
- Liga Artístico-Operária Norte Rio-Grandense: Estatutos. Natal, Tip. Expressa, 1953.

- Livro de Ouro comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional de Rio de Janeiro (1822 a 1922-23). Rio de Janeiro, Anuario do Brasil/Almanak Laemmert, 1923.
- MENDES, R. feixeira: Mais uma vez as greves, a órden republicana e a reorganização social. Rio de Janeiro, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 21-9-1908.
- MOTA, Benjamin: Zola-Dreyfus. S. Paulo, Klabin Irmãos & Comp., 1899.
- MOTA, Mauro: História em Rótulos de Cigarros (a litogravura no antigo Recife). Recife, I.J.N.P.S./MEC, 1965.
- Museu da Imagem e do Som: Memória Paulistana. S. Paulo, MIS, 1975.
- PIRES, Cornélio: O Nenturo (Poemeto). S. Paulo, Pecai-Weiss, 1911.
- Relatório da Associação Geral dos Operários de São Paulo no Congresso Internacional Operário de Londres. S. Paulo, 1896.
- Relatório da Comissão Executiva do Partido Operário do Brasil a ser apresentado no Congresso Socialista Internacional de Zurique. (1893).
- Representação das Collectividades Operária e Proletaria da Capital Federal no Congresso Nacional, 25-8-1891. Brasília, Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (original manuscrito: ano 1891, etiqueta nº 3657).
- Sindicato das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo: Circulares. S. Paulo, SITESP, 1932.
- Sociedade Anonyma Scarpa: Álbum sobre o Cotonifício Scarpa e a Vila Operária (Maria Zélia). S. Paulo, 1926.
- C. Teixeira & Ca.: Bibliotheca Dramatica Popular. S. Paulo, Ed. Teixeira (coleção de peças teatrais em folhetins).
- União Operária Beneficente de Diamantina (1891-). Estatutos. Diamantina (MG), Tip. de "A Estrela Polar", 1959.
- Vários Autores: Hymnos e Canticos Libertarios e Indicador das Associações Operárias. Rio de Janeiro, 1923.
- VARGAS, M. Thereza & LIMA, M. Alves: Teatro Operário em São Paulo (Anarcionista). S. Paulo, IDART, xerox, 1977 (Relatório de Pesquisa).
- VASCONCELOS, João Carlos de: A 'Liga' e a Greve da 'Central' em 1920. Natal (RN), 1953.
- VICTORIA, F. Napoleão de: Operários em Greve. S. Paulo, Teixeira, s/d

3) Análises Teóricas e Gerais; Referências Internacionais:

- ARRU, A.: Clase y Partido en la Primera Internacional. Madrid, A. Co-razón, 1974.
- BARTHES, R.: "El Discurso de la Historia" in Estructuralismo y Literatura. Buenos Aires, Nueva Visión, 1970: 35-50.
- BLOCH, G.: "Marxisme et Anarchisme" in Études Marxistes, nº 1, janvier 1969: 2-11.
- BOGGS, J.: La Revolución Americana. Barcelona, Nova Terra, 1968.
- BUONFINO, G.: La Política Culturale Operaia. Milano, Feltrinelli, 1975.
- CAMPO, H.: Los Anarquistas. Buenos Aires, Centre Editor de América Latina, 1971.
- CARR, R. & ROMERO-MAURA, J.: "Semana Trágica". Historia do Século 20, S. Paulo, Abril Cultural, vol. 1: 281-284.
- DOMMANGET, M.: Historia del Primero de Mayo. Barcelona, Laia, 1976.
- DROZ, J. (Org.): Histoire Générale du Socialisme. Paris, PUF, 1972, 3 T
- DUVEAU, G.: La Vie Ouvrière en France sous le Second Empire. Paris, Gallimard, 1946.
- ENGELS, F.: "Contribuição à História da Liga dos Comunistas" in Marx & Engels: Textos (vol. 2). S. Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- _____: "Lettre au Conseil Général de l'AIT à New York", 15-4-1873.
- _____: "Prefácio à Situação da Classe Operária na Inglaterra" in Marx & Engels: Textos (vol. 1). S. Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- _____: "Révolution et Contre-Révolution en Allemagne" in Marx & Engels: Oeuvres Choiesies. Moscou, Eds. Progrès, 1970, t. I.
- _____: "La Révolution Italienne à Venir et le Parti Socialiste" in Marx & Engels: Oeuvres Choiesies. Moscou, Eds. Progrès, 1970, t. III.
- _____: A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Lisboa, Presença, 1975.
- _____: "Los Obreros de Wuppertal, 1839" in Escritos. Barcelona, Península, 2a. ed., 1974.
- POSTER, J.: Class Struggle and the Industrial Revolution. London, Methuen & Co. Ltd., 1977.
- FRANZINA, E.: "Introduzione" in Merica, Merica. Milano, Feltrinelli, 1979: 11-72.
- FREYMOND, J. (dir.): La Primera Internacional (1864-1868) - Documentos. Madrid, Zero, 1973, t. I.
- _____ et alia: La Première Internationale. Paris, CNRS, 1968.
- FROUMOV, S.: La Commune de Paris et la Democratization de l'École. Moscou, Eds. Progrès, s/d.
- GODIO, J.: Inmigrantes Asalariados y Lucha de Clases, 1880-1910. Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1973.
- GRAMSCI, A.: "Apuntes sobre la historia de las clases subalternas. Críticas Metódicas" in Antologia. Madrid, Siglo XXI, 2a. ed., 1974.
- GUERIN, D.: Anarquismo (da doutrina à ação). Rio de Janeiro, Gerninal, 1968.

- HOBSBAWM, E. J.: Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- _____: "La Ville et l'Insurrection" in Espaces et Sociétés, 1 (10): 137-147.
- _____: "Labor History and Ideology". Journal of Social History, 7 (4), summer 1974: 371-381.
- _____: "As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da Revolução Industrial" in Níveis de Cultura e Grupos Sociais. Lisboa/Santos, Cosmes/Martins Pentes, 1974: 239-263.
- HOGGART, R.: As Utilizações da Cultura. Lisboa, Presença, 1973-1975, 2v.
- KUCZYNSKI, J.: Evolución de la Clase Obrera. Madrid, Guadarrama, 1967.
- LAFARGUE, P.: Le Droit à la Paresse. Paris, F. Maspero, 1977.
- LAMBERT, R.: L'Espagne (1750/1936). Paris, Eds. Ouvrières, 1953.
- LARROCA, J.: "Gori, un anarquista em Buenos Aires". Tudo es História, IV (47), março 1971.
- LENIN, V. I.: A Palência da II Internacional. S. Paulo, Kairós, 1979.
- _____: La Cultura y la Revolución Cultural. Moscú, Progreso, 1971.
- LEONETTI, A.: L'Italie (des origines a 1922). Paris, Eds. Ouvrières, 1951.
- LUXEMBURGO, R.: Greve de Massas, Partido e Sindicatos. S. Paulo, Kairós, 1979.
- MARX, K.: Le Capital. Paris, Eds. Sociales, 1962, VIII vol.
- _____: Miséria da Filosofia. Lisboa, Estampa, 1978.
- MARX, K. & ENGELS, F.: Cuestiones de Arte y Literatura. Barcelona, Península, 1975.
- _____: Crítica da Educação e do Ensino. (Introd. e Not. por Dangeville, R.). Lisboa, Moraes, 1978.
- MOMMSEN, W. J.: La Época del Imperialismo. Madrid/México, Siglo XXI, 1971.
- NETTLAU, M.: La Première Internationale en Espagne. Amsterdam, Institut Internationale d'Histoire Sociale.
- OLIVEIRA, C.: A Criação da União Operária Nacional. Porto, Afrontamento 1973.
- QUAINI, M.: Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- RAGON, M.: Histoire de la Littérature Ouvrière. Paris, Eds. Ouvrières, 1953.
- REBERIOUX, M. (dir.): Culture et Militantisme en France: de la belle époque au Front Populaire. Paris, Le Mouvement Social (91), avril-juin 1975.
- _____ (apresent.): Critique littéraire et socialisme au tournant du siècle. Paris, Le Mouvement Social (59), avril-juin 1967.
- RECLUS, E.: Nouvelle Géographie Universelle. La Terre et les Hommes. Paris, Hachette, 1887-1894, XIX vol.
- RESZLER, A.: La Estética Anarquista. México, Fondo Cultura Económica, 1974.
- SCHWARZ, A.: Breton/Trotsky. Paris, Union Générale d'Éditions, 1977.
- THOMPSON, E. P.: La Formación Histórica de la Clase Obrera. Barcelona, Laia, 1977, 3 vol.
- _____: "Eighteenth-century English Society: Class Struggle without Class". Journal of Social History, 3 (2), 1978.

- TROTSKY, L.: Literatura e Revolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- _____: Les Questions du Mode de Vie. Paris, Union Générale d'Éditions, 1976.
- _____: Escritos sobre Sindicato. S. Paulo, Kairós, 1978.
- VICINUS, M.: The Industrial Muse (a study of nineteenth century british working-class literature). London, Harper and Row, 1974.
- WILLIAMS, R.: Cultura e Sociedade. S. Paulo, Nacional, 1969.
- _____: Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- WOODCOCK, G.: O Anarquismo. Lisboa, Meridiano, 1971.

4) Análises Históricas e Temáticas; Memórias; Literatura; Obras Específicas:

- AMERICANO, J.: São Paulo naquele Tempo (1895-1915). S. Paulo, Saraiva, 1957.
- _____: São Paulo nesse Tempo (1915-1935). S. Paulo, Melhoramentos, 1962.
- ANDRADE, O.: Um Homem sem Profissão: sob as ordens de Mamãe. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- _____: Os Condenados. S. Paulo, Monteiro Lobato, 1922.
- _____: Memórias Sentimentais de João Miramar in Obras Completas (2): Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3a.ed., 1971.
- _____: Poesias Reunidas in Obras Completas (7): Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4a. ed., 1974.
- ANDRADE, M.: Paulicéa Desvairada in Poesias Completas: S. Paulo, Martins, 4a. ed., 1974.
- AZEVEDO, A.: O Cortiço. Rio de Janeiro, Garnier, 1890.
- BANANERE, Juó (pseud.): La Divina Incrência. S. Paulo, Folco Masucci, 1966.
- BANDEIRA, M. et alia: O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- BANDEIRA JR., A. F.: A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. S-Paulo, Tip. do "Diário Oficial", 1901.
- BARATA, M.: Formação Histórica do Pará. Belém, UFPA, 1973.
- BARRETO, L.: Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá. Rio de Janeiro, Eds. Ouro, 1970.
- _____: Impressões de Leitura. S. Paulo, Brasiliense, 1956.
- _____: Marginália. S. Paulo, Brasiliense, 2a. ed., 1961.
- _____: Feiras e Mafuás. S. Paulo, Brasiliense, 2a. ed., 1961.
- BARROS, A. R.: Origens e Evolução da Legislação Trabalhista. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- BRANDÃO, O.: Véda do Mundo Novo. Rio de Janeiro, 1920.
- BOSI, A.: O Pré-Modernismo. S. Paulo, Cultrix, 1966.
- _____: "As Letras na Primeira República" in Fausto, B. (dir.): O Brasil Republicano (2). SP/RJ, DIFEL, 1977: 293-319 (Hist. Ger. Civ. Bras., 9).
- BOSI, E.: Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias. Petrópolis, Vozes, 2a. ed., 1973.

- BOSI, E.: Memória e Sociedade (lembranças de velhos). Porto Alegre, L&PM, 1980.
- BATINI, T.: Filhos do Povo. S. Paulo, Brasiliense, 1945.
- _____: E Agora, que Fazer? SP/RJ, Civilização Brasileira, 1941.
- BRITO, J. S.: Entre Neblinas. Rio de Janeiro, 1919.
- CANDIDO, A.: Literatura e Sociedade. S. Paulo, Nacional, 1965.
- CANO, W.: Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. SP/RJ, DIFEL, 1977.
- CARONE, E.: A República Velha (Instituições e Classes Sociais). S. Paulo, DIFEL, 1970.
- CARVALHO, E. de: As Modernas Correntes Estheticas na Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1907.
- _____: Barbaros e Europeus. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1909.
- _____: Gíria dos Gatunos Cariocas. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912.
- _____: Delenda Carthago (manifesto naturista). Rio de Janeiro, Laemmert, 2a. ed., 1901.
- _____: Brasil, Potência Mundial. Rio de Janeiro, 1919.
- CHALMERS, V.: 3 Linhas e 4 Verdades (monografia sobre o jornalismo de Oswald de Andrade). Rio de Janeiro, Cátedra, 1977.
- CHAUI, M.: "Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira" in Ideologia e Mobilização Popular. S. Paulo, CEDEC, 1978.
- CONNIFF, M.: "Voluntary Associations in Rio, 1880-1930: a new approach to urban social dynamics". IFCH/UNICAMP, mimeo., 1973.
- COSTA, E. V.: Da Monarquia à República: momentos decisivos. S. Paulo, Grijalbo, 1977.
- COUTTO, P. do: Caras e Caretas. Rio de Janeiro, Garnier, 1912.
- DEAN, W.: A Industrialização de São Paulo. S. Paulo, DIFEL, 1971.
- _____: "A Industrialização durante a República Velha" in Fausto, B. (dir.): O Brasil Republicano (1). SP/RJ, DIFEL, 1975.
- DECCA, E. S. de: Dimensões Históricas do Insucesso Político. S. Paulo, FFLCH/USP, mimeo., tese de doutoramento, 1979.
- DIAS, E.: História das Lutas Sociais no Brasil. S. Paulo, Edaglit, 1962.
- _____: Memórias de um Exilado (episódios de uma deportação). S. Paulo, 1920.
- DUARTE, P. (trad. e introd.): Trilussa. S. Paulo, Marcus Pereira, 1973.
- DULLES, J. W. F.: Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- EDMUNDO, L.: O Rio de Janeiro do meu Tempo. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, 3 vol.
- FAUSTO, B.: Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). S. Paulo, DIFEL, 1976.
- FERREIRA, A.: Lazer Operário. Salvador, Progresso, 1959.
- FERREIRA, M. N.: A Imprensa Operária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.
- PONTES, M.: Vulcão. Santos, Tip. do Inst. D. Escolastica Rosa, 1926.
- _____: Nós, as Abelhas. S. Paulo, J. Fagundes, 1936.
- _____: Fantástica. S. Paulo, J. Fagundes, 1937.
- FÓSCOLO, A.: O Caboclo. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1902.
- _____: O Mestiço; A Capital. Minas Gerais, 1903.
- _____: Vulcões. Livraria Católica Portuguesa, 1920.
- _____: O Jubileu. Juiz de Fora, 1920.
- _____: A Vida. Sete Lagoas (MG), 1921.

- GALVÃO, M. R. E.: Crônica do Cinema Paulistano. S. Paulo, Ática, 1975.
- GONÇALVES, R.: Ipês. S. Paulo, Monteiro Lobato, s/d.
- GORDON, E. et alia: "A Survey of Brazilian and Argentine Materials at the International Instituut Voor Sociale Geschiedenis in Amsterdam". Latin American Research Review, VIII (3), 1973: 27-77.
- GORI, P.: Opere. Spezia, "La Sociale", 1912 (vols. IX, X, XI e XII).
- HALL, M. M.: "Emigrazione Italiana a San Paolo tra 1880 e 1920". Quaderni Storici, Ancona, gennaio-aprile 1974, (25): 138-159.
- _____: "Immigration and the early São Paulo working-class". Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, Sonderdruck, Bohlau Verlag Köln Wien, (12), 1975: 393-407.
- HARDMAN, F. P.: "Classes Subalternas e Cultura (São Paulo, 1889-1922)". Ordem/Desordem, Belo Horizonte, Fac. Comunicação Univ. Catol. MG, (7), 1977: 36-58.
- _____: "O Impasse da Celebração". Almanaque, S. Paulo, Brasiliense, (6), 1978: 21-37.
- _____: "Trabalho e Lazer no Movimento Operário" (Prefácio) in Lafargue, P.: O Direito à Preguiça. S. Paulo, Kairós, 1980.
- _____: "Trabalho Urbano e Vida Operária". Brasil História (vol. 3: República Velha), S. Paulo, Brasiliense, 1979: 275-298.
- _____: "Anarquistas e Anarco-Sindicalismo no Brasil"; "Indicação Bibliográfica" (Parte 18) in Brasil História (vol. 3: República Velha), S. Paulo, Brasiliense, 1979: 311-321 e 327-329.
- HAUPT, G. (apresent.): "Militants sociaux-démocrates allemands au Brésil (1893-1896)" (docs.). Le Mouvement Social (84), jul.-set. 1973: 47-61.
- HUGON, P.: Demografia Brasileira. S. Paulo, Atlas, 1973.
- LEME, M. S.: A Ideologia dos Industriais Brasileiros, 1919-1945. Petrópolis, Vozes, 1978.
- LEONARDI, V.: Origines Historiques du Syndicalisme Brésilien. Paris, Univ. Paris, mimeo., tese de mestr., 1973.
- _____: "O papel do imigrante na evolução do Brasil". História do Século 20, S. Paulo, Abril Cultural, (1): 373-376.
- _____: "Efeitos sociais da primeira industrialização no Brasil". História do Século 20, S. Paulo, Abril Cultural, (3): 1012-1016.
- _____: "Primeiras Fábricas e Formação do Capital Industrial"; "Origens do Proletariado Industrial no Brasil"; "Os Socialistas Brasileiros e a social-democracia". Brasil História (vol. 3: República Velha), S. Paulo, Brasiliense, 1979: 205-226 e 299-310.
- LEUBENROTH, E.: Anarquismo - roteiro da libertação social. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.
- LIMA, J. I. A.: O Socialismo. Recife, Typ. Universal, 1855.
- LOPES, J. R. B.: Crise do Brasil Arcaico. S. Paulo, DIFEL, 1967.
- LOPES, J. S. L.: Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. S. Paulo, CEDEC, mimeo., 1979.
- LUCAS, F.: O Caráter Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

- LUZ, F.: Ideólogo. Rio de Janeiro, Typ. Altina, 1903.
- _____: Novelas. Rio de Janeiro, Garnier, 1902.
- _____: Virgem Mae; Sérgio; Chloé. Rio de Janeiro, Garnier, 1910.
- _____: Elias Barroo; Kica Maria. Rio de Janeiro, Fco. Alves, 1915.
- _____: Os Emancipados. Rio de Janeiro, 1906.
- _____: A Paizagem (no conto, na novella e no romance). S. Paulo, Monteiro Lobato, 1922.
- _____: Ensaio. Rio de Janeiro, Typ. S. Benedicto, 1930.
- _____: Manuscrito de Helena (Diagramas de uma Paixão). Rio de Janeiro, Graf. Olímpica Edit., 2a. ed., 1951 (Título da 1a. Ed., 1938: Holofernes).
- _____: Nunca!. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1924.
- MACHADO, A. A.: Novelas Paulistanas. Rio de Janeiro, J. Olympio, 3a. ed., 1973.
- MARAM, S. L.: Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MAGNANI, S.: O Movimento Anarquista em São Paulo. IFCH/UNICAMP, mimeo., tese de mestrado, 1979.
- MARTINS, W.: História da Inteligência Brasileira. S. Paulo, Cultrix/USP, 1978, vols. V e VI.
- MEDEIROS, M. de: O Ensino Racionalista. Rio de Janeiro, 1910.
- MENDONÇA, M. C. de: Regeneração. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1904.
- MIGUEL-PEREIRA, L.: Prosa de Ficção - de 1870 a 1920. Rio de Janeiro, J. Olympio/INL-MEC, 3a. ed., 1973.
- MORSE, R.: Formação Histórica de São Paulo. S. Paulo, DIFEL, 1970.
- MOTA, B.: A Razão contra a Fé. S/L, Ed. do A., 3a. ed., 1933 (Prefácio de 1901).
- NEVES, M. C. B.: "Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa". Revista de Administração de Empresas, 13 (2), junho 1973: 49-66.
- OITICICA, J.: Ação Direta. Rio de Janeiro, Germinal, 1970.
- OLIVEIRA, F.: "A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil in Fausto, B. (dir.): O Brasil Republicano (1). SP/RJ, DIFEL, 1975.
- OLIVEIRA, M. P. (Manoel do Ó): 100 anos de Suor e Sangue. Petrópolis, Vozes, 2a. ed., 1971.
- OSAKABE, H.: Argumentação e Discurso Político. S. Paulo, Kairós, 1979.
- PACHECO, R. J. C.: "O Imigrante na Literatura Brasileira de Ficção". Sociologia, XVIII (3), agosto/1956: 201-232.
- PEREIRA, A.: Interpretações. Rio de Janeiro, C. E. B., 1944.
- _____: Crítica Impura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- PALHANO, L. (pseud.): O Gororoba (cenas da vida proletária). Rio de Janeiro, 2a. ed., 1943.
- PENTEADO, J.: Belenzinho, 1910 (retrato de uma época). S. Paulo, Martins, 1962.
- _____: Martins Fontes, uma alma livre. S. Paulo, Martins, 1968.
- PINHEIRO, P. S.: Política e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- _____: "O Proletariado Industrial na Primeira República" in Fausto, B. (dir.): O Brasil Republicano (2). SP/RJ, DIFEL, 1977 (Hist. Ger. Civ. Bras., 9) .

- PARAGUASSU, C.: Memória sobre o Jogo do Bicho. Rio de Janeiro, Pongetti, 1954.
- POMBO, R.: No Hospício. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1905.
- _____: Contos e Pontos. Porto, Magalhães & Moniz, 1911.
- PRADO, A. A.: Lima Barreto: o crítico e a crise. Rio de Janeiro, Cátedra/INL-MEC, 1976.
- PRADO JR., C.: "Contribuição para a Geografia Urbana da cidade de São Paulo" in Evolução Política do Brasil e outros estudos. S. Paulo, Brasiliense, 6a. ed., 1969.
- PRATA, R.: Navios Iluminados. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 3a. ed., 1959 (1a. ed.: 1937).
- _____: O Triunfo (episódios de hoje). S. Paulo, 1918.
- _____: Dentro da Vida. S. Paulo, Clube do Livro, 1953.
- RECLUS, E.: Estados Unidos do Brasil (Geografia - Etnografia - Estatística). Rio de Janeiro, H. Garnier, 1900.
- RIBEIRO Po, D.: Sê Feliz. Rio de Janeiro, 1904.
- _____: Cravo Vermelho. Rio de Janeiro, M. Piedade & Cia., 1907.
- _____: Vas Torturas. Rio de Janeiro, 1911.
- RODRIGUES, E.: Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675-1913). Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- _____: Nacionalismo & Cultura Social (1913-1922). Rio de Janeiro, Laemmert, 1972.
- _____: Trabalho e Conflito (pesquisa histórica, 1900/1935). Rio de Janeiro, Ed. do A., s/d.
- SAIGADO, P.: O Estrangeiro. Rio de Janeiro, J. Olympio, 8a.ed., 1972.
- SCHMIDT, A.: Colônia Cecília - uma aventura anarquista na América. S. Paulo, Anchieta, 1942.
- _____: Salimbancos. S. Paulo, Saraiva, 1950.
- _____: São Paulo de meus Amores. S. Paulo, Clube do Livro, 1954.
- _____: Bom Tempo. S. Paulo, Clube do Livro, 1956.
- _____: O Dragão e as Virgens. S. Paulo, Brasileira, 1927.
- SILVA, P. da: Vae Soli ! Curitiba, "Imp. Paranaense", 1903.
- SILVA, L. O.: "A luta pela regulamentação do trabalho na Primeira República". Cara a Cara (2), jul-dez 1978: 98-106.
- SILVEIRA, M.: A Contribuição Italiana ao Teatro Brasileiro (1895/1964). S. Paulo, Quíron/INL-MEC, 1976.
- SIMÃO, A.: Sindicato e Estado. S. Paulo, Dominus/USP, 1966.
- SINGER, P.: Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. S. Paulo, Nacional/USP, 1968.
- SOUZA, N. S.: O Anarquismo da Colônia Cecília. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- TÁCITO, H. (pseud.): Madame Pommery. S. Paulo, Est. Graph. "Mario de Andrade", 1919.
- TINHORÃO, J. R.: Os Sons que Vem da Rua. Rio de Janeiro, Ed. do A., 1976.
- VERÍSSIMO, J.: Estudos de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1905- 1907, vol. V e vol. VI .
- ZOLA, E.: Germinal. Lisboa, Publicações Europa-América, 1971 .
